

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

JORGE LUIS DE SALES FARIAS

**UM ESTUDO SOBRE AS ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO DOS
AGRICULTORES FAMILIARES PRODUTORES DE PEQUENOS RUMINANTES
NO SERTÃO DOS INHAMUNS - CE**

Porto Alegre

2023

JORGE LUIS DE SALES FARIAS

**UM ESTUDO SOBRE AS ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO DOS
AGRICULTORES FAMILIARES PRODUTORES DE PEQUENOS RUMINANTES
NO SERTÃO DOS INHAMUNS - CE**

Tese submetida ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Prof. Orientador: Dr. Sergio Schneider

Porto Alegre

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Farias, Jorge Luis de Sales

Um estudo sobre as estratégias de comercialização dos agricultores familiares produtores de pequenos ruminantes no Sertão dos Inhamuns - CE / Jorge Luis de Sales Farias. -- 2023.

272 f.

Orientador: Sergio Schneider.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Canais de comercialização. 2. Diversidade. 3. Instituições. 4. Pecuária familiar. 5. Mercados agroalimentares. I. Schneider, Sergio, orient. II. Título.

JORGE LUIS DE SALES FARIAS

**UM ESTUDO SOBRE AS ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO DOS
AGRICULTORES FAMILIARES PRODUTORES DE PEQUENOS RUMINANTES
NO SERTÃO DOS INHAMUNS - CE**

Tese submetida ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: 28/09/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Sergio Schneider – Orientador
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Prof. Dra. Alessandra Matte
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dra. Helenira Ellery Marinho Vasconcelos
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa

Prof. Dra. Tanice Andreatta
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Prof. Dr. Marcelo Antônio Conterato
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Prof. Dr. Octávio Rossi de Morais
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa

Dedico este trabalho aos meus pais, Luis (*in memoriam*) e Helena, que souberam amar e educar os filhos, referências de dedicação, trabalho e amor.

AGRADECIMENTOS

Este é um momento de realização de um sonho pessoal e profissional. Nesta jornada não caminhei sozinho, ela representa um esforço coletivo para chegar neste ponto do caminho. Desde a conclusão da graduação em Medicina Veterinária, em 1997, eu vislumbrei continuar estudando porque acredito no fator educação como um elemento-chave para a transformação do mundo. Enfrentei diferentes momentos para estar aqui, muitos acreditaram em mim, mesmo quando a minha crença em continuar se desvanecia. Este é o momento símbolo da minha resistência e conquista. Aproveito este espaço para agradecer a cada um e cada uma das pessoas que sonharam comigo e me ajudaram a chegar aqui, mesmo quando parecia impossível.

Inicialmente, agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), pela excelência e o comprometimento na formação dos seus discentes. Agradeço a todos os funcionários que compõem a gestão do PGDR em nome da Macarena Donoso, que sempre foram atentos e prestativos em todos os momentos deste curso. Agradeço aos Docentes, em nome do Professor Paulo Niederle, como uma das principais referências em pesquisa e estudos rurais.

Agradeço ao meu Professor e Orientador Dr. Sergio Schneider. No ano de 2008 tive o primeiro contato com o pesquisador Sergio Schneider. Essa circunstância não ocorreu de forma pessoal, mas por meio de suas publicações, de modo que se tornou um hábito e uma rotina consultá-lo e ele tornou-se uma das principais referências no meu trabalho como pesquisador. Ele sempre foi uma fonte inspiradora para a realização de um doutorado, mas nunca imaginei que ele viria a ser o meu orientador. Para a minha grata surpresa, ele assumiu a minha orientação e com maestria iluminou meu caminho, de forma determinada e paciente, soube lidar com as minhas limitações e ensinou-me como trilhar esta jornada. Muito obrigado Professor Sergio, uma vida inteira de gratidão.

Agradeço aos pesquisadores e pesquisadoras da banca examinadora: Dra. Alessandra Matte, Dra. Helenira Ellery Marinho Vasconcelos, Dra. Tanice Andreatta, Dr. Marcelo Antônio Conterato e Dr. Octávio Rossi de Moraes, pela dedicação na leitura, compreensão, críticas e contribuições indispensáveis ao aperfeiçoamento da versão final desta Tese.

Esta Tese foi fortemente influenciada pelos estudos dos pesquisadores que compõem o Grupo de Estudos em Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento (GEPAD), sobre os mercados da agricultura familiar e em nome da Professora e Dra. Cátia Grisa agradeço a todos os colegas.

Tenho enorme carinho por todos os colegas da turma de doutorado, em especial pelos colegas Jeferson, Stalys, Josemar, Izaquiel, Camila, Cristiane, Leonardo, Mauren e o Antônio Louzada. Muito obrigado a cada um de vocês pelas discussões e pelos momentos de amizade e companheirismo. Destaco aqui os amigos Josemar, Stalys, Camila, Cristiane e Izaquiel que foram mais próximos no compartilhamento de dúvidas e dificuldades, ressalto a importância de vocês em um momento de enfermidade, que prontamente se dispuseram para me ajudar e contribuíram de forma valiosa e gentil para que eu não tivesse maiores contratempos nesta jornada.

Agradeço à Embrapa, pela liberação para a realização desta Tese e, em nome do colega Caetano, agradeço aos gestores da Embrapa Caprinos e Ovinos. Reconheço aqui o companheirismo dos colegas e amigos Adilson, Eden, Jesus, Rizaldo, Leandro, Fernando Henrique, Adriano, Maíra, Roberto, João Coimbra, Lobo e Octávio. Agradeço ao colega Evandro, por um conselho que influenciou o meu direcionamento para área de pesquisa na agricultura familiar, quando eu imaginava seguir uma agenda ligada diretamente com a produção animal. Muito obrigado Evandro. Reconheço todo o esforço, amizade, fraternidade e companheirismo do colega e amigo Selmo, que me acompanhou durante todos esses anos de Embrapa e de forma paciente soube lidar com as dificuldades e imprevistos neste caminho. Muito obrigado Selmo.

Agradeço, em especial, à minha esposa e meu amor Germilda e aos meus amados filhos Luis Gustavo e João Otávio, que durante todo esse processo me apoiaram e suportaram as minhas ausências, meus defeitos e com a maior paciência e compreensão do mundo. Amo vocês, muito obrigado.

Agradeço aos meus irmãos Sílvia, Hugo e Katarina, que sempre foram movidos pelo amor e a fraternidade e me proporcionaram o suporte necessário para trilhar esse caminho. Agradeço a todos os meus cunhados em nome do meu amigo, compadre Henrique Júnior e das minhas cunhadas em nome da Diva, pelo apoio e por acreditarem em mim. E aos sobrinhos que torceram por mim. Muito obrigado.

Agradeço aos amigos Adriana, Aline, Helenira, Marcelo Renato e Peter. Adriana, muito obrigado pelo carinho, amizade e fraternidade, você não é apenas uma amiga, na realidade é uma irmã de vida, presente não apenas nos bons momentos, mas principalmente nos momentos mais difíceis e, nessas ocasiões, eu sei que você sempre estará presente para ajudar e acolher. Muito obrigado, gratidão por tudo. Aline é outra amiga especial, presente nos momentos de dificuldade e de alegria, muito obrigado. A Helenira é amiga que acolhe e inspira, seus projetos, pesquisas e publicações sobre a agricultura familiar permitiram me reconhecer como filho de

agricultores familiares. Ela tornou-se uma das principais inspirações e parceiras nesta estrada sobre a pesquisa na agricultura familiar, procurando sempre manter acesa a chama da inquietude intelectual. Muito obrigado amiga por me ajudar. Marcelo Araújo é um dos amigos que também soube me inspirar nessa jornada de aprendizagem, de me mostrar a importância da agricultura familiar, suas oportunidades e dificuldades no Semiárido. Muito obrigado. Peter é um dos amigos que sempre esteve presente nos últimos cinco anos, ajudando nas minhas reflexões, provocando e discutindo sobre o tema de pesquisa. Muito obrigado meu amigo.

Realizar pesquisas com agricultura familiar sempre é maravilhoso, não falta gente para ajudar. Reconheço o esforço e a dedicação dos secretários de agricultura: Welisson, secretário do município de Aiuaba; Tibério, secretário do município de Arneiroz; Wandenberg, secretário do município de Parambu; e Toinho do PT, secretário do município de Quiterianópolis. Em nome do Pedro de Aiuaba, agradeço o empenho dos membros das secretarias municipais que foram disponibilizadas para me ajudar a chegar em cada agricultor familiar e me conduzir nas estradas do Sertão dos Inhamuns. Quero agradecer especialmente aos movimentos sociais a partir do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do município de Tauá. Em nome da amiga Elisandra, agradeço a todos da equipe do sindicato na disponibilidade para a realização da pesquisa de campo e o acompanhamento na coleta de dados. Muito obrigado. Não posso deixar de agradecer à Luiza, Rejane e Inalda, pela parceria na coleta dos dados. Destaco aqui a minha gratidão ao amigo Cláudio, que se disponibilizou integralmente na realização desta pesquisa no município de Tauá, um grande companheiro de viagem e de abordagem dos agricultores. Ele fez até o tempo passar mais rápido, em razão de sua alegria e gentileza, muito obrigado meu amigo.

Externo a minha gratidão aos membros das associações comunitárias que colaboraram na identificação e acompanhamento das coletas de dados e em nome da Dita agradeço a todos. Muito obrigado. E, finalmente, agradeço a cada um dos agricultores que colaboraram e cederam gentilmente seu tempo para o fornecimento de dados para esta pesquisa. Meu muito obrigado a cada um de vocês.

RESUMO

Esta Tese teve como objetivo analisar as estratégias de comercialização e sua contribuição no processo de reprodução social e econômica dos agricultores familiares produtores de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns (CE). A pesquisa compreendeu as relações dos agricultores com os mercados a partir de conceitos e fundamentos teóricos da Sociologia Econômica, da abordagem institucionalista de Polanyi, da Economia Institucional Original e das contribuições de Ploeg sobre o processo de mercantilização. Essa abordagem permitiu interpretar os mercados como instituições sociais que foram configuradas pelos agricultores e que reconfiguraram a participação desses atores nos mercados. A metodologia utilizada apresentou natureza mista, com delineamento por meio de pesquisa exploratória, descritiva e explicativa. Os procedimentos e técnicas de coleta de dados se deram por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, que foi realizada nos municípios de Aiuaba, Arneiroz, Pambu, Quiterianópolis e Tauá, no período de janeiro a maio de 2022, com 158 e 329 produtores de caprinos e ovinos, respectivamente. Os resultados demonstraram um processo de mercantilização caracterizado como heterogêneo e desigual. Na interação com os mercados, as instituições foram emuladas e desenvolvidas por meio de ações econômicas que variaram entre a resignação às regras impostas e a busca pelo controle das atividades em situação de mercados. Evidenciou-se uma diversidade de canais de comercialização utilizados na distribuição das mercadorias, com diferente alcance espacial. Essa diversidade permitiu a identificação das relações dos agricultores com os mercados de proximidade, territoriais, institucionais e convencionais. Apesar dessa diversidade, identificou-se uma intensa relação com canais que limitaram o controle dos agricultores nos mercados. Em face a esses constrangimentos, os agricultores desenvolveram iniciativas de fortalecimento da autonomia em mercados, marcadas por uma intensa sociabilidade e com a seleção das instituições de confiança, preço e segurança, compreendidas como favoráveis à regulação da participação nos mercados. E, finalmente, os agricultores que utilizaram a estratégia de diversificação apresentaram maior controle das atividades mercantis, manifestando um processo de coexistência entre distintas instituições que permitiram a manutenção da produção e reprodução das unidades familiares.

Palavras-chave: Canais de comercialização. Diversidade. Instituições. Pecuária familiar. Mercados agroalimentares.

ABSTRACT

This Thesis aimed to analyze marketing strategies and their contribution to the social and economic reproduction process of family farmers who produce goats and sheep in the Sertão dos Inhamuns region of Ceará, Brazil. The research encompassed the farmers' relationships with markets based on concepts and theoretical foundations of Economic Sociology, Polanyi's institutionalist approach, Original Institutional Economics, and Ploeg's contributions regarding the process of commodification. This approach allowed interpreting markets as social institutions that were shaped by farmers and reshaped the participation of these actors in the markets. The methodology used was mixed methods research, with a design involving exploratory, descriptive, and explanatory research. Data collection procedures and techniques involved bibliographic research, documentary analysis, and field research conducted in the municipalities of Aiuaba, Arneiroz, Parambu, Quiterianópolis, and Tauá, between January and May 2022, with 158 goat and 329 sheep producers. The results demonstrated a process of commodification characterized as heterogeneous and unequal. In this interaction with markets, institutions were emulated and developed through economic actions that ranged from resigning to imposed rules to seeking control of activities in market situations. A variety of marketing channels used for goods distribution were identified, with different spatial reach. This diversity allowed the identification of farmers' relationships with proximity, territorial, institutional, and conventional markets. Despite this diversity, an intense relationship with channels limiting farmers' control in markets was identified. Faced with these constraints, farmers developed initiatives to strengthen autonomy in markets, marked by intense sociability and the selection of trusted institutions based on price, security, and trustworthiness, seen as favorable in regulating market participation. Finally, farmers who utilized diversification strategies exhibited greater control over commercial activities, demonstrating a coexistence of distinct institutions enabling the maintenance of the production and reproduction of family units.

Keywords: marketing channels, diversity, institutions, family livestock, agri-food markets.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Esquema de reprodução relativamente autônoma.....	52
Figura 2 – Esquema de reprodução dependente do mercado	52
Figura 3 – Abordagem teórica das relações dos agricultores familiares com os mercados	67
Figura 4 – Localização da microrregião do Sertão dos Inhamuns, Ceará, Brasil.....	69
Figura 5 – Descrição das etapas de pesquisa.....	79
Figura 6 – O caminho das boiadas no Semiárido	84
Figura 7 – Agroindústrias familiares de processamento de carne de pequenos ruminantes localizadas nos municípios de Parambu e Tauá, Ceará, 2022	108
Figura 8 - Pastagens nativas no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022	126
Figura 9 – Atividades comercializadas pelos agricultores familiares no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022.....	129
Figura 10 – Tipos de agricultores familiares de acordo com os graus de mercantilização no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022	132
Figura 11 – Tipos de agricultores familiares produtores de caprinos e ovinos de acordo com os níveis de mercantilização nos municípios do Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022	133
Figura 12 – Formas de ingressos monetários na composição do orçamento dos agricultores familiares no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022	134
Figura 13 – Canais de comercialização identificados na interação entre a produção e consumo dos produtos das atividades de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022	151
Figura 14 – Tipos de canais de comercialização por município no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022	153
Figura 15 – Circuitos curtos de abastecimento alimentar identificados no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022.....	165
Figura 16 – Tipos de canais de acordo com a intensidade no acesso para a distribuição das mercadorias.....	174
Figura 17 – Problema de logística nos mercados agroalimentares de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns (CE), 2022	188
Figura 18 – Formas de comunicação entre produtores e compradores nos mercados agroalimentares de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns (CE), 2022	191
Figura 19 – Critérios de seleção dos canais nos mercados de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns (CE), 2022.....	196

Figura 20 – Fatores de formação de preços nos mercados de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns (CE), 2022.....	200
Figura 21 – Diversidade de mercados agroalimentares de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns (CE), 2022.....	216

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução do rebanho de bovinos, caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 1974-2021	70
Gráfico 2 – Área (hectare x 1.000) plantada de algodão no Brasil, Nordeste e Ceará no período de 1976-2021	90
Gráfico 3 – Número de canais de comercialização de produtos de caprinos e ovinos identificados por década no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022	99
Gráfico 4 – Número de produtores de caprinos por canais de comercialização e o início da troca mercantil no canal, Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022.....	99
Gráfico 5 – Número de produtores de ovinos por canais de comercialização e o início da troca mercantil no canal, Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022.....	100
Gráfico 6 – Total de estabelecimentos agropecuários que produzem bovinos, caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns, 2017.....	111
Gráfico 7 – Percentual de estabelecimentos de acordo com o número de integrantes por famílias no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022	116
Gráfico 8 – Percentual de estabelecimentos produtores de caprinos e ovinos de acordo com a faixa etária dos agricultores no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022	117
Gráfico 9 – Percentual de estabelecimentos de acordo com o acesso dos agricultores familiares produtores de caprinos e ovinos à educação formal no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022 ..	118
Gráfico 10 – Percentual de unidades produtivas segundo à condição de posse da terra dos agricultores familiares produtores de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022	120
Gráfico 11 – Percentual dos estabelecimentos dos agricultores familiares de acordo com o tamanho da área no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022	121
Gráfico 12 – Percentual de estabelecimentos de acordo com a quantidade de mão de obra familiar no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022.....	122
Gráfico 13 – Percentual dos estabelecimentos dos agricultores familiares que utilizam mão de obra externa no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022	123
Gráfico 14 – Sistemas de produção de caprinos e ovinos utilizados pelos agricultores familiares no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022	125
Gráfico 15 – Percentual de unidades produtivas por número de atividades comercializadas pelos agricultores familiares nos Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022	130

Gráfico 16 – A diversidade de estabelecimentos de acordo com a quantidade de receitas obtidas pelos agricultores familiares nos Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022	138
Gráfico 17 – Percentual de estabelecimentos de acordo com o tipo de políticas públicas acessada pelos agricultores familiares no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022	141
Gráfico 18 – Diversidade de estabelecimentos de acordo com a quantidade de políticas públicas acessadas pelos agricultores familiares no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022	146
Gráfico 19 – Número de canais de comercialização identificados para as atividades de caprinos e ovinos por município no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022	152
Gráfico 20 – Percentual de produtores de caprinos e ovinos com os canais de comercialização dos mercados de proximidade por municípios no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022	154
Gráfico 21 – Percentual de estabelecimentos de acordo com os canais de comercialização dos mercados territoriais por município no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022.....	157
Gráfico 22 – Percentual de estabelecimentos de acordo com o acesso aos canais de comercialização dos mercados convencionais por município no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022	160
Gráfico 23 – Percentual de produtores de caprinos e ovinos que utilizam os circuitos curtos no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022	166
Gráfico 24 – Percentual de produtores de caprinos e ovinos que utilizam os circuitos curtos face a face nos municípios do Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022.....	167
Gráfico 25 – Percentual de produtores de caprinos e ovinos identificados no circuito de proximidade espacial nos municípios do Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022.....	168
Gráfico 26 – Percentual de produtores de caprinos e ovinos identificados no circuito espacialmente estendido nos municípios do Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022	170
Gráfico 27 – Percentual de produtores de caprinos e ovinos que utilizam múltiplos canais de comercialização nos municípios do Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022	173
Gráfico 28 – Percentual de produtores de caprinos e ovinos de acordo com a intensidade no uso de canais de comercialização no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022.....	175
Gráfico 29 – Graus de percepção sobre o preço recebido a partir da intensificação no uso dos canais de comercialização dos produtos de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022	178
Gráfico 30 – Percepção dos agricultores em relação aos preços obtidos nos mercados de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns (CE), 2022.....	202
Gráfico 31 – Fatores relacionados com a insegurança em relação a comercialização de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns (CE), 2022	205

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Diferentes formas de produção mercantil.....	51
Quadro 2 - Tipologia dos mercados da agricultura familiar.....	65
Quadro 3 - Atividades produtivas e seus produtos comercializados pelos agricultores familiares no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022	129
Quadro 4 – Os canais de comercialização, mercadoria e espacialidade alcançada pelos produtores de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022	171

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CE	Ceará
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
EIO	Economia Institucional Original
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNCEME	Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos
GEPAD	Grupo de Estudos em Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
MAPA	Ministério de Abastecimento, Pecuária e Agricultura
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
MIDR	Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional
MESA	Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome
NEI	Nova Economia Institucional
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAS	Programa de Alimento Seguro
PBSM	Plano Brasil Sem Miséria
PCD	Produção Capitalista de Mercadoria
PD	Produção Doméstica
PFZ	Programa Fome Zero
PGDR	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural
PGS	Programa Garantia Safra

PI	Produção Integrada
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
POA	Perspectiva Orientada aos Atores
PNATER	Políticas Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PPM	Pequena Produção Mercantil
PRODETER	Programa de Desenvolvimento Territorial
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSM	Produção Simples de Mercadoria
RIISPOA	Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal
RS	Rio Grande do Sul
RUC	Recursos de Uso Comum
DAS	Secretária de Desenvolvimento Agrário
STRAAF	Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 AGRICULTURA FAMILIAR E MERCADOS	30
2.1 A SOCIOLOGIA ECONÔMICA E A AÇÃO NOS MERCADOS.....	31
2.2 PERSPECTIVA INSTITUCIONALISTA	39
2.2.1 A abordagem institucional de Polanyi.....	39
2.2.2 Economia Institucional Original	43
2.3 AGRICULTURA FAMILIAR E MERCANTILIZAÇÃO	46
2.4 MERCADOS AGROALIMENTARES E AGRICULTURA FAMILIAR.....	54
2.4.1 Mercados agroalimentares para os produtos de caprinos e ovinos	59
2.4.2 Tipologia de mercados agroalimentares.....	63
3 METODOLOGIA.....	68
3.1 DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO E RECORTE ANALÍTICO	68
3.2 MÉTODOS DE PESQUISA	71
3.3 PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PARA A COLETA DE DADOS.....	72
3.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS DADOS	12
3.5 DESCRIÇÃO DAS ETAPAS DA PESQUISA	79
4 A MERCANTILIZAÇÃO NO SEMIÁRIDO CEARENSE E A AGRICULTURA FAMILIAR.....	81
4.1 OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO DO SEMIÁRIDO CEARENSE: UMA SOCIEDADE PASTORIL.....	82
4.2 A TRÍADE ALGODÃO, PECUÁRIA BOVINA E PRODUÇÃO DE ALIMENTOS: DA ASCENSÃO AO COLAPSO.....	86
4.3 A REESTRUTURAÇÃO DA ECONOMIA E A MERCANTILIZAÇÃO DAS CULTURAS DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NO SEMIÁRIDO	91
4.3.1 A mercantilização de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns: um contramovimento.....	96
5 CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PRODUTORA DE CAPRINOS E OVINOS NO SERTÃO DOS INHAMUNS, CEARÁ	115
5.1 ASPECTOS INTERNOS DA UNIDADE FAMILIAR	115
5.2 ASPECTOS EXTERNOS DA UNIDADE PRODUTIVA	119

5.2.1 O acesso às terras e o tamanho das unidades produtivas	119
5.2.2 Trabalho na unidade familiar	122
5.2.3 Aspectos produtivos de pequenos ruminantes e infraestrutura da unidade.....	124
5.2.4 A mercantilização e as formas de ingressos monetários	128
5.2.5 Aspectos políticos.....	140
5.2.5.1 Políticas de Primeira Geração.....	141
5.2.5.2 Políticas de Segunda Geração.....	143
5.2.5.3 Políticas de Terceira Geração	144
6 CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO ACESSADOS PELOS PRODUTORES DE CAPRINOS E OVINOS NO SERTÃO DOS INHAMUNS, CEARÁ, BRASIL	150
6.1 A COMERCIALIZAÇÃO DE CAPRINOS E OVINOS NO SERTÃO DOS INHAMUNS	1
51	
6.2 CARACTERIZAÇÃO DOS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO	154
6.2.1 Canais utilizados pelos agricultores nos mercados de proximidade.....	154
6.2.2 Canais utilizados pelos agricultores nos mercados territoriais	156
6.2.3 Canais utilizados pelos agricultores nos mercados institucionais.....	159
6.2.4 Canais utilizados pelos agricultores nos mercados convencionais.....	160
6.3 AS ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTORES DE CAPRINOS E OVINOS	163
6.3.1 Os circuitos de abastecimento de alimentos	163
6.3.1.1 Circuitos curtos face a face.....	166
6.3.1.2 Circuitos curtos de proximidade espacial	167
6.3.1.3 Circuitos curtos espacialmente estendidos	170
6.3.2 A diversidade comercial como uma estratégia: o uso de múltiplos canais de comercialização	173
7 MERCADOS AGROALIMENTARES DOS PRODUTORES DE CAPRINOS E OVINOS NO SERTÃO DOS INHAMUNS, CEARÁ, BRASIL.....	182
7.1 DISPOSITIVOS INSTITUCIONAIS DOS MERCADOS AGROALIMENTARES DE CAPRINOS E OVINOS.....	182
7.1.1 Atividades associadas aos mercados agroalimentares e suas formas de regulação.....	183
7.1.1.1 Infraestrutura de logística	183
7.1.1.2 Comunicação como atividade associada aos mercados de caprinos e ovinos.....	190

7.1.2 Atividades intrínsecas aos mercados agroalimentares de caprinos e ovinos e seus aspectos regulatórios	195
7.1.2.1 Preços e seu caráter regulador	198
7.1.2.2 A confiança e seu aspecto regulador nos mercados agroalimentares de caprinos e ovinos.....	202
7.1.2.3 A regulação a partir da segurança nas trocas mercantis	204
7.2 OS MERCADOS AGROALIMENTARES DE CAPRINOS E OVINOS	208
7.2.1 Mercados de proximidade	208
7.2.2 Mercados territoriais	210
7.2.3 Mercados institucionais	212
7.2.4 Mercados convencionais	213
7.3 DIVERSIDADE DE MERCADOS AGROALIMENTARES E ESTRATÉGIAS DE PARTICIPAÇÃO	215
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	221
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	231
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO UTILIZADO NA PESQUISA DE CAMPO	263

1 INTRODUÇÃO

As atividades pecuárias de produção de pequenos ruminantes apresentam diferentes funções para os agricultores familiares, com destaque para a segurança alimentar e nutricional e a geração de renda por meio dos mercados. A relação dos agricultores com os mercados inspirou a elaboração desta Tese, que se dedica a compreender como esse relacionamento contribuiu para a reprodução social e econômica destas famílias. A pesquisa busca identificar e caracterizar as estratégias de comercialização da agricultura familiar produtora de caprinos e ovinos a partir das ações econômicas de trocas mercantis.

O debate contemporâneo sobre a resistência da agricultura familiar abrange diferentes perspectivas, que buscam explicações sobre a relevância das relações desses atores com os mercados. Essa questão apresenta distintas análises sobre como essas estruturas sociais e econômicas contribuem com o processo de produção e reprodução social. Nesse aspecto, diferentes estudos (Friedmann, 1978; Bernstein, 1986; Ploeg, 1992; Schneider, 2003; Ploeg, 2009; Abramovay, 2012; Long; Ploeg, 2011; Bernstein, 2011a; Ploeg *et al.*, 2012; Hebinck *et al.*, 2015; Schneider *et al.*, 2015; Ploeg *et al.*, 2022) argumentam que as relações dos agricultores com os mercados, por um lado, podem ser caracterizadas pela existência de uma tendência global de relações de trocas desfavoráveis, mas, por outro, esse movimento possibilita a elaboração de uma série de respostas (Ploeg, 2008), com destaque para o desenvolvimento de novas configurações de mercados, com a possibilidade de participação dos agricultores familiares com um relativo controle e autonomia.

Os estudos sobre os mercados para a agricultura familiar (Wilkinson, 2008; Niederle *et al.*, 2014; Schneider, 2016; Gazolla; Schneider, 2017; Matte, 2017) são recentes no país. Além disso, apontam para uma diversidade mercantil e para a construção social de mercados (Cassol; Schneider, 2022; Cenci; Schneider, 2022; Cruz; Schneider, 2022), como formas de expressões para o desenvolvimento rural. Niederle *et al.* (2014) apontam para a necessidade de se buscar explicações sobre esses mercados, considerando a existência de um processo heterogêneo da mercantilização e de múltiplas configurações sociais e institucionais, que determinam a existência de distintos mercados, fundamentais para compreender os motivos e a maneira como essas trocas se efetivam.

Os estudos dessa natureza, de acordo com Schneider (2020), remetem-se à compreensão da dinâmica e da estrutura dos mercados alimentares, os processos de diversificação dos canais de comercialização da produção em diferentes contextos sociais e econômicos do Brasil. Schneider (2016) frisa a importância de se estudar o tema “mercados e agricultura familiar” e

a relevância da contribuição teórica e prática sobre o sentido e as formas de interação mercantil dos agricultores familiares. Nesse ponto, ressalta-se os estudos sobre a pecuária na produção familiar e os mecanismos que contribuem no processo de produção e reprodução socioeconômica, dentre eles a mercantilização dessas atividades (Tourrand *et al.*, 1993; Farias *et al.*, 2014; Neske, 2016; Matte; Waquil, 2016; Matte *et al.*, 2016; Scoones, 2021; Simula *et al.*, 2021).

Em um contexto global, a pecuária se encontra no centro das discussões sobre as mudanças climáticas (Weis, 2013; Willett, *et al.*, 2019; Wilkinson, 2023), sendo responsabilizada como um dos principais promotores dessa transformação, embasados no pressuposto de que toda atividade pecuária é prejudicial ao planeta. Entretanto, diferentes estudos (Gowane *et al.*, 2017; Garcia-Dory *et al.*, 2021; Scoones, 2021; Turner; Ayantude, 2021; Borrás Junior, *et al.*, 2022) ressaltam a variabilidade de sistemas pecuários e os reconhecem como sistemas de menor impacto ambiental e suas contribuições para a alimentação de populações em situações vulneráveis e geração de renda em espaços nos quais a produção agrícola poderá estar comprometida (Herrero, *et al.*, 2013; Dong, 2016; Cattley *et al.*, 2013), como é o caso das regiões áridas e semiáridas do planeta.

No Brasil, o Semiárido brasileiro¹ é um dos mais populosos do mundo. Segundo Silva *et al.* (2010), grande parte de sua população está diretamente vinculada a atividades agropastoris, altamente dependentes do regime pluviométrico e, portanto, sujeitas às adversidades climáticas típicas desse espaço. A pecuária representa um dos principais pilares para a resistência dos agricultores familiares no semiárido.

De acordo com o Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019a), a pecuária está presente em 79,8% dos estabelecimentos agropecuários familiares do Semiárido nordestino, com destaque para a produção de pequenos ruminantes, que se encontra concentrada nesse espaço, com 87,2% dos caprinos e 62,3% dos ovinos produzidos no país. Essa concentração do rebanho de caprinos e ovinos chama atenção sobre essas atividades na região, constituindo-se em uma oportunidade econômica para a transição climática nesse subespaço regional, particularmente, em virtude desses animais serem mais resilientes às perturbações climáticas do que os cultivos agrícolas de sequeiro.

¹ Em 2021 foi realizada uma nova delimitação do Semiárido (Superintendência Do Desenvolvimento Do Nordeste, 2021, p. 21), que abrange nove estados da Região Nordeste e partes dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, com 1.427 municípios e ocupa 54,1% do território nordestino. A primeira delimitação ocorreu em 1989 e, a segunda em 2005, com base nos critérios: i) precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 mm; ii) índice de acidez de até 0,5 calculado pelo balanço hídrico; e iii) risco de seca maior que 60%.

A FAO (2021) apresenta o Brasil como o 20º e 19º rebanho caprino e ovino do mundo, com 11,9 milhões e 20,5 milhões de animais, respectivamente. No país, a produção de caprinos e ovinos está presente em 333.601 e 525.882 estabelecimentos agropecuários, respectivamente (IBGE, 2019a). Em relação ao uso da mão de obra, constata-se que a caprinocultura e a ovinocultura brasileira podem ser caracterizadas como de base familiar, com aproximadamente 80% das propriedades e responsáveis por 70,1% e 57% do rebanho nacional de caprinos e ovinos, respectivamente.

A produção de pequenos ruminantes está distribuída em todo o território nacional, porém, é na Região Nordeste que ocorre a maior expressão dessa pecuária, com 88,8% e 75,9% dos estabelecimentos agropecuários do país com caprinos e ovinos, respectivamente. Em termos regionais, a produção de caprinos e ovinos apresenta sua maior expressão no Semiárido nordestino, com a produção de pequenos ruminantes apresentando relevância para a economia local, onde se concentram 90% dos estabelecimentos e do rebanho da Região Nordeste. Ressalta-se a relevância dessa pecuária com a agricultura familiar do semiárido, uma vez que essa é responsável por 90,3% e 79,2% dos estabelecimentos agropecuários que produzem caprinos e ovinos, respectivamente.

No Semiárido nordestino, os principais estados produtores de caprinos em ordem decrescente são Bahia, Piauí, Pernambuco e Ceará, concentrando 83,2% dos estabelecimentos agropecuários produtores de caprinos. A Bahia destaca-se com o maior número de estabelecimentos agropecuários produtores de ovinos (31,4%) no Semiárido nordestino, seguido pelo Ceará (18,5%), Pernambuco (15,4%) e Piauí (15,2%). Os estados da Bahia e Ceará apresentam expressão no cenário nacional de produção de carne ovina, pois nesses encontram-se os cinco municípios que apresentam o maior número de estabelecimentos agropecuários produtores de ovinos no país. Em relação ao rebanho caprino no Semiárido nordestino, o estado da Bahia apresenta-se com o maior rebanho (32,8%), seguido por Piauí (23,7%), Pernambuco (19,3%) e Ceará (12,1%). A Bahia lidera o rebanho de ovinos no Semiárido nordestino com 32,4% do efetivo desse espaço, o Ceará ocupa a segunda posição (21%), seguido por Piauí (18,8%) e Pernambuco (13%).

No Brasil, os sistemas de produção de caprinos estão voltados para a produção de carne e leite (Borges *et al.*, 2019; Selaive-Villarreal *et al.*, 2019; Oliveira *et al.*, 2022). De acordo com o IBGE (2019b), a comercialização de produtos caprinos no país apresentou um valor de R\$ 325 milhões, com 10% relacionados com a venda de animais (90%) e leite (10%). Por sua vez, os sistemas de produção de ovinos no país estão voltados para a produção de carne, lã e leite (Guimarães Filho *et al.*, 2000; Holanda Júnior, 2006; Albuquerque, 2020; Villarreal-

Ornelas, *et al.*, 2022). Segundo o IBGE (2019c), esses produtos foram comercializados e movimentaram um valor superior a R\$ 700 milhões, com a venda de animais no estabelecimento (90,6%), lã (9%) e leite (0,4%).

No Semiárido nordestino, a comercialização de caprinos (IBGE, 2019b) e ovinos (IBGE, 2019c) ocorreu em 119.987 e 180.576 estabelecimentos agropecuários, respectivamente, representando aproximadamente 50% do total de estabelecimentos que produzem esses animais. A produção de leite caprino foi identificada em 12.505 estabelecimentos e aproximadamente 20% deles apresentaram a comercialização desse produto. Ressalta-se que essas trocas mercantis corresponderam a um valor aproximado de R\$ 685 milhões na economia desse espaço, com a agricultura familiar responsável por 70% desse total.

O processo de comercialização, de acordo com Waquil *et al.* (2010), pode ser caracterizado como um conjunto de atividades e arranjos institucionais com a função de transferir os produtos ao consumidor final, exercida por agentes que constituem os canais de comercialização. Nesse aspecto, Holanda Júnior *et al.* (2013) destacam que os produtores de pequenos ruminantes comercializam preferencialmente animais vivos em suas propriedades e podem interagir com diferentes canais de comercialização, tais como venda direta, feiras, casas de carne, atravessadores, agroindústrias, entre outros.

Machado e Silva (2005) ressaltam a importância dos canais no processo de distribuição, não se restringindo à função de garantir a demanda por produtos e serviços em quantidade, qualidade e preços adequados, mas também assumindo o papel de estimular a demanda. Por sua vez, Schröder (2004) destaca que a comercialização desses animais assume diferentes formatos que, em geral, correspondem às iniciativas das famílias produtoras para fortalecer os meios de vida, assim como refletem os sistemas de produção praticados.

Em termos gerais, a Embrapa Caprinos (2000) destaca as mudanças que ocorreram com a pecuária de pequenos ruminantes ao longo das últimas décadas, principalmente associada à expansão dos mercados interno e externo. Nos mercados nacionais, essa circunstância foi relacionada a uma maior aceitação dos produtos de caprinos e ovinos pela população nordestina, ao surgimento de mercados emergentes na Região Sudeste, à implantação de diversas agroindústrias na região Nordeste e à expansão de canais de comercialização em grandes centros consumidores. No âmbito internacional, relaciona-se à identificação de uma demanda potencial para a exportação de carne de pequenos ruminantes do país para países árabes.

Holanda Filho *et al.* (2019), contudo, ressaltam as dificuldades para o estabelecimento comercial por meio das exportações. De acordo com os autores, as limitações ocorrem em razão

da existência de um déficit de estruturas de agroindústrias especializadas para a pecuária de pequenos ruminantes, especialmente nas regiões Nordeste e Sul. Nesse caso, a falta de investimentos para a implantação de agroindústrias nessas regiões foi assumida como o principal fator limitante para a expansão da oferta de carne caprina e ovina no país.

Por sua vez, diversos autores (Sório; Rasi, 2010; Souza *et al.*, 2014; Guimarães Filho, 2017) apontam para a informalidade como fator limitante para a expansão das atividades de pequenos ruminantes no país e ressaltam as dificuldades da relação entre produtores e agroindústrias devido a um relacionamento tipo *spot*, por meio do pagamento à vista e regulada pelo preço, inviabilizando um relacionamento de confiança de longo prazo. Nesse aspecto, Azevedo e Faulin (2005) ressaltam que o contrato informal é o principal mecanismo de relacionamento usado pela agricultura familiar com os canais de comercialização, com a construção de reputação, assinalado pelo longo período e representando um acordo entre ambas as partes, de um lado a entrega de produtos em quantidade, qualidade e regularidade e, por outro, o compromisso da compra em condições pré-estabelecidas. De acordo com Coelho e Morais (2020), a informalidade é um dos principais fatores que comprometem o acesso dos agricultores aos mercados, particularmente, inviabilizando a relação com a agroindústria de processamento de carne e leite de caprinos e ovinos.

A variabilidade das relações de trocas mercantis que envolve agricultores familiares produtores de caprinos e ovinos é incompreendida e costumeiramente associada à desorganização desses atores no acesso aos mercados. Salienta-se que os estudos sobre os mercados de caprinos e ovinos no semiárido (Barbosa *et al.*, 2006; França, *et al.*, 2006; Costa, 2007; Medeiros; Brisola, 2009; Souza, 2013; Kato *et al.*, 2019; Costa *et al.*, 2019; Leite, 2019) restringiram-se aos temas de organização e coordenação da cadeia produtiva, competitividade, sazonalidade produtiva, modernização tecnológica, informalidade e qualidade de produtos – entendidos como sinônimo de segurança química e biológica. Por conseguinte, essas análises sobre mercados privilegiam os modelos de maximização e pressupõem a existência de um mercado como algo previamente definido.

Essa perspectiva adotada para avaliar os mercados dos pequenos ruminantes torna-se incompreensível à luz da realidade, particularmente, em razão de não apresentar o processo de mercantilização envolvido nas relações dos agricultores com os mercados, ou seja, caracteriza-se como desprovida de relações econômicas, sociais, culturais e históricas.

Os estudos sobre os mercados de pequenos ruminantes (Emerenciano Neto *et al.*, 2011; Madalozzo, 2005; Nogueira Filho; Kasprzykowski, 2006; Souza, 2013; Selaive-Villarroel; Guimarães, 2021; Guimarães *et al.*, 2022) convergem para um ponto comum: a forma de

caracterização dos agricultores familiares. Nessa perspectiva, esses são considerados como uma categoria homogênea e apática às transformações e mudanças. Wilkinson (2008) acrescenta que essas abordagens que caracterizam os agricultores como atores passivos e subordinados às forças externas de um processo linear e determinístico não apresentam um respaldo analítico para caracterizar as relações dos agricultores familiares com os mercados. Nesse aspecto, Conterato *et al.* (2011) ressaltam um conjunto de perspectivas analíticas, nas quais as relações dos agricultores com os mercados são reconhecidas como espaços sociais que envolvem um amplo processo de negociação e disputas pelo controle dos mercados. Outrossim, Ploeg (2016b), ao analisar a influência dos mercados na vida dos agricultores, repara que elas podem simbolizar novas formas de manifestação de uma resistência, representadas pela capacidade de construir novos mercados, que surgem nos interstícios dos grandes mercados de *commodities*.

O contexto das transformações do sistema agroalimentar (McMichael, 2016; Wilkinson, 2008; 2023), particularmente, desde o final do século XX, promoveram repercussões que resultaram em uma série de adaptações e mudanças na vida dos agricultores familiares para assegurar sua sobrevivência, entre elas a ampliação do processo de mercantilização. Nesse aspecto, Schneider e Cassol (2014) afirmam que a agricultura familiar no Brasil, avançou a partir dos anos 1990, em diferentes sentidos - econômicos, sociais e políticos, logrando seu reconhecimento como uma categoria social diversa e heterogênea, fato que repercutiu em sua reprodução social influenciada por fatores externos, que são apropriados e até ressignificados como forma de não limitar a interação com a sociedade e com mercados. Ploeg (2009) destaca o grau de externalização das relações dos agricultores com os mercados como um processo de diferenciação social.

Especificamente, a externalização e sua ampliação são fatores que estão intrinsecamente relacionados à heterogeneidade na agricultura familiar e sua reprodução social. Apesar desse reconhecimento persistem lacunas sobre a identificação e caracterização dos agricultores familiares produtores de caprinos e ovinos a partir da diversidade dessa categoria, particularmente, em relação aos seus aspectos demográficos, econômicos, sociais e políticos e do processo de mercantilização por meio das atividades agrícolas e não agrícolas.

Estudos sobre os mercados de pequenos ruminantes (Guimarães Filho *et al.*, 2000; Souza, 2013; Holanda Júnior *et al.*, 2013; Holanda Filho *et al.*, 2019) sob o enfoque das cadeias agroindustriais descrevem a etapa de venda da produção como o momento derradeiro do sistema produtivo. Os trabalhos não identificaram, contudo, o processo de formação desses mercados nem como são organizados e operados. Os mecanismos de formação da demanda e,

os canais de comercialização utilizados, assim como os dispositivos sociais e simbólicos acionados pelos vendedores na realização das trocas ainda não foram escrutinados.

Os estudos (Farias; Mendes, 2009; Schneider *et al.*, 2012; Farias *et al.*, 2014; Souza *et al.*, 2014) que abrangem os agricultores familiares produtores de pequenos ruminantes e os mercados no estado do Ceará apontam para uma diversidade de canais de comercialização, mas limitam-se a uma simples descrição, portanto, não existem análises que envolvam aspectos econômicos, sociais e institucionais que possibilitem compreender os motivos que levam os agricultores a selecionarem determinados tipos de canais. Especificamente, a diversidade de canais de comercialização indica que os agricultores contam com uma variabilidade de meios para realizar a distribuição de sua produção.

Outro ponto comum aos estudos sobre os mercados para pequenos ruminantes supracitados refere-se a um mercado como um éter universal (Hodgson, 2015). Esse aspecto permanece como o principal norteador dos estudos sobre os mercados de caprinos e ovinos no semiárido, com “o mercado” organizado e regulado de forma restrita pelas regras subjacentes nas curvas de oferta e demanda. Assim, a estrutura e o funcionamento desses mercados permanecem desconhecidos e necessitam de estudos adicionais sobre como os produtores se conectam com os compradores.

Por sua vez, os estudos (Souza; 2013; Matte, 2017; Matte *et al.*, 2020) acerca dos mercados da pecuária trouxeram novas abordagens teóricas ao abordar os mercados como instituições sociais que estruturam as interações humanas e podem indicar dinâmicas sociais e econômicas. Souza (2013) utilizou a abordagem da Nova Economia Institucional (NEI) para compreender os mercados de pequenos ruminantes. Apesar da importância de aportar com recursos teóricos não ortodoxos para compreender os mercados, sua interpretação reduziu as relações entre agricultores com os mercados fundamentada em uma perspectiva dual, entre o formal e informal, a partir de uma concepção jurídica que identificou o formal como relacionado à lei e o informal como algo clandestino e ilegal. Essa presunção, limitou-se a um caráter institucionalista restritivo, com os agricultores devendo cumprir as regras do jogo (North, 2018) para se relacionarem com os mercados, apresentando como referência a abordagem dos sistemas agroindustriais.

Todavia, adverte Hodgson (2006), as análises que enfatizam as regras legais podem subestimar ou até mesmo excluir a existência de regras e instituições, que podem moldar o comportamento humano de maneira significativa. Nesse caso, malgrado a utilização de uma abordagem institucionalista nos estudos sobre mercados de caprinos e ovinos, essa apresentou lacunas relacionadas à ausência de explicações das relações dos agricultores com os canais de

comercialização e sobre as dinâmicas que envolvem as instituições que regulam e coordenam a interação dos agricultores com os mercados, particularmente, referentes à sua origem e como foram moldadas.

Além disso, essa perspectiva jurídica da NEI sobre os mercados de caprinos e ovinos limitou a compreensão sobre a diversidade das formas de relações dos agricultores com os canais e mercados. Esse aspecto restritivo inviabilizou as explicações sobre os fatores responsáveis pela seleção dos canais e dos mercados. Além disso, não reconheceu os mercados como instituições sociais plurais que moldam e podem ser moldadas para possibilitar um processo de resistência dos agricultores produtores de caprinos e ovinos no semiárido.

O estado do Ceará apresenta 95% de sua área territorial inserida no semiárido, e nesse espaço a pecuária de pequenos ruminantes assume destacada importância social e econômica para os agricultores familiares. A produção de caprinos e ovinos no Semiárido cearense está presente em 39.955 e 69.104 estabelecimentos, respectivamente, com aproximadamente 80% desses caracterizados como agricultores familiares. Destaca-se a microrregião do Sertão dos Inhamuns, com a produção pecuária de pequenos ruminantes concentrada em cinco municípios, com aproximadamente 20% do efetivo rebanho cearense de caprinos e ovinos.

Este estudo tem como recorte espacial a microrregião Sertão dos Inhamuns, localizada no Semiárido cearense, que se destaca como uma das áreas de maior concentração de estabelecimentos agropecuários que produzem pequenos ruminantes no país. Além disso, a seleção da microrregião do Sertão dos Inhamuns (CE) decorre da importância socioeconômica dessas pecuárias para os agricultores familiares e da atuação do Estado brasileiro, por meio de diferentes políticas públicas, com a utilização dessas atividades produtivas como promotoras do desenvolvimento rural (Silva; Alves, 2019). Por sua vez, a partir do final do século XX constatou-se uma ampliação das trocas mercantis e do surgimento de diferentes canais de comercialização no Sertão dos Inhamuns, indicando novas formas de coordenação e distribuição dos produtos de pequenos ruminantes por meio de diferentes relações dos agricultores familiares com os mercados.

Nesse caso, esta pesquisa apresenta como questão central quais são as estratégias de comercialização utilizadas pelos produtores de caprinos e ovinos para participar dos mercados e quais são suas contribuições para a produção e reprodução social? Adicionalmente, manifestam-se questões acessórias que indagam como ocorreu o processo de mercantilização desses agricultores familiares? Como estão caracterizados os agricultores que acessam os mercados de caprinos e ovinos? Quais são os canais utilizados pelos agricultores? Quais são os principais mercados de caprinos e ovinos e como eles estão regulados?

A hipótese que sustenta esta Tese é que a diversificação no acesso aos mercados contribui para garantir a reprodução social e econômica dos agricultores familiares produtores de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns (CE). Dessa forma, quanto mais diversificadas as trocas mercantis, maior será a contribuição social e econômica da produção de caprinos e ovinos para as famílias. Por sua vez, a existência dessa diversidade está associada à diversificação dos canais de comercialização e mercados que os agricultores familiares podem participar, constituindo-se em formas de garantir espaços de manobras para assegurar a distribuição de seus produtos e a apropriação do valor.

Para tanto, o objetivo geral deste estudo é analisar as estratégias de comercialização dos agricultores familiares produtores de pequenos ruminantes no Sertão dos Inhamuns, Ceará, e sua contribuição para a reprodução social e econômica dos agricultores familiares.

Para dar conta de responder a este objetivo geral da pesquisa foram definidos estes objetivos específicos:

- a) caracterizar o processo de mercantilização da agricultura familiar no semiárido nordestino;
- b) caracterizar a agricultura familiar pecuarista de pequenos ruminantes no Sertão dos Inhamuns a partir de questões sociais, produtivas, econômicas e da relação com o Estado por meio do acesso de políticas públicas;
- c) mapear os canais de comercialização da pecuária de pequenos ruminantes acessados pelos agricultores familiares no Sertão dos Inhamuns;
- d) identificar e classificar os mercados agroalimentares das atividades relacionadas a pequenos ruminantes no Sertão dos Inhamuns a partir dos seus aspectos de regulação e coordenação.

A escolha do tema “agricultura familiar e mercados alimentares” para este estudo apresenta-se determinada a compreender a diversidade no acesso aos mercados como um processo de desenvolvimento socioeconômico dos agricultores familiares, a partir de diferentes interesses de ordem pessoal e profissional. Em termos particulares, as origens nordestinas do sertão cearense e da agricultura familiar deste pesquisador motivaram a vinculação deste estudo, com o interesse de aprofundar conhecimentos sobre os mercados como uma estrutura social capaz de assegurar a resistência das famílias no semiárido. Este interesse nasceu a partir da necessidade de compreender como a exclusão dos mercados da cotonicultura no Semiárido cearense nos anos de 1990 permitiu a criação de novos mercados agroalimentares por sua família por meio da pecuária e possibilitou sua reprodução social e econômica nos anos seguintes.

Em termos profissionais, o tema encontra-se vinculado aos estudos rurais desenvolvidos nas atividades de pesquisador da área de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Essas pesquisas estão associadas diretamente à produção de conhecimentos para os agricultores familiares inovarem em seus processos produtivos e fortalecerem sua autonomia em mercados. Neste aspecto, destaca-se a ênfase na diversidade da pecuária no semiárido, com as atividades de caprinos e ovinos reconhecidas como distintos recursos sociomateriais que possibilitam a resiliência em face às diferentes adversidades no Semiárido cearense, com a ampliação de oportunidades e contribuições para a reprodução social e econômica dos agricultores familiares.

Ressalta-se que esta Tese está associada aos estudos desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa em Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento (GEPAD), do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS) sobre os mercados alimentares. Eles foram desenvolvidos a partir de perspectivas sobre os mercados, com a concepção de que esses são instituições que regulam as relações socioeconômicas dos agricultores, decorrentes de um processo de mercantilização heterogêneo, fundamentado em distintas realidades sociais, econômicas, políticas, culturais, espaciais e institucionais nas quais os agricultores estão inseridos. Esta pesquisa dará continuidade a essa temática com estudos sobre os mercados dos agricultores familiares produtores de caprinos e ovinos no Semiárido brasileiro, com o propósito de contribuir com o desenvolvimento de conhecimentos sobre os mecanismos de resistência a partir das relações desses atores com os mercados.

Além disso, esses conhecimentos possibilitarão o aprimoramento de iniciativas dos agricultores, movimentos sociais e atores políticos envolvidos direta ou indiretamente com políticas públicas direcionadas ao fortalecimento e à construção de novos mercados da pecuária de pequenos ruminantes, adequados aos modos de vida dos agricultores familiares no semiárido, em contraposição às iniciativas que buscam referendar apenas um tipo de mercado, como única solução para o desenvolvimento desse espaço regional.

Em sua estruturação, esta Tese está constituída de oito capítulos, com esta introdução. O segundo capítulo trata dos aspectos teóricos que nortearam o desenvolvimento deste estudo. Foram utilizados os preceitos da Sociologia Econômica que define os mercados como instituições a partir da abordagem de Karl Polanyi e da Economia Institucional Original e da discussão sobre o processo de resistência dos agricultores a partir da mercantilização, mediante a contribuição de Ploeg sobre a compreensão da relação dos agricultores com os mercados. O terceiro capítulo apresenta as questões metodológicas relacionadas aos tipos de delineamento

da pesquisa, os métodos, as técnicas de coleta, a sistematização e análise utilizada para a execução desta pesquisa.

O quarto capítulo aborda a trajetória histórica da mercantilização realizada pelos agricultores familiares a partir de uma série de fatores sociais, econômicos, políticos e produtivos para o estabelecimento das relações com os mercados no semiárido. Ademais, trata sobre a construção social dos mercados para a oferta de produtos de pequenos ruminantes na microrregião do Sertão dos Inhamuns e sua contribuição ao processo de produção e reprodução socioeconômica. O quinto capítulo alude sobre os agricultores familiares produtores de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns a partir de dimensões demográficas, sociais, econômicas e políticas.

O sexto capítulo discute a comercialização a partir da identificação e da caracterização dos canais de distribuição utilizados pelos agricultores familiares. Nesse aspecto, aborda duas estratégias de comercialização como forma de garantir o controle sobre a comercialização das mercadorias. O sétimo capítulo debate os mercados a partir da regulação das atividades relacionadas com as trocas mercantis. Para tanto, identifica e caracteriza os mercados e as instituições envolvidas na estruturação e coordenação, envolvendo questões relacionadas com o processo de fortalecimento da autonomia dos agricultores em situações de mercado.

E, para concluir, o oitavo capítulo apresenta as considerações finais e trata sobre os resultados desta Tese, com suas limitações, contribuições e perspectivas sobre os avanços na abordagem do tema dos mercados para a agricultura familiar.

2 AGRICULTURA FAMILIAR E MERCADOS

A relação dos agricultores com os mercados foi assumida como um dos principais temas de pesquisa social desde o início do século XX até os dias atuais. Esses estudos foram marcados por distintas concepções teóricas fundamentadas na Economia e na Sociologia, com explicações diversas sobre a contribuição dos mercados para o processo de reprodução social desses atores. Neste estudo destaca-se o entendimento sobre os mercados a partir do que foi preconizado por Hodgson (1994), de que os mercados são conformados por um conjunto de instituições sociais que praticam, trocas generalizadas de mercadorias específicas, sendo essas trocas facilitadas e estruturadas por essas instituições.

A trajetória de expansão do capitalismo na agricultura resultou em divisão social do trabalho com o surgimento de uma agricultura associada com distintas instituições, entre elas os mercados (Bernstein, 2011a). Nesse aspecto, este estudo concorda com Schneider (2016), ao afirmar que são raríssimos os casos em que os agricultores não se relacionam com os mercados, pois eles fazem parte do processo de produção e reprodução das atividades econômicas e das unidades familiares, influenciam valores e cultura, moldam e modificam instituições, suscitam conflitos, protestos e disputas.

Em face desses movimentos, os mercados foram expandidos e compõem as esferas da produção e da circulação. De acordo com Bernstein (2011b), quando essa relação ocorre pelo lado da produção, os mercados estão localizados à montante e encontram-se relacionados com terra, trabalho e crédito. E, quando essa relação ocorre pelo lado da circulação, os mercados estão à jusante, e, nesse caso, são denominados de mercados agroalimentares e estão vinculados aos setores de comercialização, processamento e distribuição.

Os mercados agroalimentares foram considerados como um tema subjacente no debate sobre o desenvolvimento rural, particularmente, a partir das transformações que ocorreram nos sistemas alimentares ao longo dos últimos 50 anos (Ploeg *et al.*, 2000; Marsden; Morley, 2014; Marsden *et al.*, 2018; Preiss; Schneider, 2020; Wilkinson, 2008; 2023). A compreensão do processo de desenvolvimento, conforme Schneider (2010a), deve ocorrer por meio de um enfoque agroalimentar, com explicações sobre as formas de integração dos agricultores familiares com os mercados agroalimentares e interpretar como os agricultores estão reagindo ao avanço do capitalismo na agricultura a partir de aspectos sociais que envolvem esse processo. A partir dessa perspectiva, o autor

reconhece como fundamental para a reprodução social dos agricultores a sua capacidade de se inserir em mercados, mas sobretudo apresentar uma autonomia relativa em relação a essas instituições sociais.

Este capítulo, de acordo com essa breve discussão, tem como finalidade apresentar as bases teóricas que nortearão a compreensão e as explicações sobre o relacionamento entre agricultores familiares produtores de caprinos e ovinos do Sertão dos Inhamuns (CE) com os mercados agroalimentares.

Para tanto, são apresentadas discussões da Sociologia Econômica que tratam sobre as formas de ação dos atores ao realizarem suas trocas em mercados, como forma de compreender as diferentes formas de concebê-los e os modos como eles são operacionalizados. Em sequência, apresentam-se os pressupostos teóricos da abordagem institucional desenvolvida por Polanyi e da Economia Institucional Original, buscando compreender os mercados como instituições plurais, as mudanças institucionais, a natureza e o funcionamento desses mercados. Em seguida, aborda-se o processo de mercantilização a partir dos estudos de Ploeg, que tratam sobre a contribuição dos mercados no processo de produção e reprodução social dos agricultores familiares.

2.1 A SOCIOLOGIA ECONÔMICA E A AÇÃO NOS MERCADOS

O ponto de partida para se compreender os mercados como um dos principais fenômenos econômicos da sociedade ocorreu a partir da análise do comportamento humano associado ao capitalismo. Um dos precursores dessa iniciativa foi Adam Smith, que assumiu a pressuposição de que a ação econômica é uma manifestação de uma ordem natural, um impulso inato pela troca, na qual a motivação é conferida pelo desejo de recompensa. Smith (1996) acreditava que o ato de cooperar na sociedade era mediado por um comportamento de interesse próprio que motivava os indivíduos a interagirem uns com os outros.

Para Smith os mercados foram assumidos como espaços necessários para compatibilizar a motivação das trocas de mercadorias entre os indivíduos, voltadas para garantir e proporcionar o bem-estar social, prevalecendo uma força natural capaz de guiar e controlar os mercados, representada pela metáfora da “mão invisível”. Saliencia-se que essas trocas, por serem naturais, não devem sofrer intervenções, estabelecendo, portanto, os mercados como espaços livres e fundamentais para a promoção da harmonia social. Smith fundamenta a economia clássica a partir das relações de produção que surgiam

entre as pessoas por meio de um indivíduo natural, universal e imutável, lançando os fundamentos para a constituição do *Homo economicus*.

No final do século XIX ocorreu a revolução marginalista que deu origem à escola neoclássica, que se caracteriza por apresentar um enfoque teórico-metodológico direcionado para as relações entre as pessoas e a produção material. A escola neoclássica concentra suas investigações sobre a ação econômica a partir da condição de escassez. Essa condição, segundo Izepão *et al.* (2020), reflete em comportamento que pode ser retratado pela racionalidade de maximizar e satisfazer seus desejos, visando obter a eficiência em seus relacionamentos. Além disso, ela destaca a capacidade dos indivíduos ordenarem suas preferências, uma vez que são capazes de calcular a utilidade ou valor esperado das mercadorias, contudo, essa escolha estaria totalmente desprovida de qualquer influência social ou cultural.

Segundo Araújo (1988), essa escola apresenta como modelo referencial um mercado de concorrência perfeita, com produtos homogêneos e substituíveis, com a capacidade de autorregulação que deve ocorrer através dos preços e dos agentes econômicos com conhecimento ilimitado sobre os mercados, mas totalmente despossuídos de poder para influenciar os preços. Nesse propósito, as ações dos indivíduos são previsíveis e lógicas e os mercados considerados como universais, meios para alocar recursos escassos e que resultam de pontos de equilíbrio entre oferta e demanda. Assim, a matemática foi utilizada como ferramenta pela economia neoclássica para a criação de hipóteses e modelos dedutivos e abstratos de equilíbrio entre oferta e demanda, utilizando o individualismo metodológico para as explicações dos fenômenos econômicos.

Essa perspectiva ampliou-se e originou novas filiações teóricas, com destaque para as abordagens de cadeia produtiva e de sistemas agroindustriais (Zylberstajn, 2000; Miele *et al.*, 2011). Ressalta-se que os estudos (Guimarães Filho *et al.*, 2000; Nogueira Filho; Kasprzykowski, 2006; Embrapa, 1993; Embrapa Caprinos, 2000; 2005; Embrapa Caprinos e Ovinos, 2008; Holanda Júnior *et al.*, 2013; Souza, *et al.*, 2014; Brasil, 2017; Lucena *et al.*, 2018; Leite, 2019; Magalhães *et al.*, 2021) sobre o mercado de caprinos e ovinos foram orientados a partir dessas abordagens e oferecem explicações sobre o seu funcionamento por meio de um comportamento mecânico, individual, egoísta, utilitarista e a-histórico, e como algo natural e desprovido de relações sociais para compreender a atuação dos indivíduos quando realizam suas trocas mercantis.

A Sociologia Econômica surgiu no final do século XIX com abordagens teóricas e metodológicas que propõem explicações distintas da economia *mainstream* para os fenômenos econômicos. Smelser e Swedberg (2005) destacam a Sociologia Econômica como uma disciplina capaz de estudar os mercados e explicá-los para além de uma racionalidade que busca maximizar a utilidade a partir de recursos escassos, buscando entender esse fenômeno a partir de um indivíduo construído socialmente, que se encontra ligado e influenciado por um conjunto de fatores históricos e institucionais.

Steiner (2006) destaca as contribuições de Durkheim e Weber para a formação da Sociologia Econômica a partir de suas análises sobre a concepção da ação econômica, assumindo que as manifestações da ação individual devem ocorrer a partir de motivações e que os indivíduos ao agirem devem considerar a ação do outro.

A ação econômica foi um dos principais temas da sociologia econômica de Weber (Smelser; Swedberg, 2005), que identificou e caracterizou quatro tipos ideais de ação. O primeiro tipo de comportamento está associado aos costumes e rotinas, sendo denominado de tradicional; a segunda forma é a afetiva e está relacionada com os impulsos e os afetos do momento; a terceira forma é denominada de racional em relação aos valores que motivam a ação; e a quarta, também denominada de racional, se refere a uma adaptação dos meios aos fins a serem alcançados.

Steiner (2006) destaca que a ação racional do tipo adaptação dos meios aos fins está intrinsecamente relacionada com o comportamento econômico descrito pela teoria marginalista, estritamente associada ao lucro e a relações de impessoalidade, portanto, a ação é uma instrumentalização do comportamento egoísta do *Homo economicus*. A concepção weberiana de racionalidade de ajustes dos meios aos fins aproxima a sociologia da economia *mainstream*. Esse tipo de ação individual consolidou o modelo da teoria econômica e consagrou-se como uma representação social de diferentes problemas da sociedade que são encarados como estritamente econômicos (Steiner, 2006). Todavia, Raud-Mattedi (2005a) salienta que a proposta de Weber vai além, pois ele identifica o mercado como um espaço de luta entre compradores, vendedores e concorrentes, inserindo a categoria de poder e as instituições como organizadoras dessa relação, ausentes na escola neoclássica.

Os estudos de Durkheim e membros de sua escola foram apontados por Steiner (2006) como aqueles que buscavam um total rompimento com a economia *mainstream*. As críticas eram direcionadas à concepção do comportamento racional do *Homo economicus* como ponto central para delimitar a atuação da sociologia com a economia.

A crítica envolvia a questão da previsibilidade da ação econômica preconizada na teoria econômica, uma vez que essa pressuposição não estuda os fatos, apenas possibilidades que podem ocorrer mediante um comportamento egoísta racional, não havendo a preocupação com questões relacionadas ao meio social e histórico em que as decisões são tomadas.

Nessa questão, conforme salienta Steiner (2006), o enfoque durkheimniano tem como base os “fatos sociais” como determinantes para compreender o comportamento dos indivíduos. Ele destaca a definição de Durkheim de fatos sociais como “[...] formas de agir, de pensar e de sentir externas aos indivíduos, mas que apresentam um poder de coerção sobre ele”. De acordo com Raud-Mattedi (2005a), as instituições, para Durkheim, determinavam o comportamento econômico. Assim, essa perspectiva reconhece que a existência e o funcionamento dos mercados podem ser explicados por meio das instituições como fatos externos às estruturas cognitivas dos indivíduos.

Um dos mais importantes conceitos utilizados na Sociologia Econômica foi apresentado por Polanyi em sua obra “A grande transformação”, contribuindo com o desenvolvimento dos estudos sobre os mercados. Polanyi (2012a) apresenta o conceito de imersão (*embeddedness*) como cerne de seu enfoque teórico-institucional para desenvolver sua crítica à formação de uma sociedade de mercado. Em sua visão, o determinismo econômico como uma lei geral para toda a sociedade atuava por meio de um mercado autorregulado e mediado pelo preço das mercadorias, promovendo um desenraizamento da economia da vida social.

Esse desenraizamento, conforme Polanyi, surge a partir de uma interpretação teórica de criação das mercadorias fictícias – terra, trabalho e dinheiro, permitindo uma desregulamentação dos mercados e, conseqüentemente, um rasgo no tecido social com o comprometimento da reprodução social em prol de uma economia de mercado, ancorada nos princípios de uma economia ortodoxa.

As transformações sociais e econômicas que foram iniciadas na década de 1970 e início dos anos 1980 proporcionaram e direcionaram um novo olhar por parte dos sociólogos para a intrincada relação entre mercados, sociedade e Estado. De acordo com Beckert (2007), essa atenção aos mercados buscava explicações a partir de uma conjuntura econômica relacionada: com as mudanças macroeconômicas em virtude do aumento da inflação, baixa taxa de crescimento econômico, elevado desemprego; ao surgimento de novas configurações econômicas e institucionais que não poderiam ser atribuídas a fatores pertinentes à economia ortodoxa – sucesso do Japão, os distritos

industriais e a economia informal; e às mudanças das políticas econômicas que passaram a ser orientadas a partir do mercado, resultando na expressão de troca suprema defendida pelo neoliberalismo.

Nesse novo marco da sociedade, Lie (1997) destaca a força que os mercados foram assumindo como formas dominantes nos discursos e práticas, tornando-se, em muitos casos, a única forma viável de troca ou coordenação de uma economia complexa. Segundo o autor, por um lado, essa circunstância favoreceu e fortaleceu a perspectiva ortodoxa para analisar as esferas da vida social, principalmente a partir do desenvolvimento da teoria da escolha racional na ciência política e sociologia. Por outro, ele salienta que esse novo quadro possibilitou o surgimento de diferentes abordagens sociológicas e institucionalistas que buscam explicações para a natureza e a funcionalidade dos mercados para além da abordagem abstrata preconizada pela economia *mainstream*, privilegiando a descrição e análise da diversidade empírica dos mercados realmente existentes.

O conceito de imersão de Karl Polanyi foi utilizado por Granovetter (2007) para criticar os comportamentos subsocializados e supersocializados. O primeiro fundamentado na ação econômica racional dos agentes econômicos preconizado pela economia clássica e neoclássica, enquanto o segundo tipo está imerso nas relações sociais, nas quais o comportamento está submetido às regras, normas e valores. A partir desse argumento, ele reinterpreta o conceito de imersão e propõe um enfoque teórico fundamentado no comportamento econômico estruturado a partir de redes de relacionamentos, funcionando como variável explicativa para as trocas realizadas nos mercados. Ao assumir essa proposição sobre a imersão, ele contribuiu para a formação da Nova Sociologia Econômica que foi estruturada para possibilitar explicações teóricas sobre a imersão social da economia na sociedade contemporânea.

De acordo com Wilkinson (2002), a abordagem de redes possibilita analisar os mercados da pequena agroindústria a partir dos prolongamentos de relações familiares com os canais de comercialização. Nessa circunstância, os mercados não se constituiriam em um problema, pois a produção evolui de acordo com a demanda. A reputação da qualidade do produto é assumida a partir da confiança atribuída ao produtor. E, à medida que as transações se repetem ocorre a consolidação da qualidade e da lealdade, tornando essas relações imunes de pressões mercadológicas ou reguladoras. Conforme o autor, o desafio para esses mercados de proximidade está na sua expansão para além das redes sociais nas quais os atores estão imersos.

Todavia, Raud-Mattedi (2005b) destaca que a abordagem de redes apresenta uma série de críticas ao reinterpretar o conceito de imersão de Polanyi, com destaque para a ausência da incorporação da dimensão cultural e político-institucional em sua análise, além de conferir uma ambiguidade ao papel do Estado na atividade econômica. Nesse cenário de reinterpretação do conceito de imersão, Jardim e Cândido (2019) destacam a importância do conceito, entretanto, salientam que esse apresenta-se como indeterminado, com pouco consenso, mas que inspira os autores a organizarem os debates, permitindo o surgimento de outros enfoques além da abordagem de redes para analisar a construção social de mercados. Salientam-se as vertentes culturalista, fundamentada nos estudos de Viviane Zelizer, que aborda o conceito de imersão a partir dos valores e crenças, e o enfoque que aborda os mercados como imersos em política a partir dos estudos de Fligstein.

Por sua vez, Abramovay (2004) destaca que os estudos sobre mercados não devem ser limitados a uma questão maniqueísta, ou seja, nem como a melhor e única concepção de coordenação da sociedade e muito menos como algo demonizado e destruidor da vida. De acordo com o autor, esses devem ser compreendidos a partir de um conjunto de aspectos que se encontram imbricados na sua constituição e funcionalidade, tais como a subjetividade dos agentes econômicos, as distintas formas de coordenação, suas relações históricas e os aspectos cognitivos envolvidos. O autor reforça que os mercados devem ser estudados como uma construção social, a partir de suas dimensões institucional, sociológica e histórica, contribuindo para explicar a diversidade das formas de cooperação assumidas por uma sociedade descentralizada.

Wilkinson (2016) salienta que os estudos rurais sobre mercados foram influenciados por distintas escolas e teorias econômicas e sociológicas, expressando um intenso dualismo, ambivalência e antagonismo nesse campo. Niederle *et al.* (2014) seguem a mesma linha de argumentação de Wilkinson ao criticar o dualismo existente nos estudos sobre os mercados na agricultura. Os autores destacam quatro aspectos para se refutar essa pressuposição dualística e apontam para a necessidade de buscar explicações sobre os mercados a partir de uma abordagem que considere a existência de um processo heterogêneo da mercantilização, resultando em uma diversidade de mercados.

O primeiro ponto está relacionado à contestação sobre o estabelecimento dos limites mantenedores da dicotomia entre o global e o local. Essa oposição invisibiliza um conjunto amplo de redes que podem estar sobrepostas e se organizar em diferentes

espaços. O segundo refere-se especificamente à compreensão sobre o processo de globalização. Esse deixa de ser entendido como um processo linear e homogeneizador e passa a ser reconhecido como capaz de promover distintas respostas pelos atores – produtores e consumidores, resultando no estabelecimento de um processo heterogêneo.

O terceiro ponto está relacionado com o surgimento de hibridização entre mercados, tais como aqueles que estão sujeitos à economia da qualidade. E, por fim, eles destacam a importância das instituições como estruturas importantes na explicação de como os mercados surgem e quais dessas são relevantes para o processo de diferenciação entre as redes alimentares.

Ao exporem esses pontos, Niederle *et al.* (2014) destacam a necessidade de se analisar as múltiplas configurações sociais e institucionais que determinam a existência de distintos mercados e a harmonização entre as forças econômicas e os fatores socioculturais como fundamentais para compreender os motivos e de que maneira essas trocas se efetivam. Portanto, segundo os autores, faz-se necessário identificar as normas, regras e valores que fundamentam as circunstâncias sociais para as trocas mercantis, possibilitando identificar quem pode participar dos mercados, quais as condições e com que estrutura organizacional.

A partir dessa proposição, Schneider (2016) utiliza a definição de mercados a partir da conjugação de aspectos espaciais, sociais e institucionais. Ao associar mercados como um espaço físico ou *locus*, o autor busca revelar que essas estruturas estão presentes na vida cotidiana e que significam mais do que uma simples troca mercantil. O segundo aspecto, destacado pelo autor é que ele atribui aos mercados a condição de uma construção social, ou seja, são decorrentes da tessitura de mãos visíveis, manifestada por diferentes interesses dos atores imersos em uma estrutura social. E, por fim, destaca aquela relacionada com o aspecto institucional, no qual os mercados seriam definidos como instituições, funcionando como um princípio ordenador da sociedade.

Assim, Schneider (2016) ressalta a existência dos mercados como elemento de um processo social heterogêneo, no qual o mercado não é algo natural e, muito menos, não existem apenas dois tipos de mercados que se antagonizam, mas vários e que podem coexistir entre si, ampliando as formas de relação dos agricultores familiares com os mercados. Nesse aspecto, o autor assume a diversidade institucional como parte de um processo de criação de oportunidades para garantir o acesso dos agricultores em diferentes mercados, assumido como um processo de aprendizagem institucional, por meio de uma

busca na autonomia em mercados como forma de contribuir para o processo de produção e reprodução socioeconômica desses atores.

De acordo com Maciel *et al.* (2019), a Sociologia Econômica apresenta-se como uma perspectiva relevante no estudo da natureza e do funcionamento dos mercados agroalimentares na pecuária familiar, possibilitando, ainda, a categorização dos tipos de mercados. Além disso, eles sugerem que a Sociologia Econômica poderá contribuir com as explicações sobre o relacionamento dos produtores de pequenos ruminantes com os mercados a partir das lógicas de produção e comercialização, relações mercantis marcadas pela autonomia em mercados e a construção social dos mercados.

Destaca-se a construção social de mercados na pecuária ovina a partir do caso do “Genuíno Cordeiro Texel”, em Texel, Holanda. De acordo com Ploeg (2016b), essa iniciativa representou um enfrentamento à concorrência da carne de cordeiro exportada da Nova Zelândia, que abastecia os principais canais de comercialização da Holanda e ameaçava a continuidade da produção de ovinos em Texel. Ele salienta a construção de um novo mercado nos interstícios de um mercado global, a partir da reinvenção de um produto local, no caso o “Genuíno Cordeiro Texel”, portanto, esse novo mercado territorial envolveu uma remodelação nos aspectos relacionais e institucionais, constituindo uma infraestrutura sociomaterial específica que sustenta e define esse novo mercado.

No Brasil, os estudos (Alves *et al.*, 2015; Gonçalves Júnior, 2016; Matte *et al.*, 2016; Farias *et al.*, 2017; Silva *et al.*, 2018; Silva *et al.*, 2021) realizados em diferentes partes do país utilizaram diferentes abordagens da Sociologia Econômica para compreender o processo de construção social de mercados a partir das mãos visíveis dos agricultores familiares e da participação do Estado. Ressalta-se o ponto comum entre esses estudos, a heterogeneidade na atividade de comercialização, caracterizada pela oferta dos produtos por meio de valores relacionados à preservação das tradições e ao fortalecimento dos modos de vida.

Além disso, eles explicitaram a diversidade de formas de canais de comercialização e mercados, a partir das diferentes configurações sociais e econômicas que envolvem os agricultores familiares. Nesse caso, eles constataram a utilização de conhecimentos tácitos na produção e processamento de suas mercadorias, com uma reconfiguração distinta dos processos de padronização, a partir de características apropriadas ao contexto ambiental, socioeconômico e cultural. Particularmente, eles apontaram que a construção dos mercados foi fundamentada em uma condição *sine qua*

non, ou seja, estava de acordo com a realidade de produção e o trabalho dos agricultores, bem como, que esses mercados são permeáveis e se redefinem constantemente em suas relações sociais e de trabalho a partir de objetivos comuns.

Essa seção procurou demonstrar os diferentes comportamentos dos atores fundamentados nas discussões na Sociologia Econômica, particularmente, em relação à construção social de mercados como parte de um processo de interação social e institucional. Por sua vez, na próxima parte se buscará descrever e explorar os principais elementos teóricos analíticos do pensamento institucional de Polanyi e da Economia Institucional Original como forma de compreender as relações dos agricultores com os mercados como parte de um processo plural e heterogêneo de reprodução social.

2.2 PERSPECTIVA INSTITUCIONALISTA

As instituições assumem destacada importância para se compreender as diferentes atividades humanas. Conceição (2017) salienta que elas são fundamentais para o entendimento sobre as diferentes trajetórias de desenvolvimento e revelam como as mudanças sociais operam, conduzindo a avanços e retrocessos. Neste ponto salienta-se a importância da perspectiva teórico-institucionalista, que surgiu e está presente nas ciências sociais orientando diversas escolas de pensamento em distintas disciplinas.

De acordo com Conceição (2000), as diferentes correntes teórico-institucionalistas apresentam distintas formas de definição das instituições, podendo serem representadas como as regras do jogo, como organizações, como hábitos e normas, o que não invalida as contribuições teóricas e analíticas de cada abordagem.

A próxima seção trata sobre a abordagem analítica de Karl Polanyi e da Economia Institucional Original a partir de seus elementos teóricos na compreensão da relação dos agricultores familiares produtores de pequenos ruminantes com os mercados agroalimentares, conforme explicitado a seguir.

2.2.1 A abordagem institucional de Polanyi

A análise institucional de Polanyi permite compreender a economia como um processo institucionalizado, que se encontra enraizado em instituições econômicas e não econômicas (Chanvance, 2018). Neste aspecto, Cangiani (2012) ressalta que a teoria institucional de Karl Polanyi diz respeito ao sistema econômico e à atividade econômica

caracterizados como social e historicamente construídos. Nesse ponto, Polanyi reconhece a existência de diversas formas de organização social da economia, que coexistiam na regulação da vida social, fundamentadas em diferentes formas institucionais que regulam o processo econômico na sociedade.

Polanyi identificou quatro formas de integração para a organização dos sistemas econômicos, representadas pela domesticidade, reciprocidade, redistribuição e pelos mercados. A domesticidade foi representada pela produção para o uso próprio, como princípio da administração doméstica. As formas institucionais da reciprocidade estariam relacionadas aos movimentos entre grupos sociais simétricos, representados no ato de dar e receber, estando relacionadas com normas de comportamento como amizade, solidariedade e associação. Na redistribuição esses movimentos estariam direcionados para um centro que em seguida distribui a partir de regras e normas de controle. Finalmente, o mercado funcionaria como um movimento fundamentado em trocas entre diferentes, aleatórios e dispersos, caracterizado pelo processo de compra e venda, sancionado pela relação entre propriedade privada e livre contrato (Schneider, 2016). Ressalta-se que essas formas de organização dos sistemas econômicos podem coexistir entre si.

Polanyi (2012a) destaca que os mercados locais, o comércio exterior e os preços sempre existiram, mas a expansão capitalista no século XIX, com o advento da revolução industrial, provocou a potencialização da instituição do mercado autorregulado como dispositivo hegemônico na regulação das relações sociais, representando uma mudança institucional na forma social da organização econômica.

Para Polanyi, a organização da economia a partir dos mercados autorregulados representou um novo arranjo institucional separado das questões sociais, determinando uma sociedade de mercado desenraizada (Cangiani, 2012). Polanyi (2012b) destaca que o mecanismo de mercados autorregulados criou a ilusão de que o determinismo econômico é uma lei válida para uma economia de mercado. Segundo o autor, o funcionamento do sistema de mercado não apenas influenciou o resto da sociedade, mas a dirige como um acessório do mercado a partir de uma ação econômica racional. De acordo com Schneider e Escher (2011), a crítica de Polanyi para a economia de mercado está fundamentada em sua visão sobre o comportamento econômico dos indivíduos, necessariamente este só poderá ser compreendido a partir do ambiente institucional construído historicamente e das relações sociais nas quais os indivíduos estiverem inseridos, diferente do que foi preconizado para o *Homo economicus*.

Polanyi (2012c) destaca a existência de duas definições para a economia, como forma de compreender as formas de organização social e suas mudanças institucionais. Especificamente, a definição de economia apresenta-se como elemento chave de sua abordagem ao tratar sobre o papel da economia na vida das pessoas e da importância das instituições nas relações humanas. De um lado, estaria uma economia que tem como significado o estudo da escassez e da maximização, sendo denominada de “formal”, fundamentada nas pressuposições da economia neoclássica, com os mercados sendo regulados a partir dos preços e lidando com questões de eficiência.

De outro lado, exprime uma economia sobre como as pessoas fazem para se abastecerem com os meios materiais para alcançar seus objetivos, referindo-se a esse tipo de economia como “substantiva”, portanto, uma economia que se preocupa com o tempo e o espaço, contrastando com caracterizações gerais e universais e constituindo-se na base para a análise institucional de Polanyi. Nesse aspecto, convergindo com Polanyi, compreende-se a produção e a reprodução social dos agricultores familiares como intimamente associadas com às questões substantivas, fundamentadas a partir da lógica de manutenção do consumo da unidade produtiva a partir do trabalho familiar, ao invés de uma busca pela maximização e a eficiência.

Outro ponto de convergência desta Tese com os estudos de Polanyi está relacionado à noção de duplos movimentos. Na visão de Polanyi (2012a), uma série de movimentos do liberalismo econômico em favor do mercado autorregulado resultou em mudanças institucionais com a criação de um sistema de mercado como forma de regulação da sociedade. Essas mudanças produziram efeitos dramáticos sobre a organização social, em vias de causar um rompimento na tessitura social. Entretanto, segundo o autor, essa configuração impeliu diferentes atores, por meio de variadas ações, a enfrentarem as contingências sociais e econômicas, o que Polanyi denominou de contramovimentos, com mudanças institucionais como formas de proteção da sociedade aos efeitos desse tipo de mercado. Polanyi aponta a decisiva contribuição do Estado que agiu deliberadamente na criação dos mercados e, por outro lado, se viu forçado pela própria sociedade em um contramovimento para criar e implementar regras para protegê-la desse sistema de mercado autorregulado, portanto, destacando a íntima relação dos mercados com os aspectos políticos.

Vail (2022), ao analisar o duplo movimento, reforçou que essa noção permite interpretar as mudanças institucionais como um processo constante, sistêmico e dialético, estruturado em quatro processos sociais inter-relacionados. O primeiro seria representado

pelo estabelecimento do mercado autorregulado; o segundo, trataria do surgimento de uma sociedade organizada a partir dos imperativos desse mercado; em seguida, uma fase de proteção social que restringiria o mercado e protegeria a sociedade; e, finalmente, as contradições e crises que resultariam desse choque de princípios sociais. Ademais, ele ressalta que na visão de mundo polanyiana, a mudança histórica não tem ponto final teleológico, nem resultados fixos e o equilíbrio de poder com o duplo movimento e as transições entre ciclos permanecem imprevisíveis e politicamente contingentes.

McMichael (2023) destaca os duplos movimentos de Polanyi como um dos importantes conceitos para abordagens críticas dos estudos agrários. Para o autor, os duplos movimentos representam uma relação dialética e multifacetada, caracterizada, por um lado, pela força do mercado autorregulado, e, por outro, por um processo de resistência aos efeitos do primeiro, que se encontram sendo reproduzidos em diferentes partes do planeta. Dale (2013) chama atenção para a questão da interação entre os movimentos pendulares, pois esses receberam pouca atenção de Polanyi, particularmente, na mediação dos contramovimentos. Nesse caso, no Brasil os estudos (Escher *et al.*, 2018; Cassol, 2018; Matzembacher; Meira, 2020; Ploeg; Schneider, 2022; Fraga *et al.*, 2023) tem se notabilizado em responder essas lacunas, particularmente, na identificação dos atores envolvidos, nas novas formas de comercialização e das institucionalidades envolvidas no processo de resistência, entre elas, a construção social de mercados como medida de proteção aos efeitos do mercado autorregulado.

Machado (2010) destaca que os duplos movimentos que marcaram a história do século XIX foi uma prova da incapacidade do mercado autorregulado de organizar a vida das sociedades humanas, iniciando uma “grande transformação” caracterizada pela introdução de novas experiências econômicas. Todavia, conforme assinalam Schneider e Escher (2011) a transformação não se efetivou, uma vez que o liberalismo sofreu intervenções estatais sem que o sistema de mercados tenha deixado de ser o referencial global da economia política. Contudo, os autores ressaltam que muitos dos seus conceitos permanecem atuais para a crítica à teoria econômica *mainstream* e de uma economia desregulamentada por um sistema globalizado de mercados. Eles apontam que as ideias de Polanyi expressam a importância da regulação social e do papel das instituições na mediação entre as estruturas socioeconômicas e os indivíduos.

A contribuição dos conceitos de Polanyi para os estudos sobre os mercados agroalimentares utilizados pelos agricultores familiares produtores de pequenos ruminantes possibilita compreender, de forma macro, que essas instituições são partes de

uma economia substantiva, em que os agricultores a partir de um aspecto relacional homem, natureza e sociedade utilizam os diferentes mercados como um processo de resistência para garantir sua reprodução social. Além disso, busca entender as mudanças institucionais em relação ao surgimento dos mercados para os produtos das pecuárias de caprinos e ovinos a partir dos movimentos e contramovimentos em relação à mercantilização e ao surgimento dos novos mercados. Ressalta-se, ainda, a questão sobre a coexistência entre diferentes tipos de mercados, que poderá estar fundamentada a partir de um arcabouço institucional, particularmente relacionado às formas de reciprocidade, redistribuição e dos próprios mercados.

2.2.2 Economia Institucional Original

A abordagem institucionalista foi desenvolvida por Veblen, Commons e Mitchel no final do século XIX e início do século XX, com proposições críticas à economia neoclássica (Conceição, 2007). Esses foram os pioneiros no desenvolvimento de uma agenda de pesquisa na economia direcionada para a análise do comportamento econômico humano a partir de uma visão evolucionista, utilizando metáforas vinculadas à biologia darwiniana. Nesse enquadramento, buscavam distinguir-se do pensamento convencional fundamentado nas leis da física que norteiam a abordagem teórica da economia *mainstream* e, portanto, suas explicações sobre o comportamento econômico passavam necessariamente pela História e Sociologia, permitindo uma relação entre essas perspectivas.

Neste estudo busca-se compreender as estratégias de comercialização dos agricultores familiares a partir do seu relacionamento com os mercados. Especificamente, para entender esta circunstância converge-se com a Economia Institucional Original que, segundo Hodgson (1998), oferece uma perspectiva sobre a interação entre agência humana e estrutura, com uma proposta teórica relacional baseada no conceito de hábitos e regras como necessários para a ação humana. Nessa perspectiva institucionalista, conforme o autor, o conceito de hábitos está intrinsecamente relacionado com a análise institucional.

Para Veblen (2017), o indivíduo apresenta-se como um ser formado por hábitos que, por sua vez, são moldados e sustentam um conjunto de instituições, constituindo-se em ponto de partida para a sua ação. Esse indivíduo encontra-se imerso em um fluxo contínuo de adaptação aos meios, com as mudanças representadas em variações de

hábitos de pensamentos moldados por um processo histórico, que resultam em uma diversidade de instituições que podem ser selecionadas e em seguida transmitidas, assegurando a reprodução dos sistemas socioeconômicos.

Assim, de acordo com Neale (2017), as instituições são construções mentais, que conferem sentido e continuidade às ações ao assegurarem a inter-relação entre essas ações das pessoas como forma de manter os processos em curso e determinar a formação de um padrão de comportamentos correlacionados. Nesse caso, Hodgson (2006) define instituições como sistemas de regras sociais estabelecidas e prevalentes que estruturam as interações sociais. Segundo o autor, as instituições tanto restringem quanto ativam comportamentos. Ele ressalta que a existência de regras resulta em restrições, mas tais restrições podem desencadear novas escolhas e ações, que, de outra forma, não existiriam.

Essa abordagem apresenta, conforme Conceição (2020), características comuns em relação ao reconhecimento da importância das instituições para a evolução social e econômica. Nesse caso, a economia é identificada como um processo aberto e em evolução, afetada pelas inovações tecnológicas que são traduzidas a partir de um conjunto, enraizadas de relações sociais, políticas culturais e de poder. Além disso, o valor é mensurado não pelos preços das mercadorias, mas pela capacidade de incorporar e projetar nas instituições estruturas e comportamentos sociais. Outros pontos comuns estão na identificação de um indivíduo influenciado cultural e socialmente, afetando e sendo afetado pelas instituições via mecanismos de *effects* e da necessidade de aproximar-se de outras disciplinas, tornando o seu objeto de estudo multidisciplinar.

A partir desses atributos, Hodgson (1998), um dos principais expoentes dessa Escola, destaca que essa perspectiva possibilita identificar uma diversidade de formas de interações sociais constituindo-se em diferentes instituições, que, por sua vez, podem coexistir e se inter-relacionar a partir de cada contexto histórico, social, econômico e cultural. Nesse caso, os mercados dos agricultores familiares podem se manifestar de forma heterogênea, devido ao processo de mercantilização (Viana; Waquil, 2020). Nesse quadro, Agnes e Conceição (2018) reforçam que a análise das instituições apresenta potencial para compreender as mudanças nos mercados agroalimentares e os atuais conflitos entre as regras sanitárias e a produção artesanal dos agricultores familiares. Hodgson (2015) destaca que modificações nas regras e procedimentos de mercado podem significar variações e, com isso, ocasionar um processo de diferenciação entre mercados, especialmente em contextos e culturas diferentes.

Cavalcante (2017) ressalta essa centralidade no pensamento institucionalista e evolucionário de Hodgson, cujas instituições moldam o comportamento, com a veiculação de informações necessárias à escolha individual, mas elas são moldadas, isto é, são constituídas e preservadas pela ação dos atores.

Esse processo de evolução das instituições foi descrito por Hodgson (2006) como *reconstitutive downward causation* ou *effects*¹. Hodgson (1998) aponta que o hábito é o mecanismo chave dessa transformação, funciona como quadros cognitivos que podem ser assimilados e repetidos, constituindo-se em rotinas e costumes e permitindo a estruturação das instituições. Essa abordagem, de acordo com Hodgson (2007), deve explicar as possíveis interações e reconstituições causais, tanto do indivíduo para a estrutura quanto da estrutura para o indivíduo, fundamentando a evolução dos propósitos e crenças individuais, bem como a evolução das estruturas.

Ao analisar essa abordagem, Salles e Sausen (2020) detalham que as instituições influenciam o comportamento e estabelecem padrões de conduta culturalmente determinados e, por tratar-se de um processo reconstitutivo, elas são influenciadas pelas mudanças humanas em virtude de novos procedimentos adotados pela generalidade de determinadas pessoas de uma comunidade. De acordo com os autores, esse é um processo infinito em que tanto os indivíduos quanto as instituições encontram-se em um ambiente que pode ser modificado e com isso podem dinamizar o processo de evolução institucional. Portanto, é por meio de um processo contínuo e cumulativo que as instituições se modificam e promovem um processo histórico de mudanças em todas as dimensões humanas, assumindo características de *path-dependence*.

Outro ponto ressaltado por Salles e Sausen (2020) a respeito desse processo de evolução institucional é que ele pode ocorrer de forma espontânea e exógena. No primeiro caso eles destacam que Hodgson reconhece que em qualquer cultura existem muitas regras informais (regras não explícitas) que são reproduzidas, muitas vezes, por conveniência em um determinado contexto social. No segundo eles ressaltam que Hodgson reconhece a necessidade de regras formais (regras codificáveis explícitas) para que sistemas de regras possam evoluir, exigindo a participação do Estado para fazer cumprir acordos e proteger a propriedade, pois “[...] em um mundo de informação

¹ De acordo com Salles e Sausen (2020), Hodgson revisou sua opinião sobre o termo *reconstitutive downward causation* substituindo-o por *reconstitutive downward effects*. Hodgson apresenta suas explicações para a mudança em seu website pessoal: <<https://www.geoffreyhodgson.uk/downward-causation>>.

incompleta e imperfeita, elevados custos de transação, relações assimétricas de poder e agentes com visão limitada, são necessárias instituições sólidas para fazer cumprir os direitos” (Hodgson, 2006, p. 15).

As contribuições teóricas de Hodgson para os estudos dos mercados agroalimentares da pecuária de pequenos ruminantes no Sertão dos Inhamuns estão relacionadas com suas estruturas e como eles funcionam a partir de hábitos, rotinas e instituições. Nesse quadro, os mercados não são apenas representações de como os agricultores produtores de caprinos e ovinos podem atuar, mas também revelam a interação por meio da capacidade de agência em mudá-los e, assim, permitir que eles possam coexistir e promover mudanças nas atividades econômicas a partir de um determinado contexto social, político e econômico.

Especificamente, as contribuições das abordagens institucionais de Polanyi e da Economia Institucional Original permitem um diálogo com a Sociologia Econômica, particularmente, na sua crítica à economia neoclássica. Ademais, essas abordagens institucionalistas permitem identificar e compreender as mudanças institucionais e analisar as estruturas e as formas de regulação dos mercados dos agricultores familiares produtores de caprinos e ovinos. Além disso, proporcionam que esses mercados sejam compreendidos como instituições plurais e dinâmicas, com contribuições para as estratégias de reprodução social e econômica dos agricultores familiares no semiárido.

A próxima seção apresenta os aportes teóricos e referenciais que buscam compreender o processo de resistência a partir das relações dos agricultores familiares com os mercados agroalimentares. Os pressupostos teóricos de Ploeg sobre a mercantilização demonstram que esse processo é heterogêneo, cujos agricultores apresentam diferentes graus de relacionamento com os mercados, com a manifestação de distintas estratégias no acesso aos mercados, entre elas a criação de novos mercados, constituindo-se em formas de resistência à expansão capitalista na agricultura.

2.3 AGRICULTURA FAMILIAR E MERCANTILIZAÇÃO

Os estudos sobre a agricultura familiar no capitalismo invariavelmente abordam sua relação com os mercados, seja de forma subjacente ou explícita. As discussões centram-se na capacidade de resistência da agricultura familiar, buscando compreender os motivos para sua persistência em face ao crescente processo de mercantilização no capitalismo. Destacam-se três abordagens que apresentam distintas explicações para a

resistência dessa categoria social no interior do capitalismo: marxismo, chayanoviano e a perspectiva orientada aos atores.

A teoria social marxista forneceu a base epistemológica para este debate com o desenvolvimento de teses sobre o processo de reprodução dos agricultores familiares no capitalismo. O processo de mercantilização na agricultura foi compreendido a partir dos conceitos elaborados por Marx, que possibilitaram uma abordagem clássica marxista, desenvolvida principalmente por Lênin e Kautsky, para o desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

De acordo com Plein (2010), a percepção dos marxistas clássicos sobre o avanço do capitalismo na agricultura os levou a fazer prognósticos sombrios sobre o destino dos agricultores familiares em virtude da expansão do capitalismo. Lênin apontava para o fim dos agricultores por meio da diferenciação social, resultante de uma decomposição em duas classes: capitalistas e trabalhadores. Por sua vez, Kautsky destacava a tecnologia como elemento que proporcionaria aos grandes estabelecimentos capitalistas vantagens econômicas na competição com os agricultores familiares, levando-os à sua inviabilização e ruína.

Na contramão da tese clássica dos autores marxistas sobre o fim do campesinato no desenvolvimento do capitalismo encontrava-se a perspectiva de Chayanov, que demonstrava a capacidade dos camponeses reagirem à penetração do capitalismo nos seus modos de vida. De acordo com Ploeg (2023), o enfoque de Chayanov permite compreender a organização e o desenvolvimento das unidades produtivas familiares a partir de multiníveis, relacionado às formas de produção, como fenômenos intermediários, até mercados e, inclusive, questões macro, como o processo de reprodução no capitalismo.

Ploeg (2016a) destaca que a unidade de produção camponesa na visão de Chayanov é afetada pelo contexto capitalista, mas não é governada por ele, apresentando um conjunto de respostas que dá origem à heterogeneidade da agricultura camponesa e cria uma ambiguidade permanente. Ao referir-se à obra de Chayanov, Abramovay (2012) destaca que o autor buscava explicar o funcionamento da unidade produtiva a partir de elementos não mercantilizados, concentrando-se nos elementos internos à família camponesa, apresentando um comportamento que não segue os padrões da lógica da economia de mercados, caracterizado pela habilidade em reagir e elaborar estratégias a partir de relações entre trabalho e consumo e da densidade demográfica da família.

No desenvolvimento capitalista após Segunda Guerra Mundial, de acordo com Long e Ploeg (2011), as relações dos agricultores com os mercados foram aprofundadas. Passaram a ocorrer a partir de intervenções de países ou setores mais desenvolvidos para as partes menos desenvolvidas como forma de superação do atraso. Nesse quadro, a partir dos anos 1960, as políticas de modernização da agricultura foram concebidas para promover as mudanças na agricultura tradicional por meio de um conjunto de fatores que condicionam uma intensificação produtiva e a ampliação das relações desses agricultores com os mercados.

A partir dos anos 1960 e 1970, o processo de modernização da agricultura ocasionou diversas transformações nesse setor. Entre elas Ploeg (2009) destaca a emergência de uma agricultura empresarial, mas que não proporcionou o desaparecimento do modo de produção camponês. É nesse contexto que inicia a contestação das teses dualistas, pois suas previsões sobre o fim da agricultura familiar não se concretizaram e, durante essas décadas, o tema assumiu proeminência a partir dos estudos sobre sua persistência no capitalismo. Nesse debate, a perspectiva neomarxista buscou compreender a persistência dessa categoria no capitalismo, utilizando como conceito central de suas análises a produção simples de mercadoria.

Um dos estudos seminais foi realizado por Friedmann (1978), que parte da crítica de que, por um lado, a teoria marxista não se preocupou com uma análise das relações dos produtores simples de mercadoria com os mercados e, por outro, estava empenhada em constatar o processo de diferenciação de uma classe de produção de mercadoria doméstica em duas classes clássicas de proprietários e trabalhadores, em vez de questionar sobre as condições de existência da produção simples de mercadoria. Ao utilizar o conceito de produção simples de mercadoria em suas análises, Friedmann (1978) apontou para a capacidade dessa categoria para coexistir com empresas capitalistas. Ela destaca que os produtores simples de mercadorias apresentam relações sociais de produção, fundamentadas no parentesco e no trabalho familiar não remunerado, que os diferenciam na sua reprodução econômica. Nessa questão, Harriss-White (2023) reforça a importância do conceito de produtores simples de mercadorias para entender os mecanismos de sua resistência, indicando que esses atores lutam constantemente para manter sua existência, por meio do seu trabalho e do seu capital, de tal modo que não existem sinais de que eles irão desaparecer.

As transformações econômicas que se iniciaram no final do século XX provocaram modificações nas relações dos agricultores familiares com os mercados. Essa

nova fase, de acordo com Akram-Lodhi e Kay (2009), promoveu alterações na intensidade da produção do uso da terra, do trabalho e do capital, com uma reestruturação produtiva que afetou os processos de expansão da mercantilização do trabalho e alterou o propósito da produção.

Essa reestruturação promoveu novos padrões de competição, criando mecanismos de restrição no acesso aos mercados convencionais (Wilkinson, 2003; Araújo, 2012). Especificamente, iniciou a transição para um novo regime alimentar² que foi estabelecida por meio de novas institucionalidades nas relações de produção e consumo de alimentos, com o processo de industrialização da agricultura representando uma nova tendência para a marginalização e novos padrões de dependência (Ploeg, 2008). Nesse contexto de transformações socioeconômicas, o debate foi direcionado para a capacidade dos agricultores familiares se reproduzirem social e economicamente fora das trocas de mercados competitivos, com o que produzem e da forma como produzem (Bernstein, 2017).

Por um lado, o debate a partir da perspectiva neomarxista sobre a persistência dos agricultores no interior do capitalismo privilegia uma análise estrutural, com uma visão de um processo de mercantilização linear e os mercados como estruturas universais. Nesse caso, as análises de Bernstein (2011a) destacavam que a globalização pressionava a reprodução da maioria dos pequenos agricultores em decorrência da inserção da mercantilização da subsistência na produção capitalista de mercadorias, resultando em um processo de diferenciação. Essa diferenciação caracteriza as lógicas de intensificação da mercantilização a partir da inserção desses agricultores em mercados. Segundo o autor, essa dinâmica de aprofundamento das relações de mercadoria tende a afetar negativamente os agricultores mais pobres e levá-los aos limites de sua viabilidade como pequenos produtores de mercadoria agrícola.

Por outro lado, a discussão estava alinhada com proposições teóricas que abordam as mudanças sociais e econômicas na agricultura a partir de enfoques que privilegiam as estratégias elaboradas pelos agricultores familiares, resultando em um processo de heterogeneidade social. Ploeg (2016a), ao analisar a influência dos mercados na vida dos agricultores, afirma que, por um lado, os mercados podem representar uma ameaça implacável para o futuro desses atores, mas, por outro, podem significar novas formas de

² De acordo com McMichael (2016), o novo regime alimentar caracteriza-se pela hegemonia das corporações, sustentadas por finanças internacionais e acordos multilaterais.

manifestação de uma resistência, representadas pela capacidade desses atores construir novos mercados, que surgem nos interstícios dos grandes mercados de *commodities*.

Nesse caso, Long (2001) ressalta que o debate sobre a mercantilização a partir dos anos 1990 foi redirecionado para questões que envolviam a persistência e a negociação de valores sociais em cenários cada vez mais globais e apresenta uma série de críticas sobre as explicações fundamentadas na perspectiva neomarxista. O autor reforça que esse debate era insuficiente para avaliar as variações das respostas dos agricultores ao processo de mercantilização ao não considerar as estruturas intermediárias que fazem a mediação entre agricultores e os distintos ambientes econômicos e institucionais, persistindo em um modelo abstrato de expansão capitalista.

Long (2001) aponta para a necessidade de se utilizar um novo enfoque teórico para compreender a crescente mercantilização na vida social dos agricultores a partir de uma Perspectiva Orientada aos Atores (POA), que possibilite análises sobre como as instituições não capitalistas e as formas culturais podem mediar os efeitos da mercantilização, considerando a pluralidade histórica dos contextos. Segundo o autor, essa perspectiva aponta para a realização de estudos sobre a diversidade e a variação no processo social que surgem em decorrência das estratégias que os agricultores elaboram para adequar a organização e a produção dos seus sistemas produtivos. Long e Ploeg (2011) ressaltam que uma das vantagens de se utilizar uma abordagem orientada aos atores está na capacidade explicativa sobre respostas diferenciadas em circunstâncias estruturais similares.

A perspectiva orientada aos atores, conforme apontam Schneider e Niederle (2008), assumiu como um contraponto à abordagem neomarxista, manifestando uma preocupação de ir além de análises estruturalistas e das perspectivas microeconômicas. Todavia, os autores chamam a atenção que essa proposição teórica apresenta afinidade com os marxistas e ressignifica o conceito de produção simples de mercadorias, como um agente capaz de agir e reagir a diferentes contextos históricos, sociais e econômicos.

Neste caso, Ploeg (2009) destaca a importância do conceito de produção simples de mercadorias ao caracterizar a diversidade da agricultura familiar a partir da mercantilização. Ploeg (2009) assume que a agricultura familiar é constituída por duas formas amplas e contrastantes: a forma camponesa e a forma empresarial. Ao aprofundar seus estudos sobre a mercantilização na agricultura familiar Ploeg desenvolveu uma tipologia, identificando quatro diferentes formas de produção mercantil: produção doméstica, pequena produção mercantil, produção simples de mercadoria e produção

capitalista de mercadorias. Essas formas se diferenciam de acordo com a maneira como os agricultores se relacionam com os mercados e como estão ordenadas a produção, a distribuição e a apropriação de valores.

Ploeg (2009) ressalta que essa tipologia (Quadro 1) apresenta elementos teóricos a partir da ressignificação do conceito de produção simples de mercadoria e das noções de intensificação das relações mercantis utilizadas por Bernstein, e a dos camponeses parcialmente integrados a mercados imperfeitos, desenvolvida por Frank Ellis.

Quadro 1 – Diferentes formas de produção mercantil

Forma de produção da mercadoria	Produção Doméstica (PD)	Pequena Produção de Mercadoria (PPM)	Produção Simples de Mercadoria (PSM)	Produção Capitalista (PC)
Resultado da produção	Não mercadoria	Mercadoria	Mercadoria	Mercadoria
Outros recursos	Não mercadoria	Não mercadoria	Mercadoria	Mercadoria
Força de trabalho	Não mercadoria	Não mercadoria	Não mercadoria	Mercadoria
Objetivos	Autoabastecimento	Sobrevivência	Renda	Mais-valia

Fonte: Adaptado de Ploeg (2009).

As categorias de produção doméstica (PD) e produção capitalista de mercadoria (PCM) refletem os extremos no relacionamento com os mercados. No primeiro caso, os modos de produção e reprodução dos agricultores não são influenciados pelos mercados. Já, no segundo caso, tanto o processo de produção como o de reprodução ocorrem por meio de uma mercantilização completa, com o trabalho e os recursos produtivos transformados em mercadorias e todos os resultados transformados em mercadorias que entram no processo de distribuição.

Ploeg (2009), ao caracterizar a pequena produção mercantil (PPM) e a produção simples de mercadoria (PSM), detalha que a PPM está relacionada ao modo de produção camponês, com o processo produtivo ocorrendo por meio de recursos não mercantilizados para a elaboração de mercadorias, ocorrendo uma mercantilização incompleta. A PSM diferencia-se da forma anterior e se associa ao modo de produção empresarial, pois o seu processo produtivo está fundamentado em fluxos de mercadorias que se transformam em outras mercadorias, o que o autor denomina de mercantilização completa. Ploeg ressalta a interação entre os modos de produção camponês e o empresarial, que se encontram articulados com um conjunto variado de dimensões, resultando em variações que estarão atreladas no tempo e no espaço.

Nessa questão, Ploeg (2023) resalta a abordagem de Chayanov sobre o processo de diferenciação dos agricultores e salienta que na atual circunstância essa condição é influenciada a partir das formas de produção mercantis e das relações desses atores com os mercados, interferindo no processo de produção e reprodução da unidade familiar. A Figura 1 representa um processo de reprodução relativamente autônomo, com o ciclo de produção caracterizado pela reprodução dos fatores de produção e insumos como valores de uso para a produção de mercadorias e de forma simultânea reproduzir a unidade de produção.

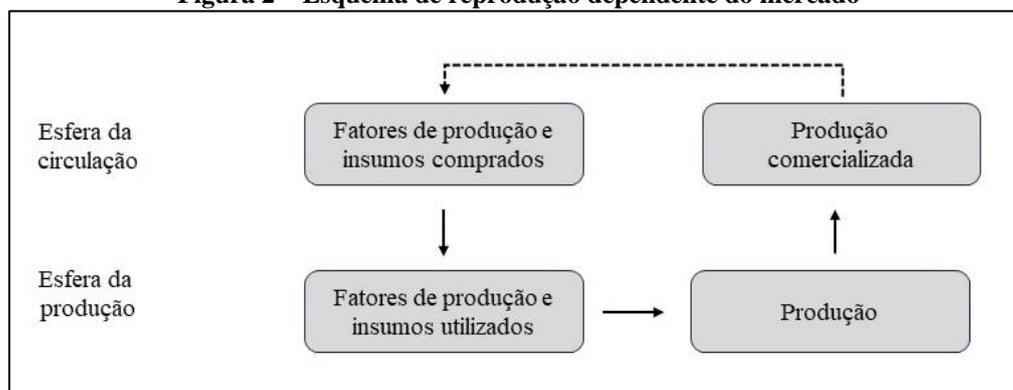
Figura 1 – Esquema de reprodução relativamente autônoma



Fonte: Adaptada de Ploeg (2009).

Em face à expansão do capitalismo na agricultura e a ampliação da mercantilização, Ploeg (1992; 2008; 2009; 2010; 2016a, 2023) destaca que a reprodução social e econômica dos agricultores fica cada vez mais condicionada aos fatores externos, entre eles os mercados. Nesse caso, a Figura 2 configura uma reprodução fundamentada na crescente externalização, com distintos agentes na relação dos agricultores com os mercados, com a produção dependente do mercado para a produção de mercadorias.

Figura 2 – Esquema de reprodução dependente do mercado



Fonte: Adaptada de Ploeg (2009).

Em relação à questão da heterogeneidade da mercantilização e de seus efeitos na diferenciação dos produtores, Ploeg (2010) compreende que a resistência deve ser entendida como parte de um contexto em que se manifesta um conjunto de relações dialéticas entre a existência de um mundo hostil e incerto e a capacidade dos agricultores criarem continuamente estratégias para garantirem um controle de seus recursos. As formas de resistência estão atreladas a um processo de alterações nas relações de trabalho e de produção, com a indução de um processo de aprendizagem na construção de uma diversidade de estratégias para diminuir a dependência e manter distância do regime sociotécnico dominante.

Ao utilizar uma abordagem neochaynoviana, Ploeg (2008; 2016a) ressalta que a resistência está intrinsecamente alinhada com a autonomia, uma condição manifestada cotidianamente pelos agricultores por meio de práticas e instituições, que resultam na formação de competências, com o desenvolvimento de habilidades em relação à produção, processamento e criação de espaços de manobras para sua inserção em mercados. Ploeg e Schneider (2022) reforçam que a autonomia é um conceito relacional definido por um conjunto de práticas que buscam garantir a produção e a reprodução de recursos, que permite novas trajetórias que de outras formas seriam impossíveis. Nesse sentido, Jongerden (2022) analisa a autonomia como um elemento chave para o processo de construção de um futuro alternativo no presente, resultando em uma questão de produção e reprodução, como forma de proteção em relação às instituições dos mercados convencionais.

Segundo Henderson (2017), a literatura sobre a autonomia dos agricultores foca predominantemente nas relações produtivas de autoabastecimento e em um afastamento dos circuitos de trocas mercantis. Todavia, o autor chama a atenção que as explicações não devem ser limitadas a essas duas estratégias, mas inclusive devem-se avaliar outras formas de autonomia, entre elas a da inserção nos mercados. Conforme Sankey (2022), essa compreensão de autonomia deve partir de um processo de renegociação da participação dos agricultores nos mercados e como essas formas permitem o controle dessa iniciativa. Nesse caso, os mercados são assumidos como instituições resultantes das interações dos agricultores com um conjunto de outros atores, constituindo-se em espaços sociais que irão moldar as estratégias dos agricultores como formas de construir e fortalecer sua autonomia em mercados e, conseqüentemente, contribuir com o seu processo de produção e reprodução.

Vergara-Camus e Jansen (2022) destacam que é fundamental avaliar criticamente as estratégias de autonomia em mercados e compreender a sua capacidade de fortalecer os meios de vida dos agricultores. Nesse aspecto, em razão da importância da mercantilização dos produtos de caprinos e ovinos e da emergência dos mercados agroalimentares para os agricultores familiares produtores de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns, esta Tese busca compreender como as estratégias de comercialização podem contribuir com a resistência dos agricultores familiares no Semiárido cearense.

Schneider (2016) destaca os esforços empreendidos por Friedmann, Bernstein e Ploeg para buscar explicações sobre as relações dos agricultores com os mercados, contudo, os mercados não são tratados em suas análises. Por sua vez, Schneider e Cassol (2020) chamam atenção para a diversidade de formas de integração dos agricultores aos mercados e salientam que persistem várias lacunas nos estudos sobre os processos sociais que levam à sua incorporação nos mercados. Portanto, faz-se necessário avançar em compreensões sobre os mercados para a agricultura familiar, especialmente, compreender como eles estão estruturados e como são regulados.

A próxima seção apresenta estudos sobre os mercados agroalimentares a partir das transformações do sistema alimentar decorrente do processo de globalização e liberalização dos mercados. Ressalta-se suas repercussões sobre a produção e a reprodução dos agricultores familiares manifestadas a partir de um contramovimento que desencadeou uma diversidade de formas de mercados agroalimentares. Além disso, essa última seção apresenta a ferramenta heurística que será utilizada para identificar a diversidade dos mercados agroalimentares da pecuária de pequenos ruminantes acessados pelos agricultores familiares no Sertão dos Inhamuns.

2.4 MERCADOS AGROALIMENTARES E AGRICULTURA FAMILIAR

Ploeg (2010) destaca que, por um lado, os mercados agrícolas e agroalimentares globais são coordenados atualmente pelas mãos visíveis das grandes corporações, que controlam as relações de entrada, permanência e saída dos agentes envolvidos por meio do mecanismo de preços dos produtos. Por outro, em face às restrições, os agricultores respondem com a criação de novos mercados, configurando instituições, como formas de fugirem da apropriação pelas grandes empresas, diferenciando-se pelas estratégias de comercialização entre os locais de produção e consumo. Nesse quadro, eles estabelecem

uma constante interação entre produtores e consumidores e incorporam valores que determinam novas noções de qualidade que regulam essas relações de trocas mercantis.

Esse cenário, segundo Mior (2005) pode ser interpretado a partir de diversas abordagens teóricas, com destaque para duas que procuram esclarecer as mudanças sociais: uma que frisa os processos de globalização e liberalização dos mercados e outra calcada na realocização. Mior (2009) aponta que as abordagens que focalizam na globalização partem de um pressuposto de que há um determinismo econômico e de forças externas que promove um processo de homogeneização na produção e no consumo dos alimentos, enfatizando o dinamismo das cadeias globais de *commodities* e dos conglomerados da indústria alimentar.

Por seu turno, a abordagem de “relocalização” questiona o poder das forças homogeneizadoras e reivindica uma explicação a partir de um processo de diversidade, que é continuamente mediado e negociado pelos atores locais. Schneider e Escher (2011) destacam que esse processo de heterogeneidade pode ser atribuído a uma interação dialética entre agricultores e a estrutura hegemônica, cujos atores processam e influenciam nas mudanças institucionais, resultando em uma diversidade de formas de reprodução social e dinâmicas territoriais.

Ao abordar o tema da realocização, Fonte (2008) destaca duas perspectivas para se compreender esse processo. A primeira é denominada de reconexão e está localizada, particularmente, em regiões onde a industrialização na agricultura avançou rapidamente e rompeu as relações entre produtores e consumidores, sendo, portanto, necessária a construção dessas relações para aproximar esses atores por meio de novas formas de produção e consumo. A segunda forma refere-se à valorização da origem dos alimentos e, localiza-se, especialmente, em locais onde uma parcela dos agricultores foi marginalizada pela expansão do capitalismo na agricultura. Com isso ela permitiu a preservação de valores e tradições típicas de determinados espaços, territórios e/ou regiões na produção e no consumo de alimentos. Também possibilitou aos agricultores ressignificarem seus alimentos a partir de uma identidade local, moldando novas instituições e sendo por elas moldadas, ao mesmo tempo que possibilita o desenvolvimento de novas formas de conhecimentos na produção. Entretanto, convém salientar que as duas formas de realocização coexistem com formas globais de produzir e consumir alimentos.

Na trajetória das transformações do sistema alimentar global, Goodman *et al.* (2012) reconhecem que essas modificações promoveram o surgimento de economias

alternativas em meio a um padrão determinado por um sistema econômico dominante. Os autores discutem as experiências sociais das Redes Alimentares Alternativas (RAAs) e o comércio justo na Europa e nos Estados Unidos (EUA) como elementos centrais para a construção de novas economias. Segundo os autores, o surgimento desses movimentos é uma resposta às contradições do sistema alimentar industrial e de suas relações comerciais, entretanto, salientam que essas redes não devem reificar o local, com um localismo não reflexivo e devem ser abordadas de forma mais realista.

De acordo com Gazola e Schneider (2017), cadeias curtas e redes agroalimentares são conceitos criados recentemente e seu uso apresenta um crescimento contínuo nos estudos dos países do norte global, especialmente, na Europa. Além disso, eles ressaltam que esses conceitos podem ser utilizados para descrever processos e fenômenos que estão ocorrendo no sul global, especialmente no Brasil, mas advertem sobre os cuidados para o uso de forma acrítica de noções importadas, sendo necessários ajustes e pertinência em realidades como as desta pesquisa.

Hebinck *et al.* (2015), ao abordar as mudanças no sistema alimentar global, destacam a desregulamentação, liberalização e globalização como um movimento de afastamento do Estado e da sociedade civil do controle dos mercados e, especificamente, quando atingiu os mercados agrícolas e de alimentação provocou consequências inaceitáveis para a sociedade. Neste aspecto, os autores ressaltam o surgimento de um contramovimento decorrente de lutas sociais com a construção de novos mercados, que se caracterizam pela diversidade, por serem moldados por uma governança local, criados a partir de repertórios culturais e desenvolvidos em torno de recursos locais.

Ploeg (2016a) destaca que o surgimento desses novos mercados é parte crucial do desenvolvimento rural, que ajuda compreender e explicar as dinâmicas envolvidas nesse processo. Ele ressalta que esses novos mercados operam de forma simultânea com os grandes mercados agrícolas e de alimentos e que em conjunto compõem um processo heterogêneo, com tendências e trajetórias diversas e, na maioria das vezes, ocorrem de forma contrastante. Ploeg *et al.* (2012) salientam que os novos mercados não surgem de um voluntarismo, ou seja, existe uma conjunção de fatores para explicar a emergência de novas estruturas sociais, com destaque para os aspectos que envolvem as instituições, recursos locais e/ou regionais, a participação do Estado e a sua multifuncionalidade.

Por sua vez, Wilkinson (2008) chama atenção para as transformações que ocorreram no sistema alimentar mundial no final do século XX e a profunda alteração nas formas de relação dos agricultores familiares brasileiros com os mercados. Nesse quadro,

ele destaca que a abertura comercial e a diminuição do papel interventor do Estado nos mercados resultaram em mudanças rápidas e radicais na regulação, na organização e nas formas de acesso dos agricultores aos mercados de *commodities*. Por um lado, essas mudanças criaram um ambiente concorrencial com a adoção de novas economias de escala, ameaçando de exclusão até mesmo os produtores mais consolidados. Por outro, esse novo ambiente possibilitou o surgimento de novos mercados que potencialmente podem oferecer novas oportunidades de inserção da agricultura familiar em mercados.

Nesse cenário, Wilkinson (2008) aponta alguns desafios em relação à participação dos agricultores familiares nos mercados. Para manter-se nas cadeias globais de *commodities* ela precisa alcançar novos níveis de qualidade e de escalas de produção. Um segundo desafio envolve a construção de novas formas de relacionamento com os mercados, como forma de superar as agroindústrias ou os atravessadores, por meio das formas tradicionais de intermediação dos mercados, a partir da ocupação de novos espaços em um contexto de uma economia de qualidade. Para tanto, devem atender às exigências tecnológicas e mercadológicas que podem representar barreiras para a sua inserção.

As duas primeiras décadas deste milênio foram marcadas pela rapidez e intensidade das transformações do sistema alimentar global. Wilkinson (2023) chama atenção para o avanço das biotecnologias que estão reconfigurando as formas de produção de alimentos, com a capacidade de inclusive de se produzir proteínas animais. Nesse caso, ele ressalta que a produção animal vem sendo contestada e considerada como um vilão para a saúde, uma ameaça aos ecossistemas e um dos colaboradores para as mudanças climáticas. Especificamente, ele destaca que esse processo de inovação está alinhado com a expansão de novos mercados, contudo, caracterizados por uma tendência de se estruturarem em monopólios. Além disso, ele acentua que ainda é uma incógnita o posicionamento dos movimentos sociais, uma vez que eles foram os principais contestadores das mudanças no sistema alimentar a partir dos anos 1970.

No Brasil, segundo Schneider (2016), os estudos sobre mercados agroalimentares e agricultura familiar surgem no início dos anos 2000, a partir da discussão de Wilkinson (2008) sobre as transformações no sistema agroalimentar e suas repercussões nos relacionamentos dos agricultores familiares com os mercados. Esses estudos avançam a partir da segunda década do século XXI, focando as relações dos agricultores familiares com os mercados a partir de temas como a comercialização e certificação de orgânicos, discussões sobre as convenções em mercados de qualidade, relação com os consumidores,

novos espaços de comercialização como cadeias curtas, análise de políticas públicas para aquisição de alimentos da agricultura familiar e os estudos sobre transições sociotécnicas.

Schneider (2016) admite ser necessário avançar nesses estudos, pois as relações com os mercados privilegiam explicações apenas a partir da inserção dos agricultores, existindo lacunas sobre como os mercados são organizados, quais as forças sociais que os regulam, como são construídas as relações de poder e quais os mecanismos que permitem a existência de distintas formas de interação nesses espaços.

Todavia, Wilkinson (2016) chama atenção que as explicações sobre os mercados estão localizadas em dois polos distintos. Por um lado, os mercados são retratados como cadeias globais, convencionais, dominantes, cadeias *mainstream* ou como *commodities* e se apresentam como maximizadores de lucros. Por outro, os mercados são apresentados como mercados alternativos, concebidos como redes, imersos ou locais e/ou constituídos por canais curtos de abastecimento de alimentos, fundamentando-se nas relações sociais. O autor destaca que as explicações sobre os mercados devem superar essas situações, reafirmando a necessidade de se rejeitar essa perspectiva dualista que envolve as relações econômicas.

O tema sobre a diversidade assume destacada importância na abordagem dos meios de vida, desenvolvida por Ellis (2000). Nessa situação, o autor ressalta que a diversidade se refere à existência de relações sociais diversas, que atuam como um pré-requisito para sua manifestação, o que confere uma garantia para o estabelecimento de uma coexistência, como forma de possibilitar uma resistência a partir de oportunidades e espaços de manobras. Nesse sentido, a noção de coexistência pode ser compreendida como uma ferramenta analítica para se refletir sobre a diversidade dos sistemas alimentares (Forney, 2023). Por sua vez, Allaire (2023) ressalta que ao selecionar-se a coexistência como um ponto de partida para uma análise econômica, assume-se uma postura de contestação à ideia de convergência de um modelo produtivo padronizado e fundamentado no mundo econômico da competição perfeita.

Thomé *et al.* (2021), ao discutirem as interfaces entre os modelos de mercados baseados nos circuitos convencionais e os fundamentados nos circuitos curtos de abastecimento ressaltam a existência de diferenças entre si, pois eles atuam de forma independente, mas coexistem. Essa questão está vinculada à existência de múltiplas realidades, nas quais estão em jogo os interesses dos atores e a agregação de valor. Nesse cenário, Norder (2009) ressalta a relevância da diversidade de estratégias sociais e produtivas dos agricultores familiares, entre elas a interação com o processo de

mercantilização como forma de fortalecimento da autonomia, que podem resultar no aumento da absorção de trabalho e na rentabilidade das atividades.

De acordo com Scoones e Nori (2023), a diversidade dos mercados e a diversificação no acesso pelos agricultores familiares pecuaristas em regiões secas e semiáridas atuam como mecanismos sociais e econômicos que possibilitam o fortalecimento dos meios de subsistência, a partir das relações sociais e políticas enraizadas em cada contexto. Nessa perspectiva, Scoones (2021) ressalta que essa relação com os mercados deve ser compreendida como um processo social heterogêneo, tanto na participação como na sua construção.

Por sua vez, Simula (2023) reforça a questão da heterogeneidade na participação dos agricultores familiares pecuarista a partir da identificação na utilização de diferentes estratégias de comercialização, como forma de permitir flexibilidade na participação nos mercados, com o propósito de garantir proteção às instabilidades nos preços das mercadorias. Entre essas estratégias, destaca-se a diversificação. Segundo Ellis (1998), ela pode ser compreendida como a ampliação do uso de diferentes recursos para fortalecer os meios de vida. Nesse caso, os mercados são compreendidos como recursos sociais que podem contribuir com essa condição e coexistir de forma mais ou menos pacífica, revelando que as relações com os mercados não são estáticas, bem como, que os mercados podem ser configurados e configurar a atuação dos agricultores, como forma de garantir sua produção e reprodução socioeconômica.

Apesar da importância da diversidade produtiva, social e econômica e das estratégias de diversificação para assegurar os mecanismos de resistência dos agricultores familiares no Semiárido brasileiro, essas questões em sua maioria não são abordadas no meio acadêmico dessa região. Predomina, conforme Nunes *et al.* (2014), uma perspectiva de especialização orientada para um único mercado, fundamentado em instituições de eficiência, escala e padronização caracterizado pela linearidade e o determinismo.

2.4.1 Mercados agroalimentares para os produtos de caprinos e ovinos

O Brasil tem 333.601 e 525.882 estabelecimentos agropecuários produtores de caprinos e ovinos, respectivamente, que representam um potencial produtivo, principalmente para os agricultores familiares. Os pequenos ruminantes encontram-se difundidos em todo o território nacional, mas, essa distribuição não ocorre de forma homogênea, apresentando-se concentrada na Região Nordeste (IBGE, 2019a). Os

produtores de carne de caprinos e ovinos e de leite de caprinos apresentam diferentes interações com os mercados agroalimentares para ofertar seus produtos, com um processo de mercantilização heterogêneo, decorrente das especificidades regionais e de seus distintos contextos sociais, econômicos e ambientais.

A comercialização de alimentos de origem animal encontra-se sujeita às normas e legislações relacionadas à indústria alimentar, fundamentada pela inspeção e a fiscalização sanitária, que são reguladas e operacionalizadas a partir de diferentes dimensões do Estado brasileiro (Brasil, 2017). Assim, a industrialização dos produtos de caprinos e ovinos apresenta-se amplamente regulada (Sório; Rasi, 2010). Neste contexto, Souza (2013), ao analisar os mercados utilizados pelos produtores de carne de pequenos ruminantes a partir da abordagem de sistemas agroindustriais, destacou as relações informais como limitadoras para a expansão das agroindústrias. Todavia, Viana e Waquil (2014), ao analisar as mudanças estruturais na atividade de ovinos no sul do país, reforçam a importância das regras informais da sociedade, como os costumes e tradições, como forma de manutenção das atividades de pequenos ruminantes nos espaços rurais.

De acordo com Holanda Filho *et al.* (2019), o país apresenta 148 abatedouros frigoríficos com serviço de inspeção. Todavia, apresentam uma distribuição espacial desigual, com 68,9% das instalações localizadas na Região Sul, com apenas 24% do efetivo nacional de ovinos; enquanto isso, a Região Nordeste apresenta apenas 15,5% desses empreendimentos, apesar de contar 92,8% da produção de caprinos e 65,6% da produção de ovinos do país.

De acordo com a Embrapa Caprinos e Ovinos (2018), a Região Sul apresentava até a década de 1980 o maior rebanho de ovinos do país, contudo, em razão da crise na comercialização da lã, ocorreu uma redução no número de ovinos, mesmo assim o Estado do Rio Grande do Sul apresenta o segundo maior rebanho do país. Nesse caso, conforme Matte e Waquil (2021), em razão desse constrangimento os agricultores estão redirecionando a atividade de ovinos para a produção de carne, mediante relações com distintos tipos de canais de comercialização e mercados. Matte *et al.* (2016) destacam as iniciativas dos agricultores na construção social de mercados, por meio de atributos relacionados com a tradição e a territorialidade como elementos de resistência.

Na região Nordeste, a produção de caprinos está direcionada para a produção de carne e leite e seus derivados, enquanto a atividade de ovino destina-se majoritariamente para a produção de carne e derivados. A comercialização de carne de caprinos e ovinos e

seus derivados no Nordeste é regulada, particularmente, por instituições informais, relacionadas com costumes associados aos hábitos alimentares e à confiança.

Nos últimos 30 anos, conforme Guimarães Filho (2017), foram realizadas diferentes iniciativas para o direcionamento da produção de pequenos ruminantes da Região Nordeste para a indústria alimentar. O autor ressalta que nesse período foram instaladas agroindústrias para o processamento de carne de caprinos e ovinos em quase todos os estados da Região Nordeste. Contudo, na atual situação esses empreendimentos encontram-se operando em condições precárias, com capacidade ociosa ou foram fechados (Guimarães Filho, 2017). Essa situação é descrita a partir de dois fatores: o primeiro refere-se a uma relação conflituosa entre agricultores e agroindústrias, marcada pelas exigências de padronização e de formas de pagamento, que inviabilizam as relações entre os atores; o segundo está associado a um amplo vínculo social entre produtores e canais de comercialização locais, que são regulados pelas relações de confiança, com destaque para os atravessadores. Essa conjuntura reforça os abates de animais em ambientes não fiscalizados. Todavia, em face a essas adversidades, o autor salienta a existência de uma demanda crescente e insatisfeita pela carne de caprinos e ovinos.

As análises a respeito do potencial das atividades de pequenos ruminantes são recorrentes no apontamento de uma demanda reprimida (Souza Neto, 1996; Simplício *et al.*, 2003; Medeiros *et al.*, 2009; Holanda Júnior *et al.*, 2013; Monteiro *et al.*, 2021) de abastecimento dos produtos cárneos para a população brasileira devido a diferentes razões. De acordo com a Embrapa Caprinos e Ovinos (2018), o consumo *per capita* de carne de pequenos ruminantes no país não alcança 500 g/pessoa/ano, revelando um potencial de crescimento para essas atividades. Outro aspecto está relacionado com a importação de carne de pequenos ruminantes, o Brasil importa carne de ovinos, o que indica uma demanda interna deste produto pelo país. E, finalmente, o apelo dos consumidores por produtos alimentares saudáveis, o que credencia a carne de caprinos como potencial para ampliar a oferta, como forma de atender esse atributo de saudabilidade. Segundo a Embrapa Caprinos e Ovinos (2018), essa carne apresenta o menor teor de gordura em comparação com a carne de outras espécies.

Em relação ao comércio exterior de carnes de pequenos ruminantes, o Brasil apresenta a comercialização por meio de exportação e importação. De acordo com Brasil (2023), a exportação de carne de pequenos ruminantes em 2022 apresentou como principais destinos as Ilhas Marshall, Libéria e Panamá, com 45% do total exportado. Nesse mesmo ano, a importação de carne ovina foi principalmente proveniente do

Uruguai, responsável por 87% do total importado. Essa conjuntura reforça o potencial econômico, conforme descrito anteriormente dessas atividades.

A produção de leite caprino no país foi realizada por 15.720 estabelecimentos agropecuários, com 80% deles caracterizados como agricultores familiares (IBGE, 2019b). A região Nordeste produz 70% do leite caprino do país, com destaque para os estados da Bahia, Paraíba e Pernambuco, que produzem juntos 55% do leite caprino do Brasil. O processo de construção de mercados para os produtores de leite de caprinos ocorreu mediante a atuação do Estado brasileiro. Gonçalves Júnior (2010) destaca as iniciativas do Estado, das organizações não governamentais e dos movimentos sociais a partir dos anos de 1990, por meio de diferentes políticas públicas, entre elas o Programa de Aquisição de Alimentos, com a aquisição do leite caprino produzido pelos agricultores familiares, estimulados pela tradição da produção, garantia na aquisição do produto e preços diferenciados em relação ao leite bovino. Essas circunstâncias proporcionaram mudanças socioeconômicas em diferentes microrregiões do Semiárido nordestino.

Nessa trajetória da produção leiteira de caprinos no Nordeste, Silva *et al.* (2022), destacam a rede de unidades de processamento nos estados da Paraíba e Pernambuco, com a capacidade de captação de 25.000-30.000 litros de leite/dia, com o maior recorde de captação de leite por dia no ano de 2015, com aproximadamente 20 mil litros. Segundo os autores, são beneficiadas aproximadamente 40 mil pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, que recebem o leite por meio de programas sociais. Destaca-se a importância dos mercados institucionais, tanto para o fortalecimento da agricultura familiar como para a garantia da segurança alimentar e nutricional das famílias em situação de vulnerabilidade social.

Recentemente foi desencadeado um novo marco regulatório para a comercialização de produtos de origem animal obtidos por meio do processamento artesanal, com o desenvolvimento do Selo Arte (Brasil, 2018). De acordo com Pinto *et al.* (2020), a produção artesanal poderá assumir novos contornos ao regularizar o comércio desses produtos entre os estados, contudo, eles chamam atenção para a ausência de normas para regular a comercialização dos produtos para outros países. De maneira geral, os autores destacam a regulação da produção artesanal como oportunidade de valorização do local, de uma alimentação a partir de produtos mais frescos, saudáveis, provenientes das famílias rurais e das manifestações culturais que envolvem a produção de alimentos. Essas condições segundo os autores contrapõem-se ao modelo industrial,

fundamentado na homogeneização dos alimentos produzidos e regulados por normas globais.

Neste aspecto, Guimarães Filho e Silva (2014) identificaram diferentes produtos artesanais de origem animal no Semiárido brasileiro, com destaque para os produtos de caprinos e ovinos, como a “Manta dos Inhamuns”, a “Manta do bode dos sertões pernambucano e baiano do São Francisco” e o queijo de leite de cabra do Cariri, que podem ser comercializados por meio do uso do Selo Arte, que irá proporcionar uma comercialização com um menor grau de incerteza para os produtores e consumidores. Esse conjunto de iniciativas proporciona uma diversidade de mercados que podem ser utilizados pelos agricultores familiares e contribuir com o desenvolvimento econômico das principais regiões produtoras do país.

2.4.2 Tipologia de mercados agroalimentares

Os estudos de Wilkinson (2008) e Schneider (2016) sobre mercados para a agricultura familiar permitem compreender a diversidade dessa relação e revelar como ela se processa a partir de diferentes realidades nas quais a agricultura familiar está imersa. Ambos os autores elaboraram tipologias de mercados para a agricultura familiar, como forma de avançar em uma agenda de pesquisas para se compreender a natureza e a função dos mercados para agricultura familiar.

Wilkinson (2008) identificou seis tipos de mercados para a agricultura familiar, a saber: *commodities*, especialidades, orgânicos, artesanais, solidários e institucionais. Esses mercados fazem parte de um processo de inclusão, cujos agricultores familiares que perderam espaços nos mercados de *commodities* são desafiados a ocupar novos espaços, buscando superar os limites dos mercados locais e informais, caracterizados pelas redes de proximidade, para atingir mercados regionais ou nacionais por meio de redes mais extensas e da qualidade, bem como da instituição de salvaguarda de valores da produção e da vida dos agricultores. Todavia, o autor chama atenção que sua tipologia necessita de ajustes, particularmente para tratar sobre as formas de articulação entre as bases produtivas e centros de consumo.

Por sua vez, Schneider (2016) destaca que a elaboração da tipologia dos mercados tem o caráter intencional e relacional, ou seja, o seu desenvolvimento parte de uma construção dedutiva com a finalidade de explicar os processos e estabelecer relações de causa e efeito. Para tanto, ele utiliza cinco categorias para tipificar os mercados: tipo de

agricultor, o local de troca ou alcance espacial, a natureza da troca, os dispositivos de regulação e os canais de comercialização.

O primeiro aspecto dessa tipologia busca identificar os agricultores a partir do seu grau de mercantilização e do destino de sua produção; em seguida, o *locus* ou alcance espacial refere-se aos limites que o produto pode atingir após sua comercialização; a natureza das trocas está relacionada com o modelo de negócio, caracterizado por ser solidário, concorrencial e licitatório; o item regulação destaca as instituições que orientam as práticas e constituem um sistema de regras para coordenar as trocas mercantis; e, finalmente, os canais de comercialização referem-se ao ponto da interação entre as esferas de produção e de circulação.

A partir desses atributos, Schneider (2016) desenvolve e caracteriza os quatro tipos genéricos de mercados (Quadro 2) da agricultura familiar, conforme descrito pelo autor:

- a) mercados de proximidade: as trocas materiais estão imersas em relações sociais de reciprocidade e interconhecimento, que funcionam como dispositivos de controle e regulação. Os mecanismos de circulação e distribuição dos produtos e mercadorias buscam o deslocamento físico mais restrito possível, o que faz com que sejam realizados preferencialmente no local. Os agricultores que mobilizam esses mercados atuam com autonomia relativa, decorrente dos recursos que possuem e da natureza das relações que eles estabelecem nas trocas;
- b) mercados territoriais: as trocas materiais passam a ser crescentemente mercantilizadas, assim, a reciprocidade e o interconhecimento passam a coexistir com outros dispositivos, como preços e concorrência. Esse mercado mantém um *locus* ligado a determinados espaços, mas o seu lugar de atuação e seus canais de comercialização já não ficam confinados a esse lugar. Uma de suas características é o fato de que os produtos e mercadorias carregam consigo as “marcas” de origem que enfatizam e valorizam tanto a procedência material dos produtos quanto sua identidade imaterial ou simbólica;
- c) mercados públicos e institucionais: são espaços onde o principal agente passa a ser o Estado, algum organismo público ou alguma organização pública não governamental. Funcionam com alto grau de regulamentação e controle formal e possuem a peculiaridade de serem fortemente

dirigidos pela demanda. Eles não possuem um *locus* ou espaço específico de atuação;

- d) mercados convencionais: esses mercados são caracterizados pela relação de oferta e demanda, comandados por agentes privados que realizam negócios e comercializam nos mais diversos níveis e modos, com a finalidade vender para comprar e vice-versa. Eles dispensam um *locus* físico, são mercados sem lugar, de altos riscos e incertezas e, portanto, de difícil controle e regulamentação.

Quadro 2 - Tipologia dos mercados da agricultura familiar

Formas de mercados Categorias	Mercados de Proximidade	Mercados territoriais	Mercados convencionais	Mercados públicos e institucionais
Tipo de agricultor familiar	Camponês; Produtor de Excedentes	Agricultor familiar; Produtor simples de Mercadorias	Produtor de Mercadorias	Todos os tipos de fornecedores
<i>Locus</i> e/ou alcance espacial	Spot; Venda direta; Somente local	Spot; Local, regional e territorial	Sem lugar definido; <i>Placeless/Unbond</i>	Multiespacial
Natureza das trocas	Interpessoal + Solidário	Diversificado + Complementaridade	Concorrencial	Licitatório, Seleção Pública
Formas de regulação	Confiança + Amizade	Reputação/ Confiança + Procedência + Preços	Contratos + Preços	Contratos públicos + Leis
Canais de comercialização	Na propriedade (colha-pague); - No domicílio/casa; - Beira da estrada; - Entrega direta; - Feira local; - Grupos de consumo.	-Feira regional; -Feira nacional; -Redes de venda; -Eventos; -Loja especializada; -Restaurantes; -Associação vendas; - Sacolão.	- Atravessadores; - Cooperativas; - Agroindústrias; - Empresas privadas; - Internet; - Supermercados.	- Alimentação escolar; - <i>Fair trade</i> ; - Órgãos internacionais (FAO; PMA); - ONGs; - Hospitais; - Universidades; - Forças Armadas; - Entidades assistenciais; - Estoques governo.

Fonte: Adaptado de Schneider (2016).

Schneider (2016) assume que esses tipos de mercados são formas pragmáticas para classificar as distintas formas de interação dos agricultores familiares com os mercados em diferentes contextos e realidades. Essa tipologia revela-se como potencial ferramenta heurística para os estudos dos mercados agroalimentares da pecuária de

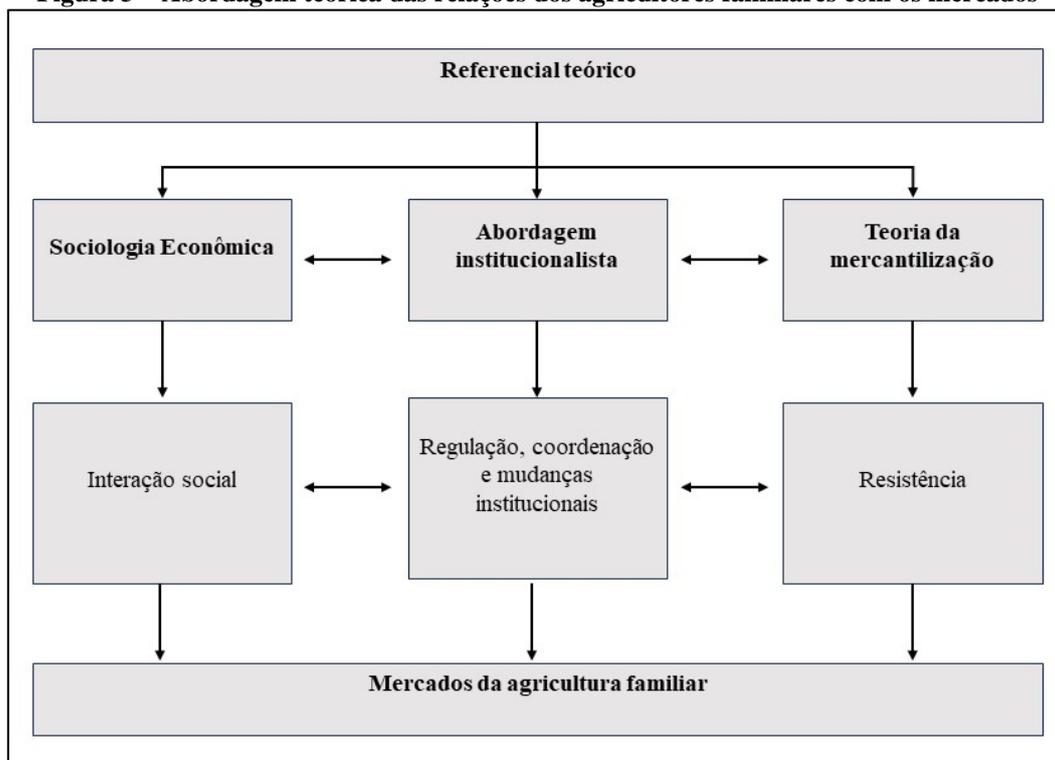
pequenos ruminantes ao permitir a identificação das diferentes formas de relacionamento dos agricultores familiares produtores de caprinos e ovinos com esses mercados e revelar suas particularidades a partir de cada contexto em que ela for utilizada.

A diversidade de canais de comercialização no Sertão dos Inhamuns, a intensa mercantilização da carne caprina e ovina e a trajetória da atuação do Estado com o objetivo de apoiar de forma implícita ou explícita a criação de mercados, indicam a existência de múltiplos mercados que podem coexistir entre si. Nesse ponto, Schneider (2016) aponta que o uso da tipologia poderá auxiliar na compreensão da existência e da coexistência de diferentes tipos de mercados e em virtude das dinâmicas nas quais eles estão imersos, podendo existir situações que não sejam excludentes e até situações cujos atores entram em atrito uns com os outros. Ao assumir os pressupostos da diversidade e da heterogeneidade, os estudos sobre mercados agroalimentares da pecuária de pequenos ruminantes no Sertão dos Inhamuns poderão contribuir com explicações sobre como os mercados enquanto instituições sociais podem ser moldados e moldar as relações com os agricultores.

Além disso, a tipologia desenvolvida por Schneider (2016) torna-se um importante ponto de partida para uma análise sobre a estrutura e o funcionamento dos mercados agroalimentares dos agricultores familiares na região desse estudo. A contribuição do estudo desses mercados nesse espaço está na capacidade de se mapear os canais de comercialização como categorias empíricas e as instituições mobilizadas, que possibilitarão a compreensão das formas de regulação e coordenação existentes entre os mercados, bem como, as estratégias de comercialização dos agricultores familiares em sua inserção nesses mercados como forma de garantir sua reprodução social e econômica.

Especificamente, as abordagens teóricas para se analisar e compreender as relações dos agricultores familiares com os mercados agroalimentares (Figura 3) representam uma iniciativa para fundamentar as investigações sobre o processo social das trocas mercantis, as formas de regulação e coordenação dos mercados e a contribuição dessas instituições em relação à produção e reprodução socioeconômica dos agricultores familiares no Semiárido cearense.

Figura 3 – Abordagem teórica das relações dos agricultores familiares com os mercados



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Especificamente, espera-se que este estudo possa contribuir para as análises dos mercados agroalimentares dos agricultores familiares produtores de pequenos ruminantes e seja um contraponto às prevalentes concepções econômicas, que privilegiam a escassez, as curvas de oferta e demanda e o utilitarismo dos atores. Neste caso, trata-se os mercados a partir de uma questão relacional, instituída e construída historicamente que possibilita colaborar com novas interpretações sobre a relação dos agricultores familiares com os mercados agroalimentares.

3 METODOLOGIA

Este capítulo tem como finalidade apresentar e descrever a trajetória metodológica utilizada neste estudo para a obtenção de respostas às questões propostas. De acordo com Minayo (2013), a metodologia pode ser traduzida como um processo integrado entre o caminho do pensamento que o tema ou o objeto requer e a escolha adequada dos métodos, técnicas e instrumentos operacionais para buscar responder às indagações da investigação.

Neste caso, o caminho utilizado consistiu na delimitação da área de estudo a partir de um recorte analítico, dos métodos de pesquisa adotados, dos procedimentos operacionais para a coleta de dados, técnicas de análise dos dados e a descrição das etapas desta pesquisa, conforme descritos a seguir.

3.1 DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO E RECORTE ANALÍTICO

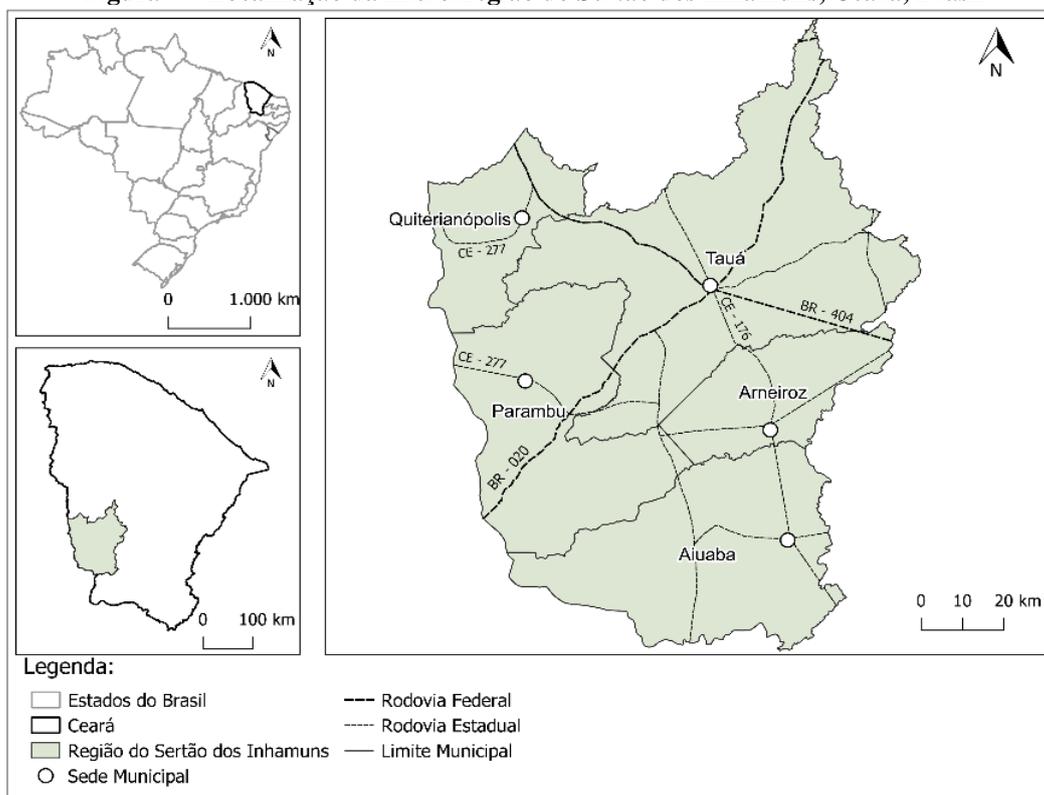
A microrregião do Sertão dos Inhamuns (Figura 4), localizada no Semiárido cearense, foi selecionada como espaço empírico dada a relevância histórica, social, econômica e política da produção pecuária para os agricultores familiares, manifestada pela contribuição desta atividade para o processo de produção e reprodução socioeconômica.

Em termos político-administrativos, o Sertão dos Inhamuns (CE) era um espaço componente do território do Sertão Inhamuns-Crateús até ser reconfigurado em 2015, mediante uma ação do Governo do Estado do Ceará, que fez uma revisão de planejamento regional, dividindo o território em duas microrregiões: Sertão do Crateús e Sertão dos Inhamuns. De acordo com o IPECE (2015), essa divisão fundamentou-se em características socioeconômicas, geoambientais e culturais com a finalidade de aperfeiçoar as atividades de monitoramento e implementação de políticas públicas estaduais. Assim, o Sertão dos Inhamuns foi constituído pelos municípios de Aiuaba, Arneiroz, Parambu, Quiterianópolis e Tauá.

Em relação às questões ambientais, o Sertão dos Inhamuns encontra-se inserido na depressão sertaneja e apresenta uma área de 10.873 km². Segundo a Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (2015), apresenta clima semiárido, com

índices pluviométricos inferiores a 800 mm¹, vegetação do Bioma Caatinga, constituído por espécies arbustiva e arbórea, com destaque para espécies caducifólias e com espinhos, com elevada modificação devido à ação antrópica.

Figura 4 – Localização da microrregião do Sertão dos Inhamuns, Ceará, Brasil



Fonte: Adaptado de IPECE (2021).

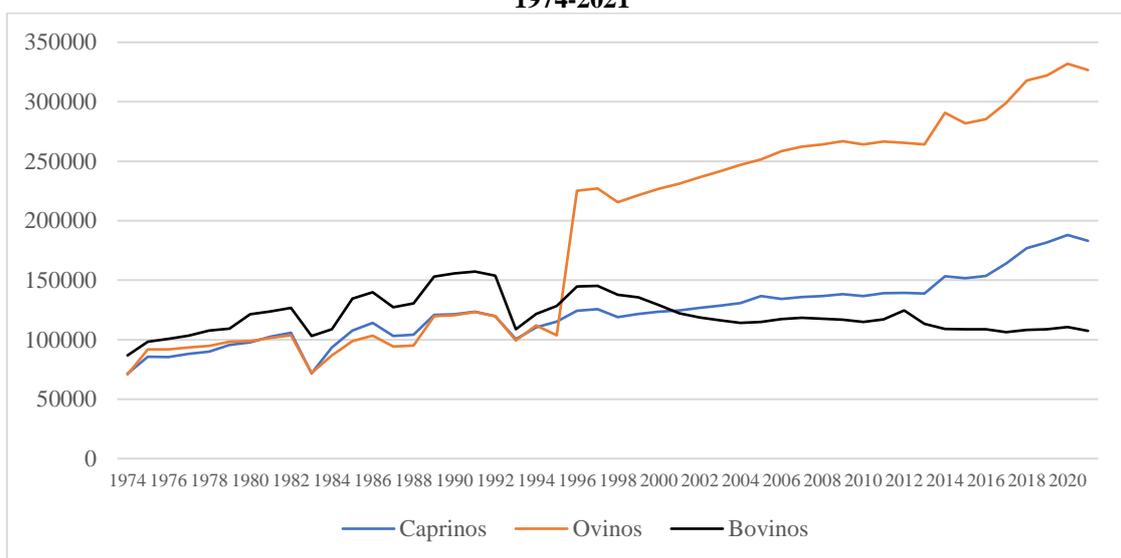
De acordo com o censo demográfico realizado em 2022 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), a população do Sertão dos Inhamuns conta com 134.386 habitantes. A economia, segundo o IPECE (2021), apresenta 78,8%, 16,1% e 5,1% de contribuição do setor de serviços, agropecuária e indústria, respectivamente, com a formação do Produto Interno Bruto (PIB) da microrregião.

De acordo com o IBGE (2019a), o setor de agropecuária é constituído por 18.517 estabelecimentos, constituindo-se a agricultura familiar a principal base produtiva, representada por 76,9% das unidades produtivas da microrregião. A importância socioeconômica da pecuária neste espaço revela o valor do componente dos sistemas de produção familiar, que contribui para a segurança alimentar e a inclusão produtiva das famílias em mercados locais (Farias *et al.*, 2014). Convém salientar que essas atividades

¹ De acordo com a Funceme (2015), essa região apresenta uma grande variabilidade nas precipitações, com espaços geográficos como o município de Tauá que apresentam a pluviometria média anual de 554,8 mm.

atuam como um dos principais mecanismos de resiliência dos agricultores familiares em face às perturbações climática peculiares dessa região. O Gráfico 1 apresenta a evolução do efetivo de bovinos, caprinos e ovinos, reforçando o significado dessas atividades para os agricultores desse espaço.

Gráfico 1 – Evolução do rebanho de bovinos, caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 1974-2021



Fonte: IBGE Pesquisa Pecuária Municipal (2021).

Destaca-se a ampliação do rebanho de pequenos ruminantes a partir do final do século XX, particularmente, esse aspecto foi decorrente das características dessas pecuárias em proporcionar resiliência e resistência aos sistemas produtivos no Semiárido. Neste estudo, a produção de caprinos e ovinos foi assumida como atividades que constituem a diversificação pecuária e possibilitam diferentes formas de contribuições sociais, econômicas e ambientais para as unidades familiares (Lu, 2023; Villarreal-Ornelas *et al.*, 2022) no Sertão dos Inhamuns. De acordo com o IBGE (2019a; 2019b), foram identificados 3.317 e 7.158 estabelecimentos agropecuários que produzem caprinos e ovinos, respectivamente, sendo a agricultura familiar responsável por 77,8% e 79,4% da produção de caprinos e ovinos, nessa ordem.

Tendo por propósito compreender os mercados e sua contribuição para o processo de produção e reprodução das famílias, neste caso, foram selecionados como categoria social os agricultores familiares produtores de caprinos e ovinos que realizaram a comercialização de produtos dessas atividades. Mencione-se que, neste estudo, os agricultores foram tratados como uma categoria heterogênea e diversificada em seus aspectos econômicos, sociais, produtivos e políticos. Essas escolhas devem também ser

atribuídas ao perfil do pesquisador, que tem suas origens na agricultura familiar e atua na Embrapa Caprinos e Ovinos na área de pesquisa agricultura familiar produtora de pequenos ruminantes no Semiárido nordestino. Além disso, ressalta-se as ações do pesquisador na área de mercados (Farias; Mendes, 2009; Farias *et al.*, 2017; Silva *et al.*, 2018; Silva *et al.*, 2018).

O recorte analítico contempla os mercados nos quais os agricultores familiares produtores de caprinos e ovinos participaram no ano de 2022. Para tanto, utilizou-se o Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019a; 2019b) como referência para a identificação desses agricultores nos cinco municípios da microrregião (Tabela 1).

Tabela 1 – Número de estabelecimentos agropecuários de base familiar que comercializaram caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2017

Municípios	Unidades familiares com comercialização de produtos caprinos (n)	Unidades familiares com comercialização de produtos ovinos
Aiuaba	254	347
Arneiroz	222	290
Parambu	115	292
Quiterianópolis	22	224
Tauá	491	1.129
Total	1.104	2.282

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019a; IBGE, 2019b).

3.2 MÉTODOS DE PESQUISA

Nessa Tese foram utilizados os métodos de pesquisa do tipo exploratória, descritiva e explicativa. Esse conjunto de métodos, justificou-se devido à amplitude da realidade social na microrregião do Sertão dos Inhamuns, abrangendo o que, Gil (2021a) entende como todos os aspectos relativos ao homem e seus múltiplos relacionamentos com outros homens e instituições sociais.

A pesquisa exploratória teve como objetivo proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato (Gil, 2021a). Nesse propósito, buscou-se identificar os agricultores familiares que comercializam mercadorias resultantes das atividades de caprinos e ovinos, os canais de comercialização acessados, as origens e a evolução histórica dos mercados utilizados pelos agricultores familiares e as instituições que estruturam as trocas mercantis dos agricultores com os mercados, com a finalidade de investigar como esses contribuem para o fortalecimento de suas estratégias de

reprodução social. A seleção desse tipo de pesquisa impôs-se como necessária dada a ausência de estudos sobre a variabilidade de mercados utilizados pelos produtores de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns (CE) e, com isso, a necessidade de identificá-los de forma explícita para futuras pesquisas.

A pesquisa descritiva (Marconi; Lakatos, 2019) teve como objetivo descrever as características ou identificar relações entre variáveis. Nesse propósito, este procedimento possibilitou a caracterização dos agricultores familiares a partir de aspectos demográficos, sociais, econômicos, produtivos e das relações com o Estado por meio de políticas públicas, bem como, de cada tipo de canal de comercialização e de mercados acessados por esses produtores de caprinos e ovinos. Além disso, fez-se a caracterização das estratégias de comercialização utilizadas pelos agricultores, particularmente, relacionada com o número de canais e de mercados por eles acessados para ofertar as mercadorias da pecuária de pequenos ruminantes.

A pesquisa explicativa, de acordo com Gil (2021a), tem como finalidade identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência do fenômeno. Esse tipo de investigação permitiu esclarecer os motivos da seleção dos canais e dos mercados acessados pelos agricultores e a intensidade no uso dos mesmos. Particularmente, essas explicações foram fundamentadas na abordagem institucional e da Sociologia Econômica como formas de compreender a contribuição do processo de mercantilização e sua relação com a autonomia na produção e reprodução desses agricultores.

3.3 PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PARA A COLETA DE DADOS

Destaca-se inicialmente a experiência profissional do pesquisador que coletou os dados com os agricultores familiares produtores de caprinos e ovinos na microrregião do Sertão dos Inhamuns. O pesquisador conhece este espaço empírico desde o ano de 2007, quando iniciou suas atividades de pesquisa na Embrapa Caprinos e Ovinos. Esta microrregião foi visitada frequentemente pelo pesquisador por meio de diferentes projetos de pesquisa que apoiaram políticas públicas, como o Programa Fome Zero (PFZ) e o Plano Brasil sem Miséria (PBSM), com procedimentos de natureza quantitativa e qualitativa, realizados com agricultores familiares produtores de caprinos e ovinos, conhecendo suas realidades, desafios e oportunidades no semiárido (Farias *et al.*, 2014; Farias *et al.*, 2016). Nesse aspecto, Creswell e Creswell (2018) salientam a experiência profissional como um dos fatores de escolha dos métodos de pesquisa.

Assim, os métodos de procedimentos utilizados fazem parte de uma pesquisa mista, nos quais se fez a combinação entre pesquisa qualitativa e quantitativa (Gil, 2021a). De acordo com Creswell (2007), esse método foi desenvolvido como uma resposta às necessidades de se esclarecer o objetivo de reunir dados quantitativos e qualitativos em um único estudo. Outro ponto a ser considerado neste tipo de pesquisa é o papel do pesquisador como instrumento primário na coleta de dados. Conforme Creswell e Creswell (2018), é necessário que o pesquisador que irá coletar os dados que ele atenda uma série de critérios, entre eles o conhecimento dos seus valores pessoais, pressupostos, preconceitos e visões de mundo. Além disso, os autores reforçam que conhecer essas características do investigador para o ambiente de pesquisa pode ser útil e positivo, em vez de prejudicial.

Por sua vez, Marconi e Lakatos (2021a) destacam os procedimentos operacionais como as etapas mais concretas da investigação, ou seja, a parte prática de coleta de dados. Neste estudo foram utilizadas as seguintes técnicas: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo.

As pesquisas bibliográfica e documental abrangeram o levantamento de dados indiretos. De acordo com Marconi e Lakatos (2021b), esse tipo de pesquisa abrange toda a bibliografia que se tornou pública em relação ao tema de estudo e sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto. Esta pesquisa realizou o levantamento de referências teóricas e analíticas sobre as seguintes temáticas: mercados, instituições, desenvolvimento rural, agricultura familiar e pecuária de pequenos ruminantes.

A pesquisa documental tem como característica a fonte de coleta de dados restrita a documentos, escritos ou não, podendo serem recolhidos no momento em que o fato ocorreu ou não (Marconi; Lakatos, 2021b). Neste caso, foi realizado o levantamento de documentos oficiais, projetos de leis, relatórios de vendas, relatórios de pesquisas, censos agropecuários, documentos referentes às políticas públicas que envolvam a produção de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns, além da utilização de um diário de campo para a complementação de informações e registro de situações relacionadas com a pesquisa de campo.

Na pesquisa de campo foram utilizadas técnicas de pesquisa *survey*, que conforme Freitas *et al.* (2000), podem ser descritas como a obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas, produzindo descrições quantitativas de uma população. Neste estudo, a população foi constituída de

agricultores familiares produtores de caprinos e ovinos que comercializaram animais ou qualquer produto de origem animal dessas pecuárias. Foi realizada uma amostra estratificada e proporcional, com cada município considerado como um estrato. Conforme Triola (1999), o tamanho da amostra com base na estimativa da proporção populacional para amostra finita e proporção populacional de interesse desconhecida é:

$$n = \frac{NpqZ^2}{pqZ^2 + (N - 1)E^2}$$

Onde:

n → é o número de indivíduos na amostra;

N → tamanho da população de interesse;

Z → é o valor crítico que corresponde ao grau de confiança desejado;

p → é a proporção populacional de interesse;

q → é a proporção populacional que não estamos interessados em estudar, sendo $q = 1 - p$;

E → é a margem de erro máximo de estimativa.

De acordo com Marconi e Lakatos (2021b), esse tipo de amostragem apresenta três tipos de vantagens: a) assegurar a representatividade com respeito à propriedade que dá base para classificar as unidades; b) diminuir a possibilidade de não se incluir elementos da população em virtude da classificação; e c) garantir que sejam avaliadas as características de cada estrato, possibilitando comparações de estratos.

Em razão da dinâmica e da heterogeneidade que envolvem as trocas mercantis e da ausência de informações sobre os agricultores que realizaram a comercialização de mercadorias das atividades de caprinos e ovinos foi utilizada a técnica de amostragem não probabilística, denominada de bola de neve. De acordo com Vinuto (2014), essa técnica é utilizada para investigar grupos de difícil acesso e quando não existe uma precisão sobre sua quantidade.

Conforme preconizado por Bockorni e Gomes (2021), para iniciar uma amostragem em bola de neve deve-se utilizar um intermediário inicial, que deverá localizar ou apontar pessoas que apresentem as condições necessárias para a participação na pesquisa. Para a realização desta etapa, contou-se com a experiência profissional do pesquisador no Sertão dos Inhamuns, que contactou e utilizou uma rede de atores referenciais em cada município. Para tanto, recorreu-se, inicialmente, ao apoio de secretarias municipais de agricultura e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais,

Agricultores e Agricultoras Familiares de Tauá para identificar e mapear os locais com maior densidade de agricultores familiares produtores de caprinos e ovinos em cada município. Foram identificados 08, 05, 04, 08 e 08 localidades nos municípios de Aiuaba, Arneiroz, Parambu, Quiterianópolis e Tauá, respectivamente.

Contando com o apoio de recursos humanos cedidos pelas secretarias e do Sindicato, foram visitadas as localidades mapeadas e então foi iniciada a busca para identificar os agricultores familiares produtores de caprinos e ovinos que realizaram a comercialização de produtos dessas atividades em diferentes comunidades. Nas comunidades rurais contou-se, ainda, com o apoio de associações de criadores de pequenos ruminantes, associações comunitárias e de outros agricultores familiares na identificação dos agricultores.

A coleta de dados foi realizada pelo pesquisador no período compreendido entre janeiro e maio de 2022, realizada nos cinco municípios que compõem a microrregião. Na atividade de caprinos foram identificados e entrevistados os produtores dos municípios de Aiuaba (22%), Arneiroz (20%), Parambu (11%), Quiterianópolis (3%) e Tauá (44%) e na atividade de ovinos foram 15%, 13%, 13%, 10% e 49% dos entrevistados nos municípios de Aiuaba, Arneiroz, Parambu, Quiterianópolis e Tauá, respectivamente. Foram entrevistados 158 e 329 produtores de caprinos e ovinos, respectivamente, na microrregião. O tamanho amostral da participação dos produtores de caprinos e ovinos foi de 7% e 5% de margem de erro, respectivamente, e 90% (produtores de caprinos) e 95% (produtores de ovinos) de nível de confiança.

As entrevistas foram realizadas presencialmente com os agricultores, seguindo as orientações de Marconi e Lakatos (2021a). Preliminarmente foram explicados os motivos da pesquisa e a forma de realização, para em seguida ser realizado o convite à participação dos entrevistados. Além disso, os agricultores foram informados que os dados coletados seriam restritos para o estudo, com a manutenção da confidência dos entrevistados. Em seguida e, de acordo com a anuência do produtor, era realizada a entrevista, que seguiram o roteiro estabelecido pelo questionário e tiveram duração variável entre 30 minutos e uma hora e 20 minutos cada uma. Essa variabilidade no tempo de execução das entrevistas foi decorrente da quantidade de dados informados pelos entrevistados e do tempo necessário para o agricultor lembrar sobre a realização das trocas. Além disso, em virtude das restrições sanitárias, foram seguidos os protocolos de prevenção contra o SARS-CoV-2 (Covid-19) recomendados pelas autoridades sanitárias do país.

As entrevistas foram realizadas a partir de um questionário (Apêndice A), que de acordo com Gil (2021b), foi definido como uma técnica de investigação composta por um conjunto de questões para a coleta de dados em levantamento de campo. O questionário era composto por quatro seções. A primeira e a segunda partes do questionário envolveram questões demográficas, econômicas, sociais e produtivas das famílias, com a finalidade de caracterizar os agricultores e as atividades produzidas para a realização de trocas mercantis e a identificação dos canais de comercialização. As duas últimas apresentaram questões sobre os mercados, contemplando aspectos relacionados às atividades associadas às trocas, como a infraestrutura, logística e comunicação; e com as atividades intrínsecas às trocas, que abrangem os temas relacionados com a precificação, as estratégias na seleção e uso dos canais e nos aspectos que regulam essas atividades.

Ressalta-se, que esse questionário foi desenvolvido por uma equipe multidisciplinar de pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Convém salientar que esse questionário foi um dos procedimentos de coleta de dados utilizado no projeto “Estudo e análise de mercados alimentares no Brasil: comparando casos nacionais”, que buscou compreender a dinâmica e a estrutura dos mercados alimentares, os processos de diversificação dos canais de comercialização da produção em diferentes contextos sociais e econômicos do Brasil e analisar os mecanismos de governança e controle acionados pelos atores participantes.

Além do questionário, foi utilizado um diário de campo para anotações das observações sobre o tema pesquisado. Nesse aspecto, Gil (2021a) destaca a importância da técnica de observação nas pesquisas de campo e de seu propósito para assegurar a complementação de informações. Foram realizadas observações diretas e participantes para assegurar as percepções dos agricultores em relação às formas de acesso aos canais de comercialização e sua participação nos mercados, sobre as infraestruturas produtivas e de logística, políticas públicas acessadas e as perspectivas de ações públicas nos municípios.

3.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS DADOS

Os dados coletados por meio de entrevistas e observações foram analisados de formas diferentes. Os dados provenientes da pesquisa de campo foram tabulados no

programa Microsoft Excel®, com a utilização de planilhas na formação de um banco de dados. Em seguida foram transferidos para SSPS 23 (*Statistical Package for Social Science*) e analisados por meio da estatística descritiva, com o uso de frequências relativas e absolutas. Os resultados foram divididos de acordo com as seções dos questionários utilizados nas entrevistas, como forma de atender os objetivos propostos na pesquisa.

As informações obtidas permitiram a geração de gráficos a partir do banco de dados. A emergência e a evolução dos canais de comercialização utilizados pelos agricultores familiares (Capítulo 4) foram apresentados de forma separada por atividades de produção de caprinos e ovinos. De forma semelhante, com base nas informações sobre a identificação dos agricultores familiares em seus aspectos demográficos, sociais, econômicos, produtivos e políticos (Capítulo 5), na identificação e caracterização dos canais (Capítulo 6) e dos mercados (Capítulo 7) foram utilizados gráficos abordando as duas atividades propostas neste estudo.

Além disso, as figuras e diagramas foram elaborados a partir da utilização do software Mindmeister e do programa Microsoft PowerPoint ®. Essas foram relacionadas com a diversidade de canais de comercialização (Capítulo 6) e com as atividades de mercados (Capítulo 7).

A diversidade dos canais de comercialização a partir da intensidade do uso (Capítulo 6) foi categorizada a partir da tipologia desenvolvida por Schneider (2020), que aponta três níveis, com a identificação dos canais exclusivos com o uso de um canal, os canais diversificados com o acesso de dois ou três canais e os canais super diversificados com o uso de quatro ou mais canais para os atores realizarem as trocas.

Para classificar e caracterizar os mercados foi utilizada a tipologia elaborada por Schneider (2016), por meio da identificação de quatro tipos de mercados: Mercados de proximidade, Mercados territoriais, Mercados institucionais e Mercados convencionais, conforme apresentado no Capítulo 2.

A análise dos mercados ocorreu a partir dos resultados quantitativos e qualitativos. Os quantitativos foram provenientes dos procedimentos relacionados ao uso do questionário e de entrevistas enquanto os qualitativos decorreram das observações anotadas no diário de campo. A forma de identificação do funcionamento dos mercados ocorreu por meio do reconhecimento de duas atividades: atividade associada às trocas e atividades intrínsecas às trocas. Essas atividades foram estabelecidas como indicadores para avaliar a estruturação, regulação e coordenação da participação dos agricultores nos mercados.

As atividades associadas foram identificadas como aquelas anteriores às trocas das mercadorias, mas que interferem direta e indiretamente no acesso e nas formas de participação dos agricultores nos mercados. Elas foram desagregadas em três categorias: logística, infraestrutura e comunicação. No grupo de logística foram identificados a presença e os tipos de veículos na unidade produtiva e suas formas de contribuição com as trocas, não se restringindo apenas à entrega física da mercadoria, mas também à locomoção para realizar a comunicação da oferta. Na infraestrutura foi constatada a presença de equipamentos para a conservação dos produtos cárneos e leite de caprinos nos estabelecimentos como forma de manter a oferta em determinados períodos do ano. Além disso, foram identificadas as condições das estradas para a locomoção dos agricultores e compradores, como formas de favorecer e ou dificultar a logística das trocas. As atividades de comunicação da oferta envolveram a presença de tecnologias de informação e comunicação nas unidades produtivas e das formas que os agricultores utilizam para expressarem a oferta de seus produtos.

As atividades intrínsecas às trocas envolveram as ações relacionadas com a troca efetiva de bens, quando de fato, os agricultores encontravam-se em situação de mercado. Essas ações foram distribuídas em três agrupamentos. O primeiro foi relativo à seleção dos canais de comercialização, com a identificação dos fatores relacionados a essa escolha. O segundo grupo foi constituído pelas ações referentes à precificação das mercadorias e à percepção dos agricultores sobre os preços. O pagamento pelas mercadorias abrangeu as ações relacionadas com as formas de realização do pagamento, com o tipo e o tempo para a realização do pagamento.

Como forma de analisar a operacionalização dos mercados foi elaborada uma matriz institucional, composta por instituições que foram selecionadas a partir da tipologia de mercados (Schneider, 2016) e das observações registradas no diário de campo. Nesse caso, foram identificados dois tipos de instituições: não econômicas (confiança, solidariedade e amizade) e instituições econômicas (preço, contrato e segurança). Essas instituições permitiram as explicações sobre a regulação e a coordenação das atividades associadas à troca e atividades intrínsecas às trocas. Nesse caso, entende-se que os mercados são constituídos por atividades pela “mão visível” e que essas somente funcionam de acordo com as regras e normas instituídas por produtores e compradores.

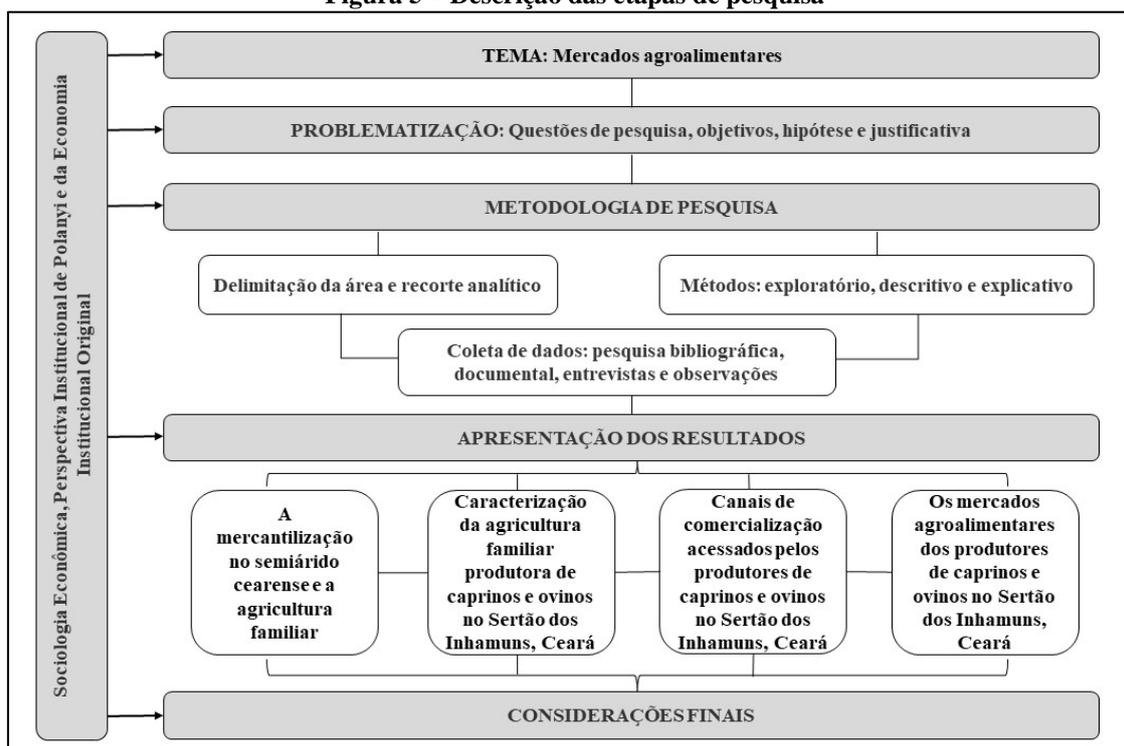
A interface entre estrutura social e capacidade de agência dos agricultores foi assumida como elemento norteador para se compreender e explicar a emergência, a

evolução e a diversidade das formas de mercados e sua contribuição para o processo de produção e reprodução das famílias a partir da correlação com a fundamentação teórica explicitada no Capítulo 2 deste estudo.

3.5 DESCRIÇÃO DAS ETAPAS DA PESQUISA

O caminho metodológico adotado neste estudo foi dividido em cinco etapas (Figura 5). A primeira foi relacionada à aproximação com o tema mercados agroalimentares e sua associação com a produção de alimentos no Semiárido cearense pelos agricultores familiares, particularmente envolvendo as atividades de pequenos ruminantes. A segunda etapa consistiu em um processo de identificação dos problemas e na elaboração das questões orientadoras deste estudo, quais sejam os objetivos, a hipótese e a justificativa. A terceira etapa tratou sobre a metodologia de pesquisa adotada, iniciada com a delimitação da área de estudo e seu recorte analítico, a seleção dos métodos de pesquisa, o planejamento e a execução da coleta de dados, iniciada por meio da formação de uma rede de referência nos municípios e do uso das técnicas de entrevista e de observação e

Figura 5 – Descrição das etapas de pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

A terceira etapa tratou sobre a metodologia de pesquisa adotada, iniciada com a delimitação da área de estudo e seu recorte analítico, a seleção dos métodos de pesquisa, o planejamento e a execução da coleta de dados, iniciada por meio da formação de uma rede de referência nos municípios e do uso das técnicas de entrevista e de observação e

da sistematização e análise dos dados, buscando como resultado as informações sobre as estratégias de comercialização dos agricultores familiares.

A quarta etapa foi composta da apresentação dos resultados de acordo com os objetivos propostos. Esses resultados foram retratados a partir do capítulo quatro até o sétimo. E, finalmente, a última etapa abordou as considerações finais (Capítulo 8) que tratam sobre os resultados evidenciados neste estudo, suas limitações e perspectivas futuras de pesquisa sobre mercados para os agricultores familiares de caprinos e ovinos.

Convém salientar que as etapas descritas na abordagem metodológica foram alinhadas com a perspectiva teórica utilizada neste estudo. Esta forma de inter-relação foi parte do processo de construção do conhecimento que envolveu o tema dos mercados agroalimentares e sua associação com os agricultores familiares produtores de pequenos ruminantes no Semiárido cearense.

O próximo capítulo aborda o processo histórico da mercantilização e sua contribuição para a resistência dos agricultores familiares no Semiárido cearense, com a apresentação dessa trajetória a partir do processo de ocupação e colonização até os dias atuais, com a ampliação das relações dos agricultores com os mercados.

4 A MERCANTILIZAÇÃO NO SEMIÁRIDO CEARENSE E A AGRICULTURA FAMILIAR

A formação econômica e social do Semiárido cearense está intrinsecamente ligada aos aspectos históricos do desenvolvimento e expansão do capitalismo. A mercantilização da agricultura, neste espaço regional, é compreendida como um processo que não ocorreu de forma linear e homogênea, mas desigual, marcado pela manifestação da coexistência de distintas formas institucionais de integração.

Essa percepção indica que o processo de formação econômico pode ser caracterizado a partir de sua heterogeneidade, com a manifestação de distintas formas de produção e articulação comercial, com uma variabilidade de maneiras de inserção aos mercados. Essa trajetória diversa resulta de restrições e constrangimentos, fruto de oportunidades, pelo surgimento de novas instituições que regulam o acesso aos mercados.

Este capítulo tem por objetivo aprofundar a compreensão histórica da mercantilização da agricultura no Semiárido cearense, focada na emergência de uma diversidade institucional que atua diretamente na manutenção da produção e da reprodução social dos agricultores familiares. Para tanto, a mercantilização da produção será abordada a partir de três momentos que revelam as relações dos agricultores com os mercados nesse espaço sub-regional.

A primeira parte identifica a ocupação e colonização do Semiárido cearense, caracterizada pela formação de uma sociedade pastoril, relacionada com a produção pecuária de bovinos como mercadoria de valor de troca. O período da inserção do semiárido no capitalismo internacional, configurando um modelo agroexportador, suas crises e sua posterior integração no mercado interno, moldam a segunda parte. E, finalmente, a terceira parte discute o período contemporâneo caracterizado por uma intensificação na externalização das relações de mercantilização das atividades produtivas que outrora eram utilizadas para assegurar o abastecimento alimentar das famílias produtoras, apresentando como referência a produção de pecuária de pequenos ruminantes.

4.1 OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO DO SEMIÁRIDO CEARENSE: UMA SOCIEDADE PASTORIL

A ocupação e colonização do Semiárido nordestino fez parte do processo de expansão do capital mercantil na sua articulação com o comércio europeu. De acordo com Prado Júnior (2012), a formação econômica do Brasil foi organizada a partir de um caráter comercial, direcionado para a produção de bens destinados aos mercados internacionais, constituindo-se em um empreendimento cujos fatores produtivos estavam estruturados em três pilares: grandes propriedades, sistema de monocultura e trabalho escravo. Nesse contexto, a especialização produtiva foi institucionalizada nas relações sociais e econômicas na produção de mercadoria de elevado valor no comércio europeu. Todavia, esse processo comercial apresentou êxito restrito em determinadas partes do país, com destaque para o litoral nordestino, principalmente na Bahia e Pernambuco.

Apesar do avanço do processo colonial, o litoral do Nordeste apresentava limitações que comprometiam o retorno dos investimentos e os lucros no negócio da cana de açúcar. Segundo Farias (2015), o êxito deste processo de ocupação e colonização do espaço territorial brasileiro apresentava dificuldades principalmente devido aos conflitos no uso da terra e à produção de alimentos para o abastecimento da população litorânea. O autor destaca que havia uma competição por terra para a atividade açucareira, com a intervenção do Estado português regulando¹ os limites geográficos para a produção de alimentos, entre eles a produção pecuária e, em paralelo, à necessidade de produção de gêneros alimentícios para o abastecimento dos primeiros núcleos urbanos, que reclamavam por falta de carne, farinha, sal e feijão. Era necessário, portanto, o desenvolvimento de uma nova economia subordinada à economia agroexportadora, com a ocupação do interior do Nordeste como um movimento de expansão da fronteira agrícola.

O avanço sobre o Semiárido nordestino ocorreu com o uso da pecuária bovina, constituindo-se na principal mercadoria para o abastecimento das áreas litorâneas do Nordeste. A ocupação e colonização do semiárido, caracterizado por suas terras secas, baixa pluviosidade e constantes perturbações climáticas, formou um outro Nordeste, com

¹ Em 1701, D. Pedro II de Portugal expediu uma Carta Régia proibindo a criação de gado a menos de 10 léguas da faixa litorânea, como uma medida para regulamentar o uso da terra para o cultivo da cana de açúcar (Farias, 2015).

o surgimento de uma economia complementar, porém desigual, estruturada em relações econômicas e sociais distintas daquela localizada no litoral (Menezes, 2018).

Outra forma de intervenção do Estado português na ocupação do Semiárido brasileiro ocorreu com a concessão de terras, por meio de cartas de Sesmarias. Assim, à medida que o gado avançava para o interior ampliava-se o número de fazendas. A posse da terra, conforme assinala Farias (2015), ocorreu em dois períodos, o primeiro, denominado de absenteísmo, caracterizou-se pelo processo violento de expulsão e apropriação da terra dos indígenas, com os vaqueiros erguendo suas moradias e currais e iniciando a criação de gado. A segunda fase ocorreu após a pacificação do interior, com o estabelecimento da posse pelos donos de fazendas e suas famílias, entretanto, muitos nunca exploraram suas terras, que eram arrendadas e os donos permaneciam em seus lugares de origem.

A natureza da atividade pecuária caracterizou-se pela produção extensiva, com a criação de bovinos, caprinos e ovinos, com baixa capacidade de investimento e necessidade de mão de obra pouco especializada. Nesse aspecto, Prado Júnior (2012) destacou um acelerado processo de interiorização, com o recrutamento da mão de obra livre, obtida a partir de colonos sem recursos, índios, mamelucos, que, conforme Farias (2015), empregava também escravos, mas sempre em menor proporção. De acordo com Furtado (2007), outro fator preponderante para a atração da mão de obra foi a possibilidade de mobilidade social, o trabalho do vaqueiro era recompensado com o direito de obter terras após quatro ou cinco anos de labor e ele recebia 25% dos animais nascidos na propriedade, fatores que favoreciam o avanço em direção ao interior do sertão semiárido.

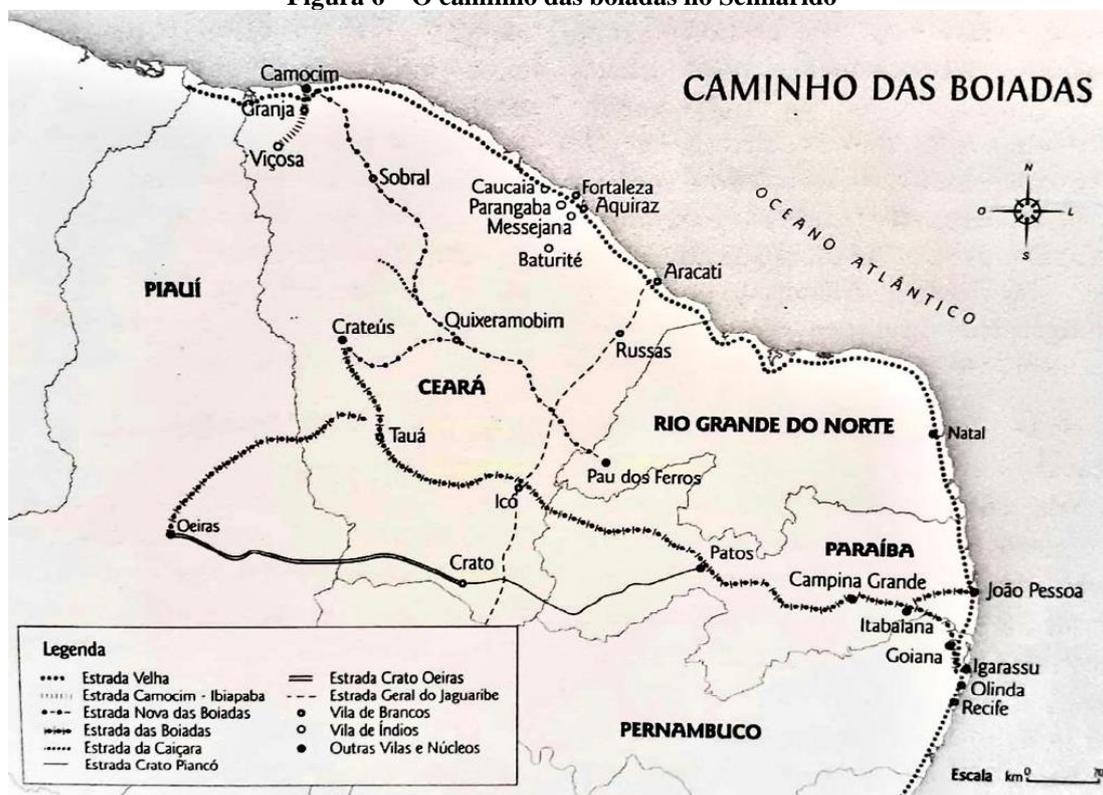
A ocupação e colonização do Semiárido cearense ocorreu de forma tardia. De acordo com Farias (2015), ela aconteceu após a ocupação do Rio Grande do Norte e da Paraíba, transcorrendo no final do século XVII e início do século XVIII. Segundo Abreu (1998), as vias de acesso para o Ceará distinguiam-se a partir de duas rotas: uma com origem em Pernambuco e outra na Bahia. Tais rotas utilizavam as bacias hidrográficas dos rios como caminhos para a ocupação. No Ceará notabilizaram-se as bacias dos rios Acaraú e Jaguaribe.

A intensidade do processo de ocupação e colonização no Semiárido cearense foi evidenciada por Macêdo (1967), ao constatar que no final do século XVIII e início do século XIX a região da bacia do Rio Jaguaribe concentrava a metade da população da capitania do Ceará, reforçando a importância da pecuária bovina no processo de

interiorização do sertão. A região do Alto Jaguaribe, recebeu a denominação de Inhamuns, devido o nome de uma das tribos indígenas que habitavam esse espaço territorial, desde então persiste como um dos espaços de produção pecuária do Ceará.

Segundo Farias (2015), uma das principais estradas para o escoamento do gado cearense para outras capitanias do Nordeste foi o Caminho dos Inhamuns (Figura 6). Essa estrada servia de ligação entre o Estado do Piauí e a região central do Ceará com o litoral pernambucano, facilitando o intercâmbio de mercadorias e comunicação. De acordo com Macêdo (1967), a cidade de Tauá surgiu como um centro de convergência dessa sociedade a quem ele referiu-se como formada por guerreiros e pastores das nascentes do Jaguaribe.

Figura 6 – O caminho das boiadas no Semiárido



Fonte: Farias (2015).

Nesse espaço consolidou-se uma sociedade pecuária que, segundo Andrade (2004), caracterizava-se, por um lado, como uma economia de caráter mercantil voltada à produção de uma mercadoria que deveria atender um mercado distante do local de produção e, por outro, uma economia substantiva para garantir a produção e a reprodução social a partir da diversificação produtiva de culturas alimentares para o autoconsumo das famílias, pois encontrava-se isolada em virtude das longas distâncias e da dificuldade de

comunicação com centros consumidores, o que dificultava as trocas mercantis. Nessa interface, Menezes (2018) sintetiza essa estrutura a partir das relações sociais da pecuária com o capital mercantil, com a institucionalização de dois tipos de relações de trabalho – o dono da terra e o trabalho livre do vaqueiro, ambos adequados, respectivamente, ao sistema de povoamento e aos ensaios dos modos de produção não capitalistas.

Os mercados para o gado cearense apresentavam-se reduzidos e limitados, particularmente, em virtude das distâncias a serem percorridas até os centros consumidores, contribuindo para uma reduzida lucratividade, devido às questões relacionadas com roubos, perdas, emagrecimento e mortes. Segundo Andrade (1986), os pecuaristas cearenses localizados no Baixo Jaguaribe, por volta da segunda década do século XVIII, passaram a utilizar a técnica de salga da carne e iniciaram a comercialização de seu gado por meio de mantas salgadas. Essas fábricas ficaram conhecidas como charqueadas e permitiram uma vantagem competitiva da pecuária cearense em relação à pecuária do Rio Grande do Norte e da Paraíba pelo mercado pernambucano.

A carne seca do Ceará, de acordo com Farias (2015), constituiu-se no principal produto do comércio da capitania, tornando-se o principal fornecedor de carne para Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Ainda segundo o autor, o produto foi utilizado pela elite pernambucana para usá-lo no tráfico negreiro para a alimentação de escravos durante a travessia do Atlântico e chegou a ser exportado na segunda metade do século XVIII para alimentar soldados na guerra entre Inglaterra e França, servindo inclusive como pagamento de soldos. Entretanto, esse período entrou em declínio em razão de diversos fatores, entre eles as adversidades climáticas. Conforme Andrade (1986), as secas de 1790-92 reduziram drasticamente os rebanhos, resultando na falta de matéria prima para as charqueadas. Com a perda de espaço nos mercados a economia pastoril cearense entrou em colapso.

Arcanjo (2018) salienta que muito embora a economia pastoril tenha formado muitas riquezas a partir das charqueadas, ela foi incapaz de promover uma organização social mais complexa e estável. Essa circunstância foi reconhecida por Menezes (2018), ao destacar a formação de um outro Nordeste e apontar para a centralidade da estruturação social e econômica fundamentada na fazenda e em famílias clânicas, voltadas para atender interesses privados e marcadas por relações sociais instáveis – devido aos constantes conflitos entre membros, as famílias clânicas constituíram-se em fatores decisivos na inviabilização de outras atividades produtivas e na origem da formação de uma organização política oligárquica. Essa configuração, segundo Polanyi (2012d), pode ser

compreendida com a formação de uma sociedade de *status*, com uma economia fundamentada na autarcia e nos laços de solidariedade enraizada na materialidade do contexto local, com a regulação das transações, particularmente, fundamentadas em instituições não econômicas.

4.2 A TRÍADE ALGODÃO, PECUÁRIA BOVINA E PRODUÇÃO DE ALIMENTOS: DA ASCENSÃO AO COLAPSO

Diferentes movimentos se manifestaram na reestruturação da economia do Semiárido cearense no final do século XVIII e foram responsáveis pelo surgimento de uma economia de mercado. Existia um contexto favorável para a introdução das instituições que regulam este tipo de economia. Por um lado, havia uma crise econômica decorrente da incapacidade de ofertar os produtos aos mercados devido à incerteza climática, que resultou na desestabilização da economia pastoril e, por outro, a ampliação da demanda do algodão em razão da revolução industrial como parte de uma expansão do capitalismo mundial.

A integração regional com o capitalismo internacional estabeleceu novas institucionalidades e ampliou a externalidade nas relações sociais de produção, com mudanças econômicas, sociais e políticas. Esse movimento utilizou o sertão como fornecedor de matéria prima para as indústrias da Inglaterra e o algodão tornou-se a principal mercadoria do Semiárido cearense. Essa configuração permitiu o início de um período econômico no semiárido que se estruturou em um modelo agroexportador, com a introdução dos mecanismos de oferta, demanda e preço e sua coexistência com instituições não econômicas.

Menezes (2018) chama atenção para as transformações iniciais proporcionadas pelo cultivo do algodão no Semiárido cearense, com o estabelecimento de novo fluxo migratório, distinto do anterior, desta vez, caracterizado por objetivos mercantis, com a formação de entrepostos comerciais em povoados e a subsequente elevação destes em vilas. Essas mudanças a partir da articulação comercial do interior, principalmente entre a bacia do Jaguaribe e a cidade do Aracati, resultaram no desenvolvimento de uma camada burguesa especializada nas trocas mercantis. Com efeito, as transformações provocaram mudanças políticas que, segundo Farias (2015), permitiram a emancipação administrativa da capitania do Ceará de Pernambuco em 1799, passando a comercializar diretamente com Portugal.

Em virtude do seu caráter agroexportador, o ciclo econômico do algodão no semiárido estava sujeito a um processo de competição com mercados internacionais, principalmente com o algodão dos Estados Unidos da América, o maior produtor mundial da época. De acordo com Cunha (2020), o apogeu do ciclo ocorreu durante os anos da Guerra de Secessão dos Estados Unidos da América, que provocou um aumento na demanda externa e a elevação dos preços do produto contribuíram para a expansão da área cultivada no semiárido. Segundo Farias (2015), essa circunstância promoveu uma expansão da economia na segunda metade do século XIX, com resultados diversos, com destaque para a ampliação do comércio, dos meios de transporte e da urbanização das cidades, que funcionavam como entrepostos para a coleta de algodão e couros.

O sucesso dessa cultura no semiárido pode ser atribuído a diferentes fatores, conforme apontados por diferentes pesquisadores. Andrade (1986) aponta para as questões agrônômicas da cultura do algodão no semiárido, destacando a facilidade no cultivo, em virtude da capacidade de ser associado com as culturas agrícolas de produção de alimentos tradicionais, tais como o milho e feijão e após as colheitas e os restos dessas atividades eram utilizadas para a alimentação animal, permitindo a pecuária bovina persistir como uma importante atividade produtiva no estabelecimento rural.

Menezes (2018) destaca a mão de obra utilizada no cultivo, predominantemente realizado pelo trabalho familiar e de pequenos produtores, acentuando o caráter de uma economia que não requer uma concentração de capital. Segundo o autor, era a lavoura de excelência para o pequeno produtor em virtude dessa característica.

Oliveira (2008) enfatiza a importância das culturas alimentares para o sucesso da expansão do capitalismo no semiárido. Frisa o autor que o sistema de produção – algodão, pecuária bovina e produção de alimentos para o consumo das famílias, viabilizava o custo de reprodução da força do trabalho, o que permitia o baixo preço da mercadoria para a escala de circulação internacional, reproduzindo o valor predeterminado pelas indústrias têxteis da Inglaterra. Além disso, ele ressalta a hierarquia exercida pelo capitalismo internacional, mediada por agentes estrangeiros que dominavam a esfera financeira, enquanto a produção ficava sob a responsabilidade dos grandes e pequenos proprietários de terra, meeiros e moradores. Essa conjuntura possibilitou a estruturação da reprodução latifúndio-minifúndio, tendo no grande fazendeiro o comerciante responsável pela coleta de pequenas plantações de algodão.

A integração com o mercado internacional, proporcionada pelo modelo agroexportador do algodão, segundo Farias (2015), caracterizou-se, por um lado, pela sua

incapacidade para alterar o quadro de pobreza vigente na capitania e, por outro, ela beneficiou apenas as classes dominantes representadas por capitalistas estrangeiros, comerciantes, latifundiários e alguns segmentos médios urbanos.

No final do século XIX iniciou-se uma crise no ciclo econômico do algodão, pecuária e culturas de produção de alimentos em virtude da competição internacional. De acordo com Viana (2011), o curto período de crescimento econômico cearense foi interrompido com a recuperação do mercado global pelos Estados Unidos da América, provocando uma redução do preço internacional do algodão. De acordo com Cunha (2020), essa circunstância desencadeou um enorme revés para a economia agroexportadora do Ceará. A resposta para a crise foi ampliar a área de produção que resultou no aumento da oferta e diminuição nos preços dessa mercadoria, no comprometimento da segurança alimentar das famílias e na ampliação da oferta de trabalho pelos pequenos produtores que tiveram que se submeter a novas relações trabalhistas para sobreviver.

O excedente de produção do algodão, a desvalorização da mão de obra, a competição no mercado internacional e os gastos do governo federal com as populações durante os períodos das secas de 1877-79 contribuíram diretamente para o início do processo de industrialização no Ceará a partir do capital primitivo acumulado pelos comerciantes. Segundo Viana (2011), esses fatores foram decisivos para desencadear a implantação de indústrias no Ceará, com a instalação de fábricas de tecidos, fios, redes e óleos a partir de 1881, todavia limitadas às demandas locais.

O ciclo do algodão perdeu o seu dinamismo no semiárido desde então, deixando de ser um produtor internacional e passando a direcionar a produção para abastecer o mercado interno. De acordo com Guimarães Neto (1989), a produção foi direcionada para atender as demandas das indústrias concentrada na Região Sudeste, promovendo uma articulação comercial inter-regional e a formação do mercado interno brasileiro, que foi estruturado ao longo da primeira metade do século XX. Silva (2007) destaca que durante esse período ocorreram as primeiras intervenções do Estado brasileiro no semiárido, voltadas para o combate às secas. Políticas hidráulicas, de visão fragmentada e tecnicista da realidade local, associadas ao proveito político em benefício das elites econômicas regionais transformaram o combate à seca em uma indústria.

A partir dos anos 1950, a atuação do Estado brasileiro na região imprimiu novos contornos. De acordo com Silva (2003), as políticas de combate à seca foram consideradas ineficazes e o setor primário-exportador incapaz de impulsionar o

desenvolvimento regional, sendo necessária uma intervenção estatal planejada, com reformas estruturais para a superação dos desequilíbrios entre as regiões, a partir de um processo de modernização das bases produtivas. Com esse propósito, emergiu nesse período, um novo aparato estatal, com destaque para o Banco do Nordeste Brasileiro (BNB), a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e a implantação de unidades da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). No Ceará foram implantados dois centros de pesquisas, a Embrapa Agroindústria Tropical e a Embrapa Caprinos e Ovinos.

Acrescente-se (Guimarães Neto, 1989) que a intervenção do Estado estava associada ao processo de reprodução do capital, centrada na modernização da economia regional e sua integração em um único sistema de produção situados no interior de uma hierarquia. Para Delgado (2012), a modernização preservou o caráter heterogêneo da agricultura brasileira do ponto de vista técnico, social e regional. Na Região Nordeste esse processo, segundo Elias (2002), produziu profunda heterogeneidade, caracterizada pela seletividade de espaços competitivos. Essas mudanças, de um lado, permitiram o avanço do capitalismo na agricultura em produtos e espaços privilegiados, dadas às políticas voltadas para a produção agrícola em perímetros irrigados, e, de outro, deixaram à margem a maior parte da população rural nas áreas onde prevaleciam a cultura do algodão, pecuária bovina e culturas para o autoconsumo familiar. Nesse período ocorreu um intenso êxodo rural para as regiões do centro-sul do país, favorecendo as elites agrárias, principalmente pela manutenção da estrutura fundiária e as facilidades para a obtenção de crédito.

A conjuntura econômica desencadeada pela formação do mercado interno e a modernização das bases produtivas foi insuficiente para alterar a estrutura socioeconômica e produtiva no semiárido. Oliveira (2008) aponta dois mecanismos estruturantes no processo de mercantilização estabelecido ao longo dessa trajetória. O primeiro está relacionado com à natureza especulativa da transação realizada pelos fazendeiros e comerciantes mediante o pagamento antecipado da produção, denominado de pagamento na “folha”. Essa transação pode ser resumida da seguinte forma: caso ocorresse uma variação do preço para cima, o lucro era totalmente apropriado pelo agente comprador, mas se transcorresse uma variação do preço para baixo, seria descontada a diferença entre o valor antecipado e o preço pago pela ocasião da safra.

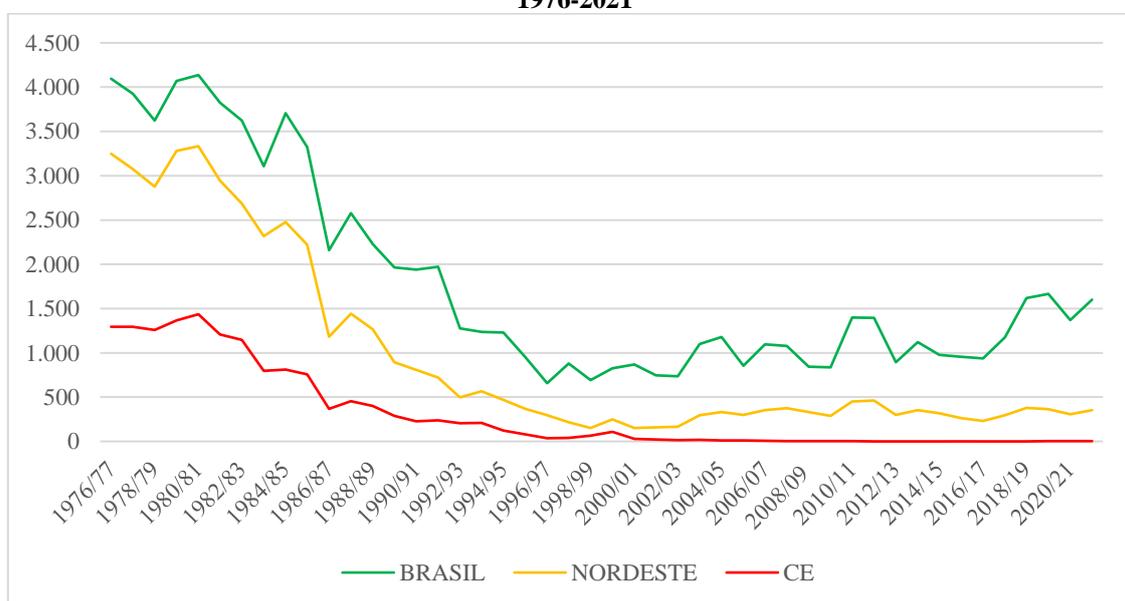
Outra relação mercantil apontada por Oliveira foi simbolizada pela obtenção de mercadorias relacionadas aos gêneros de primeira necessidade, que não eram produzidos

pelos meeiros, trabalhadores e agricultores de pequeno porte, que para serem obtidos eram cobrados preços exorbitantes. Essas relações entre agricultores e mercados revelavam uma intensa apropriação do excedente social, muitas vezes marcadas por pouco espaço de manobras e sobrando poucas coisas além do trabalho desses atores.

De acordo com Guimarães Neto (1989), esse contexto caracterizou-se pela persistência da subordinação ao capital mercantil, repercutindo, por um lado, na ampliação de uma rede de intermediários na coleta do algodão, com o surgimento de novos intermediários e, por outro, na manutenção de relações de trabalho extremamente espoliativas e precárias. Segundo o autor, essa estrutura foi um elemento impeditivo do desenvolvimento das forças produtivas, caracterizada pelo baixo nível de renda e produtividade, reproduzida a partir das estratégias fundamentadas na agricultura de produção de alimentos para abastecimento das famílias.

Essa configuração econômica no semiárido favoreceu a crise final da produção e agroindustrialização do algodão cearense, que ao longo das últimas décadas do século XX perdia competitividade, refletida na diminuição da área plantada (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Área (hectare x 1.000) plantada de algodão no Brasil, Nordeste e Ceará no período de 1976-2021



Fonte: CONAB: Séries históricas das safras - algodão (2022).

O colapso do ciclo econômico fundamentado no algodão, pecuária bovina e culturas de produção de alimentos foi decorrente da associação de uma estrutura socioeconômica fundamentada em instituições de uma economia de mercado e no favorecimento das elites agrárias, que subordinavam o desenvolvimento desse espaço

regional ao longo dos processos de modernização agrícola, industrialização e formação do mercado interno nacional.

Nesse contexto de transformações, a decomposição da estrutura de produção e comercialização do algodão no semiárido desdobrou-se (Araújo, 2012) em desafios e oportunidades. De acordo com a autora essa situação culminou em uma crise de geração de renda para os agricultores familiares, que sem essa mercadoria foram obrigados a mercantilizar os excedentes das atividades produtivas que outrora cumpriam o papel de atender o abastecimento alimentar de suas famílias. Ao mesmo tempo, essa nova circunstância significava uma oportunidade para a estruturação de uma nova base produtiva na região, pois sem o algodão, a pecuária do grande proprietário havia perdido a competitividade, resultando na alteração da estrutura de subordinação e no desenvolvimento de novas forças produtivas.

A próxima seção aborda o terceiro momento a partir da conjunção do colapso produtivo no semiárido e a reestruturação econômica fundamentada na ampliação da mercantilização em decorrência do processo de globalização, apresentando como referência a mercantilização das atividades de produção de caprinos e ovinos pelos agricultores familiares no Sertão dos Inhamuns.

4.3 A REESTRUTURAÇÃO DA ECONOMIA E A MERCANTILIZAÇÃO DAS CULTURAS DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NO SEMIÁRIDO

No final do século XX uma nova reestruturação capitalista resultou em processos de globalização e de liberalização dos mercados, promovendo um conjunto de transformações econômicas e sociais, com destaque para as alterações nas relações do trabalho e da produção.

Wilkinson (2003) chamou atenção para as transformações na organização econômica e institucional do sistema agroalimentar na América Latina. Segundo o autor, essas mudanças decorrem de um ajustamento às condições de acesso aos mercados de exportação e da criação de um ambiente favorável para investimentos externos, frutos de uma estratégia de modernização e competitividade, que determinou novos patamares de qualidade como pré-requisitos para se participar nos mercados alimentares. Para a agricultura familiar e as comunidades rurais tradicionais, a estratégia utilizada representou desafios e oportunidades.

No caso brasileiro, Grisa e Schneider (2015), registram que, nesse período, a economia de base familiar foi reconhecida pelo Estado brasileiro como categoria social relevante para a produção de alimentos no país, favorecendo um conjunto de políticas para o fortalecimento da nova economia, por meio da valorização de atividades adaptadas aos ecossistemas locais. A partir dos anos 2000, o Estado brasileiro buscou reduzir as desigualdades sociais e econômicas por meio de um conjunto de políticas públicas que foram direcionadas para o combate e alívio da pobreza, entre elas destaca-se o Programa Fome Zero – 2003. De acordo com Lima (2020), em 2007 ocorreu um novo redirecionamento na estratégia brasileira de desenvolvimento regional, com o estabelecimento da I Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Tendo como objetivo reduzir as desigualdades entre as regiões brasileiras, mediante a promoção da equidade no acesso às oportunidades sociais e econômicas, o novo direcionamento de programas e ações federais postulava um enfoque territorial, como foi o caso do Programa Territórios da Cidadania - 2008 e do Plano Brasil Sem Miséria - 2011. Além disso, ressalta-se as políticas de construção de mercados para os agricultores familiares. De acordo com Grisa e Porto (2015), a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em 2003, desencadeou uma reestruturação dos mercados institucionais² já existentes.

Para Favareto (2010), a primeira década deste século foi marcada por “movimentos das contradições”. Por um lado, os investimentos públicos para a agricultura familiar e políticas sociais possibilitaram a redução da pobreza no meio rural, mas sem alterar as bases produtivas. Por outro, ocorreu a primarização da economia, o que favoreceu o fortalecimento da agricultura comercial do país, com a expansão da modernização produtiva.

No semiárido os efeitos foram limitados, já que não ocorreram mudanças de base produtiva. Tonneau *et al.* (2011) destacam que as políticas sociais, principalmente a aposentadoria rural, impediram o êxodo rural, mas não evitaram uma crise social. De igual forma, Aquino *et al.* (2018) constataram a existência de um abismo produtivo na agricultura familiar do Nordeste, formada basicamente por agricultores extremamente pobres e de baixa renda, dependentes de outras fontes de renda externa à propriedade e

² Em 2009, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi regulamentado e estabeleceu que 30% do valor repassado para estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) deve ser utilizado para a compra de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar.

das transferências sociais para sobreviver. Nesse contexto, as políticas sociais como a previdência rural e as políticas de valorização do salário mínimo contribuíram para o alívio da pobreza rural, mas foram insuficientes para mitigar as desigualdades econômicas e sociais na região (Oliveira *et al.*, 2020).

As crises internacionais entre os anos de 2008 e 2012 levaram o país a uma conjunção de fatores econômicos e sociais que convergiram para políticas que contribuíram na desaceleração da economia e resultaram no reestabelecimento de uma agenda neoliberal (Carvalho, 2018). Favareto (2017), ao analisar as concepções de desenvolvimento e a intervenção pública no Brasil pós-ruptura institucional em 2016, salientou que as reformas no Estado brasileiro, em referência à alteração constitucional que limitou a expansão dos gastos públicos, resultaram em uma série de retrocessos, que atingiram as políticas da primeira década do século XXI e provocaram alterações bruscas nos indicadores sociais e econômicos no Brasil interiorano, particularmente no Semiárido nordestino.

Nesse cenário, a pandemia da Covid-19 provocou uma crise econômica e social de proporções globais, ainda incalculáveis. De acordo com Carvalho (2020), a crise sanitária provocou a maior projeção de queda do Produto Interno Bruto (PIB) mundial e o debate sobre o modo como a economia global vem sendo conduzida desde os anos de 1980. Segundo a autora, a crise no Brasil apresentou uma natureza singular. O país não havia se recuperado da recessão de 2015-2016 e a equipe econômica era adepta da ideologia do livre mercado, do Estado mínimo e de um governo averso às evidências científicas. Essa conjuntura permitiu à autora fazer uma analogia da crise com um curto circuito na visão ortodoxa, reforçando que a resposta a essa calamidade foi inadequada, pois não exigia apenas o relaxamento das regras orçamentárias, mas se repensasse o papel do Estado na sociedade para superar as desigualdades históricas evidenciadas pela pandemia.

De acordo com Clapp e Mosely (2020), a crise alimentar de escala global que se estabeleceu na pandemia está intrinsecamente associada a um legado histórico de políticas que provocaram a perda de renda, elevação nos preços dos alimentos, interrupções nas cadeias globais e a diminuição da demanda com o comprometimento da subsistência dos produtores. Os autores ressaltam que a vulnerabilidade do sistema alimentar está intimamente associada a uma ênfase na especialização, que produziu as desigualdades na produção e no consumo de alimentos e enfatizam a necessidade de

medidas de proteção contra crises futuras, com destaque para a diversificação da produção e do abastecimento.

No Brasil, a crise pandêmica acentuou as contradições do seu sistema alimentar. Por um lado, um país como um dos principais exportadores de alimentos para o planeta e, por outro, o seu retorno ao mapa da fome, após sua saída em 2014. A pesquisa realizada em 2022 sobre o quadro de insegurança alimentar e nutricional no país no contexto da pandemia (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar, 2022) ratificou que a crise sanitária apenas evidenciou essa situação, com 125,2 milhões de pessoas residentes em domicílio com insegurança alimentar e nutricional e mais de 33 milhões com fome (insuficiência alimentar grave). Segundo a pesquisa, 22,6% dos domicílios rurais de agricultores familiares do Nordeste apresentavam fome. Schneider *et al.* (2020) ressaltam que a crise atual expôs as fragilidades e vulnerabilidades do sistema alimentar brasileiro e destacam as desigualdades sobre os modos de produção, processamento e distribuição dos alimentos como uma condição incompatível para o desenvolvimento do país.

Acrescente-se aos movimentos descritos, as transformações em curso da digitalização da economia e as mudanças climáticas que afetarão diretamente as formas de mercantilização dos alimentos. Segundo Niederle *et al.* (2021), a singularidade da pandemia acelerou o avanço na digitalização dos processos produtivos, entre eles a agricultura e o sistema alimentar, estruturando diferentes formas de interações econômicas e culturais. Os autores revelam uma preocupação para se compreender este fato social em relação às suas potencialidades no acesso à informação pelos agricultores familiares e suas consequências sobre os processos de produção, distribuição e geração de emprego e renda, bem como, os riscos da digitalização dos mercados em acentuar as dinâmicas excludentes do sistema alimentar.

Por sua vez, Moore (2017) assinala a intrínseca associação entre o capitalismo contemporâneo e as mudanças climáticas, enfatizando que o seu avanço vem acentuando o desgaste de um dos pilares do capitalismo, a produção de alimentos em abundância e com baixos preços. Borrás Jr. *et al.* (2022) reforçam que as mudanças climáticas são uma ameaça à humanidade no planeta, todavia, ainda cercadas por incertezas em relação aos impactos geográficos e socioeconômicos, particularmente, os efeitos que afetarão a população rural em diferentes partes do mundo e os mecanismos que diferentes atores, entre eles os agricultores, estão desenvolvendo para mitigar os impactos dessas mudanças.

Marengo (2014) destaca os principais impactos adversos desse cenário de mudanças no clima do Brasil, com regiões e setores afetados de forma desigual. O Nordeste brasileiro, segundo o autor, será uma das regiões mais expostas, especialmente o espaço do semiárido, tendendo a uma possível aridez e subsequente desertificação, comprometendo duramente a agricultura dependente de chuva e, em consequência, o fortalecimento da pecuária nessa região. Nesse ponto, Milhorange *et al.* (2020), ao analisar um conjunto de políticas implementadas no semiárido, constataram a importância das ações públicas que promovem atividades mais resilientes aos riscos climáticos, como a produção de pequenos ruminantes, reconhecendo que essas podem contribuir para mitigar os efeitos das mudanças climáticas junto aos agricultores familiares, face ao contexto de vulnerabilidade decorrente desse cenário.

Ao longo dessa trajetória, a pecuária foi assumida como um importante recurso para a agricultura familiar no Semiárido nordestino, contribuindo com a segurança alimentar e nutricional das famílias e com a geração de emprego e renda no espaço rural. De acordo com o Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019a), essa atividade está presente em 82% dos estabelecimentos agropecuários familiares do Semiárido nordestino, com destaque para a produção de bovinos e pequenos ruminantes. A produção de pequenos ruminantes encontra-se concentrada nesse espaço, com 87,2% e 62,3% de caprinos e ovinos produzidos no país, respectivamente. Apesar de relevante, a bovinocultura perdeu representatividade em relação ao rebanho do país, com apenas 7% do efetivo nacional.

A concentração de caprinos e ovinos no semiárido tem chamado atenção do Estado brasileiro para essas atividades na região. Elas foram assumidas como oportunidades econômicas para a dinamização desse espaço por meio de diferentes ações públicas. De acordo com Gomes e Menezes (2010), esse movimento foi denominado de (re)pecuarização e fundamentou-se na perspectiva de desenvolvimento por meio de um processo de modernização, com a elaboração e implementação de políticas como estratégicas para as mudanças a partir da criação de novas institucionalidades no semiárido. No âmbito estadual destacaram-se as ações dos governos do Rio Grande do Norte e da Paraíba, via o estímulo à produção de leite de cabra para a comercialização por meio dos mercados institucionais, com a promoção do associativismo e do cooperativismo. No Ceará, o Projeto São José III, coordenado pelo governo do Estado, financiou projetos de agregação de valor para aumentar a inserção econômica dos agricultores familiares, com diversas iniciativas de apoio à comercialização, com destaque para a instalação de agroindústrias para o processamento de carne de pequenos

ruminantes, apoiando territórios onde essas atividades apresentam importância social e econômica.

Na esfera federal destaca-se o Programa Rota do Cordeiro (BRASIL, 2017a). Uma política de fortalecimento da pecuária de pequenos ruminantes, com ações direcionadas para desenvolver a competitividade de agricultores familiares pecuaristas que se encontravam em vulnerabilidade social, por meio da constituição de arranjos produtivos locais. Segundo Brasil (2017a), a atuação do programa ocorreu por meio do enfoque setorial e territorial, com atuações nos estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco e Piauí. Nesse ponto, o Estado brasileiro, em suas diferentes dimensões, foi um agente que estimulou o desenvolvimento das atividades de caprinos e ovinos no semiárido.

Os movimentos do capitalismo e suas repercussões sobre a agricultura e a produção de alimentos no semiárido proporcionaram uma diversidade institucional, que se constituiu em mecanismo de proteção aos efeitos institucionais dessa expansão, entre eles a mercantilização da produção de pequenos ruminantes. A próxima subseção aborda a emergência e evolução da mercantilização das atividades de produção de caprinos e ovinos por agricultores familiares no Sertão dos Inhamuns, representando um processo de construção social de mercados fundamentada em uma economia substantiva, caracterizada por mecanismos de resistência e busca por autonomia.

4.3.1 A mercantilização de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns: um contramovimento

O processo de mercantilização no semiárido é resultado de um processo histórico caracterizado por uma série de movimentos e contramovimentos. Nesse contexto, as transformações econômicas e sociais que ocorreram a partir da segunda metade do século XX, impulsionadas pelos movimentos liberais, deixaram como herança para o século XXI no Semiárido cearense a pequena produção, constituindo-se a base de sua economia.

Na avaliação de Araújo (2012), essa conjuntura representava, por um lado, as fragilidades da pequena produção no semiárido, que estavam à mercê de mercados cada vez mais competitivos e com dificuldades relacionadas com aspectos gerenciais, tecnológicos e mercadológicos. Por outro, ela destaca que devido à seletividade e desinteresse dos atores globais ou pelas dinâmicas específicas de certas atividades

surgiram brechas nesses espaços, que funcionam como oportunidades para os produtores escaparem da subordinação e assumirem uma produção autônoma.

Essa circunstância representou novas dinâmicas econômicas que envolveram uma série de mudanças na produção de alimentos, entre elas a mercantilização das culturas alimentares que eram a base de sustentação do ciclo do algodão e da pecuária no semiárido. Essas mudanças podem ser compreendidas como resultado de um duplo movimento (Polanyi, 2012a). Por um lado, a ampliação das restrições no acesso aos mercados pelos agricultores familiares em razão das instituições relacionadas com o mercado autorregulado. Por outro lado, a reação aos efeitos adversos dessa regulação ocorreu com a criação de estruturas de proteção do trabalho e da terra (Polanyi, 2012a). Destaca-se, entre elas, a construção social de mercados para as atividades de pequenos ruminantes, uma das principais culturas alimentares no Semiárido nordestino, que foram incumbidas de colaborar com as relações de trocas mercantis dos agricultores familiares.

Ao descrever a trajetória histórica do reconhecimento dos pequenos ruminantes como culturas simbólicas do sertão nordestino, Meneses (2019) salientou que, até as décadas de 1950 e 1960, essas atividades eram identificadas pelas elites agrárias como de pouco *status* e associadas a setores desfavorecidos e reconhecidas pela burocracia estatal como de difícil viabilidade técnica e financeira e com pouca viabilidade de mercado.

O Sertão dos Inhamuns é um desses subespaços regionais com destaque na pecuária de pequenos ruminantes e sua produção representa um dos principais elementos produtivos dessa microrregião, com 21% e 18,6% do rebanho de caprinos e ovinos concentrado em cinco municípios do Estado do Ceará (IBGE, 2019b; IBGE, 2019c). Essas atividades estão intrinsecamente associadas ao consumo das famílias e foram assumidas como valor de troca para garantir sua reprodução socioeconômica.

Para tanto, os agricultores atribuíram um caráter de flexibilidade para os produtos da atividade de caprinos e ovinos. A produção destinada para o autoconsumo assume um caráter de mercadoria com valor de troca, ocorrendo um processo de mercantilização para complementar o orçamento familiar. Essa circunstância foi apresentada por Garcia Júnior (1989) a partir do princípio da alternatividade ao relacionar os produtos com essas características, com usos complementares, ou seja, são utilizados para auxiliar no abastecimento familiar e para serem comercializados de forma eventual, apresentando uma coexistência com as relações mercantis das lavouras comerciais.

Por sua vez, Abramovay (2012) destaca que a utilização da alternatividade assume a conotação de uma reação a um ambiente de contingências econômicas e sociais,

revelando-se um mecanismo de defesa utilizado pelos agricultores como forma de não comprometer a produção e reprodução social. Especificamente, a utilização do princípio da alternatividade dos produtos de caprinos e ovinos constituiu-se no elemento-chave que delineou as estratégias de comercialização pelos agricultores familiares e desencadeou o processo de construção dos mercados agroalimentares das atividades de pequenos ruminantes neste território.

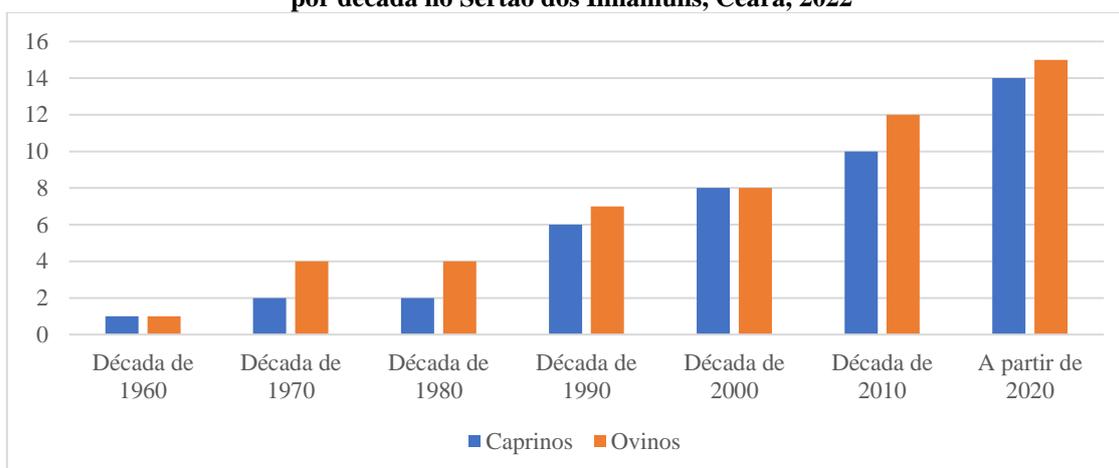
Em conformidade com Ploeg (2008), pode-se afirmar que a estruturação do mercado convencional do setor algodoeiro no semiárido submeteu os agricultores a uma condição histórica de *squeeze*. Essa situação pode ser traduzida por uma grande pressão descendente na renda, que subtrai uma enorme quantidade de riqueza social do espaço rural e promove uma erosão nas perspectivas de longo prazo. O aumento no custo de produção e a diminuição no preço do algodão acentuou uma situação de incerteza, principalmente a partir da década de 1950 (Viana, 2011).

Especificamente, o desenvolvimento do processo comercial de produtos das atividades de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns é decorrente de um processo de enfrentamento dessas incertezas, resultado de uma aprendizagem institucional, com o estabelecimento de hábitos e rotinas que convergiram para a construção social de mercados. De acordo com Hodgson (2007), esses momentos de incertezas caracterizam-se pela manifestação de uma diversidade de respostas. Elas surgem a partir da conjugação de habilidades e recursos para possibilitar o desenvolvimento de capacidades para tratar da complexidade e dos ajustes necessários para lidar com essa conjuntura.

Neste estudo, a década de 1960 foi identificada como o primeiro momento em que os produtores de caprinos e ovinos iniciaram as trocas mercantis nesse subespaço regional. Esta década marca o início da flexibilização das culturas alimentares para valor de troca, com a comercialização das atividades de caprinos e ovinos nessa microrregião como forma de complementar o orçamento doméstico, pois a renda proveniente da produção do algodão tornava-se decrescente e insuficiente para a manutenção das famílias, atuando, inicialmente, como fator de resiliência para salvaguardar a produção e a reprodução social.

De modo bastante acentuado constatou-se uma evolução no número de canais de comercialização no Sertão dos Inhamuns ao longo dos últimos 60 anos (Gráfico 3).

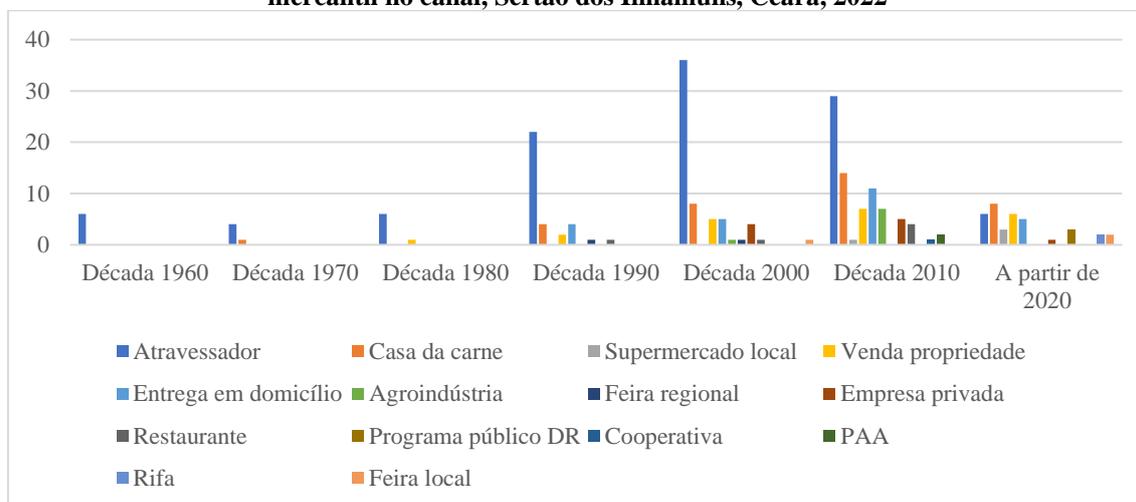
Gráfico 3 – Número de canais de comercialização de produtos de caprinos e ovinos identificados por década no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa de campo (2023).

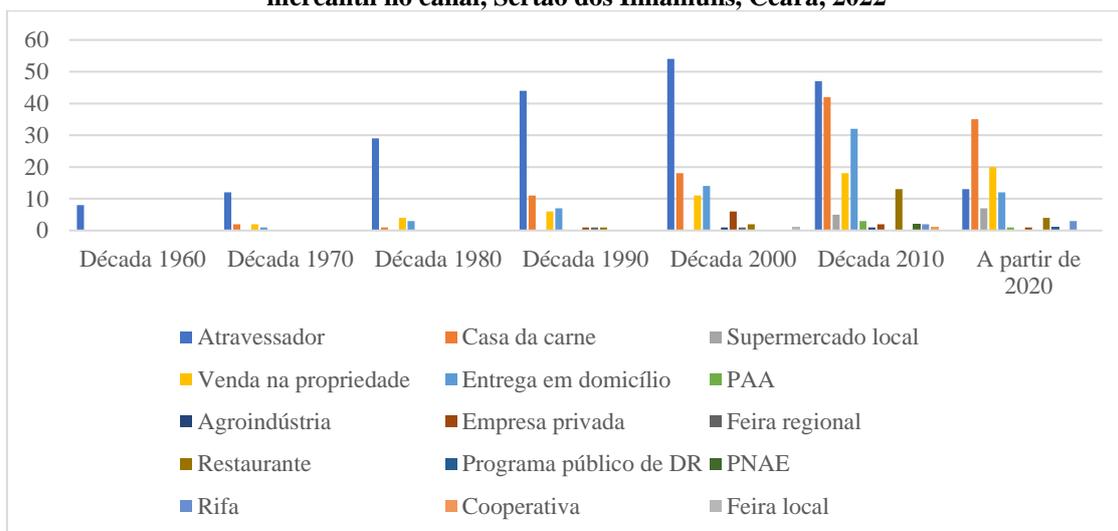
A comercialização da atividade de caprinos e ovinos no território foi identificada inicialmente nos anos de 1960 e 1962, respectivamente, conforme demonstrado nos gráficos 4 e 5, realizada no município de Tauá.

Gráfico 4 – Número de produtores de caprinos por canais de comercialização e o início da troca mercantil no canal, Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa de campo (2023).

Gráfico 5 – Número de produtores de ovinos por canais de comercialização e o início da troca mercantil no canal, Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa de campo (2023).

Durante a década de 1960, o canal atravessador foi o único espaço de trocas para os agricultores realizarem a comercialização da produção de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns. A utilização de um canal revelou que as condições de troca não estavam condicionadas a uma questão de oferta e demanda, mas sim a uma medida emergencial para atenuar as contingências nas quais estavam submetidas.

A ampliação do número de espaços para as trocas mercantis para os produtos de caprinos e ovinos foi evidenciada ao longo dos anos 70 e 80 e a emergência de novos canais e produtos está intrinsecamente associada à crise econômica crônica. Na década de 1970 os produtores de caprinos e ovinos iniciaram a interação com o canal casa da carne, os produtores de ovinos desenvolveram um relacionamento direto com os consumidores por meio dos canais venda na propriedade e entrega em domicílio. Na década de 1980 os produtores de caprinos iniciaram uma relação direta com os consumidores por meio do canal venda na propriedade, enquanto, os produtores de ovinos mantiveram as relações com os canais desenvolvidos na década passada. Essas relações de trocas mercantis foram construídas a partir do enraizamento da cultura alimentar atuando como elemento da sociabilidade entre produtores e compradores.

A expansão do número de canais utilizados para a comercialização de produtos de caprinos e ovinos evidenciou a ampliação da mercantilização das atividades, repercutindo no desenvolvimento de novos espaços institucionais para realizar as trocas mercantis. Além disso, a evolução da comercialização produziu uma heterogeneidade de canais

utilizados pelos agricultores, que foram surgindo mediados pelas incertezas que envolviam o processo de produção no espaço rural ao longo dessa trajetória histórica.

O processo de construção social de mercados agroalimentares de pequenos ruminantes evoluiu como elemento de resistência³ ao contexto de crise econômica e social no semiárido. Essa diversidade institucional marcou o surgimento de um contramovimento, com os mercados agroalimentares de caprinos e ovinos atuando como mecanismo de proteção contra os efeitos de exclusão de um mercado autorregulado. Enfatiza-se que essas mudanças são partes de um processo de proteção aos efeitos da expansão do capitalismo na agricultura e a busca pela geração de renda a partir dessas iniciativas de utilizar o princípio da alternatividade para a produção de pequenos ruminantes.

Todavia, esse contramovimento caracterizou-se como difuso e ambivalente (Abdalla, 2014). No que se refere ao aspecto difuso, a mercantilização das culturas alimentares pelos agricultores no semiárido como proteção social resultou em um processo de mercantilização de distintos produtos, por múltiplos atores em diferentes espaços e territórios, como forma de responder às adversidades do colapso da renda do algodão. Em relação à contradição, destaca-se que esses mercados são compreendidos a partir de uma perspectiva de um mercado como algo natural e regulado por instituições fundamentadas na competição, eficiência, padronização e escala.

Contudo, convém salientar que esses surgiram como resposta aos efeitos dessas instituições, com diferentes formas de regulação para garantir a reprodução social dos agricultores. Esses mercados surgiram a partir do hábito e no estabelecimento de rotinas de trocas que emulou as trocas mercantis realizadas em outras atividades, particularmente, referentes à presença do canal atravessadores. Além disso, o surgimento de novos canais representou uma iniciativa de desvinculação de um processo de regulação das trocas mercantis fundamentadas na desterritorialização e subordinação, com reconfigurações nos modos de trocas com a elaboração de novas institucionalidades.

Essas novas configurações foram tratadas com indiferença. De acordo com Darolt e Lamine (2017), o surgimento de novos circuitos no abastecimento de alimentos nos países do sul foram sub-representados na literatura internacional, apesar das evidências históricas. Segundo os autores, no Brasil somente no início da década de 1980 foram

³ De acordo com Ploeg (2008), o termo resistência pode ser compreendido como a multiplicidade de respostas continuadas e/ou criadas pelos agricultores familiares que lhes permitem manterem o processo de produção e reprodução em face às adversidades.

identificados os novos circuitos de comercialização, particularmente, como respostas induzidas pelas constantes crises econômicas, sociais e ambientais.

A partir dos anos de 1990, ampliou-se a mercantilização da atividade de caprinos e ovinos em virtude do encerramento do ciclo econômico algodão, pecuária bovina e culturas alimentares, representando uma resposta à crise de geração de renda, que estagnou o espaço rural e urbano dos municípios no Semiárido cearense. Esta circunstância foi evidenciada pela diversidade no número de canais de comercialização utilizados pelos produtores no Sertão dos Inhamuns, atuando como mecanismo de resiliência às contingências econômicas, sociais e climáticas.

Além disso, a diversidade foi uma manifestação no sentido contrário aos efeitos das instituições de um mercado desenraizado, fundamentalmente coordenado pelos atravessadores. Essa situação revelou-se como uma iniciativa de busca de autonomia em mercados, por meio de uma ampliação no enraizamento das relações sociais com as trocas mercantis, com o estabelecimento de novas institucionalidades, aprofundando as relações com a natureza na produção de recursos produtivos adaptados às condições territoriais e com a sociedade, com o abastecimento de alimentos relacionados com a cultura alimentar local. Essa reconfiguração da economia buscou uma nova tessitura social, que foi incompreendida pelas perspectivas ortodoxas de maximização e relacionou-se diretamente em garantir a suficiência como forma de enfrentamento a crise econômica e social no Semiárido cearense.

Ressalta-se que nesse período iniciaram-se os estudos sobre como as atividades de caprinos e ovinos contribuiriam com o desenvolvimento econômico no semiárido. O setor público reconhecia a importância dessas atividades como recursos produtivos para atenuar as desigualdades sociais e econômicas (EMBRAPA, 1993). Entretanto, conforme salientado pela Embrapa (1993), a ênfase das ações foi direcionada para uma especialização produtiva da produção de pequenos ruminantes, reconhecendo-a como deficitária e ineficiente, sendo necessária uma modernização nos setores como forma para favorecer a inserção dos agricultores das áreas menos desenvolvidas no mercado.

Essa perspectiva apontava para a falta de um mercado estável e crescente, particularmente, essa condição foi atribuída à inadequada forma de apresentação dos produtos ofertados aos consumidores. Essa abordagem reduzia os problemas identificados nas duas atividades a questões produtivas e à adoção tecnológica, ao mesmo tempo que compreendia o mercado como algo natural e disposto para estabelecer trocas

e garantir a renda dos produtores. Ou seja, persistia em uma concepção teórica fundamentada na escassez (Polanyi, 2012b).

Todavia, os estudos de Tourrand *et al.* (1993) e Caron (2005), ao analisarem a diversificação produtiva como mecanismo para o desenvolvimento local no município de Tauá (CE), reconheceram um processo de diferenciação social no município em virtude do colapso da renda do algodão para os agricultores familiares, marcado por uma reconfiguração na organização do espaço e do trabalho no meio rural. Os autores explicitaram a necessidade de promoção do fortalecimento da capacidade de produção e de reprodução dos agricultores, por meio de uma série de investimentos que contemplassem as estratégias de diversificação da base produtiva, particularmente, em face aos efeitos da desestruturação econômica manifestada na vida dos agricultores familiares no sertão cearense.

Em relação à comercialização, os autores identificaram as dificuldades dos agricultores familiares no início dos anos 1990 ao realizarem a comercialização de seus produtos, com poucos canais e sujeitos aos intermediários, deixando-os com pouco espaço de manobra para decidir e agir sobre este processo. O canal atravessador, ao longo da trajetória de evolução do processo de mercantilização, consolidou-se como o principal meio para a realização das trocas mercantis dos produtores de caprinos e ovinos no território.

Constatou-se que a presença do atravessador, por um lado, era adequada em razão de sua capacidade de difusão dos produtos, mas, por outro, estabelecia uma relação assimétrica. Foi observada a facilidade de acesso do canal atravessador, particularmente em virtude de sua onipresença e a construção de confiança. Além disso, a mercantilização envolveu práticas de antecipação de recursos monetários sobre compras futuras como formas de fidelizar os agricultores a esses agentes. Identificou-se que esta acessibilidade estabelecia uma relação de dependência, que foi reconhecida pelos produtores como um dos principais responsáveis pela apropriação do valor do trabalho familiar a partir da comercialização das atividades de caprinos e ovinos.

Essa conjuntura desdobrou-se em novos mecanismos institucionais, expressos por meio do estabelecimento de novas relações mercantis, com a ampliação das relações entre agricultura e setor de serviços urbanos e com a criação de opções para reduzir as condições de subordinação e apropriação do valor. Essa foi uma resposta desenvolvida por um conjunto de atores para revitalizar uma economia territorial marcada pela total ausência da renda do algodão no orçamento das famílias e uma medida para contornar os

problemas de comercialização com os intermediários. Nesse caso, persistiam as lutas pela autonomia (Ploeg, 2008), com os produtores familiares enfrentando situações de privação e dependência a partir do desenvolvimento e do controle sobre os mercados agroalimentares de caprinos e ovinos.

Nesse processo, a década de 1990 foi marcada por um conjunto de práticas que resultaram na estratégia de revalorização de produtos locais, com destaque para a produção artesanal da “Manta dos Inhamuns”⁴. Esta distintividade está relacionada com o estabelecimento dos produtores de caprinos e ovinos com os canais restaurante, feira regional e entrega em domicílio. De acordo com Menezes e Cruz (2017), trata-se de uma reinvenção de alimentos tradicionais no espaço rural e urbano, fundamentada em práticas culturais no saber-fazer localmente e estruturadas pela demanda de consumidores, constituindo novos mercados para os agricultores familiares.

Em relação aos novos mercados, Ploeg (2016b) destaca que o seu surgimento é parte crucial do desenvolvimento rural, permitindo compreender e explicar as dinâmicas envolvidas nesse processo. Além disso, ele ressalta que esses novos mercados operam de forma simultânea com os grandes mercados agrícolas e de alimentos e, que, em conjunto, compõem um processo heterogêneo, com tendências e trajetórias diversas e, na maioria das vezes, ocorrem de formas contrastantes.

Nesse ponto, destaca-se a valorização dos produtos territoriais como um tema recorrente nas primeiras décadas deste século no Sertão dos Inhamuns, com diferentes iniciativas e proposições, com ênfase na qualidade como elemento para a construção de mercados. A Lei Estadual nº 15.803 (Ceará, 2015) foi uma das medidas utilizadas para garantir a distintividade dos produtos de caprinos e ovinos do Sertão dos Inhamuns, atestando a origem territorial como um fator exclusivo para identificar a qualidade e diferenciar as mercadorias produzidas no espaço específico.

Outra forma de valorizar a distinção dos produtos do território foi por meio da estratégia de qualificação com o uso de sinais como forma de conferir autenticidade aos produtos. Destacam-se as capacitações tecnológicas realizadas pela Embrapa Caprinos e Ovinos para funcionários de abatedouros, produtores e extensionistas com a finalidade de obtenção do Selo Arte para a “Manta de Carneiro dos Inhamuns” e possibilitar a comercialização do produto em outras regiões do país (Embrapa Caprinos e Ovinos, 2020).

⁴ De acordo com Alves (2011), a “Manta dos Inhamuns” tem sua reputação vinculada às questões ambientais e à valorização de conhecimentos tradicionais na preparação do produto.

Outra forma de contribuir com a distintividade dos produtos locais está relacionada com a busca da obtenção de uma Indicação Geográfica (IG) para a “Manta do Carneiro dos Inhamuns”. Essa iniciativa recebeu nova atenção no ano de 2022, com a parceria entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus do município de Tauá e a Embrapa Caprinos e Ovinos que aprovaram um projeto para a certificação do produto (Brasil, 2022). Ressalta-se que o tema de IG para a “Manta dos Inhamuns” foi tratado por Schneider *et al.* (2012), que reconheceu a importância do processo de qualificação na construção de mercados e as características peculiares do produto, contudo, os autores ressaltaram que este tipo de certificação não resultaria em melhorias nas condições de vida dos produtores familiares em virtude da heterogeneidade de situações relacionadas com a produção e a comercialização dos produtos.

Destaca-se que no final dos anos 1990 coexistiam diferentes formas institucionais na regulação dos mercados agroalimentares de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns. Entre elas, a comercialização de animais com padrões diferenciados, em virtude de um melhoramento genético. Essas trocas em sua maioria foram mediadas por política de créditos, particularmente por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que ampliou as relações dos agricultores com a criação de canais, tais como o de empresa privada, estruturado nos mercados relacionados com instituições voltadas para a competitividade e a padronização dos produtos.

A conjuntura econômica, social e política da primeira e a segunda década do século XXI foi marcada por contradições. Por um lado, ampliava-se um conjunto de políticas públicas que reconheciam a importância da agricultura familiar na produção de alimentos no país e, muitas delas, caracterizadas pelo enfoque territorial. Essa circunstância possibilitou reconhecer os diferentes recursos produtivos desses espaços, entre eles a produção de caprinos e ovinos como importante atividade econômica enraizada na cultura e nos valores locais.

Por outro lado, persistia uma motivação setorial para o estabelecimento de uma base moderna na agricultura do semiárido, reduzida a uma dimensão econômica definida pela escassez e tecnocrática, tendo os agricultores familiares como público-alvo. A interface entre políticas e mercados foi marcada por diversas abordagens diretas do Estado brasileiro no Sertão dos Inhamuns no apoio aos agricultores produtores de caprinos e ovinos em suas trocas mercantis.

Entre as principais propostas para o desenvolvimento da região constava assegurar a integração desses agricultores às agroindústrias (Wilkinson, 1999; 2008). A Embrapa

(2000; 2005) sustentava para o território o enquadramento das atividades de pequenos ruminantes como componentes de sistemas agroindustriais, compreendidas a partir da inter-relação dos conceitos de cadeias produtivas e agronegócios⁵.

A utilização dessa perspectiva salientava as dificuldades organizacionais e tecnológicas dessas atividades que comprometem os agricultores no acesso aos diversos mercados regionais e internacionais. Além disso, prevalecia a percepção sobre o mercado como universal, natural e desprovido de relações sociais. Esse referencial orientou desde então a maioria das abordagens do setor público que utilizaram a atividade de pequenos ruminantes no Sertão dos Inhamuns, direcionada por instituições referentes a uma economia de mercado, fundamentada na escassez, escala, padronização e competitividade.

As atividades de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns, conforme observado anteriormente, não apresentavam uma coordenação agroindustrial. Elas eram fundamentalmente ordenadas a partir das relações sociais entre produtores, intermediários e consumidores. A primeira experiência *in loco* de agroindustrialização ocorreu no ano de 2005, quando a microrregião foi selecionada⁶ para participar das ações do Programa Fome Zero (PFZ), coordenado pelo Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA).

De acordo com Takagi (2010), um dos eixos de atuação do PFZ foi a priorização da agricultura familiar por meio de diferentes ações, entre elas a transferência de tecnologias com a parceira da Embrapa, por meio da implantação de projetos com o objetivo de geração de emprego e renda no semiárido. De acordo com Silva e Alves (2019), o projeto no Sertão dos Inhamuns foi coordenado pela Embrapa Caprinos e Ovinos, com parceria do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), das comunidades rurais e dos sindicatos dos trabalhadores rurais, com a disponibilização de conhecimentos tecnológicos que abrangiam a produção animal e a agroindustrialização.

O eixo da agroindustrialização contemplou a transferência de tecnologias de produtos cárneos e a implantação de três agroindústrias familiares de processamento de carne de caprinos e ovinos nos municípios de Parambu e Tauá. Essa iniciativa foi

⁵ De acordo com Zylberstajn (2000), o conceito de agronegócio está associado ao trabalho de Davis e Goldberg, da Universidade de Havard, enquanto o de cadeia produtiva tem sua origem na escola de economia industrial francesa, ambos derivados da teoria neoclássica. Segundo o autor, são conceitos distintos e comumente utilizados para analisar o sistema agroindustrial.

⁶ Segundo Brasil (2011), o Sertão dos Inhamuns-Crateús foi selecionado em 2003 pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial para participar da implementação da estratégia de desenvolvimento territorial coordenada pelo governo federal.

continuada no município de Tauá, a partir do Programa Alimento Seguro (PAS)⁷, por meio do projeto de Produção Integrada de Ovinos (PI) para o corte, no período de 2006-2008, com a finalidade de desencadear o fortalecimento do Arranjo Produtivo Local (APL) de ovinos no Sertão dos Inhamuns e contribuir com o aumento da produção e da produtividade para atender os mercados potenciais (Alves; Holanda Júnior, 2008; Alves *et al.*, 2009). Essa concepção de abordar o território a partir de *clusters*, de acordo com Wilkinson (2003), tem como objetivo a construção da competitividade para a inserção de agricultores em mercados nacionais ou internacionais a partir de vantagens relacionadas com as condições de proximidades, tornando-se um grande desafio em relação ao contexto social e territorial marcado pela pobreza e desigualdades.

Apesar dos esforços no processo de agroindustrialização de produtos cárneos, esses não surtiram os efeitos esperados no Sertão dos Inhamuns. Entre os aspectos considerados críticos identificou-se a inadequada compreensão sobre os mercados, tanto pelos produtores como por mediadores, particularmente, em relação aos aspectos institucionais. De acordo com Azevedo (2016), a incompreensão das dinâmicas dos mercados constitui um erro bastante frequente cometido por diferentes atores, que em geral acaba prejudicando a sustentabilidade dos empreendimentos.

A atual interação dos agricultores com a agroindústria de processamento de carne de caprinos e ovinos foi marcada pelas relações tênues entre agricultores dos municípios de Aiuaba e Arneiroz com empresas localizadas em outras regiões do Estado do Ceará. Destaca-se a ausência de agroindústrias de beneficiamento de carne nessa microrregião apesar de ela apresentar o maior efetivo de rebanho de caprinos e ovinos no Estado. Todavia, a interação dos agricultores com a agroindústria de processamento de carne poderá assumir uma nova dinâmica no território nos próximos anos. Foi identificada a instalação de duas agroindústrias de processamento de carne em fase de conclusão das obras de infraestrutura (Figura 7). Trata-se de iniciativas apoiadas pelo governo do Estado do Ceará, por meio do Programa São José III. De acordo com Eleutério *et al.* (2020), a implantação de agroindústrias foi um dos objetivos do programa para contribuir com a produção e comercialização dos produtos da agricultura familiar.

⁷ Segundo Portocarrero e Kososki (2009), este programa surgiu em 2002 e tinha como objetivo garantir a produção de alimentos seguros à saúde humana e à satisfação dos consumidores, por meio da melhoria da produção, produtividade e competitividade, para atender as exigências dos mercados.

Figura 7 – Agroindústrias familiares de processamento de carne de pequenos ruminantes localizadas nos municípios de Parambu e Tauá, Ceará, 2022



Fonte: Pesquisa de campo (2022)

Uma agroindústria está localizada no município de Parambu e será administrada por uma associação de agricultores familiares da localidade de Miranda. A outra está situada no município de Tauá sob a direção de uma cooperativa que surgiu a partir do movimento sindical dos trabalhadores e agricultores familiares no final da década de 1980. Essas duas iniciativas apresentaram propostas de uma coordenação do processamento agroindustrial a partir de aspectos associativos e cooperativos fundamentados no fortalecimento dos agricultores familiares em curso no território.

Uma terceira iniciativa de agroindustrialização foi identificada com o estabelecimento de relação mercantil de produtores de caprinos leiteiros com uma empresa localizada no município de Tauá. Ressalta-se que esta foi motivada a partir de políticas públicas coordenadas pelo governo do Estado do Ceará, que fomentou a produção de leite caprino no município de Tauá como recurso produtivo para enfrentar a superação da pobreza e da miséria no semiárido.

De acordo com os agricultores, esta iniciativa de produção de leite ocorreu a partir da distribuição de cabras com aptidão leiteira em 2006 para os agricultores familiares do município de Tauá, por meio do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP) que destinou recursos para o Projeto Cabra Nossa (Ceará, 2006), coordenado e executado pelo governo do Estado do Ceará. Entretanto, um dos entrevistados afirmou que a introdução da produção de leite de caprinos foi anterior a este programa, tendo iniciado com as ações do Programa Fome Zero no ano de 2005, por meio do eixo produção animal do projeto coordenado pela Embrapa Caprinos e Ovinos, para combater a fome no sertão cearense, com o estímulo à produção e ao consumo do leite. A relação comercial com a agroindústria iniciou a partir dos anos 2010, com uma agroindústria localizada no município de Tauá. Os produtores entrevistados afirmaram que o leite comercializado

com este laticínio foi destinado para programas sociais coordenados pela prefeitura do município de Tauá, para a distribuição a famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Outra iniciativa de integração vertical dos agricultores aos mercados ocorreu a partir da implantação do Programa Rota do Cordeiro no território, uma política pública destinada exclusivamente para o setor de produção de caprinos e ovinos no país. Este programa surgiu a partir da articulação institucional entre a Embrapa Caprinos e Ovinos com o Ministério da Integração Nacional (MI), sendo que o município de Tauá foi selecionado como o espaço piloto das ações públicas (Brasil, 2017a). Seus resultados iniciais impulsionaram a criação de um programa mais abrangente denominado de Rotas da Integração Nacional. De acordo com Brasil (2017a), as Rotas são arranjos produtivos locais com o objetivo de promover o desenvolvimento regional e a integração econômica de regiões menos favorecidas do país aos mercados nacionais e internacionais, com um enfoque setorial e territorial, buscando a competitividade e lucratividade dos empreendimentos. A abordagem no Sertão dos Inhamuns seguiu as diretrizes do programa, fundamentada nos preceitos de cadeia produtiva (Coelho; Morais, 2020).

Em 2019 o território foi selecionado para a atuação do Programa AgroNordeste, coordenado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a partir das atividades de caprinos e ovinos. De acordo com a Embrapa Caprinos e Ovinos (2019), as ações foram direcionadas para contribuir com soluções tecnológicas como fator para a expansão da renda dos agricultores familiares produtores de caprinos e ovinos. Em 2022, o Programa de Desenvolvimento Territorial (PRODETER), coordenado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), iniciou suas ações no território do Sertão dos Inhamuns, com o objetivo de organizar as cadeias produtivas das atividades de caprinos e ovinos no território (Prefeitura de Tauá, 2022), para que se tornem competitivas, com geração de emprego e renda e possibilitem a melhoria nas condições de vida dos produtores.

A atuação do Estado ao utilizar as atividades de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns evidencia um conjunto de contradições em suas ações públicas. Por um lado, persiste em projetos de desenvolvimento fundamentados nas premissas dualistas de superação do atraso pelo moderno e de integração vertical por meio de instituições fundamentadas na competitividade e na economia de escala. De acordo com Oliveira (2013), essa forma de intervenção na realidade do semiárido está arraigada na repetição de modelos teóricos marginalistas neoclássicos, sem aderência às mudanças e comprometidos com a manutenção do *status quo* social, econômico e político.

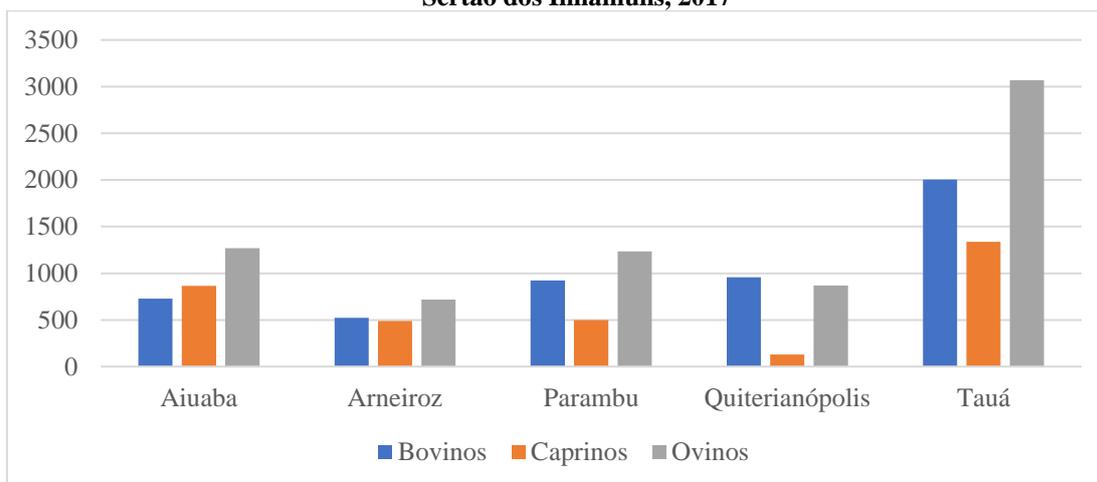
Por outro, a atuação do Estado não deve ser reduzida ou mesmo limitada a programas de desenvolvimento rural com soluções exógenas e projetos de transferência de tecnologias ao fomentar os mercados para as atividades de caprinos e ovinos. Este, em suas diferentes dimensões, colaborou para a valorização dos produtos locais e diversificação dos canais de produção, com abordagens que se estendem desde a coordenação e regulação de feiras locais e regionais até o estabelecimento dos mercados institucionais, que mobilizaram os canais de comercialização do Programa de Aquisição de Alimentos, do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Projeto Paulo Freire, como fatores promotores de uma economia diversificada.

Nesse caso, apesar das contradições inerentes à intervenção estatal por meio de diferentes níveis, este apoiou a criação de mercados (Mazzucato, 2014) no Sertão dos Inhamuns a partir de diferentes interfaces com a sociedade. Contudo, buscou-se diferentes formas de fortalecer os meios de vida desses agricultores produtores de caprinos e ovinos a partir de atividades mais adaptadas às condições ambientais, essencialmente relacionadas com a cultura local, ampliando as relações econômicas entre os espaços urbanos e rurais e contribuindo para a geração de emprego e renda como forma de atenuar as vulnerabilidades sociais.

Ressalta-se que esse processo de mercantilização das atividades de caprinos e ovinos apresentou-se dinâmico, com os agricultores estabelecendo novas relações com canais de comercialização. Essa ampliação na externalização das relações mercantis dos agricultores produtores de caprinos e ovinos pode ser atribuída a diferentes fatores, entre elas as contingências do maior período de seca (2012-2017) registrado na região (Aquino *et al.*, 2020) e a Pandemia da Covid-19. Diante das incertezas, os agricultores buscaram diversificar a comercialização e estabelecerem novas rotinas em suas relações de trocas mercantis, interagindo com os canais supermercado local e rifa. Este último caracterizou-se pela utilização de tecnologias da informação e comunicação como forma de estabelecer a oferta dos produtos para serem comercializados, com o crescente uso durante a pandemia.

Ao longo dessa trajetória histórica destaca-se a transição produtiva nos municípios do Sertão dos Inhamuns, com a produção de pequenos ruminantes superando a de bovinos em número de estabelecimentos (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Total de estabelecimentos agropecuários que produzem bovinos, caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns, 2017



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019).

O número de estabelecimentos que produzem pequenos ruminantes no Sertão dos Inhamuns evidencia sua importância para as dinâmicas socioeconômicas e políticas da microrregião. Ressalta-se que o município de Tauá apresenta o maior número de estabelecimentos e rebanho de caprinos e ovinos do estado do Ceará, além de ser o quarto município em número de estabelecimentos que produzem ovinos no país.

Outro aspecto, na trajetória da mercantilização no semiárido constatou-se que os mercados não foram e não são estranhos aos agricultores (Schneider, 2016). Ao longo desse processo eles elaboraram e configuraram essas instituições, como forma de resistência. Segundo o autor, os mercados fazem parte dos processos sociais de produção e reprodução das atividades econômicas e das unidades familiares, eles influenciam valores, cultura, moldam e modificam instituições e são motivos para conflitos, protestos e disputas.

Nesse caso, o processo de mercantilização das atividades de caprinos e ovinos no Semiárido cearense decorreu de um processo cumulativo, com a formação de hábitos que moldaram a relação com os mercados e, por sua vez, esses reconfiguraram os mercados, com a construção social de uma diversidade de formas de relacionamento dos agricultores com essas instituições. De forma geral, Conceição (2017) sintetiza essa circunstância como uma dualidade entre indivíduos e instituições que são mutuamente constitutivos um do outro, ou seja, as instituições moldam e são moldadas pelos indivíduos.

Nesse aspecto, as instituições dos movimentos liberais responsáveis por uma crise crônica nesse subespaço resultaram em movimentos em direção oposta, com a elaboração de distintas respostas representadas por estratégias de controle e autonomia nos mercados.

Essa dinâmica foi decorrente de um processo de causação acumulativa que promoveu a emergência e as configurações dos mercados agroalimentares de caprinos e ovinos, assumidos como uma das estruturas sociais de um contramovimento, fundamentado a partir de uma diversidade de instituições relevantes para a produção e reprodução dos agricultores familiares no semiárido.

A produção de mercadorias no semiárido foi envolvida de forma implícita e explícita pelos movimentos liberais da economia e por um esforço incessante na institucionalização de um mercado autorregulado e de contramovimentos responsáveis pela proteção das famílias contra os efeitos adversos desse tipo de mercado. Essas transformações desencadearam uma heterogeneidade social, caracterizada em cada um dos seus momentos históricos por diferentes estratégias utilizadas pelos agricultores familiares em suas formas de produzir e de se relacionar com a sociedade por meio dos mercados.

Na ocupação e colonização do semiárido formou-se uma sociedade pastoril fundamentada no *status* dos donos das terras com o predomínio de instituições não econômicas, constituindo importantes mecanismos na regulação da produção e as formas de trabalho. A inserção dessa região no cenário internacional a partir da exportação do algodão para os mercados europeus e, posteriormente, sua integração ao mercado interno promoveu um encontro entre as sociedades pastoril e de mercado e, dessa síntese, resultou uma sociedade marcada por um intenso processo de acumulação e apropriação do trabalho dos agricultores familiares, com repercussões até a contemporaneidade. Os movimentos capitalistas no final do século XX avançaram nesse processo e buscaram consolidar a subordinação da agricultura ao sistema industrial, com a prevalência de instituições voltadas à produção em escala, padronização e competitividade. Nesse cenário, o ciclo econômico do algodão, pecuária bovina e culturas alimentares colapsou e deixou como herança no semiárido a pequena produção caracterizada pela mercantilização das culturas alimentares como estratégia de reprodução social dos agricultores familiares.

A mercantilização das culturas alimentares surgiu como resposta às contingências de uma crise econômica e social crônica e foi estruturada em um processo de construção social de mercados, arquitetado como forma de proteção aos efeitos excludentes das

instituições mobilizadas pelos mercados autorregulados. As atividades agrícolas e pastoris que sustentaram os agricultores para o autoconsumo das famílias em diferentes períodos históricos foram flexibilizadas para assumirem o valor de troca e contribuírem com o processo de reprodução social no semiárido.

Os agricultores familiares no Sertão dos Inhamuns utilizaram o princípio da alternatividade para os produtos de caprinos e ovinos como forma de responder as incertezas e o *squeeze* promovido pelos mercados convencionais. Essa resolução de flexibilizar permitiu reconfigurar a produção dessas pecuárias para atender, de forma simultânea, o abastecimento de alimentos para as famílias produtoras e apoiar a externalização das relações mercantis dos agricultores, sendo reconhecidas como importantes recursos sociomateriais do território.

Especificamente, a mercantilização das atividades de caprinos e ovinos surgiu como um contramovimento, com os agricultores realizando um processo de aprendizagem e constituição de rotinas de comercialização, marcada por uma diversidade institucional que possibilitou a reprodução de suas famílias. A evolução desse processo de mercantilização envolveu a participação de diferentes atores e resultou em uma diversidade de canais de comercialização, que constituem diversos mercados e funcionam como mecanismos de proteção dos agricultores ao apresentarem-se como opções para as trocas mercantis.

A atuação coletiva na construção social dos mercados agroalimentares das atividades de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns pode ser representada por um conjunto de contradições em diferentes níveis. A relação mercantil entre agricultores e atravessadores é marcada, por um lado, pela intensa utilização do canal, com uma integração vertical de subordinação e apropriação de valor, por outro, como a responsável por desencadear uma diversidade de canais, representando oportunidades de espaços de manobra em suas trocas mercantis como forma de desvinculação deste tipo de relacionamento. Por sua vez, o papel do Estado como um dos principais promotores desse processo apresentou por um lado, uma atuação deliberada na proposição de uma integração vertical dos agricultores em mercados, a partir de aspectos institucionais associados à especialização, competitividade, produção em escala e padronização. Por outro lado, sua abordagem no território demonstrou uma atenção na realocação da produção, com ênfase nas iniciativas de valorização de produtos territoriais e na diversificação de canais de comercialização, com o objetivo de fortalecer a produção e a cultura alimentar local.

Em síntese, os mercados agroalimentares de caprinos e ovinos representam um processo de construção sócio-histórico, apresentando-se como resultado de um processo de proteção aos efeitos das instituições do mercado autorregulado. Estes são constituídos por diversos fluxos de escoamento da produção, com o envolvimento de diferentes atores e regulamentados a partir de uma pluralidade de normas que possibilitam os agricultores realizarem distintas trocas mercantis.

O próximo capítulo aborda os produtores que utilizam os mercados agroalimentares de caprinos e ovinos com a finalidade de compreendê-los a partir da heterogeneidade de seus aspectos sociais, produtivos, econômicos e políticos. Este propósito assume que a mercantilização das atividades de caprinos e ovinos está envolvida por um conjunto de fatores que repercutem no processo de produção e reprodução dos agricultores familiares no Sertão dos Inhamuns.

5 CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PRODUTORA DE CAPRINOS E OVINOS NO SERTÃO DOS INHAMUNS, CEARÁ

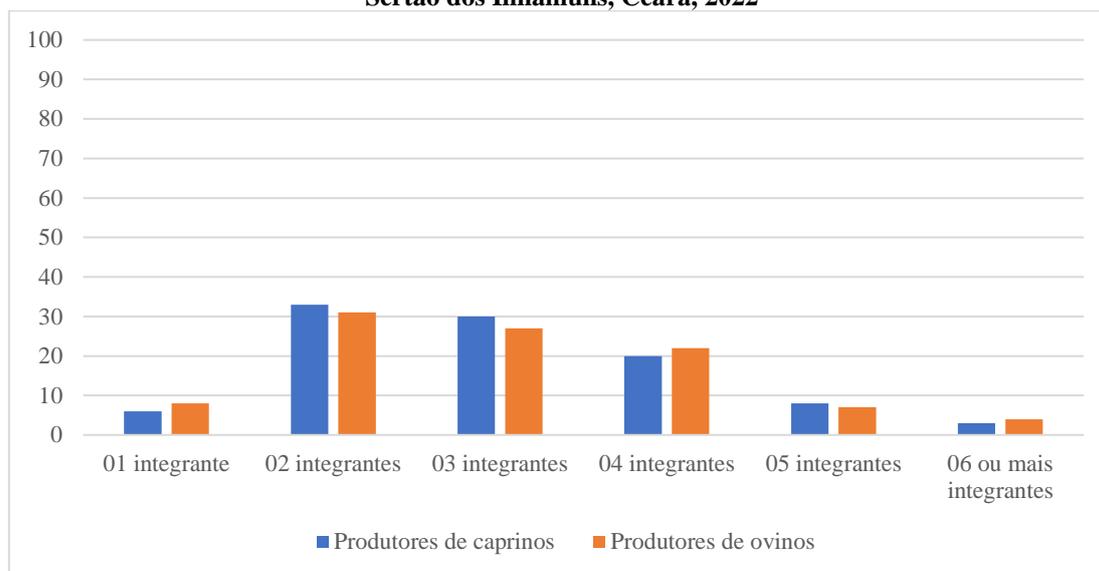
As relações dos agricultores com os mercados ocorreram por meio de um processo social e histórico, representado como um dos principais fatores de transformação da produção e da reprodução social desses atores. A expansão do capitalismo na agricultura contribuiu com a ampliação do processo de mercantilização e resultou no surgimento de diferentes estruturas sociais, econômicas e produtivas.

Essas conexões fundamentaram um sistema econômico direcionado para garantir a reprodução social das famílias, caracterizado por uma heterogeneidade de formas de produção e de relacionamento com a sociedade e natureza. Este capítulo tem o objetivo de identificar e caracterizar os agricultores familiares que produzem e comercializam produtos das atividades de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns. Nesse propósito, busca-se compreender como os produtores estruturaram suas relações de produção em face ao processo de mercantilização das atividades de caprinos e ovinos. Este capítulo está dividido em duas seções. A primeira apresenta informações relacionadas ao aspecto interno das famílias abrangendo questões sobre a estrutura e composição familiar. A segunda descreve os aspectos socioeconômicos, produtivos e políticos, abordando os aspectos relacionados ao uso da terra, mão de obra, atividades comercializadas, tipos de rendas, a infraestrutura produtiva e a relação desses agricultores com as políticas públicas voltadas para a produção de alimentos no Sertão dos Inhamuns.

5.1 ASPECTOS INTERNOS DA UNIDADE FAMILIAR

A composição familiar em relação ao número total de membros foi de três pessoas, em média, por residência. Esse número é superior àquele do Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2023), que identificou uma média de 2,79 pessoas por domicílio no Brasil. Os estabelecimentos produtores de caprinos e ovinos foram estratificados em seis grupos de acordo com o número total de integrantes da família (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Percentual de estabelecimentos de acordo com o número de integrantes por famílias no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa de campo (2023).

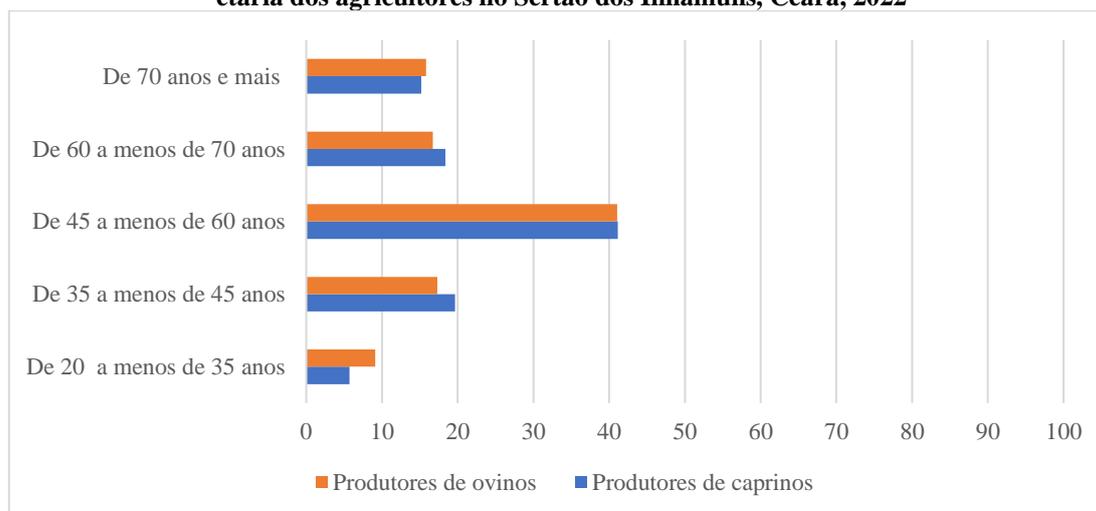
Evidenciou-se uma heterogeneidade de unidades produtivas em relação ao número de integrantes da família, entretanto, predominaram os estabelecimentos com famílias compostas por dois e três integrantes em ambas as atividades. Esta constatação indicou que essas unidades tiveram que se ajustar aos novos padrões de trabalho e consumo, repercutindo nas dinâmicas produtivas e mercadológicas.

As unidades familiares produtoras de caprinos e ovinos foram majoritariamente conduzidas por homens, sendo 88% na criação de caprinos e 85% na de ovinos. Por sua vez, a presença das mulheres na gestão das unidades de produção de caprinos (12%) e ovinos (15%) explicitou a desigualdade entre os gêneros no controle dessas atividades, tanto por atividade como por municípios.

A desigualdade de gênero na administração da unidade produtiva indicou uma versatilidade do papel feminino no trabalho familiar, podendo ser analisado como uma divisão do trabalho no âmbito interno da família. Segundo Mesquita e Mendes (2012), a existência de diferentes competências exercidas pelos membros da família representa estratégias para garantir a reprodução social. Observou-se que o trabalho feminino foi realizado de diferentes formas, variando desde o trabalho “invisível” na propriedade até o trabalho fora do estabelecimento, na obtenção de rendas não agrícolas, de todo modo, com ampla contribuição feminina na produção e reprodução social de suas famílias.

O trabalho nas unidades produtivas e suas relações na produção de alimentos foram afetados pela idade dos agricultores. Identificou-se cinco faixas etárias dos produtores de caprinos e ovinos (Gráfico 8).

Gráfico 8 – Percentual de estabelecimentos produtores de caprinos e ovinos de acordo com a faixa etária dos agricultores no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa de campo (2023).

A faixa etária de 20 anos a menos de 35 anos apresentou o menor valor para as atividades de caprinos e ovinos, com 6% e 9%, respectivamente. Aproximadamente 70% dos agricultores familiares que produzem caprinos e ovinos apresentavam uma idade inferior a 60 anos, todavia, com o predomínio da faixa etária de 45 a menos de 60 anos. A faixa etária acima de 60 anos abrangeu as pessoas idosas que praticam essas atividades, com aproximadamente 30% dos entrevistados.

Os números relativos à idade dos produtores de caprinos e ovinos indicam que o exercício dessas atividades apresentou uma tendência de diminuição de unidades produtivas com a produção de pequenos ruminantes no território. Esta constatação foi atribuída ao ciclo demográfico familiar e sua relação com as faixas etárias dos agricultores familiares identificadas neste estudo. Identificou-se uma reduzida participação no número de agricultores na faixa etária de jovens nas atividades e um elevado percentual de produtores nas faixas etárias que tem aposentados e, finalmente, a existência de uma faixa etária com o maior percentual de agricultores que em um prazo inferior a 10 anos terá pelo menos um membro da família em condições de aposentado.

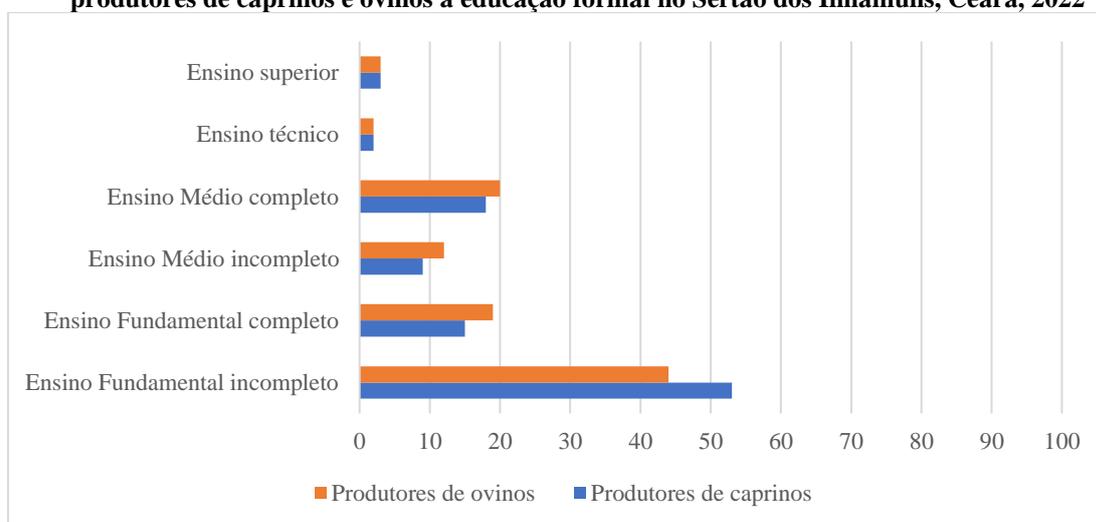
Essa situação foi observada em diferentes estudos (Thies, 2021; Belchior *et al.*, 2014), que ao analisarem o perfil demográfico das famílias em diferentes regiões do país, constataram o envelhecimento da população rural e seus efeitos sobre os processos produtivos e determinantes nas dinâmicas rurais. Essa configuração no Sertão dos Inhamuns deverá ser assumida como um dos principais desafios na produção de alimentos desse território, com o reconhecimento de atividades produtivas mais adequadas às

condições ambientais e que apresentem contribuições com a melhoria da qualidade de vida no espaço rural.

Em relação ao tema educação, contatou-se uma separação entre quem teve acesso à educação formal e quem não teve algum nível de escolaridade. O primeiro grupo foi constituído por 29% e 30% de produtores de caprinos e ovinos, respectivamente, que se consideram analfabetos. Os municípios de Arneiroz e Tauá aparecem com a maior taxa de analfabetismo (34%) entre os agricultores produtores de caprinos e ovinos. Os agricultores atribuíram esta condição às questões estruturais de ausência de escolas no espaço rural, transporte e à disponibilidade de tempo para o estudo.

O segundo grupo foi constituído por agricultores com algum nível de escolaridade, com uma manifestação de diferentes níveis no acesso à educação formal (Gráfico 9). Foram identificadas diferentes proporções entre os níveis de estudo dos agricultores produtores de pequenos ruminantes. Os produtores de caprinos (68%) e ovinos (63%) apresentam o nível de escolaridade até o Ensino Fundamental como o principal estágio entre esses agricultores. Ressalta-se que a maior proporção desses produtores de caprinos (53%) e ovinos (44%) não completou esse nível. Identificou-se que 27% e 32% dos produtores de caprinos e ovinos, respectivamente, possuíam o Ensino Médio, entretanto, 18% e 20% desses agricultores concluíram esta formação. O percentual de produtores de caprinos e ovinos com ensino técnico foi de 2% no território, enquanto a taxa de produtores de pequenos ruminantes com Ensino Superior foi de 3%, identificados nos municípios de Aiuaba, Parambu e Tauá.

Gráfico 9 – Percentual de estabelecimentos de acordo com o acesso dos agricultores familiares produtores de caprinos e ovinos à educação formal no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa de campo (2023).

Apesar do avanço educacional no Estado do Ceará no Ensino Fundamental¹, existe um legado negativo das políticas educacionais do século XX, que resultou em um elevado nível de analfabetismo e descomprometimento educacional com os agricultores familiares. Para essa parcela da sociedade deve ser organizado um conjunto de ações públicas voltadas para a inclusão desse público adulto e produtor de alimentos no semiárido.

A questão da educação assumiu novos contornos a partir da virada do século. Investimentos significativos na área de educação, com a presença de uma rede de instituições públicas, notadamente para o município de Tauá, com o Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) e da Universidade Estadual do Ceará (UECE), imprimiram um novo ritmo. Essas estruturas, bem como assinaladas por Araújo e Favareto (2020), alavancaram uma mudança qualitativa na trajetória do sertão nordestino, resultado de um processo de descentralização e interiorização de investimentos públicos na educação, possibilitando a diversificação dos setores produtivos.

5.2 ASPECTOS EXTERNOS DA UNIDADE PRODUTIVA

Essa seção aborda diferentes fatores que tratam da externalização das relações dos agricultores com os mercados e o Estado. Especificamente, será tratado sobre o acesso às terras e a condição de produtor, as formas de trabalho e sua relação com a produção na unidade produtiva, os aspectos relacionados com a produção de pequenos ruminantes e a infraestrutura da unidade, as formas de mercantilização e os ingressos monetários na constituição do orçamento familiar e a relação com o Estado a partir das políticas direcionadas para a agricultura familiar.

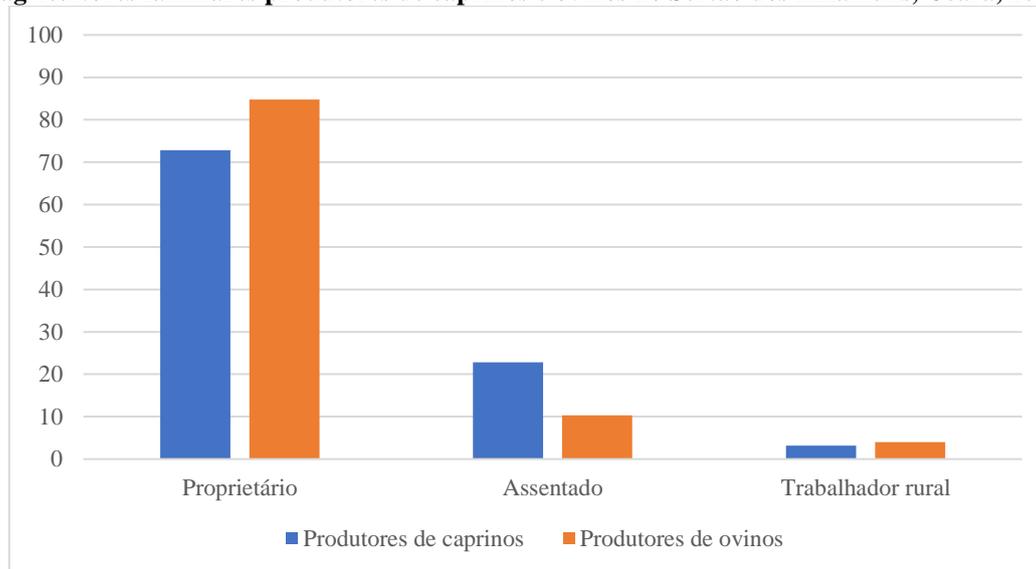
5.2.1 O acesso às terras e o tamanho das unidades produtivas

A forma de acessar às terras foi assumida como uma variável na organização da produção, com repercussões na externalização de suas relações sociais. As formas de

¹ Diversos estudos (Gramani, 2017; Becker, 2020; Panassol, 2022) destacam a evolução da educação do Estado do Ceará e apontam para as ações públicas como fatores determinantes na melhoria da qualidade do ensino básico com a superação das metas para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) a partir de 2007.

propriedade da terra evidenciaram-se heterogêneas (Gráfico 10), com a identificação de cinco categorias. A principal condição de produtor em relação às terras foi a de propriedade privada nas duas atividades estudadas. Ressalta-se que o município de Tauá apresentou todas as categorias.

Gráfico 10 – Percentual de unidades produtivas segundo à condição de posse da terra dos agricultores familiares produtores de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa de campo (2023).

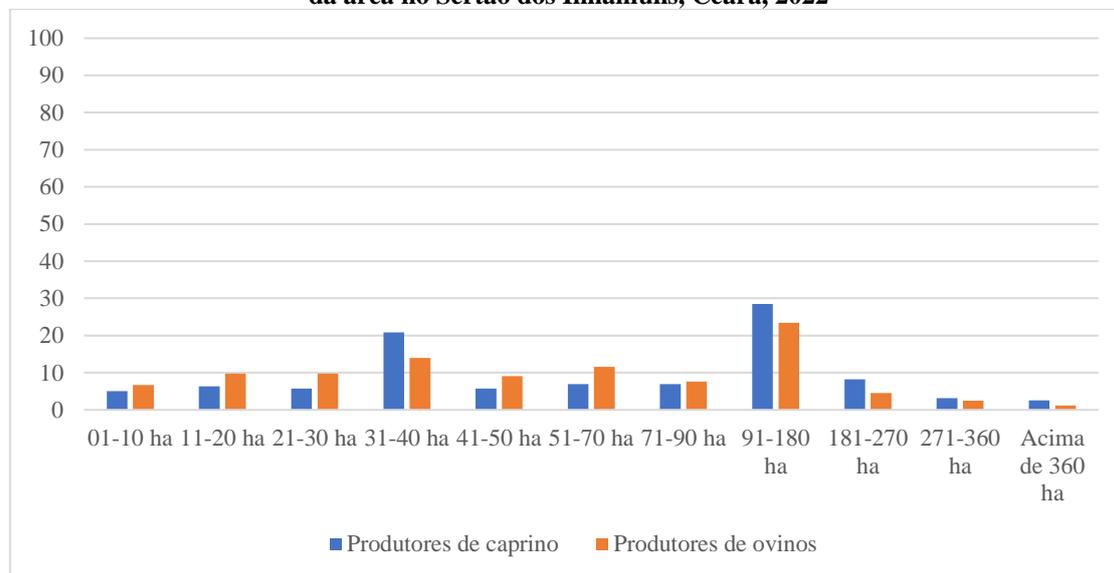
A propriedade privada foi identificada nos cinco municípios como a principal categoria, com 73% e 85% dos produtores de caprinos e ovinos, respectivamente, em relação a posse da terra. A condição de assentado foi encontrada nos municípios de Aiuaba, Arneiroz e Tauá. A categoria trabalhador rural (morador) foi identificada nos municípios de Aiuaba, Arneiroz, Parambu e Tauá. As formas parceria (0,6%) e arrendamento (0,3%) foram encontradas somente no município de Tauá.

Destaca-se a identificação da categoria de trabalhador rural² na condição de produtor em relação às terras. Foi identificado que esta condição foi limitante na exploração das atividades de caprinos e ovinos, com restrições no tamanho dos rebanhos e na forma de comercialização. Neste último caso, os agricultores devem aceitar as regras que condicionam as formas de venda determinadas pelos donos da propriedade, tais como a comercialização em conjunto e do comprador escolhido por eles.

² Esta situação caracterizou-se por uma relação de trabalho não assalariada, com a forma de pagamento por meio de diárias e de uma porcentagem (20%) do número de animais bovinos, caprinos e ovinos nascidos na propriedade. Este trabalhador deve ter a disposição de habitar no local do trabalho, atuando como morador e ter a permissão do patrão no uso da terra para a realização de atividades agropecuárias.

O tamanho da área dos estabelecimentos dos produtores de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns apresentou-se heterogêneo (Gráfico 11), com a identificação de seis grupos de acordo com a área.

Gráfico 11 – Percentual dos estabelecimentos dos agricultores familiares de acordo com o tamanho da área no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa de campo (2023).

Foram identificados 11 estratos, com a produção de caprinos (58%) e ovinos (68%) concentrada no tamanho das propriedades entre um e 90 hectares. Nesses espaços os pequenos ruminantes ocupam destacada importância socioeconômica no processo de diversificação da produção dessas famílias. Particularmente, em razão de uso de trabalho em menor intensidade devido ao porte animal e de uma elevada demanda comercial, portanto, essas atividades foram assumidas como um importante recurso produtivo para os agricultores familiares que apresentam limitações no tamanho da área das propriedades.

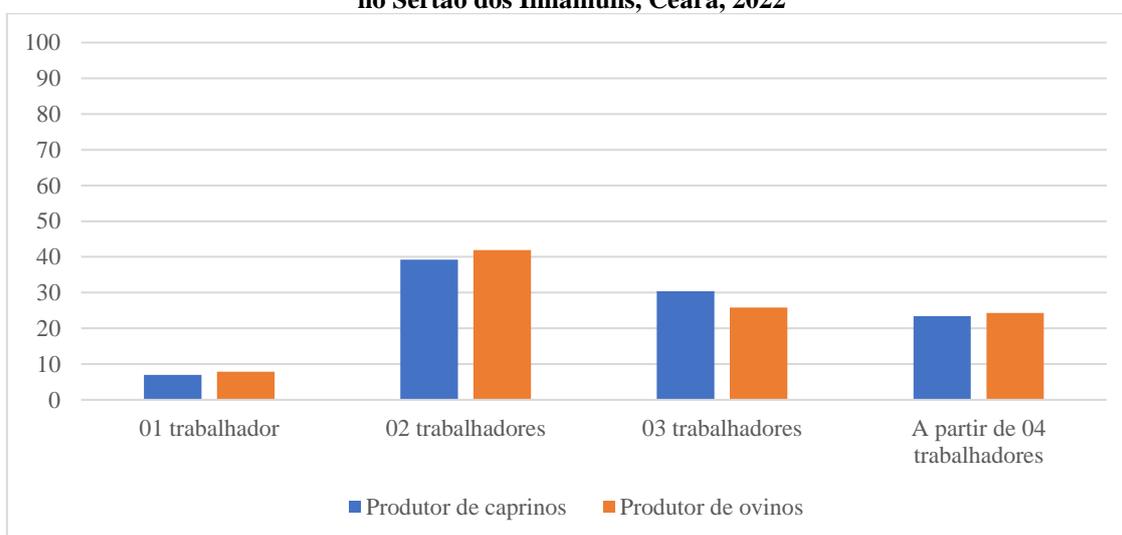
Todavia, constatou-se uma limitação na produção de caprinos nessas propriedades. A incapacidade de investimento e manutenção da infraestrutura relacionada ao cercamento da propriedade, incompatível economicamente para maioria dessas famílias. Essa circunstância aponta para uma diminuição da diversidade produtiva e da geração de renda dos agricultores, pois exigiu das famílias a diminuição de rebanhos e, em situações extremas, até a extinção da produção de caprinos, em virtude de se evitar conflitos entre vizinhos.

5.2.2 Trabalho na unidade familiar

A forma de uso do trabalho pelos agricultores familiares produtores de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns foi manifestada por meio de duas modalidades de trabalho: o trabalho familiar e a contratação de mão de obra externa.

A categoria mão de obra familiar no Sertão dos Inhamuns apresentou-se estratificada (Gráfico 12), com a identificação de quatro grupos de acordo com a quantidade de mão de obra familiar.

Gráfico 12 – Percentual de estabelecimentos de acordo com a quantidade de mão de obra familiar no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022



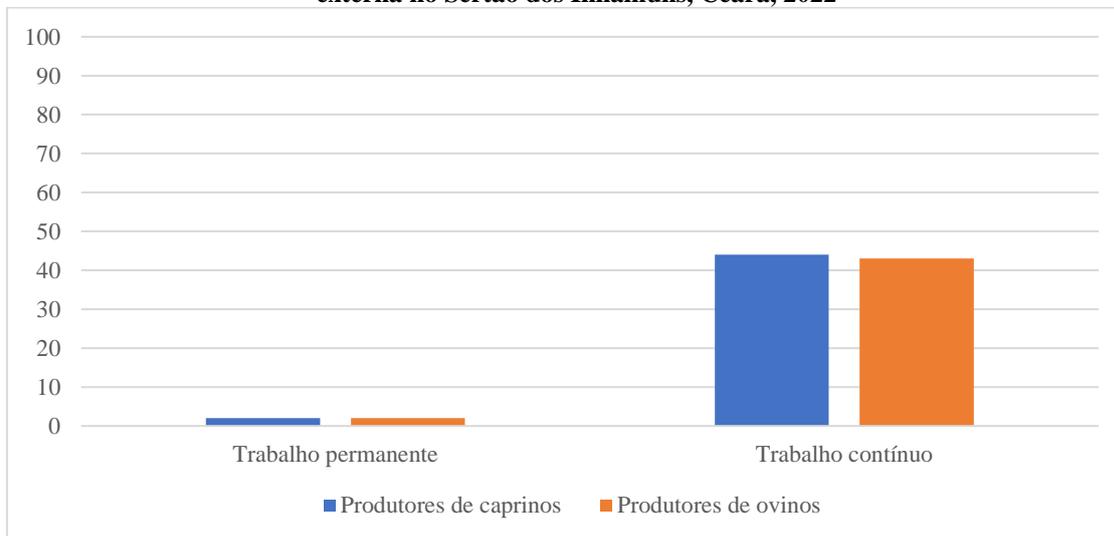
Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa de campo (2023).

Observou-se maior proporção no uso de dois trabalhadores familiares, presentes em 39% e 42% dos estabelecimentos que produzem caprinos e ovinos, respectivamente. Por sua vez, o grupo com um trabalhador ocorreu em menor proporção, com aproximadamente 10% dos estabelecimentos relacionados com as atividades de caprinos e ovinos. Esse resultado evidencia uma das heterogeneidades da agricultura familiar no território, indicando uma demanda diferenciada por insumos, tecnologias poupadoras de mão de obra e até mesmo de contratação de trabalho externo para complementar o trabalho familiar na unidade produtiva, constituindo-se em um importante fator de externalização das relações sociais no processo de mercantilização.

Foram identificadas duas formas de utilização de trabalho externo (Gráfico 13), uma por meio da contratação de um trabalhador permanente, com o pagamento de salários

mensais e a outra forma ocorreu com a contratação de trabalho contínuo, com o pagamento de diárias de acordo com o período trabalhado.

Gráfico 13 – Percentual dos estabelecimentos dos agricultores familiares que utilizam mão de obra externa no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa de campo (2023).

Nos estabelecimentos de produção de caprinos e ovinos, a quantidade de trabalhadores diaristas contratados apresentou tamanho médio de 0,13 e 0,14 trabalhador por estabelecimento/ano. O uso do trabalho esporádico indicou a necessidade da coordenação do trabalho familiar com formas de trabalho externo à unidade produtiva. Essa irregularidade temporal na contratação deste trabalho evidenciou a complementariedade do trabalho familiar ao longo do período de um ano. O período de maior demanda foi concentrado nos três primeiros meses do ano, com a contratação de trabalho para a realização de plantio e de tratamentos culturais agrícolas. No restante do ano a contratação ocorreu de forma mais flutuante e direcionada para a realização de atividades de colheita, produção de reserva de alimentos para os animais, recuperação da infraestrutura da propriedade e abertura de novas áreas agrícolas.

Apesar do uso de diferentes modalidades de trabalho externo pelas unidades produtoras de caprinos e ovinos, constatou-se que elas não foram predominantes em relação ao trabalho familiar. As formas de contratação de trabalho externo, seja por meio de diaristas ou permanentes, configuram uma relação de diferenciação social entre os agricultores, particularmente na relação dos agricultores com os mercados agroalimentares e por apresentarem outras fontes de ingresso monetário não provenientes das atividades agrícolas e agroindustriais.

Essas circunstâncias repercutiram na necessidade dos agricultores complementarem seu trabalho familiar em virtude do perfil demográfico das famílias. Todavia, ressalta-se que a contratação não teve a finalidade de apropriação do trabalho por meio da mais valia, mas de complementação da força de trabalho familiar como forma de garantir o processo de produção das famílias.

Ressalta-se que a principal forma de trabalho foi familiar. Este resultado está de acordo com Chayanov (1975), que enfatizou que a essência da natureza da unidade produtiva familiar está em ser uma unidade econômica não assalariada, com o trabalho exercido pela família na produção de mercadorias direcionadas para atender o consumo da família e da unidade produtiva. Segundo o autor, o produto do trabalho familiar está condicionado a uma série de variáveis, com destaque para o tamanho e a composição da família, a quantidade de terras, disponibilidades dos meios de produção e as formas de acesso aos mercados. Nesse ponto, Friedmann (1978) destaca que as relações sociais de produção fundamentadas no trabalho familiar não remunerado asseguram a reprodução da força de trabalho e a renovação do processo de produção de mercadoria, representando a diferença fundamental em relação a uma empresa capitalista.

5.2.3 Aspectos produtivos de pequenos ruminantes e infraestrutura da unidade

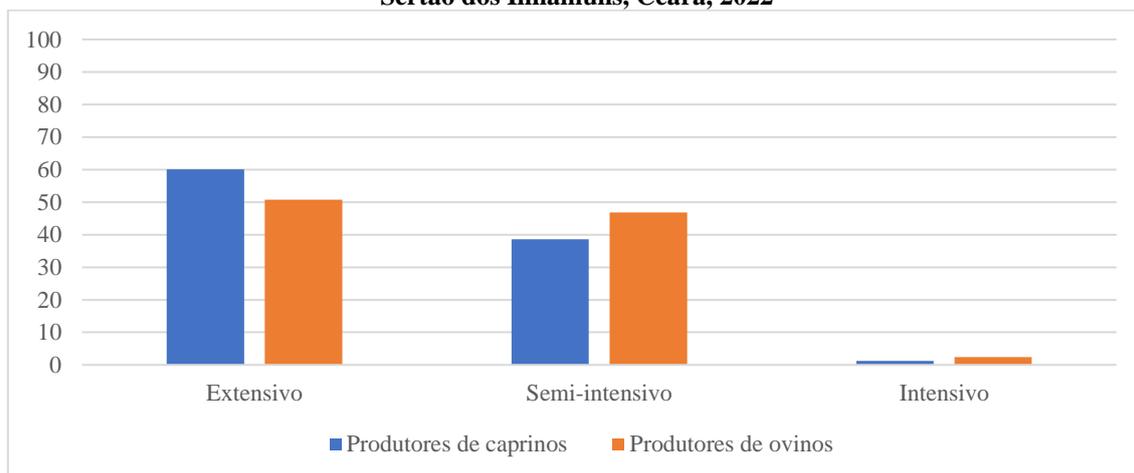
A produção agropecuária foi caracterizada pela heterogeneidade de formas de produção agrícola associadas com distintas pecuárias e essa diversidade está de acordo com os diferentes objetivos das unidades familiares.

A produção de pequenos ruminantes foi identificada pelos agricultores como atividades associadas com questões relacionadas: à tradição, em que tanto animais como conhecimentos são repassados entre gerações; com a adaptação dessas espécies ao sertão do semiárido; com a menor intensidade no uso do trabalho em razão da facilidade de manejo; e com os hábitos alimentares da população local e a capacidade de produção de alimentos para o consumo interno das famílias e transformar-se em mercadoria e permitir a conexão desses agricultores com os mercados.

Esses fatores revelam que essas atividades foram assumidas como recursos sociomateriais com distintas finalidades, com variados movimentos nas dimensões do espaço e tempo, conectadas com o ambiente e sociedade e inseridas em um sistema econômico fundamentado em assegurar a suficiência das famílias.

O tamanho médio do rebanho foi de 49,5 e 56,0 caprinos e ovinos por estabelecimento no território, respectivamente. Esse resultado foi superior ao identificado pelo Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2019b; IBGE, 2019c) no Sertão dos Inhamuns, com um efetivo médio do rebanho de 41,4 caprinos e 39,3 ovinos por estabelecimento. Esta circunstância indicou que os agricultores que apresentam a comercialização de produtos dessas atividades possuem um efetivo de rebanho superior aos que somente utilizam as atividades para o abastecimento do consumo familiar. Nesse propósito, esse efetivo representa uma garantia na renovação do ciclo produtivo, com a finalidade de resguardar tanto a produção para o consumo das famílias como para a comercialização dos produtos. A criação desses animais foi realizada a partir de três sistemas de produção (Gráfico 14).

Gráfico 14 – Sistemas de produção de caprinos e ovinos utilizados pelos agricultores familiares no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa de campo (2023).

Nas duas atividades constatou-se um predomínio do sistema de produção extensivo em relação aos demais tipos. O sistema extensivo foi caracterizado pela utilização de pastagens nativas da Caatinga³ (Figura 8), com menor intensidade no uso da mão de obra e de utilização de insumos externos. Contudo, o uso desse sistema apresentou maior incidência de fatores relacionados ao comprometimento da produção animal, particularmente, referentes às perdas de animais, com destaque para roubos, ataque de predadores e mortalidade por problemas sanitários.

³ A pastagem nativa da Caatinga é a base da alimentação dos ruminantes no Semiárido Brasileiro. Os pecuaristas familiares do Sertão dos Inhamuns associam esse recurso na dieta animal com a elaboração de produtos que se distinguem a partir de sabores peculiares, conferindo aspecto de distintividade e agregação de valor aos produtos provenientes da pecuária dessa microrregião (Oliveira Neto, 2017).

Figura 8 - Pastagens nativas no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022



Fonte: Pesquisa de campo (2022).

No uso do sistema semi-intensivo constatou-se que os produtores das duas atividades apresentaram maior atenção à produção dos animais, indicando um grau de uso de mão de obra e maior controle da produção em relação ao sistema extensivo. Por sua vez, o sistema intensivo apresentou a menor incidência de uso na produção de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns (CE), mas caracterizou-se pelo maior controle produtivo em relação aos demais sistemas identificados e com uso intensificado de mão de obra para a produção dos animais. Salienta-se que a utilização desses sistemas está associada aos objetivos das famílias em relação à produção desses animais, com o tamanho da área, mão de obra e infraestrutura disponível.

A infraestrutura produtiva foi direcionada para atender o uso da água pelas famílias e na produção animal. Os recursos hídricos foram o principal componente da infraestrutura geral nos estabelecimentos que produzem caprinos e ovinos, com a finalidade de abastecer as famílias e atender as necessidades de suas atividades produtivas. Os produtores de caprinos (99,3%) e ovinos (98%) entrevistados afirmaram que possuíam pelo menos uma estrutura para garantir o fornecimento de água para suas famílias e atividades produtivas, tais como açudes, poços profundos, cacimbões, cisternas e adutoras.

Foi observado um esforço dos agricultores na busca por segurança hídrica como forma de garantir a convivência com o Semiárido, que se caracteriza pelas secas, perturbações climáticas peculiares no Semiárido brasileiro. Neste propósito, os agricultores buscaram diversificar a infraestrutura hídrica, por meio de diferentes fontes (privadas, movimentos sociais, acesso ao crédito e de ação política), entre elas, a utilização da tecnologia de poços profundos, voltados para garantir uma reserva estratégica ou utilizados na irrigação de pastagens e dessedentação dos animais. Todavia,

os agricultores afirmaram que os poços apresentavam baixa vazão e com elevado teor de sais. Conforme previsto por Cirilo (2008), as características da formação e a estrutura da composição do solo no território nordestino comprometem a existência de aquíferos, bem como sua recarga e a qualidade da água. Especificamente, o uso dessas estruturas nas práticas de agricultura deve ser analisado criteriosamente, pois o uso inadequado poderá inviabilizar o processo de produção e reprodução no médio e longo prazo.

Em relação à produção animal, as infraestruturas foram direcionadas para atender o bem-estar e a alimentação dos animais, constituídas pelos seguintes recursos: instalações para os animais (apriscos)⁴, pastagens cultivadas e estruturas de armazenagem de alimentos (silos).

Na produção de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns foram identificados 72% e 75% dos estabelecimentos com apriscos, respectivamente. O uso desta estrutura demonstrou uma relativa preocupação dos agricultores com os aspectos produtivos dos rebanhos caprinos e ovinos e, por sua vez, a sua ausência foi um indicativo de uso extrativista da pecuária, com o comprometimento da produtividade das atividades de caprinos e ovinos.

A utilização de pastagens cultivadas por meio de capineiras, uso do sorgo (*Sorghum bicolor*) e palmas forrageiras nos estabelecimentos com produção de caprinos e ovinos foi identificada em 53% das unidades produtivas do Sertão dos Inhamuns. Foi observado que a utilização dessas pastagens representava uma estratégia dos agricultores para alimentar bovinos, caprinos e ovinos, com o seu uso no período seco do ano para compensar a baixa disponibilidade de pastagens nativas.

Outra forma de uso de pastagens cultivadas identificada nos estabelecimentos produtores de caprinos e ovinos foi o banco de proteínas, com o uso de diferentes leguminosas. Na atividade de caprinos essa estrutura foi identificada nas unidades produtivas dos municípios de Aiuaba (6%), Arneiroz (6%) e Tauá (32%). Na atividade de ovinos identificou-se estabelecimentos produtivos nos cinco municípios, sua maior (25%) e menor (2%) presença ocorreu nos municípios de Tauá e Parambu, respectivamente. O baixo índice deste recurso nas unidades produtivas sugere um comprometimento na produtividade animal e o seu uso deverá repercutir na redução de custos por meio da diminuição da aquisição de concentrados para a ração animal.

⁴ Instalações para caprinos e ovinos são conhecidas como apriscos, com a finalidade de proteção dos animais contra predadores e para a realização do manejo zootécnico.

Nos cinco municípios observou-se a utilização de estruturas para armazenar alimentos para os animais nos estabelecimentos de caprinos e ovinos. Esta tecnologia apresenta-se como relevante na produção animal no semiárido, um recurso estratégico para armazenar forragens em ambientes com perturbações climáticas. Contudo, sua baixa disponibilidade foi um indicativo do comprometimento das unidades produtivas que apresentam a pecuária como a principal atividade na produção de mercadorias para os mercados.

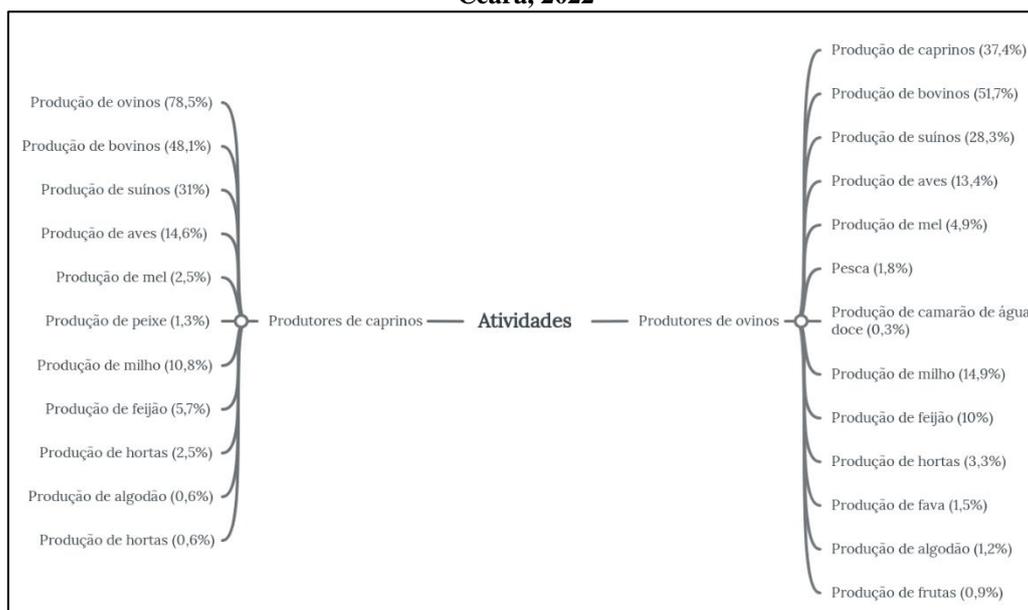
Além dos recursos produtivos citados, foram identificados no município de Tauá, a utilização de máquinas de pequeno porte para a proteção e conservação do solo e equipamentos para o aproveitamento da energia solar. Em duas unidades produtivas de caprinos observou-se a utilização de mini-tratores nas atividades de aração do solo e em um estabelecimento produtor de caprino e ovino foi identificado o uso de placas fotovoltaicas para a produção de energia solar. Estas tecnologias, embora identificadas de forma esporádica, apresentam potencial para fortalecer a autonomia produtiva dos agricultores a partir do manejo do solo e da geração do consumo de energia elétrica, com a diminuição de custos relacionados ao consumo energético.

5.2.4 A mercantilização e as formas de ingressos monetários

A mercantilização foi compreendida como um processo social cujos agricultores se relacionam com os mercados e essas estruturas sociais influenciam a produção e reprodução social desses atores.

Uma das estratégias utilizadas pelos agricultores para estabelecer sua relação com os mercados foi a diversificação de recursos produtivos e o seu processo de mercantilização (Figura 09).

Figura 09 – Atividades comercializadas pelos agricultores familiares no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa de campo (2023).

Observou-se que os agricultores apresentaram 14 atividades produtivas que foram comercializadas por meio de 36 produtos (Quadro 3), com o predomínio das atividades pecuárias (57%) em relação às atividades agrícolas (43%). As atividades pecuárias foram mais demandadas na produção de mercadorias (69%) em relação às atividades agrícolas e suas mercadorias (31%) para a comercialização. Esse resultado sobrealça a importância da pecuária no semiárido. Segundo Caron e Hubert (2003), essas atividades apresentam múltiplas funções simultaneamente, entre elas a de mercadoria a ser transacionada nos mercados.

Quadro 3 - Atividades produtivas e seus produtos comercializados pelos agricultores familiares no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022

Atividade	Produtos comercializados
Produção de caprinos	Animal vivo, carne <i>in natura</i> , carne processada artesanalmente, subprodutos cárneos semiprocessados e leite.
Produção de ovinos	Animal vivo, animal abatido, carne <i>in natura</i> , carne processada artesanalmente e subprodutos cárneos semiprocessados.
Produção de bovinos	Animal vivo, carne <i>in natura</i> , leite e dois produtos derivados do leite (queijo tipo coalho e nata).
Produção de suíno	Animal vivo e animal abatido.
Produção de aves	Animal vivo, animal abatido e ovos.
Produção de mel	Mel.
Pesca	Peixe e filé de peixe.
Produção de camarão de água doce	Camarão de água doce e filé de camarão de água doce.
Produção de milho	Grãos.
Produção de feijão	Grãos.

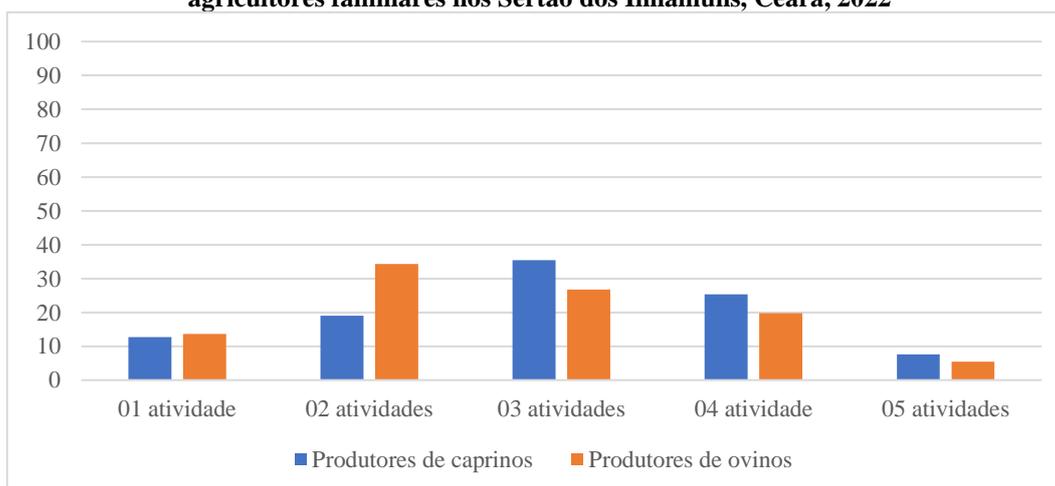
Atividade	Produtos comercializados
Produção de fava	Grãos.
Produção de hortas	Alface, coentro, cebolinha, pimenta, salsa e tomate.
Produção de frutas	Banana e manga.
Produção de algodão	Fibra do algodão.

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa de campo (2023).

Nos estabelecimentos que produzem caprinos e ovinos foram identificadas 12 e 14 atividades produtivas comercializadas, respectivamente. Esse resultado reforça que os sistemas de produção familiar no Sertão dos Inhamuns apresentam-se diversificados (Tourrand *et al.*, 1993; Farias *et al.*, 2014; Albuquerque, 2020), com a coexistência de diferentes atividades pecuárias e agrícolas.

A quantidade de atividades comercializadas por unidade produtiva (Gráfico 15) evidenciou a heterogeneidade dos estabelecimentos no acesso aos mercados, caracterizados a partir de estratégias de diversificação. Na atividade de caprinos a maior proporção de estabelecimentos (35%) apresentou três atividades comercializadas em conjunto. Na atividade ovina a maior parcela (34%) de estabelecimentos foi identificada com duas atividades comercializadas. A centralidade em duas e três atividades comercializadas pelos estabelecimentos que produzem caprinos e ovinos, respectivamente, foi um indicativo que a intensificação da mercantilização no território não ocorre por meio de um processo de especialização.

Gráfico 15 – Percentual de unidades produtivas por número de atividades comercializadas pelos agricultores familiares nos Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa de campo (2023).

A necessidade de as unidades familiares mobilizarem mais de uma atividade produtiva demonstra que a diversificação é uma forma de colaborar com a composição da renda agrícola dessas famílias. Particularmente, essa estratégia apresenta um caráter

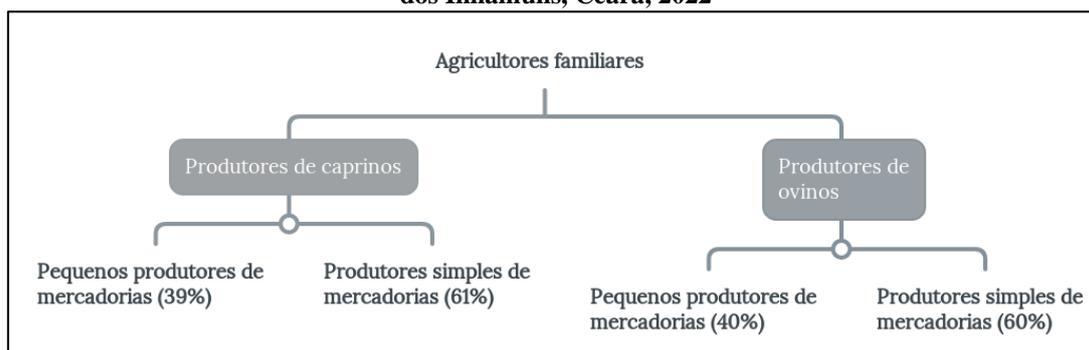
amplo, não se resumindo a uma relação fundamentada na especialização produtiva e ou com um mercado universal e natural, mas articulada com distintas relações sociais com os mercados agroalimentares, por meio de diferentes atividades produtivas, com variados produtos e canais de comercialização.

A diversificação produtiva e comercial foi assumida como uma das estratégias desses produtores nas relações de trocas mercantis. Essa circunstância representa, segundo Schneider e Niederle (2010), a ampliação da capacidade de escolha na relação com os mercados, permitindo o fortalecimento da autonomia e favorecendo o processo de produção e reprodução. Por sua vez, Ellis (1998) reforça que a estratégia de diversificação atua como forma de fomentar distintas institucionalidades que estruturam a luta pela autonomia produtiva e em mercados, como mecanismos sociais no fortalecimento dos meios de vida, especificamente, foi direcionada para proporcionar a suficiência das famílias no semiárido.

Nesse caso, os modos de produção da agricultura familiar podem ser caracterizados mediante os graus de ordenamento do processo produtivo com os mercados (Ploeg, 2009). Tais relações podem ser categorizadas em diferentes tipos de produtores de mercadorias. Foram identificados dois tipos de agricultores familiares produtores de caprinos e ovinos a partir dos graus de mercantilização, determinados por meio do percentual da produção de mercadorias mobilizadas para a manutenção das famílias e da unidade produtiva e para a sua relação com os mercados. Considerou-se como força de trabalho na unidade produtiva apenas o trabalho familiar, apesar da contratação de trabalho externo, conforme observado anteriormente. Enfatiza-se que a condição majoritária do trabalho familiar em relação à contratação externa, bem como a finalidade desse trabalho contínuo, não estão associados à produção mercantil capitalista, mas com a manutenção da reprodução dos meios de produção para garantir a suficiência das famílias.

Constatou-se uma diferenciação entre dois grupos de produtores de caprinos e ovinos (Figura 10).

Figura 10 – Tipos de agricultores familiares de acordo com os graus de mercantilização no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa de campo (2023).

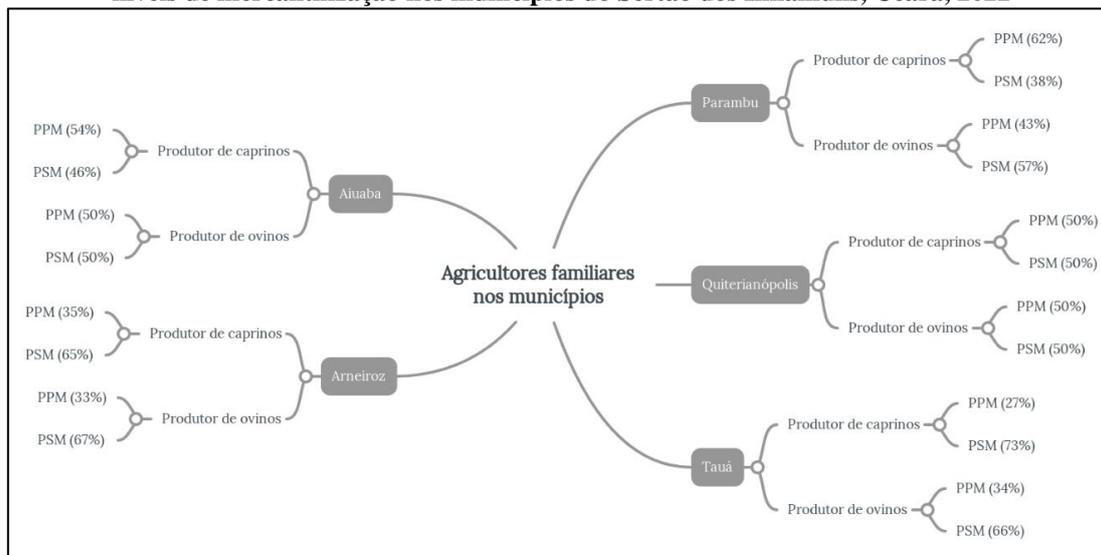
Os pequenos produtores de mercadorias (PPM) foram identificados a partir do objetivo de produção com a produção de mercadorias direcionada para atender a sobrevivência da família, com uma interface com os mercados inferior a 50% da produção de mercadorias. O segundo grupo foi caracterizado como produtor simples de mercadoria (PSM), com o objetivo de produção direcionado em sua maior parte para a participação nos mercados como forma de geração de renda.

Os dois tipos de agricultores familiares evidenciam a existência de variados níveis de mercantilização, responsáveis pela diferenciação das unidades de produção no Sertão dos Inhamuns. Constatou-se um predomínio de produtores simples de mercadorias nas unidades produtivas de caprinos e ovinos, o que evidenciou a ampliação da externalização das relações sociais com os mercados.

Nesse aspecto, esse processo de diferenciação está de acordo com Ploeg (1992; 2009; 2023), que relacionou os gradientes de mercantilização para identificar o papel dos mercados no processo de reprodução socioeconômica. Niederle (2009) chama atenção para a mercantilização da vida social e econômica dos agricultores como parte de um processo histórico de conflitos, com os agricultores desenvolvendo estratégias de resistência e adaptação, particularmente relacionadas com o contexto social, econômico e cultural desses produtores, ressaltando o papel ativo dos agricultores no processo de mercantilização.

Essas circunstâncias nortearam o processo de diferenciação entre os produtores de caprinos e ovinos e explicam a heterogeneidade das formas de agricultores familiares identificadas nos municípios (Figura 11).

Figura 11 – Tipos de agricultores familiares produtores de caprinos e ovinos de acordo com os níveis de mercantilização nos municípios do Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022

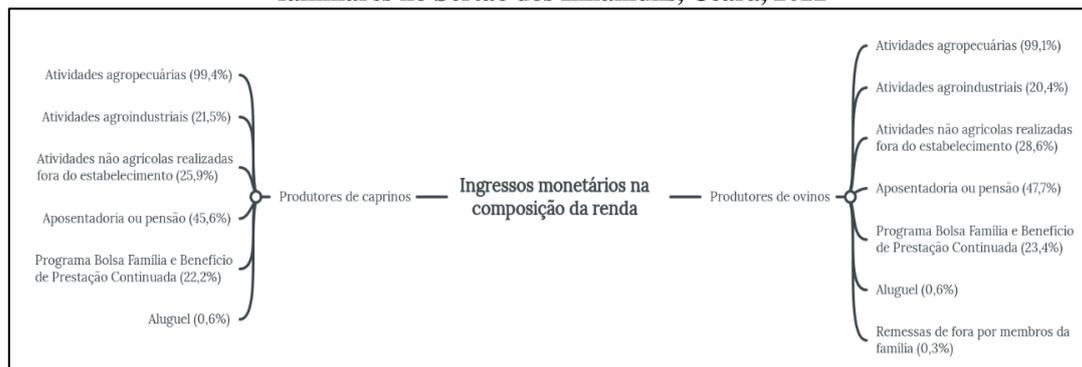


Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa de campo (2023).

Essas diferenças evidenciam a diversidade dos pecuaristas familiares no território e nos municípios, marcada pelos diferentes níveis de intensidade da mercantilização da unidade produtiva. De acordo com Long (2001), essas variações apresentam-se como intrínsecas a esse processo social, que surgem em decorrência das estratégias que os agricultores elaboram para adequarem a organização e a produção de seus sistemas produtivos, inclusive com a elaboração de espaços de manobras para proporcionar uma diversificação dos seus meios de vida (Niederle, 2006). Nesse propósito, evidenciou-se uma reconfiguração no processo de mercantilização, com diferentes formas de assegurar a participação nos mercados, fundamentada em distintos aspectos espaciais, sociais, econômicos e produtivos.

A composição do orçamento familiar dos agricultores no Sertão dos Inhamuns apresentou diferentes fontes de ingressos monetários em sua constituição (Figura 12). Eles foram provenientes da comercialização de produtos das atividades agrícolas e agroindustriais, da transferência por meio de políticas redistributivas – aposentadoria ou pensão, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Programa Bolsa Família, atividades não agrícolas fora do estabelecimento e outras fontes, tais como a receita com aluguel e com o recebimento de remessa de fora por outros membros da família.

Figura 12 – Formas de ingressos monetários na composição do orçamento dos agricultores familiares no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa de campo (2023).

Os ingressos monetários oriundos das atividades realizadas no estabelecimento ocorreram por meio da comercialização de produtos agrícolas, pecuários e agroindustriais, identificadas em 100% das unidades produtivas. A receita agropecuária foi composta pelo somatório dos valores obtidos da comercialização das mercadorias não processadas das atividades de produção vegetal e pecuárias. Este tipo de renda foi identificado em 99% dos estabelecimentos no Sertão dos Inhamuns, com contribuição média de 49% e 47% na composição da renda total dos agricultores de caprinos e ovinos, respectivamente.

A receita da agroindústria familiar foi formada a partir do somatório dos valores obtidos pela comercialização das mercadorias de origem animal ou vegetal submetidas a algum tipo de processamento pelos agricultores. Foram identificados os produtos derivados de leite de bovinos, carne processada artesanalmente de caprinos e ovinos e produtos cárneos semiprocessados comercializados, com participação média de 5% na renda dos agricultores produtores de caprinos e ovinos. Esta forma de renda foi identificada nos estabelecimentos produtores de caprinos (21,5%) e ovinos (20,4%) nos cinco municípios estudados. As atividades realizadas na unidade produtiva em conjunto contribuíram com 54% e 52% da renda média dos produtores de caprinos e ovinos, respectivamente.

Esse resultado aponta para a importância da agricultura no processo de produção e reprodução dessas famílias. Nesse aspecto, Usman e Haile (2022) afirmam que a estratégia de diversificação produtiva apresenta variados efeitos para as famílias produtoras, entre eles a contribuição para o acesso aos mercados, permitindo a geração de renda e a redução da pobreza e da insegurança alimentar e nutricional das famílias.

Além disso, a diversidade produtiva e suas relações comerciais devem ser traduzidas na sua relação com a sociedade, particularmente no abastecimento de alimentos nos municípios e no território. Em face à relevância da mercantilização dessas atividades na composição da renda familiar, constata-se a necessidade de se compreender os sistemas diversificados e fortalecê-los, particularmente em razão das mudanças climáticas⁵ e de seus efeitos nesse subespaço regional, que invariavelmente afetarão essas atividades e, conseqüentemente, a renda dos agricultores. Nesse propósito, evidenciou-se a necessidade de fortalecer a autonomia dos agricultores na esfera da produção, com o desenvolvimento de medidas para uma transição climática que evitem a erosão da base de recursos produtivos e de sua diversidade.

Uma das principais formas de ingresso monetário na composição do orçamento familiar foi por meio da política social de aposentadorias ou pensões, que está contribuindo com 28% e 27% na receita total dos produtores familiares de caprinos e ovinos, respectivamente. Esse ingresso foi identificado nos cinco municípios e representou o segundo tipo de fonte de recursos monetários mais frequente nos estabelecimentos de produção de caprinos (45,6%) e ovinos (47,7%).

Essa circunstância é decorrente do fato de que pelo menos um membro da família estava aposentado ou recebia uma pensão. Esse resultado corrobora com a elevada faixa etária dos produtores de caprinos e ovinos, conforme descrito anteriormente. O município de Tauá apresentou a maior proporção de estabelecimentos produtores de caprinos (57%) e ovinos (55%) com aposentaria ou pensão e a menor proporção foi identificada entre os produtores de caprinos (25%) e ovinos (36%) nos municípios de Quiterianópolis e Aiuaba, respectivamente.

A aposentadoria ou pensão representa uma fonte mensal de recursos monetários que contribui para a estabilidade da economia familiar. Contudo, percebe-se a continuidade do processo de mercantilização de pelo menos uma atividade produtiva por esses agricultores. Foram observadas duas situações que explicam a persistência desse processo em face ao encerramento de um ciclo demográfico com a diminuição do tamanho familiar.

Na primeira, a mercantilização foi mantida para a obtenção de rendimento extra para auxiliar o orçamento familiar, como forma de contribuir com eventuais necessidades

⁵ Diversos estudos (Costa *et al.*, 2020; Marengo *et al.* 2022; Sathler, 2021; Delazeri *et al.*, 2022) apontam para a evolução das mudanças climáticas no Nordeste brasileiro e suas conseqüências econômicas, sociais e políticas.

com filhos e parentes. No segundo caso, a mercantilização permaneceu como parte da produção e reprodução dos agricultores, pois eles reconheceram que os proventos da aposentadoria eram insuficientes para atender o consumo familiar. Nesse caso, os recursos monetários da aposentadoria contribuíram diretamente com as dinâmicas produtivas, particularmente, nas compras de insumos e na contratação de trabalho externo para a complementação do trabalho familiar, voltadas para assegurarem pelo menos uma segunda forma de ingresso monetário na unidade produtiva.

De modo geral, independente da situação observada, a aposentaria ou pensão contribuiu diretamente com o processo de produção e de reprodução das famílias. Essa situação, conforme Boscardin e Spanevello (2019), permite uma melhoria nas condições de vida dos produtores, evitando o êxodo rural (Chies; Mendes, 2015) e a manutenção do trabalho como forma de manter a autoestima e garantir uma segurança alimentar (Machado; Oliveira Neto, 2015) com a produção de alimentos para o autoconsumo. Além disso, esse resultado destaca a influência da aposentaria ou pensão no processo de reprodução familiar, nesse caso específico, em subsidiar o consumo dos filhos e parentes.

A receita obtida das atividades não agrícolas e realizadas fora do estabelecimento por meio do trabalho assalariado ou da prestação de serviços foi identificada nos cinco municípios e representou o terceiro tipo de ingresso na composição do orçamento familiar dos agricultores que produzem caprinos (25,9%) e ovinos (28,6%). Essa receita contribuiu, em média, com 11% e 10% do orçamento dos produtores de caprinos e ovinos, respectivamente. Particularmente, esse resultado está de acordo com a divisão de trabalho no interior da família, conforme apresentado anteriormente, com a atuação principalmente feminina no desempenho de atividades não agrícolas e fora do estabelecimento, contribuindo com recursos monetários no processo de produção e reprodução dessas famílias.

Nos estabelecimentos que produzem caprinos, o município de Tauá apresentou a maior proporção de unidades produtivas (30%) com este tipo de receita, enquanto a menor frequência (20%) foi identificada no município de Aiuaba. Na atividade de ovinos, esse rendimento foi identificado em 20% e 33% dos estabelecimentos dos municípios de Parambu e Aiuaba, representando a menor e maior proporção, respectivamente.

Essa circunstância apontou para a utilização da estratégia de diversificação no uso da força de trabalho, dentro e fora da propriedade, como forma de garantir o sustento da unidade familiar (Schneider, 2003). Nesse aspecto, Schneider (2007) reforça a importância de estimular as estratégias de diversificação das atividades produtivas e das

ocupações não agrícolas por meio de políticas públicas como forma de ampliar fontes de ingresso de ingresso monetário para a redução da dependência e da vulnerabilidade das famílias no espaço rural.

Por sua vez, Aquino *et al.* (2020), ao analisarem o Censo Agropecuário de 2017, destacaram a pluriatividade como parte de um conjunto de fatores que possibilitou o fortalecimento da resistência dos agricultores familiares no Nordeste, particularmente, devido à interação entre o rural e o urbano. No Sertão dos Inhamuns essa conjuntura foi observada mediante essa relação das famílias com o mercado de trabalho local, que apresentou diferentes condicionantes para a expressão desse fenômeno nesses municípios, tais como o ciclo demográfico das famílias, a escolaridade dos membros da família, os sistemas produtivos adotados, a dinâmicas do setor de serviço no espaço urbano e os aspectos políticos⁶.

Foram identificadas as políticas de assistência social referentes ao Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada que contribuíram com ingressos monetários nas unidades familiares. Essas fontes foram agregadas e observadas nos estabelecimentos familiares produtores de caprinos (22,2%) e ovinos (23,4%) nos cinco municípios e colaboraram, em média, com 9% do orçamento total das famílias. Os municípios de Quiterianópolis e Tauá apresentaram, respectivamente, a maior (50%) e menor (12%) proporção de estabelecimentos que produzem caprinos com este tipo de receita. Na atividade de ovinos, a maior (44%) e menor (14%) proporção de estabelecimentos com este tipo de receita ocorreu nos municípios de Aiuaba e Parambu, respectivamente. Essa circunstância refere-se à mazela crônica da pobreza rural no sertão cearense (Mendonça, 2009; Medeiros; Pinho Neto, 2011; Araújo *et al.*, 2013) e à intervenção do Estado por meio dessas políticas, como forma de atenuar essa situação de vulnerabilidade social e econômica na qual os agricultores familiares se encontram submetidos nos municípios.

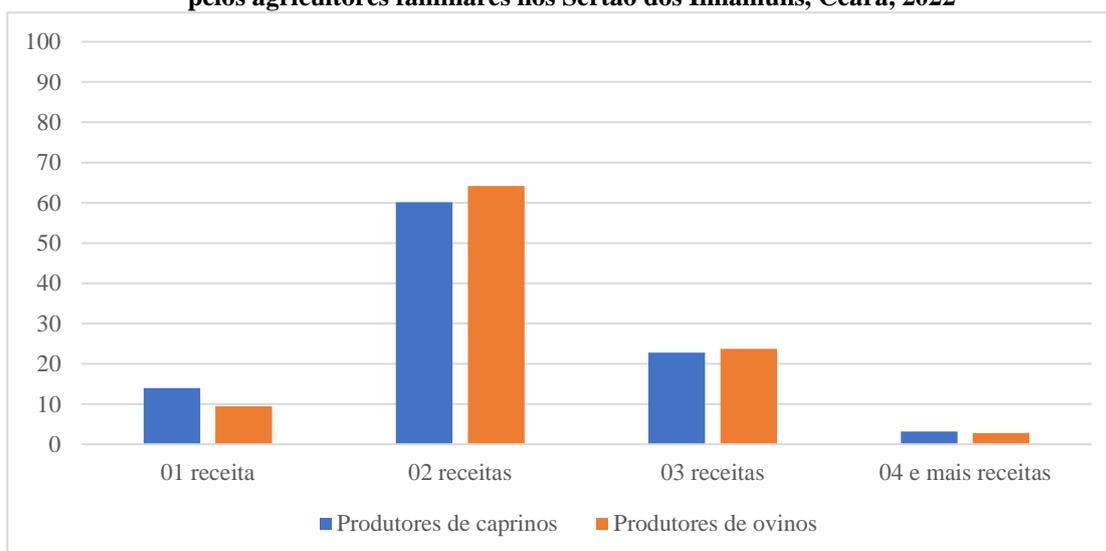
Outras fontes monetárias foram identificadas, tais como as receitas com aluguel, identificada em 0,6% das unidades familiares produtores de caprinos e ovinos e o ingresso monetário a partir de remessas de fora por membros da família, identificada nos estabelecimentos produtores de ovinos (0,3%). A contribuição média dessas duas receitas foi inferior a 1% no orçamento total dos agricultores. O primeiro tipo foi identificado em

⁶ Foi identificado uma política de geração de empregos a partir da contratação de empregados temporários e com meia jornada de trabalho pelas prefeituras municipais.

um estabelecimento produtor de caprinos nos municípios de Parambu e Tauá e o segundo foi observado no município de Tauá, por um produtor de ovinos.

A diversidade de fontes de ingresso monetário evidenciou uma associação de diferentes receitas na composição do orçamento total das famílias. Essa variedade de formas de obtenção apresentou-se heterogênea entre as unidades pesquisadas (Gráfico 16). Esses estabelecimentos foram categorizados e identificou-se quatro agrupamentos com estabelecimentos que variam de um tipo de receita até quatro ou mais formas de ingressos monetário. Os estabelecimentos identificados com uma receita foram os que apresentaram somente a comercialização de produtos das atividades agrícola ou agroindustrial, com no mínimo a comercialização de um produto das atividades de caprinos ou de ovinos. Os estabelecimentos com duas ou mais fontes de recursos monetários apresentaram, necessariamente, uma receita proveniente de atividades agrícolas ou agroindustrial.

Gráfico 16 – A diversidade de estabelecimentos de acordo com a quantidade de receitas obtidas pelos agricultores familiares nos Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa de campo (2023).

As unidades produtivas com uma receita foram identificadas nos cinco municípios, presentes em 13,9% e 9,4% dos estabelecimentos produtores de caprinos e ovinos, respectivamente. Por sua vez, a maior parcela dos produtores de caprinos (86,1%) e ovinos (90,6%) apresentou duas ou mais fontes de recursos.

Os estabelecimentos de caprinos (60,1%) e ovinos (64%) com duas receitas apresentaram a maior parcela das unidades familiares com o orçamento constituído por fontes provenientes de atividades agrícolas e da aposentadoria ou pensão, presentes em

48% dessas unidades produtivas. Os produtores de caprinos (22,8%) e ovinos (23,7%) com três tipos de ingressos monetários apresentaram a maior frequência da composição das receitas formada a partir das atividades agrícolas, da agroindústria e da aposentadoria ou pensão, presente em 42% e 35% das unidades com caprinos e ovinos, respectivamente. E, os estabelecimentos com quatro tipos de receitas ou mais de caprinos (3,2%) e ovinos (2,7%) foram identificados somente no município de Tauá e ocorreu em 80% e 86% das unidades de caprinos e ovinos, respectivamente, com as receitas oriundas das atividades agrícola, da agroindústria, das atividades não agrícolas fora do estabelecimento e da aposentadoria ou pensão.

Esse resultado evidenciou, por um lado, a existência de famílias no semiárido com a obtenção de receitas provenientes exclusivamente das atividades agrícolas e ou agroindustriais, com relevância das atividades relacionadas a pequenos ruminantes na manutenção desses agricultores, especificamente, devido à mercantilização dos seus produtos. Entretanto, a persistir essa situação, aponta-se que essas famílias serão desafiadas em seu processo de produção e reprodução, particularmente, em face às transformações provenientes das mudanças climáticas em curso.

Por outro lado, constatou-se uma parcela expressiva de agricultores que apresentaram a diversificação de ingressos na composição da receita das famílias. Essa estratégia ocorreu mediante diferentes situações, conforme descrito anteriormente, como a ampliação no uso do trabalho familiar, por meio da obtenção de direitos, tais como a aposentadoria ou pensão, ou em decorrência da manifestação de uma vulnerabilidade social e econômica e de outras fontes externas. Ressalta-se, conforme observado, o ingresso de aposentaria ou pensão no orçamento total das famílias, particularmente, presente nas principais configurações de fontes de ingressos dos agricultores. A presença dessa receita reforça o argumento do perfil demográfico familiar nesse território como um importante componente na decisão das famílias na produção de alimentos e de sua mercantilização, repercutindo diretamente nas estratégias de fortalecimento do processo de produção e reprodução das famílias no espaço rural.

De maneira geral, essa circunstância de plurirrendimentos, independentemente da origem das receitas que compõem o orçamento familiar, evidenciou a diversificação como uma medida de natureza protetiva contra possíveis constrangimentos ou restrições quando comparada à obtenção de uma única fonte de rendimento, principalmente em face às contingências ambientais, produtivas, econômicas e sociais inerentes ao território. Nesse aspecto, esse resultado reforça os argumentos de Escher *et al.* (2015) sobre a

relevância da diversificação de receitas para as famílias e nas melhorias das condições de vida dos agricultores, particularmente, em razão da ampliação dos portfólios de meios de vida, conferindo mais estabilidade em suas relações com a natureza e a sociedade.

5.2.5 Aspectos políticos

A interface entre agricultores e Estado, segundo Ploeg (2016a), constitui uma das formas de externalização das relações sociais e exerce uma influência sobre os agricultores e suas unidades produtivas, com impacto no seu processo de produção e reprodução social. Nesse contexto, Polanyi (2012a) destaca a relevância do Estado no avanço do desenvolvimento do capitalismo e Abramovay (2012) realça essa atuação na estruturação social da agricultura, com distintas formas de políticas públicas.

No Semiárido brasileiro, a intervenção do Estado é marcada por ampla disputa entre setores que, por um lado, priorizam a manutenção das estruturas sociais a partir de políticas produtivistas e de combate à seca e, por outro, que buscam políticas orientadas pela convivência com o semiárido, privilegiando as demandas da população (Amorim; Grisa, 2018). Além desse processo, Aguiar *et al.* (2019) enfatizam as dificuldades no acesso às políticas públicas no semiárido em virtude da falta de contextualização com o espaço regional e da ausência da integração entre as políticas.

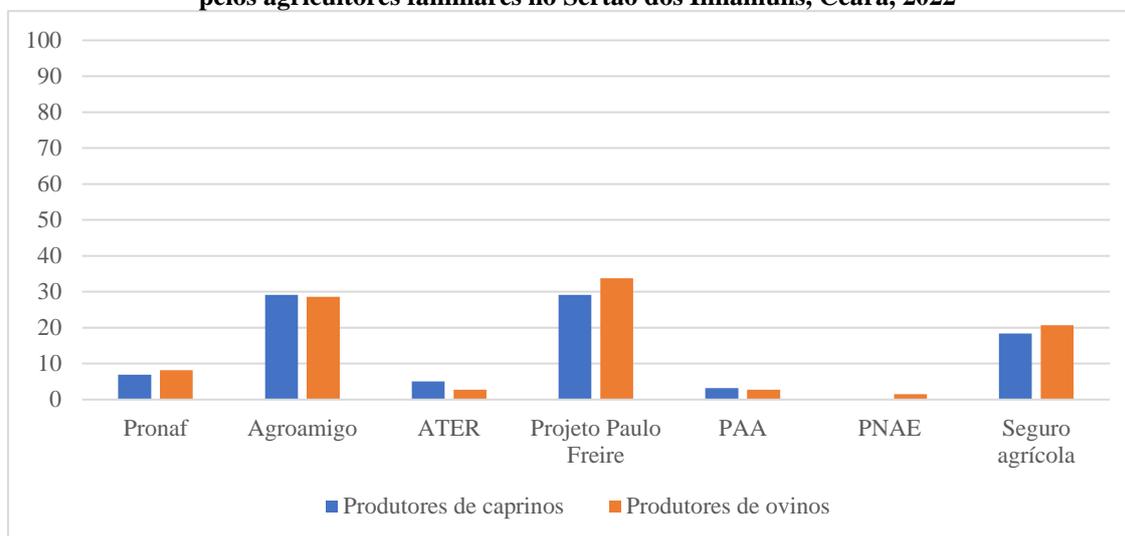
Nesse sentido, uma observação atenta das relações dos agricultores familiares do Sertão dos Inhamuns com o Estado brasileiro aponta que elas ocorreram por meio de distintas políticas públicas, de modo que 64% e 62% dos estabelecimentos familiares produtores de caprinos e ovinos, respectivamente, acessaram pelo menos uma política pública. O município de Aiuaba apresentou o maior percentual de estabelecimentos produtores de caprinos (77%) e ovinos (86%) que acessaram políticas públicas e, no outro extremo, o município de Tauá foi identificado com o menor percentual de estabelecimentos produtores de caprinos (58%) e ovinos (55%) que acessaram políticas públicas.

Esse resultado demonstrou que um terço dos agricultores familiares entrevistados não acessaram políticas públicas relacionadas à produção e à comercialização de alimentos. Além disso, revelou a existência de uma atuação estatal diferenciada nos municípios estudados, explicada por uma série de fatores que favorecem ou restringem o acesso dos agricultores às políticas públicas em seus respectivos municípios.

De acordo com Grisa e Schneider (2015), o reconhecimento da agricultura familiar pelo Estado brasileiro a partir da década de 1990, desencadeou uma série de trajetória das políticas públicas que constituíram as três gerações de políticas direcionadas para esta categoria social. Nesse caso, utilizou-se como referencial a trajetória das políticas públicas listadas pelos autores na identificação das políticas públicas para os agricultores familiares no Brasil como forma de identificar e caracterizar as relações dos produtores de caprinos e ovinos com o Estado.

As políticas públicas acessadas pelos agricultores familiares produtores de caprinos e ovinos (Gráfico 17) apresentaram diferentes interfaces com a agricultura.

Gráfico 17 – Percentual de estabelecimentos de acordo com o tipo de políticas públicas acessada pelos agricultores familiares no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa de campo (2023).

5.2.5.1 Políticas de Primeira Geração

As políticas de primeira geração apresentam como referencial as políticas agrícolas e agrárias (Grisa; Schneider, 2015). Nesse caso, foram identificadas as políticas relacionadas ao acesso ao crédito e assistência técnica e extensão rural (ATER). O acesso ao crédito pelos agricultores ocorreu por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa Agroamigo e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), por meio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE) e secretarias de agricultura dos municípios.

O Pronaf, a primeira política pública direcionada para agricultura familiar, foi acessado pelos produtores de caprinos (7%) e ovinos (8%) nos cinco municípios do Sertão dos Inhamuns. Essa reduzida acessibilidade reforçou os argumentos e críticas de diferentes autores (Aquino; Schneider, 2011; Grisa *et al.*, 2014; Wesz Júnior, 2021) ao reconhecerem, por um lado, a importância dessa política pública para a agricultura familiar, mas, por outro, o seu caráter seletivo em privilegiar categorias de agricultores mais capitalizados e atender regiões mais ricas do país.

O Programa de Microfinança Rural Agroamigo⁷ foi criado em 2005, acessado por produtores de caprinos (45%) e ovinos (46%) nos cinco municípios, constituindo-se na principal forma de acesso ao crédito entre os agricultores. De acordo com os agricultores entrevistados, a principal função do crédito foi direcionada para a compra de pequenos ruminantes. Além disso, eles afirmaram que a comercialização de produtos das atividades de caprinos e ovinos eram utilizados para realizar a amortização do referido empréstimo, reforçando a importância da mercantilização dessas atividades e sua contribuição para a vida financeira desses atores.

Apesar da importância do Agroamigo para esses produtores, Aquino e Bastos (2015) chamam atenção para os limites do programa, particularmente, pela sua persistência no investimento em atividades que não proporcionam mudanças sociais e em não reconhecer as estratégias de diversificação das atividades agrícolas e não agrícolas como forma de ampliar os meios de vida dos agricultores. Em linhas gerais, o programa incentivou a produção de pequenos ruminantes, culturas adaptadas ao clima semiárido, com a promoção da resiliência dos agricultores às perturbações climáticas e na geração de renda de agricultores familiares desprovidos de capacidade de investimento.

As ações da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) foram identificadas em 6,1% dos estabelecimentos de base familiar (IBGE, 2019d) que desenvolveram, no mínimo, uma atividade pecuária na unidade produtiva no Sertão dos Inhamuns. Constatou-se que 5% e 3% dos produtores de caprinos e ovinos, respectivamente, utilizaram essa política e que os produtores de pequenos ruminantes no município de Quiterianópolis não a acessaram.

Em linhas gerais, esse resultado evidenciou um reduzido acesso à assistência técnica e extensão rural nas unidades familiares. Nessa questão persiste uma dívida

⁷ O Programa Agroamigo é o maior programa de microfinanças do Brasil (Cunha Júnior; Viana, 2023), destina-se a agricultores familiares que se enquadram no Pronaf B com a concessão de microcrédito produtivo e orientado (Sousa; Barbosa, 2023).

histórica em relação à disponibilização de conhecimentos e tecnologias para os agricultores familiares (Castro; Pereira, 2017; Faria; Duenhas, 2019). Além disso, prevaleceu uma desarticulação entre as políticas de crédito e de assistência técnica e extensão rural, uma vez que o número de agricultores que recebem crédito, principalmente por meio do Programa Agroamigo, foi superior ao identificado com os serviços de ATER, o que poderá comprometer a produção de alimentos (Cruz, *et al.*, 2020). Ressalta-se a importância dessa política para o desenvolvimento rural e o fortalecimento da agricultura familiar, portanto, sua revitalização necessariamente deverá ser direcionada para contribuir com o processo de diversificação das atividades produtivas com o foco na transição climática.

5.2.5.2 Políticas de Segunda Geração

As políticas de segunda geração tinham como propósito a mitigação da pobreza no espaço rural, por meio de seguro da produção agrícola e programa de desenvolvimento rural com ações de combate à pobreza rural. Verificou-se o acesso do Programa Garantia Safra e o Projeto Paulo Freire.

O Programa Garantia Safra (PGS) foi acessado pelos agricultores dos cinco municípios, em virtude das estiagens que ocorreram nos últimos três anos. O PGS foi criado com a finalidade de proteger os agricultores familiares do Semiárido nordestino de situações de perda da safra diante de estiagens. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2009), o programa funciona como um seguro de renda vinculado à produção agrícola como forma de mitigar os problemas sociais decorrentes das secas na região.

Esse resultado evidenciou que o acesso a essa política se tornou um mecanismo de proteção, garantindo, em momentos extremos, uma forma de atenuar as vulnerabilidades sociais e econômicas das famílias produtoras no meio rural. Além disso, em face aos cenários climáticos para esse subespaço regional esse programa assume destacada relevância para garantir a resiliência às mudanças climáticas (Silva, *et al.*, 2021) e, conforme previsto por Aquino *et al.* (2021), exerce importância fundamental na reprodução social dos agricultores do semiárido.

O Projeto Paulo Freire foi identificado nas unidades produtivas de caprinos e ovinos dos cinco municípios do Sertão dos Inhamuns. Na atividade caprina e ovina sua maior presença ocorreu nos estabelecimentos do município de Tauá e Arneiroz, com 35%

e 38% das unidades produtivas, respectivamente, e a menor proporção ocorreu nos estabelecimentos de caprinos (17%) do município de Parambu e nos estabelecimentos produtores de ovinos (19%) do município de Quiterianópolis. Ressalta-se a valorização dos recursos locais, com a compra de animais para o programa a partir de agricultores familiares do território, que acessaram essa política por meio dos mercados institucionais.

Esse programa foi uma iniciativa do Governo do Estado do Ceará em parceria com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), executada pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA). De acordo com Ceará (2017), essa política tem o objetivo de reduzir a pobreza e elevar a qualidade de vida dos agricultores por meio da inclusão social e econômica. Conforme observado, constatou-se uma ampliação dos recursos produtivos e o incremento de infraestrutura na unidade familiar, contribuindo com a produção de alimentos para o autoconsumo de famílias em condições de vulnerabilidade social e econômica.

5.2.5.3 Políticas de Terceira Geração

As políticas que integram esse conjunto estavam relacionadas com a construção de mercados e segurança alimentar e nutricional (Grisa; Schneider, 2015). Foram identificados o Programa Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), acessados pelos agricultores familiares produtores de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns.

O PAA foi criado em 2003 como um dos eixos estruturais do Programa Fome Zero (PFZ), com os objetivos de fortalecer a produção de alimentos para a segurança alimentar e nutricional, geração de renda e contribuir com a ampliação de canais de comercialização para os agricultores familiares (Peraci; Bittencourt, 2010). Nesse aspecto, o PAA foi acessado pelos agricultores produtores de caprinos (3,8%) e ovinos (2,7%) dos municípios de Aiuaba, Arneiroz, Parambu e Tauá, por meio da comercialização de cinco atividades produtivas. Os produtores de caprinos apresentaram a comercialização de produtos das atividades de caprinos, hortas e mel, enquanto os produtores de ovinos comercializaram os produtos das atividades de caprinos, ovinos, hortas, mel e aves.

O PNAE foi acessado por 1,5% dos produtores de ovinos por meio da comercialização das atividades de ovinos, aves e mel. Entretanto, não foi identificado o acesso pelos produtores de caprinos no Sertão dos Inhamuns. De acordo com Triches *et*

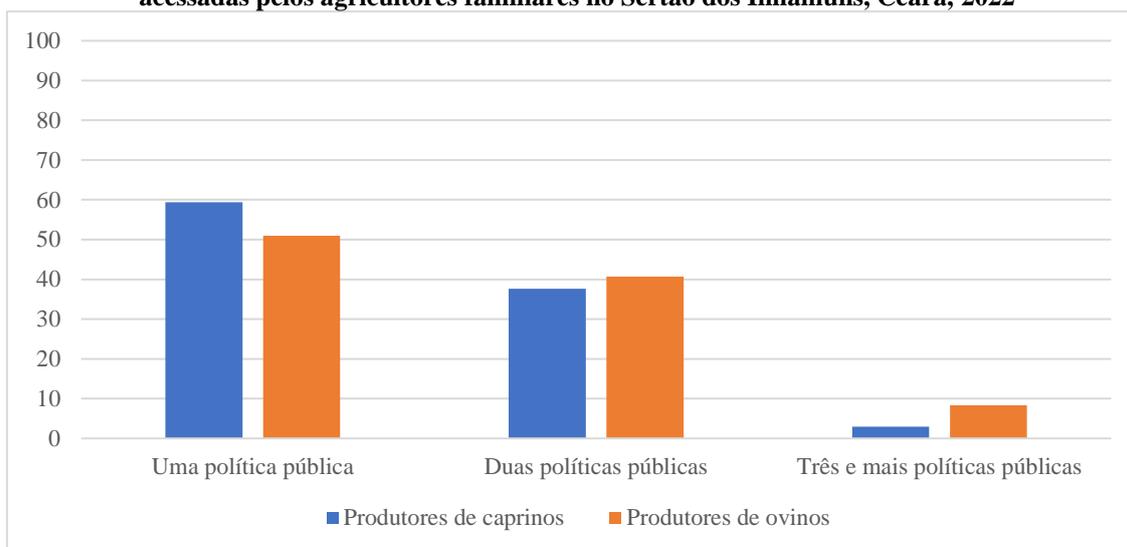
al. (2014), esse programa é um dos mais antigos e considerado um dos maiores programas na área de alimentação escolar do mundo, foi reconfigurado institucionalmente em 2009 e direcionou de forma compulsória 30% dos seus recursos destinados à compra de produtos da agricultura familiar.

Apesar dos avanços dessas políticas no fortalecimento da agricultora familiar (Grisa; Porto, 2015; Peixinho, 2013) a partir do incentivo à ampliação da diversidade produtiva e de canais de distribuição (Modenese; Sant'ana, 2019) dos produtos desses atores, constatou-se um acesso limitado dessas políticas de compras governamentais pelos agricultores familiares (Moura, *et al.*, 2023). Essa restrição comprometeu a autonomia dos agricultores em mercados e favoreceu as relações de comercialização dos agricultores com os atravessadores.

A limitação ao acesso ocorreu em razão de uma desmobilização dessas políticas. Conforme Grisa e Porto (2023), ao analisar a trajetória das políticas alimentares no país, essas são marcadas por omissões, instabilidades e descontinuidades institucionais. Diferentes atores (Grisa *et al.*, 2022; Teixeira, 2023) apontam para uma inflexão nessas políticas a partir do Governo Temer (2016-2018), aprofundada com o Governo Bolsonaro (2019-2022), ampliando as vulnerabilidades econômicas e sociais dos agricultores. No Sertão dos Inhamuns o acesso limitado a esses programas foi manifestado pelas dificuldades no acesso dessas políticas, com as trocas mercantis reproduzidas a partir de relacionamentos que constroem e provocam desvantagens para os agricultores.

Essa diversidade de políticas públicas acessadas pelas famílias produtoras de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns permitiu identificar a existência de acesso diversificado, com os agricultores articulando diferentes políticas para atender os seus objetivos. Foram identificados três grupos de estabelecimentos de acordo com o número de políticas utilizadas pelos agricultores (Gráfico 18). O primeiro grupo foi composto por unidades que apresentaram acesso a uma política pública, o segundo grupo se caracterizou por duas políticas e o terceiro apresentou três ou mais políticas acessadas.

Gráfico 18 – Diversidade de estabelecimentos de acordo com a quantidade de políticas públicas acessadas pelos agricultores familiares no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa de campo (2023).

Os produtores de caprinos e ovinos que acessaram uma política pública e que articularam o acesso de duas políticas foram identificados nos cinco municípios. Os produtores de caprinos (3%) que acessaram três ou mais políticas foram identificados no município de Tauá, enquanto os produtores de ovinos (8%) foram mapeados em quatro municípios, com exceção do município de Parambu.

Os agricultores que acessaram duas políticas públicas articularam com maior frequência o Programa Agroamigo e o Projeto Paulo Freire, identificados entre os produtores de caprinos (38%) e ovinos (41%). Por sua vez, os agricultores que acessaram três ou mais políticas apresentaram a articulação dos programas Agroamigo, Projeto Paulo Freire e Programa Garantia Safra, presentes em mais de 50% das unidades produtivas com o acesso às políticas públicas.

A articulação dessas políticas foi realizada pelos agricultores e revelou-se como uma estratégia de criação de espaços de manobras com a finalidade de fortalecer sua autonomia produtiva. O direcionamento dessas diferentes políticas acessadas em conjunto, relacionadas com o acesso ao crédito, ampliação da diversidade dos recursos e a redução dos riscos com o uso do seguro, resultou em uma forma de diversificar o processo produtivo e garantir a resiliência em períodos de perturbação climática.

Apesar da relevância dessas configurações no acesso das políticas públicas voltadas para atender a produção, entre os produtores que acessaram duas ou mais políticas constatou-se uma limitação na articulação com as políticas relacionadas com a comercialização da produção. Entretanto, conforme Grisa *et al.* (2018), as condições de

incidência de políticas públicas e sua articulação estão associadas com a diversidade da agricultura familiar e das dinâmicas territoriais. Além disso, os autores chamam a atenção que a desarticulação não é uma condição restrita às políticas da agricultura familiar ou mesmo das políticas direcionadas para a agricultura e muito menos uma especificidade das políticas brasileiras (Grisa *et al.*, 2018).

Essa desarticulação demonstrou uma intervenção do Estado por meio de políticas fragmentadas, com a manutenção de uma abordagem voltada para uma agricultura fundamentada em um modelo de produção produtivista e incapaz de promover mudanças sociais. Assim, segundo Aquino *et al.* (2017) essa circunstância de desarticulação reproduz uma incapacidade estatal na promoção de oportunidades e no fortalecimento das capacidades dos agricultores familiares em relação às suas condições de garantir os seus meios de vida.

Essa ausência na interface entre as políticas de produção e mercados indicou a dificuldade na articulação dessas políticas, constringendo os agricultores e limitando sua relação com atravessadores, e, em muitos casos, submetendo-os às condições de dependência. Além disso, convém salientar a existência e a relevância das políticas que buscam uma convivência com o semiárido, mas persiste uma compreensão de políticas alinhadas com o referencial no aumento da produção (Nunes *et al.*, 2014), que menospreza as relações sociais dos agricultores com os mercados. Nesse caso, predomina uma perspectiva de existência de um mercado natural, pronto e disponível para atender os agricultores no escoamento de suas mercadorias.

Em resumo, as características demográficas, socioeconômicas e políticas dos agricultores familiares produtores de caprinos e ovinos identificadas neste estudo evidenciaram esta categoria social heterogênea no Sertão dos Inhamuns e esta condição foi estendida aos municípios que compõem o território. Essa conjuntura expressou uma variabilidade de estratégias de produção e reprodução desses agricultores.

As famílias apresentaram, em média, três membros por família e com aproximadamente 75% das famílias com idade superior a 45 anos, com a indicação de encerramento de um ciclo familiar e de uma reduzida entrada de jovens agricultores nas atividades de caprinos e ovinos, com repercussões sobre as relações de produção e com os mercados.

Os agricultores familiares apresentaram uma diversidade de formas de condição em relação às terras. Predominaram os estabelecimentos como propriedade privada e com tamanhos inferiores a 100 hectares no desenvolvimento das atividades. Essas condições, por um lado, permitem uma segurança no processo de produção, pois a maior parte dos agricultores não se submete às decisões de terceiros no aspecto produtivo, mas, por outro, o tamanho das propriedades representou um fator limitante na diversificação da base produtiva, com consequências adversas sobre o processo de produção no semiárido.

A utilização da mão de obra familiar apresentou-se diversa entre os estabelecimentos, mas com predomínio de dois trabalhadores familiares por unidade. Esta circunstância indicou a ampliação das relações de trabalho familiar com outras formas de trabalho contratadas externamente à família. Essa relação ocorreu principalmente por meio da contratação de um trabalho intermitente, esporádico ao longo do ano, para a realização de tarefas de caráter complementar ao trabalho familiar consideradas como necessárias para a manutenção das famílias.

Foram identificados dois tipos de agricultores familiares e essa diferença foi atribuída à intensidade do processo de mercantilização. Constatou-se uma variabilidade de estratégias para coordenar a relação com os mercados, com destaque para a diversidade de atividades e mercadorias comercializadas pelos agricultores familiares produtores de caprinos e ovinos, com o estabelecimento de uma relação ativa com os mercados como forma de garantir sua produção e reprodução.

Foram observados diferentes tipos de receitas compondo o orçamento familiar. A principal receita dos agricultores foi obtida com o trabalho familiar exercido na unidade produtiva por meio dos ingressos da comercialização dos produtos das atividades agrícola e agroindustrial, presente em 100% dos estabelecimentos produtores de caprinos e ovinos. Apesar da importância para as famílias, a obtenção de uma única fonte de receita foi considerada como insuficiente para aproximadamente 90% dos agricultores familiares produtores de caprinos, que buscaram outras formas de ingresso monetário para constituir o orçamento familiar.

O sistema de produção e a infraestrutura nas unidades abrangeu os recursos hídricos e a produção animal. Ressalta-se a busca dos agricultores pelo fortalecimento de sua autonomia hídrica, realizada a partir de investimentos na ampliação do número de estruturas hídricas em suas unidades produtivas, representando uma expressão de luta para garantir sua reprodução social no Semiárido.

A externalização das relações dos agricultores foi ampliada pela intervenção estatal, com repercussões na organização da produção e em suas relações com os mercados, por meio de distintas políticas públicas. Contudo, o Estado esteve ausente em políticas relacionadas com a produção de alimentos para aproximadamente 40% dos agricultores produtores de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns. Além disso, evidenciou-se um acesso limitado às políticas pelos agricultores, tais como as que se referem aos mercados institucionais e à segurança alimentar e nutricional. Diante disso os agricultores reconfiguraram as formas de produção e o relacionamento com os mercados, repercutindo na apropriação do valor das mercadorias produzidas e comprometendo a reprodução social.

O processo de mercantilização produziu uma heterogeneidade social, abrangendo uma diversidade de formas de produção e de reprodução. As distintas relações de produção e suas interfaces com a circulação das mercadorias assumiram variadas formas de comercialização e de institucionalização das relações dos agricultores com os mercados, que serão apresentadas nos próximos capítulos desta Tese, tratando, especificamente, das atividades de pequenos ruminantes no Sertão dos Inhamuns.

6 CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO ACESSADOS PELOS PRODUTORES DE CAPRINOS E OVINOS NO SERTÃO DOS INHAMUNS, CEARÁ, BRASIL

A mercantilização constituiu-se em dos processos sociais utilizados pelos agricultores familiares para assegurar a produção e reprodução no Sertão dos Inhamuns. Este processo resultou em uma diversidade de sistemas de produção de alimentos e evidenciou distintas estratégias de comercialização dos produtos da agricultura familiar.

De acordo com o Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019b; IBGE, 2019c), a comercialização da produção das atividades de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns apresentou valores movimentados nos estabelecimentos agropecuários na ordem de R\$ 13 milhões, com a agricultura familiar apropriando aproximadamente 70% desse valor. A demanda por carne das duas espécies apresentou-se elevada neste território, com destaque para a comercialização de 10 mil kg/mês de carne de caprinos e ovinos no município de Tauá por diferentes estabelecimentos comerciais (Ceará, 2016). Além disso, foi identificada a comercialização de aproximadamente 40 mil litros de leite caprino, atingindo um valor na ordem de R\$ 65 mil (IBGE, 2019b), produzidos principalmente por agricultores familiares do município de Tauá.

Entretanto, essa movimentação não permitiu identificar os motivos e como ocorreram as interações entre as esferas de produção e circulação das mercadorias. Especificamente, questiona-se os aspectos que envolvem os espaços de trocas, estruturas organizacionais e as estratégias de comercialização utilizadas pelos produtores para a distribuição de seus produtos.

Este capítulo tem como objetivo identificar e caracterizar os canais de comercialização utilizados pelos agricultores produtores de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns. Busca-se compreender a participação dos agricultores nos mercados agroalimentares e suas estratégias de comercialização como forma de contribuir para o processo de reprodução socioeconômica dessas famílias.

Este capítulo está dividido em três seções, a primeira apresenta a comercialização e os canais utilizados para ofertar os produtos das atividades de caprinos e ovinos e o mapeamento desses espaços no território e nos municípios. A segunda refere-se à caracterização dos canais e suas finalidades. E, a última seção identifica e analisa as estratégias de comercialização e caracteriza como os mecanismos que fortalecem a autonomia dos produtores à medida que eles ao efetuam as trocas mercantis.

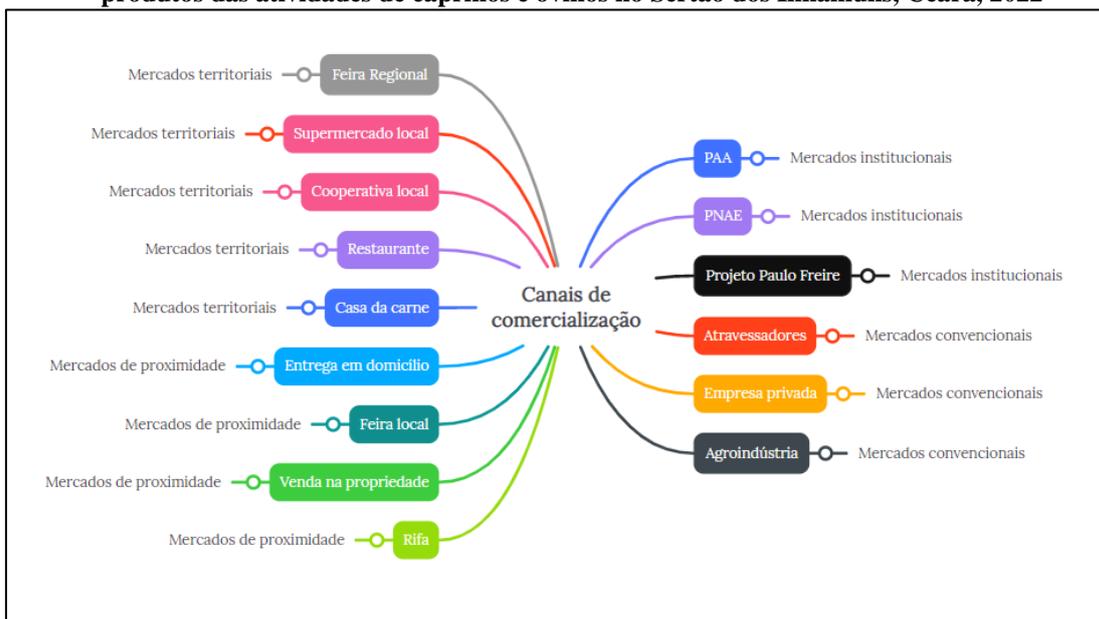
6.1 A COMERCIALIZAÇÃO DE CAPRINOS E OVINOS NO SERTÃO DOS INHAMUNS

A comercialização dos produtos de caprinos e ovinos representou 36% e 41% da renda média agrícola dos produtores familiares de caprinos e ovinos, respectivamente, representando uma das principais formas de geração de renda para complementar o orçamento familiar. As mercadorias utilizadas pelos agricultores para as trocas mercantis foram constituídas por: animal vivo, animal abatido, carne *in natura*, carne processada artesanalmente, subprodutos cárneos semiprocessados e leite caprino.

A comercialização ocorreu durante todo o ano. Todavia, concentrou-se nos meses de junho, julho e dezembro. No mês de junho, a ampliação da oferta ocorreu em virtude de os animais terem apresentado melhores condições corporais, tornando-se mais adequados para a comercialização e obtenção de um maior valor comercial. Por sua vez, ocorre uma demanda nos meses de julho e dezembro, devido ao período de férias e festas de final de ano. Essa circunstância está associada ao costume das pessoas que moram em outras regiões do país retornarem à sua cidade natal nesses períodos, para visitar parentes e amigos.

Os produtores de caprinos e ovinos apresentaram a utilização de 14 e 15 canais de comercialização, respectivamente, para distribuírem suas mercadorias (Figura 13).

Figura 13 – Canais de comercialização identificados na interação entre a produção e consumo dos produtos das atividades de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022



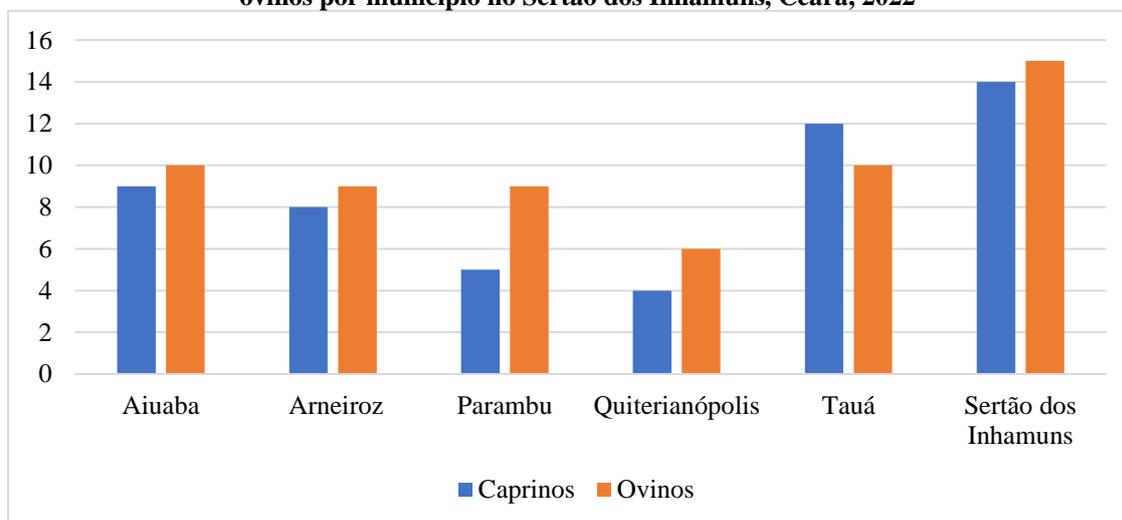
Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa de campo (2023).

Esses canais foram definidos como espaços relacionais entre produtores, intermediários e consumidores, constituídos por um conjunto de atividades com a finalidade de garantir um fluxo de mercadorias (Machado; Silva, 2005) para abastecer diferentes tipos de mercados.

Esse resultado evidenciou uma diversidade de canais de comercialização utilizados pelos agricultores familiares no território para assegurar as trocas mercantis. A identificação dos canais, a partir da natureza das trocas e dos mecanismos institucionais, evidenciou que os produtores de caprinos e ovinos utilizam praticamente os mesmos canais de comercialização. Essa semelhança indicou uma convergência entre as atividades, representando uma ação cooperativa entre as duas formas de pecuárias, com o compartilhamento de conhecimentos, práticas, relações e canais de comercialização (Thomé *et al.*, 2021).

O número de canais utilizados pelos agricultores familiares apresentou variações nos municípios (Gráfico 19). Constatou-se uma heterogeneidade no número de canais utilizados para a distribuição dos produtos das atividades entre os municípios.

Gráfico 19 – Número de canais de comercialização identificados para as atividades de caprinos e ovinos por município no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa de campo (2023).

Na atividade de caprinos os municípios de Tauá e Quiterianópolis apresentaram 12 e quatro canais de comercialização, representando o maior e o menor número de canais para a distribuição dos produtos no território. Na atividade de ovinos o maior número de canais foi identificado nos municípios de Tauá e Aiuaba, com dez canais cada e o menor número foi encontrado no município de Quiterianópolis com seis canais. Ressalta-se que o número de canais utilizados pelos produtores de ovinos no município de Tauá superou

os identificados por Souza (2013), que constatou quatro canais ao estudar os mercados da ovinocultura neste município. Esta diferença evidenciou o avanço da mercantilização dos produtos da atividade de ovinos e o surgimento de diferentes formas de comercialização utilizadas pelos agricultores.

As distinções entre os municípios não se limitaram à quantidade de canais, mas aos tipos de canais, com uma heterogeneidade na variedade de canais utilizados pelos produtores de caprinos e ovinos no território, conforme evidenciada na Figura 14.

Figura 14 – Tipos de canais de comercialização por município no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022

Municípios	Canais de comercialização											
Aiuaba	Venda na propriedade	Entrega em domicílio	Casa da carne	Atravessador	Restaurante	Supermercado local	Feira regional	Agroindústria	PAA	Programa Paulo Freire		
Arneiroz	Venda na propriedade	Entrega em domicílio	Casa da carne	Atravessador	Restaurante	Supermercado local	Rifa	Agroindústria				
Parambu	Venda na propriedade	Entrega em domicílio	Casa da carne	Atravessador	Restaurante	Supermercado local	Empresa privada	Cooperativa		PNAE		
Quiterianópolis	Venda na propriedade	Entrega em domicílio	Casa da carne	Atravessador	Restaurante	PNAE						
Tauá	Venda na propriedade	Entrega em domicílio	Casa da carne	Atravessador	Restaurante	Supermercado local	Empresa privada	Agroindústria	Rifa	Programa Paulo Freire	Feira local	PAA

Produtores de caprinos Produtores de ovinos

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa de campo (2023).

A diversidade entre os municípios foi atribuída ao processo de construção social de mercados, como algo dependente de tempo, de ecossistemas locais e de repertórios culturais nos quais as unidades produtivas estão enraizadas (Ploeg *et al.*, 2004). Os canais representam as peculiaridades que caracterizam a comercialização dos produtos das atividades em cada município, fundamentadas em distintas relações produtivas, sociais, econômicas e institucionais que foram mobilizadas para assegurar a participação nos mercados. A próxima seção apresenta as características de cada canal identificado como forma de compreender sua natureza e função no processo de comercialização.

6.2 CARACTERIZAÇÃO DOS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO

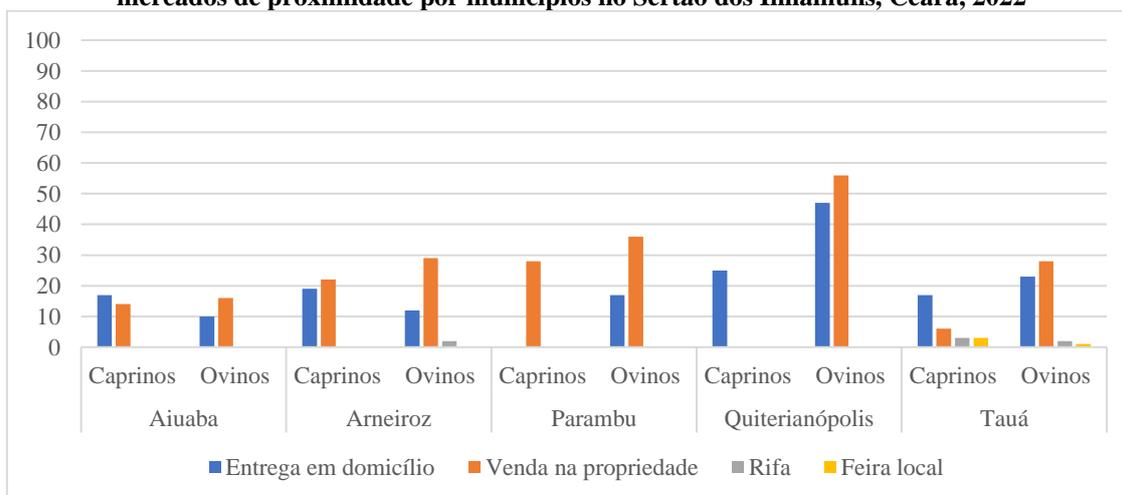
Neste estudo os aspectos relacionados com à natureza da troca e às formas de regulação das trocas mercantis foram utilizados como critérios para a caracterização dos canais de comercialização. De acordo com Schneider (2016), os canais de comercialização são componentes constituintes e diferenciadores dos mercados. O autor acentua que a identificação dos canais é um dos critérios utilizados para categorizá-los em mercados de proximidade, territoriais, institucionais e convencionais.

A heterogeneidade no processo de mercantilização das atividades no Sertão dos Inhamuns permitiu o reconhecimento de quatro tipos de mercados agroalimentares utilizados pelos produtores em cada atividade. A próxima subseção apresenta a caracterização dos canais utilizados pelos agricultores familiares de acordo com os tipos de mercados por eles acessados para ofertarem seus produtos.

6.2.1 Canais utilizados pelos agricultores nos mercados de proximidade

Os produtores de caprinos e ovinos do Sertão dos Inhamuns utilizaram quatro canais de comercialização: entrega em domicílio, venda na propriedade, rifa e feira local. Estes canais (Gráfico 20) apresentaram em comum a relação direta dos produtores com os consumidores.

Gráfico 20 – Percentual de produtores de caprinos e ovinos com os canais de comercialização dos mercados de proximidade por municípios no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa de campo (2023).

O canal entrega em domicílio foi utilizado por 15,8% e 21,3% dos produtores de caprinos e ovinos, respectivamente. Este se caracterizou pela entrega dos produtos pelos agricultores em um local acordado com os consumidores finais. A carne *in natura* e a “Manta dos Inhamuns”¹ foram os produtos utilizados pelos agricultores para abastecerem os consumidores. Na comercialização de carne caprina *in natura*, o canal foi identificado em quatro municípios, exceto no município de Parambu. A venda de carne de ovinos *in natura* foi mapeada nos cinco municípios estudados. A distintividade da “Manta dos Inhamuns” favoreceu sua comercialização pelos agricultores dos municípios de Arneiroz, Quiterianópolis e Tauá, mediante o abastecimento dos consumidores locais, de outros municípios cearenses (Itapipoca, Mombaça e Fortaleza) e dos estados do Amazonas, Pará, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Brasília, Maranhão, Pernambuco e Bahia.

O canal venda na propriedade apresentou a venda de animais vivos, com as trocas mediadas por relações de parentesco, amizade e solidariedade. Os produtores de caprinos (13,3%) utilizaram-se deste canal em quatro municípios, com exceção do município de Quiterianópolis. Por sua vez, 29,8% dos produtores de ovinos utilizaram este canal, identificado nos cinco municípios estudados.

O canal feira local foi utilizado por produtores de caprinos (1,3%) e ovinos (0,3%) no município de Tauá. Foram identificadas duas feiras locais, coordenadas pela prefeitura municipal, que se distinguiram em relação aos produtos comercializados e à periodicidade. Uma feira foi localizada na sede do município, realizada semanalmente, com a comercialização de subprodutos cárneos semiprocessados para a elaboração de pratos regionais. A outra feira com frequência quinzenal foi identificada na localidade de Santa Tereza, com a venda de animais vivos.

O canal rifa² foi utilizado pelos produtores de caprinos (1,3%) e ovinos (1,5%), localizados em Arneiroz e Tauá. A relação com os consumidores ocorreu por meio de amizade e solidariedade. As trocas mercantis por esse canal caracterizam-se pela precificação de uma mercadoria - animais vivos e “Manta dos Inhamuns” - e, em seguida, dividem o valor em partes iguais e comercializam cada parcela por meio de um bilhete com um determinado número com os consumidores, dessa forma assegura-se a participação em um sorteio ou para os interessados integrarem uma competição entre

¹ A “Manta dos Inhamuns” é um produto tradicional do território. De acordo com Alves (2011), sua preparação consiste em tratamento de carcaça inteira de caprinos e ovinos, seguida pela realização da salga da carcaça e posterior desidratação através da exposição ao sol e sombra para conservação.

² Este canal foi identificado pelos agricultores para a oferta de mercadorias das atividades relacionadas com à produção de bovinos e suínos.

consumidores. Os agricultores familiares utilizam as redes locais e o meio digital como espaços de interação social para desencadear o processo de comercialização.

As relações diretas entre produtores e consumidores estabelecidas nesses canais caracterizaram as trocas a partir de controle social, mediado por princípios reguladores de reciprocidade realizada por grupos simétricos (Polanyi, 2012a). Ao mesmo tempo foram fundamentadas em normas de amizade, parentesco e solidariedade, respaldadas pela construção social de confiança (Schneider, 2016). Entretanto, o canal entrega em domicílio apresentou uma natureza dual, especificamente, na comercialização do produto “Manta”, cujas trocas envolveram um caráter híbrido na regulação. A troca ocorreu mediante os mecanismos de reciprocidade e por normas que envolveram a identidade do produto a partir de sua origem territorial, aspectos que são normalmente encontrados nos canais presentes nos mercados territoriais.

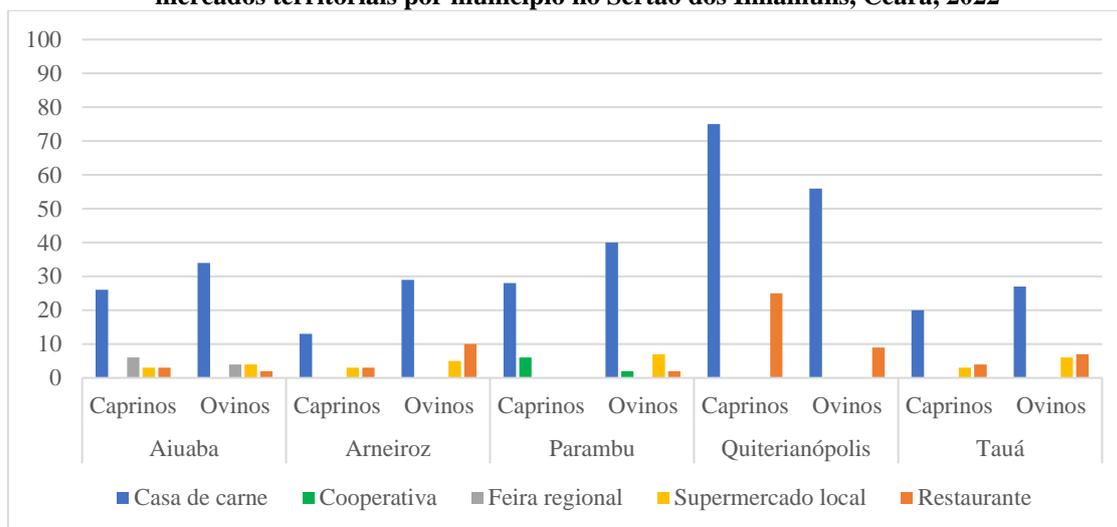
Apesar das restrições institucionais da legislação sanitária de produtos de origem animal, o produto artesanal “Manta” apresentou comercialização para além dos limites do território. Contudo, convém salientar que o Estado brasileiro iniciou recentemente o processo de regulamentação da produção artesanal de produtos de origem animal. Esta iniciativa ocorreu por meio da Lei nº 13.680 de 2018, que criou o Selo Arte (Brasil, 2018), como forma de regularizar a fiscalização e a comercialização desse tipo de produto no território brasileiro. Todavia, conforme salientado pelo Decreto nº 11.099 de 2022, este é um processo em gênese (Brasil, 2022), com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) reconhecendo a necessidade de elaboração de normas técnicas para orientarem os produtores em relação às boas práticas agropecuárias na produção artesanal e na fabricação de produtos artesanais.

6.2.2 Canais utilizados pelos agricultores nos mercados territoriais

Foram identificados os canais de comercialização restaurante, cooperativa, feira regional, casa da carne e supermercado local (Gráfico 21). O canal casa da carne foi utilizado por 22,2% e 32,8% dos produtores de caprinos e ovinos do território, respectivamente. Este foi caracterizado pela relação dos agricultores com agentes especializados na venda de carne e seus derivados para os consumidores. O estudo identificou dois tipos de agentes que dinamizam o canal. O primeiro não possuía uma loja física e comprava animais vivos e os abatia para realizar o abastecimento de carne para os consumidores, localizados principalmente nas áreas rurais. O segundo foi representado

por agentes que atuam por meio de lojas especializadas na venda de carne e produtos cárneos processados, localizadas na área urbana dos municípios, dedicados ao abastecimento de carne para os consumidores desse espaço. Além do abastecimento dos consumidores nos cinco municípios estudados, os agricultores do território apresentaram relações com canais localizados em outros municípios cearenses (Catarina e Fortaleza) e no Estado do Piauí.

Gráfico 21 – Percentual de estabelecimentos de acordo com os canais de comercialização dos mercados territoriais por município no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa de campo (2023).

O canal restaurante foi utilizado por agricultores produtores de caprinos (3,8%) e ovinos (6,1%) para a comercialização de animais vivos, animais abatidos, “Manta dos Inhamuns” e subprodutos cárneos semiprocessados. Os produtores de caprinos utilizaram este canal em quatro municípios, com exceção de Parambu, e os produtores de ovinos fizeram uso do mesmo nos cinco municípios. Os agricultores produtores de caprinos e ovinos de Aiuaba direcionaram sua produção para restaurantes localizados no estado do Piauí. Os agricultores produtores de caprinos e ovinos de Arneiroz e Quiterianópolis abasteceram os estabelecimentos localizados em Tauá e Fortaleza, respectivamente. Por sua vez, os produtores de ovinos de Parambu realizaram a comercialização somente com os restaurantes existentes no próprio município. Os agricultores produtores de caprinos e ovinos de Tauá abasteceram os restaurantes locais e mantiveram relação com estabelecimentos localizados no estado de São Paulo.

O canal supermercado local foi utilizado por 2,5% e 3,6% dos produtores de caprinos e ovinos, respectivamente. O produto identificado na relação dos produtores com

este canal foi a entrega de animais abatidos. Os produtores de caprinos apresentaram relações com este canal em Aiuaba, Arneiroz e Tauá e os produtores de ovinos o utilizaram em quatro municípios, exceto em Quiterianópolis. De acordo com os entrevistados, as relações entre os agricultores com este canal ocorreram mediante a ampliação do consumo de carne no espaço urbano, resultando na diversificação do portfólio dos produtos ofertados pelos supermercados aos consumidores. Nos municípios de Aiuaba, Parambu e Tauá, o abastecimento de carne foi direcionado para os supermercados locais dos respectivos municípios, enquanto os agricultores de Arneiroz, concentraram a oferta de suas mercadorias para atender Tauá.

O canal feira regional foi usado por agricultores produtores de caprinos (1,3%) e ovinos (0,6%) do município de Aiuaba. A feira foi localizada no município de Campos Sales, no sul do Ceará, com periodicidade semanal. De acordo com os agricultores entrevistados, eles percorrem aproximadamente 100 quilômetros para comercializar animais vivos e destacaram a relevância do canal devido à diversidade do público e ao reconhecimento de seus produtos como diferenciados em relação ao local de produção. A distintividade em relação à origem foi apontada como um dos principais fatores para a demanda dos produtos por diferentes consumidores e a comercialização com preços diferenciados.

O canal cooperativa foi identificado apenas em Parambu e usado por produtores de caprinos (0,6%) e ovinos (0,3%). A relação dos produtores com a cooperativa deu-se pela demanda de carne *in natura* para atender contratos realizados com fornecedores. Este canal apresentou-se como um intermediário dos agricultores com os mercados institucionais, por meio de compras de produtos da agricultura familiar para atender a demanda da prefeitura municipal.

Esses canais apresentaram em comum a valorização da regionalidade das atividades de caprinos e ovinos e a distintividade de seus produtos, com a reputação relacionada aos aspectos ambientais e aos conhecimentos tradicionais no modo de produzir e processar os alimentos. As trocas por meio desses canais caracterizaram-se pela regulação orientada por preços e pelas relações de proximidade, marcadas pela confiança entre produtores e consumidores, com a criação de expectativas de cooperação nas relações de comercialização. De acordo com Ploeg *et al.* (2012), pode-se afirmar que as relações dos agricultores com os canais assumiram uma conectividade particular que se mostra no diferencial de bens e serviços, na forma de circulação das mercadorias e nas

vantagens competitivas que distinguem as atividades de produtores de pequenos ruminantes no Sertão dos Inhamuns em relação às demais atividades.

6.2.3 Canais utilizados pelos agricultores nos mercados institucionais

Os agricultores familiares interagiram com canais que foram constituídos a partir de políticas públicas ou programas de compras públicas, coordenados por diferentes níveis do Estado brasileiro. Foram identificados dois canais associados aos programas federais relacionados com as compras governamentais e um programa estadual que apoiava projetos produtivos dos agricultores.

O canal Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi usado somente por produtores de ovinos (0,6%) identificados em Parambu e Quiterianópolis, respectivamente. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi utilizado por produtores de caprinos (1,3%) e de ovinos (1,2%), mapeado em Aiuaba e Tauá. No primeiro município este canal foi utilizado somente por produtores de ovinos e no segundo, por produtores de caprinos e ovinos. Nesses canais, os agricultores comercializaram carne *in natura* para atender os contratos celebrados com os programas. Os agricultores entrevistados destacaram a atuação das secretarias municipais para o atendimento das normas de processamento e embalagem, além da logística no escoamento dos produtos.

O canal Projeto Paulo Freire foi coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) do Estado do Ceará, acessado pelos produtores de caprinos (1,9%) e ovinos (0,3%) nos municípios de Aiuaba e Tauá, na comercialização de animais vivos para atender os objetivos do programa. De acordo com Ceará (2017), este programa apoiava os projetos produtivos dos agricultores familiares beneficiários, com destaque para a produção de caprinos e ovinos. Os animais eram doados para as famílias iniciarem suas atividades produtivas, como parte de uma estratégia de combate à pobreza e miséria no Semiárido cearense. Os produtores de caprinos e ovinos assumiram questões contratuais relativas à garantia de saúde dos animais e da logística de entrega desses animais aos agricultores beneficiários com projetos localizados nos municípios cearenses de Campos Sales, Arneiroz e Tauá.

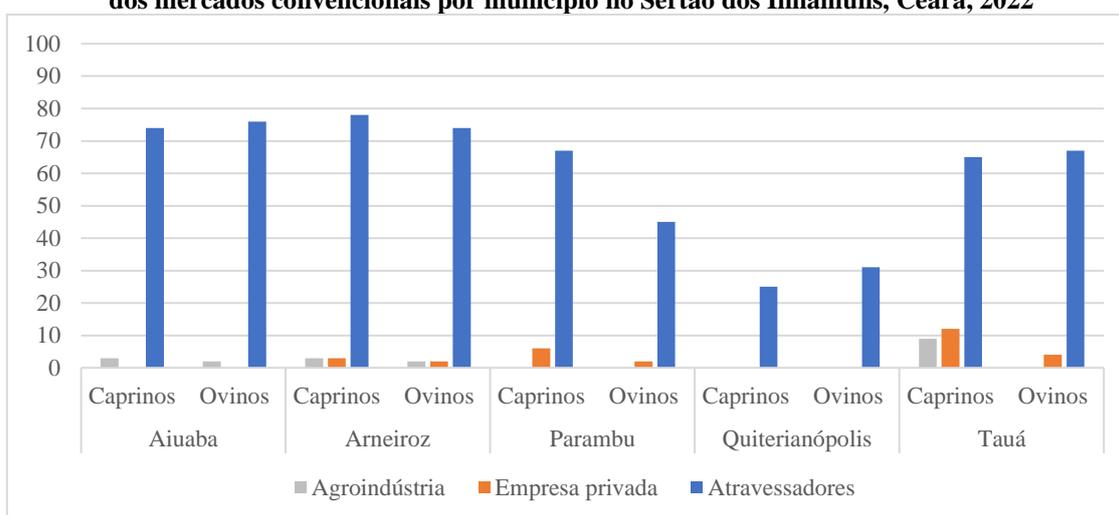
As relações dos agricultores com esses canais não devem ser avaliadas somente por meio de aspectos contratuais, fundamentadas em leis e normas jurídicas. Conforme foi observado, os produtores mobilizaram um conjunto de relações produtivas, sociais e

econômicas que devem estar associadas a um processo de construção de confiança. Essa relação, conforme Oliveira *et al.* (2020), demonstrou que os agricultores ao utilizarem esses canais articularam e negociaram com um conjunto de atores que organizam a demanda e oferta de produtos, com a utilização da confiança para garantir o contrato.

6.2.4 Canais utilizados pelos agricultores nos mercados convencionais

Os produtores de caprinos e ovinos utilizaram os canais atravessadores, empresa privada e agroindústria para acessar os mercados convencionais, conforme observado no Gráfico 22. Foram identificadas duas mercadorias - animais vivos e leite caprino, distribuídas pelos produtores por meio desses canais.

Gráfico 22 – Percentual de estabelecimentos de acordo com o acesso aos canais de comercialização dos mercados convencionais por município no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa de campo (2023).

O canal atravessador foi utilizado por 69% e 62,9% dos produtores de caprinos e ovinos, respectivamente. Esse foi o principal meio de comercialização identificado nos cinco municípios e sua função é de intermediário da produção dos agricultores com diferentes canais de comercialização.

Foram descritos três tipos de atravessadores, categorizados de acordo com a dimensão relacional-espacial de atuação no território. O primeiro tipo caracterizou-se pelas relações de proximidade, uma vez que eles moram na mesma comunidade ou em comunidades vizinhas aos produtores. No segundo, a relação foi estabelecida com um comerciante de animais de porte médio, com a atuação em diferentes espaços rurais de um município. E, finalmente, o terceiro tipo foi identificado como um comerciante de

animais de porte superior ao segundo tipo, sem restrições em sua atuação em termos espaciais, apresentando uma relação com os diferentes agentes envolvidos nos circuitos de comercialização.

Este estudo ajudou identificar a formação de circuitos com a participação de um, dois ou três atravessadores. A atuação em circuitos, independente da circunstância assumida, apresentou características relacionadas ao processo de compra em condições de escala superior aos demais canais, responsável pela distribuição de alimentos sem vínculos com o local produzido. Além disso, assume o controle total da atividade de distribuição e produz uma relação de subordinação com os produtores, provocando reações a este tipo de configuração.

Constatou-se uma intensa atuação de atravessadores no território, pois os agricultores relataram que suas relações comerciais não se restringiam aos intermediários do Sertão dos Inhamuns, com a comercialização realizada com agentes provenientes de outros municípios cearenses (Antonina do Norte, Assaré, Crato, Fortaleza, Iguatu, Independência, Novo Oriente e Potengi) e dos Estados do Maranhão e Piauí.

O canal empresa privada foi utilizado pelos produtores de caprinos (6,3%) e de ovinos (2,4%), por meio de uma relação direta entre produtores e consumidores, por meio da comercialização de animais vivos. Neste canal as relações foram estabelecidas por meio de interações pessoais para a comercialização de animais vivos. Foram identificadas duas situações: na primeira a comercialização envolveu mercadorias certificadas por associações de criadores de caprinos e ovinos; na segunda ocorreu a venda de animais que foram financiados por bancos e que exigiam atestados de segurança sanitária do produto adquirido. Nesse caso, as informações sobre as mercadorias foram complementadas a partir de terceiros, não envolvidos diretamente na comercialização. Este canal foi identificado por agricultores localizados em Arneiroz, Parambu e Tauá. Eles afirmaram que seus produtos foram comercializados com produtores do território, de outros municípios cearenses (Ipueiras e Mombaça) e dos estados da Bahia, Pernambuco, Goiás e São Paulo.

O canal agroindústria foi utilizado por produtores de caprinos (5,1%), localizados em Aiuaba, Arneiroz e Tauá, e produtores de ovinos (0,6%) de Aiuaba e Arneiroz. Eles apresentaram interações com dois tipos de agroindústrias, uma relacionada com o processamento de carne e a outra com o processamento de leite caprino. Em Aiuaba e Arneiroz, os produtores de caprinos e ovinos comercializaram animais vivos com agroindústrias localizadas em Quixadá (CE) e Guaiúba (CE), com distância média de 300

quilômetros e 420 quilômetros, respectivamente. No município de Tauá foram identificados produtores familiares que produzem leite caprino e comercializaram diretamente com uma agroindústria local.

Esses canais apresentaram em comum um modelo de negócio fundamentado na concorrência que, de acordo com Schneider (2016), é predominantemente orientada pelo preço, funcionando como regulador de uma economia de mercado orientada pela demanda e oferta. Essa situação caracterizou-se como uma relação coercitiva que constrangeu os produtores a se submeterem a suas normas, marcada pela criação de uma expectativa de conflito em um ambiente de incerteza. Diante disso, os agricultores são impelidos a analisar e buscar outras formas de participação nos mercados, por meio de outros canais ou mesmo uma diversificação no uso de canais de comercialização.

A diversidade de canais e mercados nas atividades de produção de pequenos ruminantes apresenta diferentes explicações. Destaca-se a necessidade de recursos produtivos que exija a menor intensidade no uso do trabalho, particularmente, em razão das mudanças demográficas familiares associada à facilidade no manejo animal e aos aspectos biológicos relacionados à adaptabilidade dos animais às condições semiáridas e por apresentarem um rápido ciclo produtivo (Simplicio *et al.*, 2003). Esses atributos possibilitam condições adequadas para essas atividades se ajustarem aos modos de produção da agricultura familiar no Semiárido cearense.

No Sertão dos Inhamuns, esses fatores corroboram com a manifestação de interesse dessas atividades pelos agricultores familiares, com destaque para a produção de ovinos. Os estabelecimentos de base familiar que produzem ovinos superaram em número os que produzem bovinos em quatro municípios, com exceção de Quiterianópolis (IBGE, 2019c). Esses aspectos indicam uma produtividade diferenciada em relação às demais espécies pecuárias, proporcionando uma elevada oferta, reconhecida pelos produtores familiares pela facilidade de comercialização dos produtos das atividades.

As restrições e constrangimentos relacionados à comercialização dos produtos promoveu a diversidade de canais e de mercados. Destaca-se a construção social de mercados territoriais como uma resposta aos canais que controlavam totalmente a comercialização dos produtos. A reinvenção de alimentos, com destaque para a “Manta dos Inhamuns”, possibilitou oportunidades para o surgimento de diferentes canais para a comercialização a partir da identidade territorial. Ressalta-se o interesse na construção desses mercados, particularmente em razão do reconhecimento do Sertão dos Inhamuns como um espaço de produção de caprinos e ovinos com qualidade comprovada pela Lei

Estadual nº 15.803 (Ceará, 2015), com a finalidade de distinguir os produtos em relação aos seus similares disponíveis nos mercados.

A próxima subseção aborda a estratégia de comercialização a partir do uso de múltiplos canais pelos produtores, determinante na intensidade da relação de trocas mercantis.

6.3 AS ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTORES DE CAPRINOS E OVINOS

As relações dos agricultores com os canais de comercialização foram compreendidas como a interface entre a produção e os mercados por meio da oferta de produtos, com o objetivo de efetivar a distribuição e obter uma renda para assegurar o consumo familiar de bens e serviços que não são produzidos nas unidades produtivas. Nesse aspecto, diversos estudos internacionais (Liao *et al.*, 2017; Mgale; Yunxian, 2020; Mango *et al.*, 2018; Brar *et al.*, 2018; Namonje-Kapembwa *et al.*, 2022) têm associado a participação dos agricultores nos mercados a partir da seleção dos canais. Ou seja, buscam compreender as estratégias de comercialização e suas contribuições para a reprodução social e econômica.

De acordo com Watson IV *et al.* (2015), existem diferentes abordagens para se analisar a utilização dos canais de comercialização. Entre elas destaca-se o uso estratégico dos canais como forma de avaliar a participação dos produtores nos mercados. As relações dos produtores com os canais podem ser avaliadas a partir das relações diretas e indiretas com os consumidores, utilizando como atributo a composição estrutural dos canais de comercialização e o uso da estratégia de diversificação de canais para ampliar as relações na distribuição dos produtos.

Neste estudo, a primeira configuração foi relacionada com o acesso aos circuitos curtos de abastecimento de alimentos e a segunda foi associada à relação com múltiplos canais. Essas estratégias apresentam em comum o exercício do controle sobre o processo de produção e comercialização. Nas próximas subseções serão apresentadas e caracterizadas as estratégias de comercialização mobilizadas pelos agricultores produtores de caprinos e ovinos no Semiárido cearense.

6.3.1 Os circuitos de abastecimento de alimentos

A abordagem dos circuitos de abastecimento alimentar é uma das formas de compreender o processo de comercialização a partir das configurações que formatam os fluxos das mercadorias aos consumidores. De acordo com Waquil *et al.* (2010), os circuitos de comercialização podem ser caracterizados a partir do critério número de canais que compõem a distribuição dos produtos, com relações diretas e indiretas entre produtores e consumidores, conforme a presença ou não de intermediários.

Nesse aspecto, Kotler e Keller (2006) identificaram quatro níveis de canais de comercialização ao utilizar como atributo o número de intermediários entre produtores e consumidores. O primeiro nível foi denominado de canal zero e caracterizou-se pela ausência de intermediários entre produtores e consumidores. Os demais níveis foram identificados como canal um, dois e três e são constituídos por um, dois e três intermediários entre produtores e consumidores, respectivamente. Segundo os autores, esta perspectiva assume o ponto de vista dos produtores e permite-lhes obterem informações sobre os consumidores e, assim, exercerem o controle sobre o processo de comercialização. Além disso, os autores salientam uma relação inversa entre a extensão do circuito de comercialização e o controle exercido pelos produtores, isto é, à medida que os níveis de canais diminuem, os produtores aumentam o controle sobre estes.

No final do século XX, as transformações no sistema alimentar promoveram uma série de mudanças, entre elas uma reconfiguração na produção e comercialização de alimentos no Norte global, com o desenvolvimento de circuitos curtos de abastecimento alimentar. Diferentes estudos (Ploeg *et al.*, 2000; Marsden *et al.*, 2000; Ilbery; Maye, 2005; Tregear, 2011; Marsden; Renting, 2017; Schneider; Gazolla, 2017; Sellitto, *et al.*, 2018) abordaram e discutiram o tema a partir de uma perspectiva que repercute no fortalecimento da autonomia dos agricultores, particularmente, devido à aproximação entre produtores e consumidores.

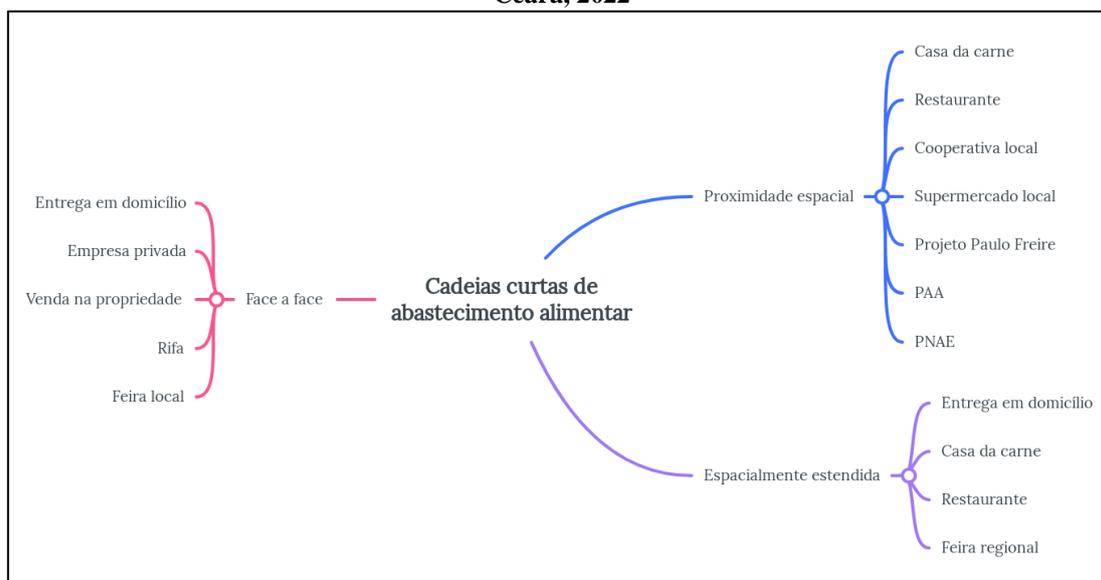
Marsden *et al.* (2000), ao abordarem os circuitos curtos de abastecimento de alimentos, desconsideraram o número de intermediários e utilizaram como atributo para categorizar os circuitos as informações sobre os produtos e sua relevância na construção da confiança entre produtores e consumidores.

Essa perspectiva permitiu que os autores (2000) identificassem e caracterizassem três tipos de circuitos curtos de abastecimentos de alimentos. O primeiro, denominado de face a face, distinguiu-se pela relação direta mediada pela autenticidade e a confiança entre produtor e consumidor. O segundo foi designado de proximidade espacial, em virtude de os produtos serem produzidos e comercializados na região ou em algum local

específico de produção e os consumidores estarem informados sobre a natureza “local” do produto nos pontos de vendas. O terceiro, espacialmente estendido, referiu-se aos circuitos que são ampliados para além da região produtora, o valor e significado são repletos de informações sobre o local de produção e aqueles que produzem os alimentos, traduzidos para os consumidores que podem não ter nenhuma experiência pessoal com a região.

Identificou-se que 86% e 87% dos canais de comercialização de produtos de caprinos e ovinos, respectivamente, foram considerados como circuitos curtos. Com base na classificação de Marsden *et al.* (2000), constatou-se três tipos de circuitos curtos de abastecimento alimentar utilizados pelos produtores de caprinos e ovinos (Figura 15).

Figura 15 – Circuitos curtos de abastecimento alimentar identificados no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022

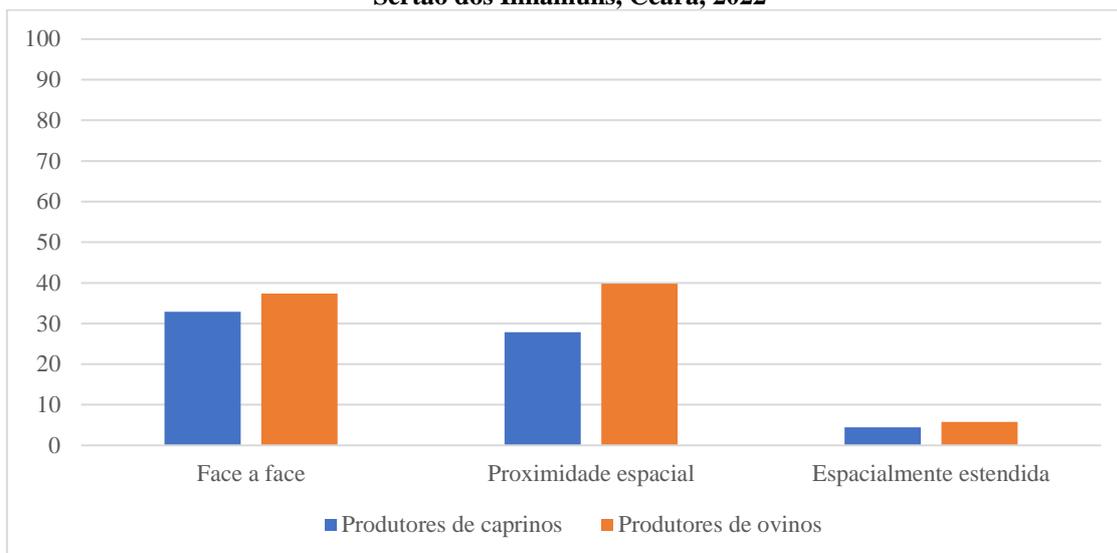


Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa de campo (2023).

Verificou-se que os canais denominados de entrega em domicílio, casa da carne e restaurante foram utilizados em dois circuitos curtos. Segundo Renting *et al.* (2017), essa situação pode ocorrer quando um canal estiver envolvido no abastecimento de diferentes cadeias curtas.

Conforme evidenciado no Gráfico 23, os produtores de caprinos apresentaram maior relação com os consumidores por meio dos canais curtos face a face, enquanto os produtores de ovinos apresentaram maior percentual de participação nos canais curtos de proximidade espacial.

Gráfico 23 – Percentual de produtores de caprinos e ovinos que utilizam os circuitos curtos no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022



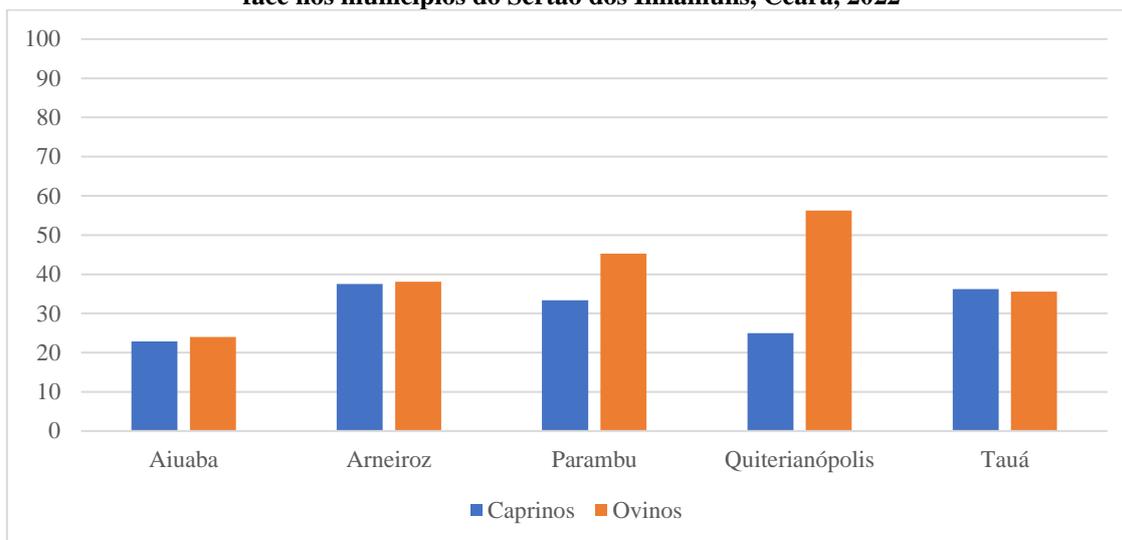
Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa de campo (2023).

Esses circuitos curtos foram assumidos como uma das estratégias de comercialização dos agricultores familiares, representando formas de fortalecimento de sua autonomia em relação aos mercados (Ferrari, 2011). Essas configurações são decorrentes de uma maior interação entre produtores e consumidores e proporcionam formas de controlar os canais de distribuição das mercadorias. Nas próximas subseções serão apresentadas as relações dos agricultores com os canais curtos de abastecimento alimentar a partir da tipologia desenvolvida por Marsden *et al.* (2000).

6.3.1.1 Circuitos curtos face a face

Esses circuitos foram utilizados por 33% e 37% dos produtores de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns, respectivamente. O número de produtores que realizaram as trocas mercantis por meio deste circuito apresentou uma heterogeneidade entre os municípios estudados (Gráfico 24).

Gráfico 24 – Percentual de produtores de caprinos e ovinos que utilizam os circuitos curtos face a face nos municípios do Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa de campo (2023).

A comercialização de produtos de caprinos por meio desse circuito foi utilizada em menor (23%) e maior (38%) proporção pelos agricultores dos municípios de Aiuaba e Arneiroz. Na comercialização de ovinos, os municípios de Aiuaba e Quiterianópolis apresentaram o menor (24%) e o maior (56%) percentual dos produtores que utilizaram os canais deste nível, respectivamente.

A heterogeneidade entre os municípios e de suas atividades foram decorrentes da expressão dos canais em cada localidade. Houve iniciativas dos produtores para construir novos canais de comercialização, com a contribuição da atuação do Estado e de movimentos sociais no nível municipal, mediante a promoção de feiras locais que contribuíram para a aproximação entre produtores e consumidores.

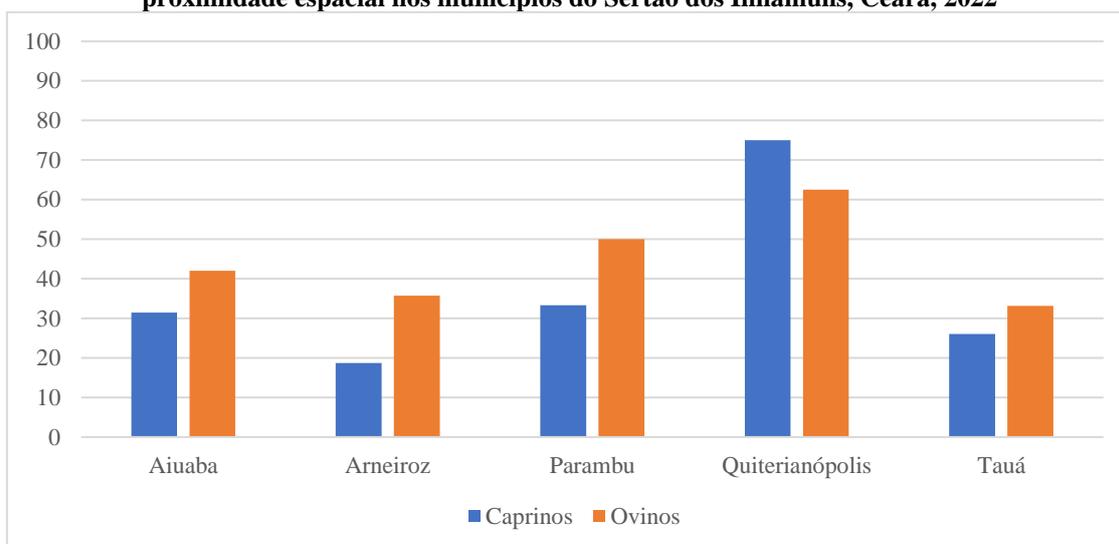
Os circuitos curtos face a face permitiram o desencadeamento de um processo de construção do valor a partir da promoção de informações que foram autenticadas pelas relações de proximidade e por documentos chancelados por terceiros. Essa circunstância possibilitou, por um lado, aos agricultores conhecerem as demandas dos consumidores e, por outro, para os consumidores receberem informações sobre a oferta e qualidade dos produtos demandados, com o atendimento de expectativas dos envolvidos nas trocas.

6.3.1.2 Circuitos curtos de proximidade espacial

O circuito de proximidade espacial foi utilizado por 28% e 40% dos produtores de caprinos e ovinos do Sertão dos Inhamuns, respectivamente. Conforme observado no

Gráfico 25, o percentual de produtores de caprinos e ovinos apresentou variações em cada município estudado. Na atividade de caprinos, os municípios de Quiterianópolis e Arneiroz apresentaram a maior (75%) e menor (19%) parcela de produtores com relação mercantil com os circuitos de proximidade espacial. Na atividade de ovinos, a maior relação comercial dos produtores ocorreu no município de Quiterianópolis (63%) e a menor proporção ocorreu no município de Tauá (33%).

Gráfico 25 – Percentual de produtores de caprinos e ovinos identificados no circuito de proximidade espacial nos municípios do Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa de campo (2023).

A quantidade de canais utilizados pelos produtores nesse circuito apresentou variações em relação às atividades e aos municípios. Na atividade de caprinos, os produtores do município de Tauá utilizaram cinco canais identificados neste nível, enquanto os produtores de Quiterianópolis mobilizaram um canal. Na atividade de ovinos, os produtores dos municípios de Parambu e Tauá apresentaram relações com cinco canais, representando a maior diversificação no uso dos canais deste circuito, seguidos pelos produtores dos municípios de Aiuaba, Arneiroz e Quiterianópolis com quatro, três e dois canais, respectivamente.

Nesse circuito, as mercadorias foram produzidas e comercializadas no local de produção e os intermediários foram os responsáveis por repassar as informações relacionadas ao regionalismo do produto carne de pequenos ruminantes, sobre a qualidade da carne produzida no território, bem como sobre a garantia de autenticidade dos produtos aos consumidores.

A informação sobre a produção regional do produto foi associada à cultura alimentar de consumo de carne de pequenos ruminantes pela população do território. A qualidade das mercadorias referiu-se à valorização de produtos tradicionais por meio de um apelo de distinção a partir da identidade de origem e de aspectos organolépticos dos produtos cárneos produzidos no território.

O circuito curto relacionado ao varejo (casa da carne, restaurante e supermercado local) apresentou a maior utilização pelos produtores de caprinos (89%) e ovinos (96%) para ofertarem seus produtos por meio desse circuito. O canal supermercado local foi identificado como um dos espaços que contribuiu para a regionalização do consumo de carne de pequenos ruminantes, com um produto disponível. O canal casa da carne apresentou distintas formas de ofertar os produtos cárneos, com variação que vai desde a comercialização de um produto cárneo até a venda de diferentes produtos (carne *in natura*, “Manta dos Inhamuns”, cortes padronizados, embutidos e subprodutos cárneos), contribuindo para o fortalecimento do enraizamento da cultura alimentar de carne de pequenos ruminantes e com um processo de distinção de determinados produtos associado ao território. O canal restaurante colaborou com a construção da qualidade por meio da distintividade da carne de caprinos e ovinos produzida no território. Para tanto, os agricultores que interagiram com esse segmento do circuito foram demandados a ofertarem produtos de forma diferenciada para atender as demandas também diferenciadas dos consumidores.

As relações com o segmento dos canais dos mercados institucionais ocorreram a partir de configuração diferente da identificada no grupo do varejo. Nesses os agentes intermediários atuaram na legitimação das mercadorias a partir do papel de regulador do processo contratual estabelecido pelas políticas públicas acessadas pelos agricultores. Esses canais foram identificados como estímulos à produção local da agricultura familiar e contribuíram para o fortalecimento da cultura alimentar por meio da aquisição de produtos regionais.

Verificou-se que os produtores de caprinos e ovinos do município de Arneiroz e os produtores de caprinos do município de Parambu não apresentaram relação com os canais dos mercados institucionais. Essa condição, segundo os entrevistados, ocorreu em virtude de problemas relacionados à ausência de infraestrutura adequada para a fiscalização do abate animal e a não renovação contratual com os agricultores para ofertarem carne de caprinos e ovinos devido à redução do orçamento para esta política ao longo dos últimos quatro anos (CONTAG, 2022). Essas circunstâncias restringiram a

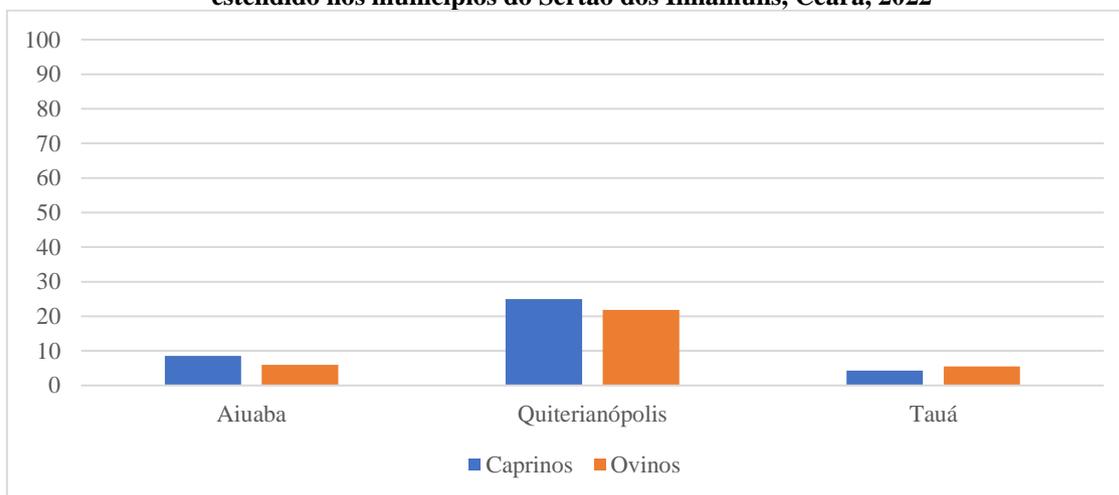
comercialização dos produtos da agricultura familiar por meio desses canais, conforme descrito anteriormente.

As características desse circuito convergiram para o estabelecimento de uma dinâmica na economia local, fundamentada a partir de questões enraizadas na tradição da produção e do processamento de produtos cárneos de pequenos ruminantes.

6.3.1.3 Circuitos curtos espacialmente estendidos

O circuito espacialmente estendido foi utilizado por 4% e 6% dos produtores de caprinos e ovinos do Sertão dos Inhamuns, respectivamente (Gráfico 26).

Gráfico 26 – Percentual de produtores de caprinos e ovinos identificados no circuito espacialmente estendido nos municípios do Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa de campo (2023).

Os produtores de caprinos (25%) e ovinos (22%) do município de Quiterianópolis apresentaram a maior capacidade de ampliação geográfica das relações mercantis ao utilizarem a reputação de origem territorial como elemento de valorização de seus produtos. A característica central desse circuito foi a comercialização dos produtos com consumidores localizados fora da região produtora (Quadro 4) e associada à reputação, conferida a partir da relação de sua produção com o território. A utilização de tecnologias de informação e comunicação foi relevante nesse processo, necessária para a superação do tempo e do espaço entre produtor, intermediários e consumidores, contribuindo para o desenvolvimento desse circuito.

Quadro 4 – Os canais de comercialização, mercadoria e espacialidade alcançada pelos produtores de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022

Canal de comercialização	Mercadoria	Espacialidade
Feira regional	Animais vivos	Municípios da região sul do Estado do Ceará e de outros estados, como Piauí e Pernambuco.
Casa da carne	Animais vivos	Municípios de Catarina (CE), Fortaleza (CE) e Pimenteiras (PI).
Restaurante	Carne <i>in natura</i>	Município de Pio IX (PI).
	“Manta dos Inhamuns”	Municípios de Fortaleza (CE) e São Paulo (SP).
Entrega em domicílio	“Manta dos Inhamuns”	Municípios de Itapipoca (CE), Fortaleza (CE), Mombaça (CE), Brasília e estados do Maranhão, Pernambuco, Bahia, Amazonas, Pará, São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa de campo (2023).

Constatou-se que a “Manta dos Inhamuns” foi utilizada pelos produtores para atingirem maior abrangência espacial entre os produtos comercializados. Especificamente, a forma de processamento realizada a partir de conhecimentos tradicionais contribuiu para a identificação do produto devido à forma de apresentação e seus condicionantes de armazenamento e conservação. Esses fatores influenciaram a amplitude geográfica de distribuição, com o reconhecimento de valores e significados pelos consumidores e permitirem a conexão com o local de produção. Essa circunstância foi apontada por Renting *et al.* (2017) como a tradução exitosa da informação utilizada para caracterizar este circuito.

Especificamente, as trocas mercantis realizadas por este circuito percorreram um processo de construção do valor a partir da qualidade ao vincular os produtos com a origem no território, envolvendo os aspectos naturais e os modos de produção e processamento da mercadoria, como formas de conferir distintividade aos produtos. Niederle (2013) destaca o debate sobre a estratégia de relacionar a qualidade com a formação de valor. Segundo o autor, no final dos anos 1990, essa discussão foi direcionada para abranger a qualidade com valores sociais, com destaque para aspectos relacionados com a origem, saúde, forma de produção, equidade social e os costumes. Nesse caso, a “Manta dos Inhamuns” foi reconhecida pelos consumidores a partir de um contexto que envolveu o enraizamento sociocultural do produto com sua identidade territorial.

Entretanto, esse processo ocorre de forma difusa e com limitações relacionadas a diferentes aspectos, com destaque para: a ausência de cooperação entre os produtores envolvidos; a comercialização realizada como iniciativa individual e as restrições institucionais da legislação sanitária de produtos de origem animal, que circunscreve as

iniciativas de comercialização de produtos artesanais de origem animal a um processo periférico. Portanto, faz-se necessário avançar nas normas reguladoras do Selo Arte (Brasil, 2018), como forma de garantir a segurança necessária para a comercialização de produtos artesanais de origem animal, tanto para os produtores como para os consumidores.

Os três tipos de circuitos identificados evidenciaram distintas dinâmicas na apropriação do valor, particularmente, com a aproximação de produtores de caprinos e ovinos com os consumidores a partir de uma diversidade de configurações institucionais. Entretanto, os circuitos curtos foram compreendidos ao longo do tempo como atividades comerciais informais (Sório; Rasi, 2010; Guimarães *et al.*, 2022). Em alguns casos inclusive foram compreendidos como sinônimo de ilegalidade e considerados como obstáculos para a consolidação das atividades agroindustriais (Souza *et al.*, 2014), relacionadas com as cadeias longas, com o viés da escala de produção, padronização e competitividade.

As abordagens fundamentadas no sistema agroindustrial (Guimarães Filho *et al.*, 2000; Souza, 2013; Monteiro *et al.*, 2021) subestimaram e limitaram as compreensões sobre a comercialização dos produtos das atividades de produção de pequenos ruminantes, particularmente, as iniciativas de trocas mercantis por meio dos circuitos curtos de abastecimento alimentar. Elas são componentes de respostas desenvolvidas e enraizadas nas ações econômicas dos agricultores familiares e de outros atores, que repercutiram na emergência e na configuração de instituições que regulam o processo de construção social de mercados agroalimentares para as atividades de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns.

Esse resultado reforça os argumentos de Marsden *et al.* (2000) sobre os circuitos curtos de abastecimento alimentar como expressões de um processo de ressocialização e reespecialização, fundamentadas na reconfiguração institucional da construção do valor e da qualidade dos alimentos. Esse enquadramento analítico sobre os circuitos curtos foi assumido como uma das estratégias de comercialização dos agricultores familiares, representando formas de fortalecimento de sua autonomia em mercados (Schneider; Ferrari, 2015). Matte *et al.* (2016) abordam a relevância dos canais curtos de comercialização pelos agricultores familiares produtores de ovinos no território do Alto Camaquã, Rio Grande do Sul, como uma estratégia de participação em mercados para assegurar sua reprodução social, preservar tradições e modos de vida.

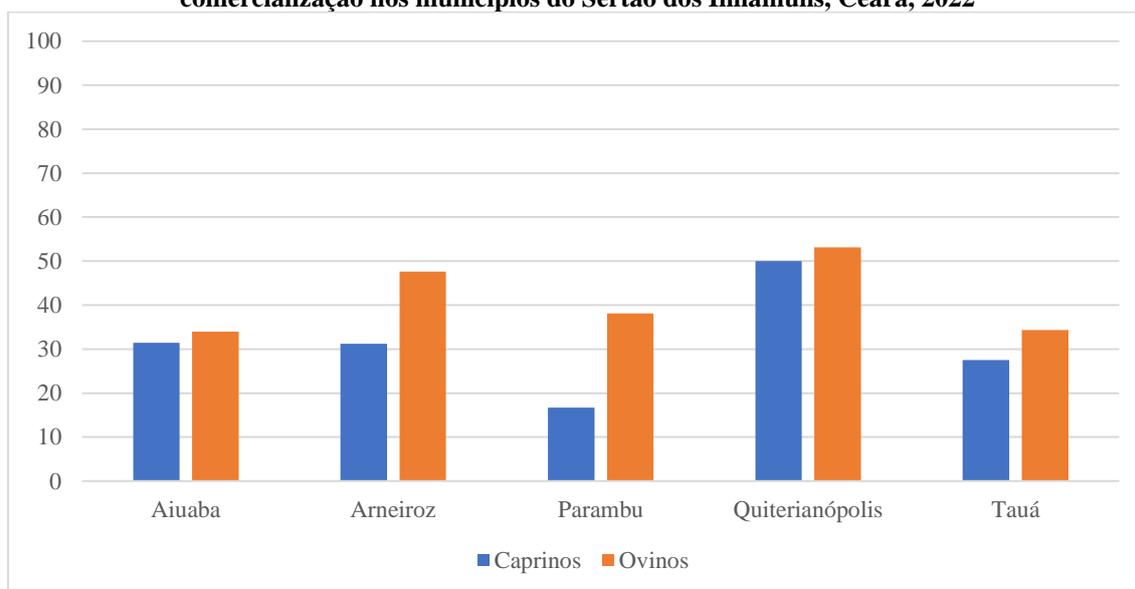
Destaca-se a importância das abordagens relacionadas à composição dos circuitos de comercialização e dos canais curtos de abastecimentos para compreender a participação dos agricultores nos mercados. Contudo, elas não apresentam elementos que expliquem os motivos da diversificação no uso de canais e mercados como estratégias de comercialização pelos agricultores familiares.

Nesse caso, as trocas mercantis a partir de uma intensidade no uso de canais foi considerada como uma outra estratégia de comercialização. Na próxima subseção será apresentada e caracterizada a estratégia da diversificação dos canais pelos agricultores como forma deles ampliarem sua autonomia nas relações mercantis.

6.3.2 A diversidade comercial como uma estratégia: o uso de múltiplos canais de comercialização

A diversidade de canais identificados para a comercialização das atividades de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns refletiu a pluralidade de relações dos agricultores com distintos canais. Essa conjuntura, evidenciou a estratégia no uso de múltiplos canais por 28% e 38% dos produtores de caprinos e ovinos, respectivamente, no território (Gráfico 27).

Gráfico 27 – Percentual de produtores de caprinos e ovinos que utilizam múltiplos canais de comercialização nos municípios do Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022



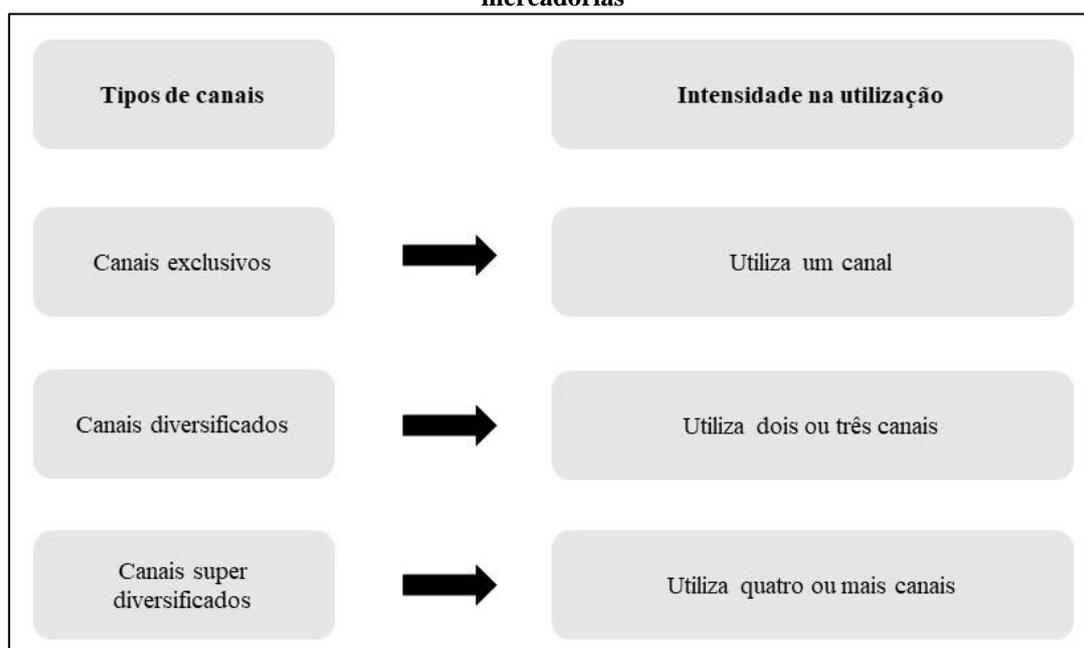
Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa de campo (2023).

As distinções na utilização de múltiplos canais nos municípios e nas atividades evidenciou a importância da distribuição dos canais em cada localidade para o escoamento dos produtos. Além disso, a estratégia de diversificação dos canais e mercados pode ser compreendida a partir de configurações sociais, econômicas e políticas que possibilitam a utilização de múltiplos canais. Deggerone e Schneider (2019; 2022) destacaram que a maior diversificação no acesso aos mercados está diretamente relacionada com a maior diversidade social e econômica dos agricultores. Tal condição não depende apenas da heterogeneidade dos sistemas produtivos, mas da existência da diversidade no uso de canais de comercialização.

Nesse aspecto, de acordo com Kotler e Keller (2006), os produtores estão constantemente configurando e reconfigurando as formas de distribuição de seus produtos, com a variação de gradientes no uso dos canais. Essa dinâmica pode ser analisada a partir do grau de intensidade no uso dos canais. Segundo Palmatier *et al.* (2020), essa avaliação possibilita identificar as demandas e encontrar estruturas adequadas para os produtores realizarem suas trocas mercantis.

Nesse propósito, este estudo utilizou a tipologia desenvolvida por Schneider (2020) no uso de múltiplos canais, que identifica a intensidade do uso de canais a partir de três gradientes (Figura 16).

Figura 16 – Tipos de canais de acordo com a intensidade no acesso para a distribuição das mercadorias

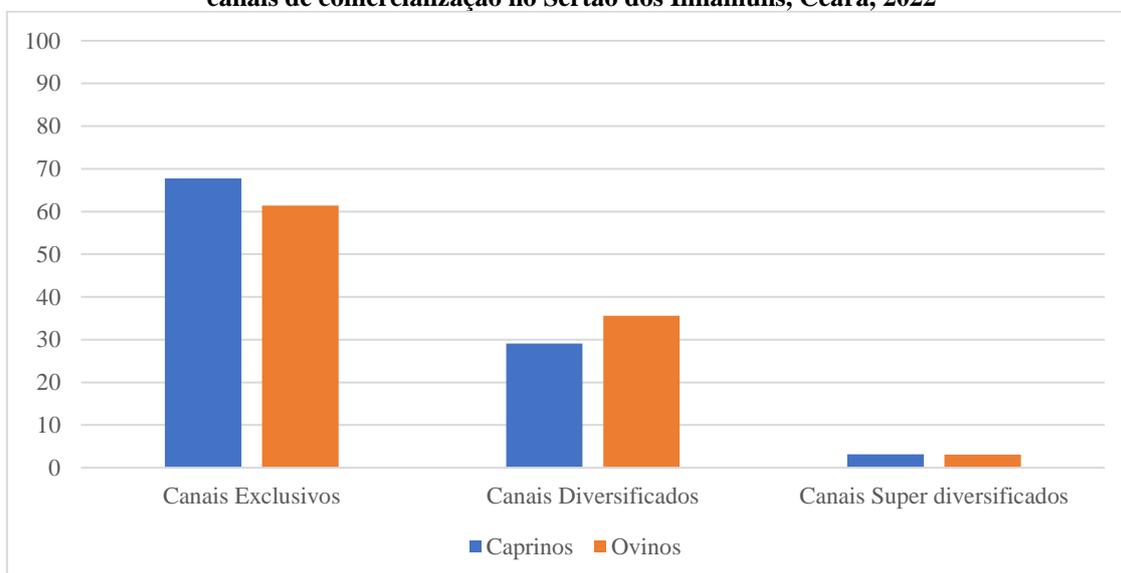


Fonte: Adaptado de Schneider (2020).

O primeiro nível foi identificado como canais de comercialização exclusivos, formado por um único canal para distribuir os produtos das atividades produtivas. O segundo, denominado de canal de comercialização diversificado, foi composto por dois e três canais utilizados pelos produtores. Finalmente, o terceiro foi classificado como canal super diversificado, constituído pelo uso de quatro ou mais canais de comercialização.

Neste estudo contatou-se a existência de três gradientes de comercialização que, refletem a intensidade no uso dos canais pelos produtores de caprinos e ovinos (Gráfico 28).

Gráfico 28 – Percentual de produtores de caprinos e ovinos de acordo com a intensidade no uso de canais de comercialização no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa de campo (2023).

A estratégia de diversificação foi identificada em outras atividades e em outras regiões do país. Deggerone (2021), ao estudar as atividades de produção de suínos, laranja e leite bovino em Aratiba (RS), identificou 14% das propriedades com a utilização de mais de dois canais para ofertarem os produtos. Brandão *et al.* (2020) constataram que 51% dos produtores de hortifruti em Santa Maria (RS) apresentavam o uso de múltiplos canais como uma forma de diversificar sua participação nos mercados. No caso deste estudo, esse resultado evidenciou que o uso de vários canais é uma realidade entre os produtores de alimentos, independentemente da região brasileira e da atividade produtiva na qual os produtores estão inseridos.

No canal exclusivo, os produtores de caprinos apresentaram em comum os canais atravessador, casa da carne, entrega em domicílio, venda na propriedade, empresa privada e restaurante. O canal rifa foi utilizado pelos produtores de caprinos e o canal supermercado local foi utilizado pelos produtores de ovinos. No canal diversificado, os produtores de caprinos utilizaram 13 e 15 arranjos com dois e três canais, respectivamente, enquanto os produtores de ovinos apresentaram a formação de 20 arranjos com dois canais e 19 combinações com três canais. No canal super diversificados, os produtores de caprinos utilizaram cinco combinações e os produtores de ovinos formaram oito combinações de canais.

Destacou-se a presença do canal atravessador nos canais diversificados e super diversificados, reforçando a importância do canal na distribuição do produto das atividades de caprinos e ovinos. Com base em Thomé *et al.* (2021), essa inter-relação, por um lado, representou conforme uma plasticidade no abastecimento alimentar dos produtos dessas atividades no território. Segundo os autores, essa circunstância caracterizou-se pela busca de uma sustentabilidade no ambiente de negócios, com o compartilhamento de práticas, processos, relações, mercados, conhecimentos e valores. Essa coexistência no uso de canais de diferentes tipos de mercados, com os produtores hibridizando modelos teoricamente opostos apresenta-se como uma forma de manutenção da produção e da reprodução socioeconômica.

Essa circunstância indicou que a estratégia de diversificação no uso dos canais ocorreu mediante um processo heterogêneo, marcado por distintas questões que estão relacionadas com a irregularidade da renda agrícola da família, as vulnerabilidades, aversão ao risco, a diversidade produtiva e com as capacidades de investimentos.

A comercialização de produtos de caprinos e ovinos ao longo do ano foi uma iniciativa dos produtores com a finalidade de mitigar a irregularidade nas formas de obtenção da renda agrícola. Para garantir uma distribuição equilibrada de renda ao longo do período, as trocas mercantis de produtos de origem animal exigiram a utilização de múltiplos canais. A comercialização de produtos da pecuária foi reconhecida por Ellis (1998) como um dos elementos de resiliência para as famílias, atuando como fator para estabilizar e equilibrar a distribuição de renda familiar em períodos de irregularidade de obtenção de renda.

De acordo com Aquino *et al.* (2020), os estabelecimentos com atividades pecuárias e de base familiar apresentam-se vulneráveis, particularmente, em virtude de baixa utilização de tecnologias, com destaque para as relacionadas com a alimentação

animal. Essa questão foi ampliada em face das perturbações climáticas no Ceará (2012-2017). Ou seja, essa conjuntura comprometeu a capacidade de produção de alimentos para as famílias e animais, resultando na expansão da mercantilização dessas atividades como forma de garantir a manutenção do consumo da unidade produtiva, com a utilização de vários canais.

O uso de múltiplos canais foi uma condição para evitar a dependência a um determinado meio de comercialização. Essa situação manifestou a aversão ao risco dos agricultores em uma relação de subordinação às suas trocas mercantis. Especificamente, eles procuram a diversificação, por um lado, para relacionar-se com diferentes canais para criar rotinas e aprendizagens no processo de apropriação do valor e, por outro, para evitar o relacionamento com determinados canais (como exemplo, os atravessadores) reconhecidos como responsáveis pela extração do valor. Esse aspecto foi apontado por Mazzucato (2020) como um dos principais fatores que promovem a desigualdade em virtude da criação de obstáculos que impedem a criação de vantagens específicas.

A diversidade de produtos foi considerada como uma oportunidade para diversificar a renda das famílias e ampliar a participação dos agricultores nos mercados por meio da intensificação no uso dos canais. Verificou-se a existência de unidades produtivas com diversos produtos de caprinos e ovinos e essa variedade estimulou os produtores a utilizarem diferentes canais para distribuírem seus produtos. Essa circunstância foi reconhecida por Chaboud e Mostier (2021) como um dos fatores responsáveis pela intensificação no uso dos canais, com a estratégia de diversificação dos canais atuando como um relevante mecanismo para escoar variados produtos e atender às necessidades dos consumidores.

Outro fator observado para a utilização de múltiplos canais ocorreu mediante a realização de investimentos em bens, tais como a compra de propriedades rurais, veículos e casas, além de investimentos na educação dos filhos. Devido a esses condicionantes, determinados canais apresentaram-se incompatíveis com o atendimento dos objetivos dos produtores para realizarem a comercialização de sua produção.

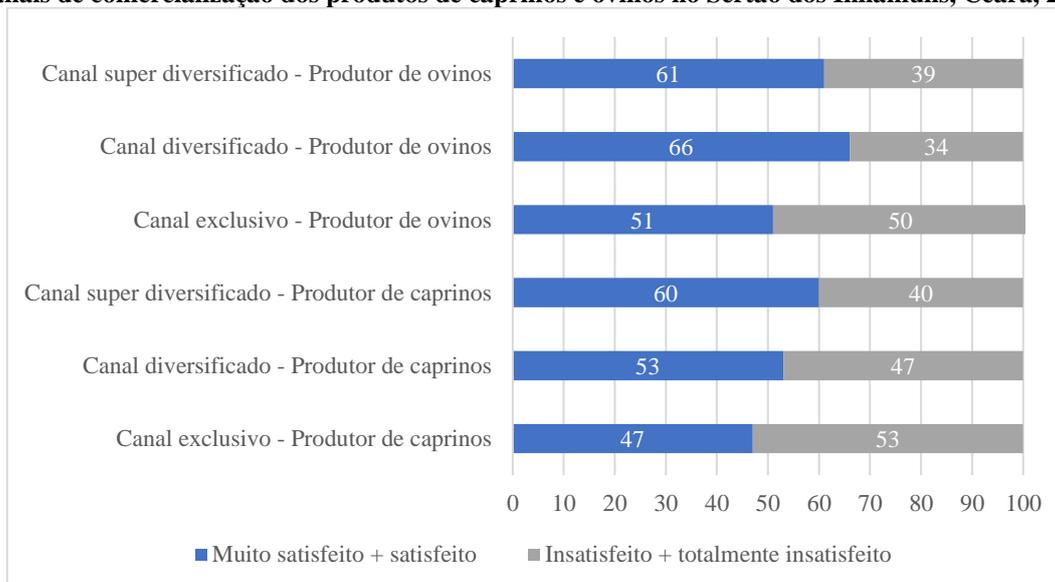
A expressão dos diversos motivos para a utilização de múltiplos canais foi assumida como uma estratégia de comercialização realizada pelos produtores de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns. Este resultado demonstrou uma pluralidade de motivações, o que resultou em adaptações criativas ao processo de comercialização com a utilização de vários canais, com destaque para as motivações que visam evitar uma subordinação mercantil e de superar restrições e incertezas. Com base em Ploeg (2008),

essas manifestações representam uma luta por autonomia e sobrevivência dos agricultores em um contexto de privação e dependência. Resumidamente, os produtores de caprinos e ovinos estão constantemente configurando e reconfigurando circuitos de comercialização para assegurar o escoamento de sua produção e, com isso, permitir o seu processo de reprodução socioeconômica.

Essa percepção de autonomia foi observada a partir da indagação sobre como os produtores avaliavam os preços dos produtos comercializados a partir da intensificação no uso dos canais. A concepção sobre o preço foi definida como uma resposta em relação ao poder de barganha dos produtores ao comercializarem seus produtos, analisada a partir do seu grau de satisfação com o preço recebido na transação com o canal de comercialização.

Foram identificados quatro níveis de percepção: muito satisfeito, satisfeito, insatisfeito e totalmente insatisfeito (Gráfico 29).

Gráfico 29 – Graus de percepção sobre o preço recebido a partir da intensificação no uso dos canais de comercialização dos produtos de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns, Ceará, 2022



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa de campo (2023).

Os produtores de caprinos manifestaram uma percepção de melhoria do preço recebido à medida que foi intensificado o uso dos canais, indicando um maior poder de barganha no momento da negociação. O uso de múltiplos canais indicou que os agricultores apresentaram uma expectativa de recebimento de um preço adequado pelos produtos comercializados quando em situação de diversificação no uso dos canais.

Na atividade de ovinos a diversificação no uso de canais ampliou a percepção positiva sobre o preço recebido pelos produtores, resultando em maior expectativa no poder de barganha nas negociações em comparação com os produtores que utilizaram os canais exclusivos. Entretanto, convém salientar que no canal diversificado e super diversificado os produtores apresentaram percepções semelhantes, indicando que ampliar a intensificação para quatro ou mais canais foi indiferente para a melhoria do recebimento de preço considerado como mais adequado para os seus produtos.

Esses resultados reforçam que a intensificação no uso dos canais resultou em maior autonomia dos produtores de caprinos e ovinos na atividade comercial. Contudo, deve ser ressaltado que a heterogeneidade dos canais utilizados influenciou no processo de intensificação do grau de autonomia para os produtores de ovinos no Sertão dos Inhamuns. A intensificação no uso de canais não deve se limitar apenas à quantidade de canais, mas também, à identificação dos canais utilizados pelos produtores e os aspectos institucionais que regulam as trocas, como formas de avaliar restrições e oportunidades nas trocas mercantis.

A abordagem proposta por Schneider (2020) revelou-se como uma ferramenta relevante para avaliar a quantificação da intensidade no uso dos canais, pois indica a capacidade dos agricultores para realizar escolhas de canais para escoar sua produção e reflete a construção de espaços de manobras necessários para garantir sua autonomia dos produtores no processo de comercialização. Nesse aspecto, Deggerone (2021) ressalta que a compreensão sobre a diversidade de canais e os graus de intensidade possibilitam a ampliação no foco sobre as estratégias de fortalecimento dos meios de vida e da autonomia dos agricultores.

A comercialização de produtos das atividades pecuárias ocorreu com a utilização de 14 e 15 canais de comercialização pelos produtores de caprinos e ovinos, respectivamente. A quantidade e os tipos de canais apresentaram variações entre os municípios estudados, associadas a um processo de construção social de mercados que se apresentou como dependente do contexto social, econômico, institucional e ambiental de cada localidade.

A diversidade de canais no território evidenciou a relação dos produtores de caprinos e ovinos com os mercados de proximidade, territoriais, institucionais e

convencionais. Os mercados territoriais apresentaram o maior número de canais de comercialização, com as relações de trocas fundamentadas na distintividade dos produtos a partir de sua identidade territorial. Os mercados de proximidade foram constituídos por canais com a interação direta entre produtor e consumidor final, caracterizados pela relação de proximidade e regulados por normas de reciprocidade. Os mercados convencionais foram os mais demandados pelos produtores em razão da presença dos atravessadores como o principal canal de distribuição, contudo, marcado por um processo de desenraizamento da produção de carne e leite. Os mercados institucionais apresentaram a menor demanda pelos produtos de caprinos e ovinos no território, em razão de uma série de fatores, entre eles as condições político-econômicas no cenário nacional do país.

As relações dos produtores de caprinos e ovinos com os canais de comercialização foram majoritariamente marcadas pela ligação com os circuitos curtos, com aproximadamente 90% dos canais identificados no território. Ao utilizar a aproximação com os consumidores, os produtores estabeleceram essa conexão como uma das estratégias para garantir o controle das trocas mercantis.

O canal atravessador foi o canal mais demandado por produtores de caprinos (68%) e ovinos (63%), caracterizado como um circuito longo, responsável pela desconexão do alimento com o local onde foi produzido. Além dessa questão, identificou-se que esses agentes assumiram o controle sobre o processo de distribuição dos produtos de caprinos e ovinos no território e geraram uma relação de subordinação dos produtores aos atravessadores.

A diversidade de canais possibilitou iniciativas de intensificação do uso dos canais, com a manifestação de gradientes no uso dos canais, representando uma medida para avaliar a autonomia comercial dos produtores. Identificou-se que 32% e 39% dos produtores de caprinos e ovinos realizaram transações com dois ou mais canais, com destaque para os canais diversificados utilizados por 29% e 36% dos produtores de caprinos e ovinos, respectivamente. Essas trocas apresentaram variadas configurações, demonstrando a flexibilidade que os agricultores assumem na oferta dos produtos destas atividades.

A estratégia de diversificação no uso dos canais resultou de um processo socioeconômico, caracterizada pela superação de restrições e pelo reconhecimento de oportunidades para o fortalecimento dos meios de vida dos agricultores familiares. Essa estratégia permitiu avaliar a autonomia comercial dos produtores a partir da constatação

de gradientes na intensificação do uso dos canais. A relação dos agricultores com canais exclusivos indicou uma relação mercantil de dependência, marcada pelo aspecto restritivo e limitante na escolha de canais para a distribuição dos produtos. Os canais diversificados e super diversificados representaram a possibilidade de diferentes formas de comercialização, permitindo um processo de aprendizagem nas transações mercantis com o uso de múltiplos canais.

Os produtores que utilizaram múltiplos canais apresentaram maior percepção no controle das trocas mercantis. A quantidade de canais utilizados para ofertar os produtos deve ser considerada como uma condição para indicar a autonomia comercial dos produtores. Contudo, uma avaliação mais específica da autonomia mercantil deverá contemplar a identificação e caracterização dos canais utilizados na intensificação, com o objetivo de compreender como essas relações foram reguladas para estabelecer o nível de autonomia mais adequado para os produtores exercerem o controle sobre o processo de comercialização.

7 MERCADOS AGROALIMENTARES DOS PRODUTORES DE CAPRINOS E OVINOS NO SERTÃO DOS INHAMUNS, CEARÁ, BRASIL

A diversidade de canais de comercialização evidenciou uma heterogeneidade nas relações de trocas mercantis, com variadas formas de regulação que atuam na estruturação e funcionamento dos mercados. Nesse aspecto, os mercados foram assumidos como uma das principais estruturas sociais que permitem as dinâmicas socioeconômicas das famílias produtoras.

Foram identificados os mercados de proximidade, territoriais, institucionais e convencionais para as atividades de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns. Esses mercados são resultados de um processo social e histórico, decorrentes de distintas contingências e oportunidades. São espaços institucionais que surgiram e evoluíram como importantes componentes no processo de produção e reprodução dos agricultores familiares no Sertão dos Inhamuns.

Este capítulo tem como objetivo classificar e caracterizar os mercados agroalimentares de caprinos e ovinos utilizados pelos agricultores familiares do Sertão dos Inhamuns, a partir de seus aspectos institucionais como forma de compreender o processo de funcionamento dos mercados por meio da regulação e coordenação das trocas. Para tanto, encontra-se dividido em três partes. A primeira seção aborda os mercados a partir da regulação de um conjunto de ações que envolvem as trocas. A segunda apresenta e caracteriza os mercados agroalimentares identificados no território. Finalmente, a terceira seção versa sobre a diversidade dos mercados e sua relação com a autonomia dos produtores nesses espaços.

7.1 DISPOSITIVOS INSTITUCIONAIS DOS MERCADOS AGROALIMENTARES DE CAPRINOS E OVINOS

A concepção de mercados assumida neste estudo está de acordo com o preconizado por Hodgson (1994; 2015), que afirma que os mercados são formados por um conjunto de instituições sociais que facilitam e estruturam as trocas de mercadorias. Segundo o autor, essas instituições permitem que os mercados possam ser reconhecidos pelas trocas recorrentes e por sua organização e “[...] ajudam a regular e a estabelecer consensos sobre os preços e, de forma mais geral, a comunicar informação quanto aos

produtos, preços, quantidades, compradores potenciais e vendedores potenciais” (Hodgson, 1994, p. 175).

A partir desse pressuposto, os mercados não se limitam apenas a troca de uma propriedade privada, mas exercem um conjunto de ações que constituem atividades intrínsecas e associadas à troca, estritamente reguladas por regras e normas formais e informais. As primeiras são responsáveis pela organização das trocas, enquanto as atividades associadas referem-se aos aspectos de logística (transporte e armazenamento) e comunicação de informações relacionadas com as trocas.

Para tanto, foi concebido um quadro institucional, formado por instituições não econômicas (amizade, confiança, solidariedade) e instituições econômicas (preço, contrato e segurança) como mecanismos estruturantes para a análise institucional desses mercados e compreensão os processos que regulam e coordenam as trocas utilizadas pelos produtores de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns.

A próxima subseção aborda os mecanismos institucionais envolvidos nas atividades associadas aos mercados e como eles atuam na estruturação das relações mercantis dos produtores.

7.1.1 Atividades associadas aos mercados agroalimentares e suas formas de regulação

A circulação de bens e serviços, o processamento e as formas de comunicação constituem um conjunto de atividades denominadas de associadas às trocas. De acordo com Ploeg *et al.* (2012), essas atividades operam a partir de infraestruturas sociomateriais, constituídas por artefatos e normas que determinam as escolhas e decisões dos produtores na sua participação nos mercados, influenciando diretamente o alcance físico-espacial das trocas realizadas entre produtores e consumidores. Essa subseção aborda a identificação das atividades associadas às trocas relacionada com a infraestrutura de logística e comunicação e suas formas de regulação como determinantes no funcionamento dos mercados de caprinos e ovinos.

7.1.1.1 Infraestrutura de logística

De acordo com Caixeta Filho (2010), as principais funções de logística nos mercados agroalimentares estão representadas pelas atividades de transporte e

armazenamento. As formas de transporte utilizadas pelos produtores envolveram a utilização de veículos, como motos e carros. Identificou-se que 77% e 82% dos produtores de caprinos e ovinos, respectivamente, possuíam pelo menos um tipo de veículo. Esses meios de transporte apresentaram distintas finalidades para as famílias, entre elas a locomoção dos agricultores para negociarem com compradores e distribuírem suas mercadorias, quando em situações de pequena escala.

Constatou-se que 100% dos produtores de caprinos e ovinos que utilizaram o mercado institucional possuíam pelo menos um veículo para atender às necessidades das famílias. Por sua vez, os produtores de caprinos (75%) e ovinos (81%) que participaram do mercado convencional apresentaram o menor percentual de posse de veículos. A presença de veículos indicou maior autonomia dos agricultores na participação dos mercados quando em situação de comercialização de pequena proporção de mercadorias e influenciou o tipo de relação assumida entre agricultores e consumidores. Em situação de comercialização de maior quantidade, constatou-se uma relação de dependência dos produtores em relação aos compradores, com o comprometimento de sua autonomia em relação à distribuição dos produtos, particularmente, quando essa ocorre em longa distância.

Essa situação indicou que cada tipo de mercado, em razão dos diferentes produtos, apresenta formas específicas de distribuição. Uma das variáveis neste estudo foi a identificação dos responsáveis pelo transporte das mercadorias, com a identificação de três atores nessa ação: consumidor final, agricultor e intermediário.

Nos mercados de proximidade de caprinos e ovinos constatou-se dois responsáveis pelo transporte das mercadorias, representados pelos próprios agricultores e os consumidores. Os produtores de caprinos (47%) e ovinos (46%) foram os responsáveis pela entrega e essa condição indicou uma confiança dos consumidores nas condições acordadas com os produtores. Por sua vez, quando o consumidor assumiu o transporte das mercadorias na atividade caprina (53%) e ovina (54%), a regulação ocorreu a partir da solidariedade e da amizade, como forma de subsidiar o produtor na circulação dos produtos.

A distribuição das mercadorias nos mercados territoriais de caprinos e ovinos foi realizada pelos agricultores, intermediários e consumidores finais. Na atividade de caprinos, os produtores (50%) participaram ativamente na entrega dos produtos, seguidos pelos intermediários com 48% e os consumidores com 2%. Na atividade de ovinos os principais responsáveis pelo transporte dos produtos foram os intermediários (60%),

agricultores (39%) e consumidores finais (1%). A atuação dos intermediários na distribuição indicou uma relação de dependência dos agricultores, particularmente, quando estes apresentam maior quantidade de produtos comercializados. O transporte ao ser realizado pelos produtores e consumidores envolveu relações interpessoais de amizade e confiança como coordenadoras da circulação das mercadorias.

Nos mercados institucionais de caprinos e ovinos a entrega foi realizada integralmente pelos seus produtores. As formas de regulação que orientam o transporte das mercadorias estão diretamente relacionadas com os contratos assumidos pelos produtores, condicionando a entrega no prazo. Nesse caso, os produtores de caprinos (20%) e ovinos (14%) contrataram serviços de terceiros para atender o prazo e a regularidade acordados.

Nos mercados convencionais os intermediários foram os principais responsáveis pela operacionalização dessa atividade, com a participação de 85% e 91% nos mercados de caprinos e ovinos, respectivamente. Essa situação foi semelhante àquela identificada nos mercados territoriais e reforçou a questão sobre a dependência dos agricultores ao realizarem a comercialização de um volume maior de produtos. Em menor proporção, essa tarefa foi assumida pelos produtores de caprinos (9%) e ovinos (5%) e pelos consumidores finais de caprinos (6%) e ovinos (4%). A entrega dos produtos realizada pelos agricultores e consumidores finais evidenciou a confiança como forma de regulação dessa ação entre os atores envolvidos.

A definição das condições de prazo, regularidade e quantidade foi coordenada pelos compradores, produtores, contrato e negociação entre as partes envolvidas. Os produtores de caprinos e ovinos assumiram essa tarefa nos mercados de proximidade, territoriais e convencionais. Nos mercados convencionais os produtores de caprinos (93%) e ovinos (91%) apresentaram maior taxa na relação de determinação da entrega dos produtos. Nos mercados institucionais essa situação foi condicionada exclusivamente pelo contrato estabelecido pelos canais para o fornecimento dos produtos. Os compradores apresentaram sua maior participação na determinação da entrega nos mercados de proximidade de caprinos (32%) e ovinos (26%) e a negociação entre produtores e compradores foi compreendida em 4% nos mercados de proximidade e convencional de caprinos e valores similares foram identificados nos mercados ovinos territorial (2%) e convencional (3%).

Os produtores, ao determinarem as normas sobre as condições de prazo, regularidade e quantidade, foram motivados com a expectativa de garantirem a segurança

das unidades produtivas. Essa determinação orientou-se pela necessidade de atender as condições de consumo das famílias, com a finalidade de garantir a manutenção do ciclo produtivo e comercial. Essa circunstância pode ser compreendida a partir da ampliação das relações com os mercados como forma de obter recursos monetários para complementar o orçamento doméstico. Além disso, a diminuição do rebanho resulta em uma menor intensidade do trabalho e no reestabelecimento dos recursos naturais, como forma de evitar o avanço sobre os limites no uso da terra e, assim, assegurar a quantidade e a regularidade de produtos para o consumo e para os mercados dos quais eles participam. Essa circunstância foi associada à garantia da suficiência como medida para manter o equilíbrio entre o consumo e o trabalho, conforme preconizado por Chayanov (Ploeg, 2016a; 2023).

A ênfase no cumprimento das regras do contrato foi a tônica na regulação dos condicionantes de prazo, regularidade e quantidade nos mercados institucionais. Todavia, constatou-se um segundo aspecto normativo, a segurança da unidade produtiva. Essa instituição atuou de forma subjacente às relações contratuais, pois para atender as regras estabelecidas foi necessário planejar as ações que abrangem as dimensões da produção e circulação dos produtos como forma de mitigar as adversidades e incertezas e garantir a previsibilidade na oferta acordada, tais como a contratação de serviços de terceiros para garantir o prazo na entrega.

O segundo tipo de infraestrutura de apoio à comercialização referiu-se à capacidade de armazenamento de leite caprino e produtos cárneos processados. Em relação à atividade leiteira, identificou-se o uso de tanques de resfriamento de leite e no processamento de carne ocorre o uso de máquinas (*freezer*) para atender a demanda de conservação de alimentos por longos períodos. Convém destacar que a utilização de *freezer* não foi direcionada para atender apenas as atividades estudadas, contudo, sua presença indicou que os produtos dessas atividades podem ser conservados e utilizados para a comercialização.

Os produtores de caprinos e ovinos que participaram dos mercados institucionais apresentaram a maior utilização no uso do *freezer*, presentes em 80% e 71% das unidades produtivas. A menor utilização foi observada pelos produtores de caprinos (31%) e ovinos (29%) que acessaram os mercados convencionais. Essa diferença entre os mercados indicou uma associação entre o tipo de produto comercializado e a presença da estrutura de armazenamento. A participação nos mercados institucionais ocorreu mediante a venda de carne e influenciou diretamente os agricultores na realização de investimentos para a

aquisição de equipamentos para conservar o produto carne. Por sua vez, os produtores que utilizaram os mercados convencionais demonstraram não haver interesse na aquisição deste bem, uma vez que comercializam animais vivos e o leite caprino foi armazenado em tanques de resfriamento cedidos pela empresa.

O armazenamento dos produtos cárneos por meio de *freezer* permitiu ampliar o “tempo de prateleira”¹. Entre esses produtos verificou-se o armazenamento da “Manta”. Nesse caso, os agricultores associaram a utilização de conhecimentos tácitos, na realização do processamento artesanal e o uso do equipamento como forma de permitir um prolongamento na conservação desse produto. Essa ação foi mediada como forma de assegurar a oferta do produto e garantir a segurança da unidade produtiva a partir da superação de períodos de sazonalidade na produção, especialmente no período seco do ano.

A utilização de tanque de resfriamento envolveu aspectos relacionados com o processo de agroindustrialização, especificamente com a escala e a qualidade físico-química do leite², instituições relacionadas com a eficiência dos sistemas produtivos. Foram observadas outras normas, especificamente, a solidariedade, a amizade e a confiança, que regularam as relações entre os produtores para a utilização comum do tanque de resfriamento. Elas atuam como elementos cooperativos com a finalidade de atender os atributos exigidos por esse tipo de mercado.

Também foram identificados problemas relacionados com o transporte e armazenamento dos produtos, entendidos como obstáculos à realização das trocas mercantis. Constatou-se que 36% e 28% dos produtores de caprinos e ovinos, respectivamente, manifestaram a existência de pelo menos um fator que dificultou as ações de logística.

O principal obstáculo para a realização da comercialização foi a condição de trafegabilidade das estradas, apontada por 75% e 80% dos produtores de caprinos e ovinos, respectivamente. Essa condição é decorrente de uma extensa rede de estradas sem asfalto e com manutenção precária, realizada anualmente após o período das chuvas pelos municípios e, em alguns casos, pelo Estado do Ceará. Conforme os entrevistados, o uso

¹ De acordo com Giménez *et al.* (2012), a vida de prateleira de um produto pode ser definida como o tempo no qual o produto pode ser considerado seguro em conformidade com as informações relacionadas com as condições nutricionais e a conservação das características sensoriais, químicas e físicas desejadas quando estocadas em condições recomendadas.

² A qualidade do leite caprino foi definida a partir da Instrução Normativa nº 37/2000 (Brasil, 2000), pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Neste caso, a qualificação do leite foi assumida como um padrão global da indústria de leite.

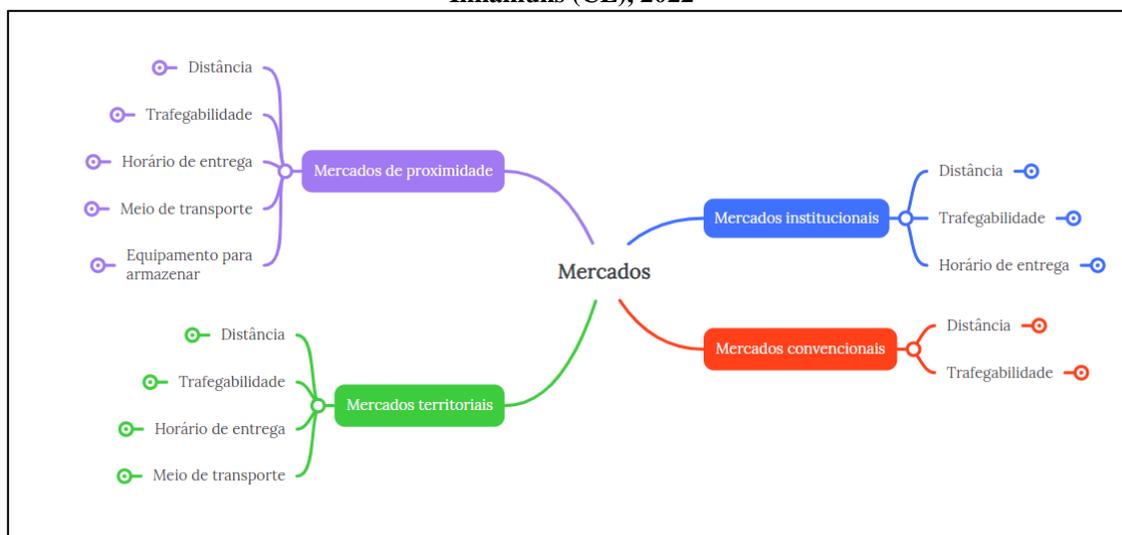
constante do equipamento promove a rápida deterioração, com o comprometimento no deslocamento de produtores e compradores ao longo do ano.

A distância foi identificada como um problema por 54% e 50% dos produtores de caprinos e ovinos, nessa ordem, como a segunda causa de interferência na logística de comercialização. De acordo com Silva *et al.* (2023), a distância é uma medida relativa e dependente do tipo de canal de comercialização que o agricultor se relaciona. E, em determinados casos ela, pode ser assumida como uma das principais variáveis na participação nos mercados. Nesse caso, a localização dos produtores de caprinos e ovinos em relação aos compradores repercutiu no processo de comercialização e nas formas de participação nos mercados.

A falta de um meio de transporte adequado para a entrega dos produtos foi considerada por 7% e 2% dos produtores de caprinos e ovinos, respectivamente, como um fator que dificultou a logística. Os problemas com o horário de entrega (3%) foram identificados somente pelos produtores de caprinos nos municípios de Arneiroz e Tauá. Não foi observado problema com o horário entre os produtores de ovinos. A falta de equipamento para conservação foi apontada por 1% e 3% dos produtores de caprinos e ovinos, respectivamente.

Conforme evidenciado na Figura 17, os produtores de caprinos e ovinos que participaram dos mercados de proximidade apontaram o maior número de problemas de logística, enquanto os que utilizaram os mercados convencionais destacaram menor quantidade de obstáculos.

Figura 17 – Problema de logística nos mercados agroalimentares de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns (CE), 2022



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa de campo (2023).

A maior quantidade de problemas de logística identificados nos mercados de proximidade de caprinos e ovinos foi atribuída à relação direta entre produtores e consumidores. Nesse caso, os agricultores enfrentam distintas adversidades para cumprir prazos e manter a regularidade como forma de não comprometer os aspectos valorativos de suas mercadorias, fundamentadas em relações interpessoais, solidariedade e confiança, que norteiam a circulação das mercadorias.

Os produtores nos mercados territoriais de caprinos e ovinos apresentaram quatro problemas em relação à logística. De forma semelhante aos agricultores nos mercados de proximidade, essa manifestação refletiu as restrições dos agricultores no atendimento das normas que regulamentam as relações de trocas. Particularmente nesse mercado, o uso de meios de transportes inadequados para a entrega dos produtos pode comprometer os aspectos valorativos e resultar em uma fragilidade na relação de confiança entre agricultores e intermediários e desses com os consumidores finais.

O mercado institucional de caprinos apresentou três fatores que comprometem a comercialização dos produtos, entre eles o horário de entrega. Esse fator reforçou a importância do contrato na regulação da troca mercantil, pois para atender este requisito foi necessária a contratação de serviços de terceiros como forma de não comprometer o prazo estabelecido. Os produtores de ovinos que participaram do mercado institucional manifestaram problemas com distância e estradas inadequadas.

Os produtores nos mercados convencionais de caprinos e ovinos apontaram exclusivamente os fatores distância e estrada como limitantes da comercialização no território. Em razão desses problemas, os agricultores são constrangidos a comercializarem seus produtos com compradores locais ou com aqueles que apresentam melhores condições de deslocamento, com veículos apropriados para o transporte dos produtos, submetendo-se às normas e regras desses compradores.

A próxima subseção aborda a comunicação como outra atividade associada ao processo de troca, descrevendo aspectos relacionados ao uso de tecnologias da informação e comunicação, formas de apresentação dos produtos e suas vinculações com os distintos mercados.

7.1.1.2 Comunicação como atividade associada aos mercados de caprinos e ovinos

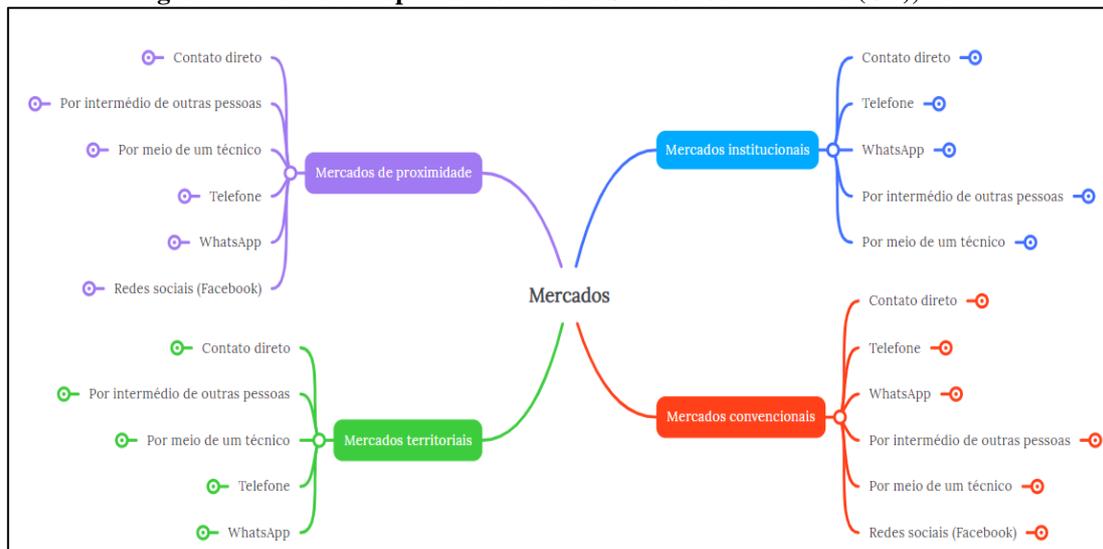
A comunicação como uma das atividades associadas aos mercados permitiu a divulgação da oferta dos produtos, com o desenvolvimento de mecanismos para o estabelecimento de um processo de negociação ao indicar as informações necessárias sobre as quantidades, a qualidade e o preço das mercadorias para os possíveis compradores. Essas informações tornam-se elementos-chaves na viabilização das trocas mercantis realizadas pelos agricultores nos mercados.

Foi observada a utilização de tecnologias de informação e comunicação pelos agricultores familiares produtores de caprinos e ovinos. O telefone celular foi a principal tecnologia utilizada pelos produtores de caprinos e ovinos, presente em 96% dos estabelecimentos, seguido pela televisão e o rádio nos estabelecimentos produtores de caprinos (92%) e ovinos (94%). A internet foi identificada em 89% e 90% dos estabelecimentos produtores de caprinos e ovinos do Sertão dos Inhamuns, respectivamente, enquanto o telefone fixo ocorreu em menos de 10% das unidades produtivas.

O uso do telefone celular e da internet possibilitou o acesso a plataformas digitais e permitiu a conexão entre agricultores e compradores, com a ampliação da difusão das informações sobre preços, qualidade e quantidade do produto ofertado. Além disso, possibilitou transações bancárias para a realização de pagamentos e até as formas de logística para a entrega dos produtos. Esse resultado reforça os estudos (Conceição; Schneider, 2019; Trendov *et al.*, 2019; Niederle *et al.*, 2021; Klingenberg *et al.*, 2022; Leng, 2022) sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação e seu papel transformador na agricultura, com mudanças nas formas de produção, apropriação do valor e circulação das mercadorias. As tecnologias referidas permitiram o estabelecimento de novas práticas e formas de acesso aos mercados, com repercussões no processo de fortalecimento da autonomia em mercados agroalimentares.

O estabelecimento da comunicação entre produtores e compradores envolveu variadas formas de divulgação da oferta (Figura 18).

Figura 18 – Formas de comunicação entre produtores e compradores nos mercados agroalimentares de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns (CE), 2022



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa de campo (2023).

O contato pessoal para a manifestação da oferta foi realizado por 72% e 79% dos produtores de caprinos e ovinos, respectivamente. Essa forma de comunicação foi identificada como a principal forma de contactar os compradores nos mercados de proximidade de caprinos (32%) e ovinos (37%), territoriais de caprinos (34%) e ovinos (35%), institucionais de caprinos (34%) e convencionais de caprinos (35%) e ovinos (36%). Isso evidenciou a necessidade de um contato físico entre produtores e compradores como forma de desencadear um processo de negociação nas trocas mercantis.

As tecnologias digitais foram usadas pelos produtores de caprinos e ovinos para realizarem a oferta de seus produtos. Os produtores de caprinos utilizaram o telefone celular (63%) e WhatsApp (54%), enquanto, os produtores de ovinos preferiram o uso do WhatsApp (59%) e do telefone celular (57%). A utilização do telefone celular foi a principal forma utilizada pelos produtores de ovinos (33%) para entrar em contato com os responsáveis pelos canais de comercialização dos mercados institucionais, a segunda opção nos mercados convencionais de caprinos (31%) e ovinos (27%) e territoriais de caprinos (31%) e ovinos (31%) e a terceira alternativa nos mercados de proximidade de caprinos (27%) e ovinos (27%).

A utilização do WhatsApp foi identificada pelos produtores como a segunda preferência de comunicar a oferta nos mercados de proximidade para os produtores de caprinos (29%) e ovinos (28%) e nos mercados institucionais pelos produtores de

caprinos (33%) e o terceiro recurso nos mercados territoriais para os produtores de caprinos (27%) e ovinos (29%) e mercados convencionais pelos produtores de caprinos (26%) e ovinos (29%). De acordo com os produtores ocorreu uma intensificação no uso dessas tecnologias a partir da Pandemia do Covid-19, com a finalidade de evitar o contato físico e garantir a manutenção da comercialização dos produtos.

O uso do Facebook, foi identificado por 1% dos produtores de caprinos e ovinos, utilizados pelos produtores nos mercados de proximidade de caprinos (2%) e ovinos (1%) e nos mercados convencionais de caprinos (1%) e ovinos (1%). A utilização desse meio representou uma opção pouco usual para contactar um comprador.

Foi observada a utilização de intermediários para divulgar a oferta, tais como conhecidos, parentes, amigos e vizinhos manifestada por 16% e 12% dos produtores de caprinos e ovinos e a contribuição de técnicos que prestam serviços nas unidades de produção de pequenos ruminantes (1%). Os produtores utilizaram conhecidos para a realização da oferta nos mercados de proximidade de caprinos (9%) e ovinos (6%), nos mercados territoriais de caprinos (7%) e ovinos (4%), nos mercados institucionais de ovinos (6%) e nos mercados convencionais de caprinos (7%) e ovinos (6%). A utilização do técnico como informante da oferta ocorreu em maior proporção no mercado institucional de ovinos (6%), nos mercados de proximidade e territoriais de caprinos e ovinos e no mercado convencional de ovinos, com participação de 1% em cada um desses mercados. Esses resultados indicam a preferência de formas de comunicação direta com os compradores para a oferta dos produtos, seguida da forma indireta (utilização de intermediários), demonstrando uma elevada sociabilidade entre os atores para o estabelecimento da comercialização.

Nessa diversidade destacou-se o uso das tecnologias digitais, com o estabelecimento de novas formas de sociabilidade para garantir a participação dos produtores nos mercados. Essas iniciativas de oferta dos produtores de caprinos e ovinos enfatizaram que a ação econômica das trocas mercantis está enraizada nas relações sociais, que por sua vez envolvem relações interpessoais, amizade e confiança nos distintos mercados.

A variabilidade de formas de comunicação influenciou diretamente nas ações de divulgação dos produtos a serem comercializados. Constatou-se uma baixa intensidade de ações na promoção dos produtos a serem comercializados, mencionada por 11% e 7% dos produtores de caprinos e ovinos, respectivamente, resumida nas formas de anúncios

em meios digitais (redes sociais Facebook/Instagram e WhatsApp), propaganda em rádios locais e relação direta com o consumidor.

Nos mercados convencionais de caprinos e ovinos os produtores utilizaram todos os recursos identificados para divulgar seus produtos. Por sua vez, nos mercados de proximidade e nos mercados territoriais os produtores de caprinos e ovinos apresentaram a utilização de duas estratégias para divulgar seus produtos, realizadas a partir dos meios digitais e da relação direta com os clientes. Essa diferença entre os mercados indicou a necessidade de os produtores nos mercados convencionais utilizarem maior número de estratégias como forma de ampliar a difusão das informações sobre seus produtos. Especificamente, essa circunstância foi observada entre os produtores que utilizaram o canal empresa privada para comercializar animais diferenciados pela qualidade genética e registrados em associações de produtores.

A baixa frequência no uso de estratégias de *marketing* indicou situações relacionadas à demanda, segurança pública e à manutenção das famílias. O primeiro aspecto está associado a uma elevada demanda em virtude dos aspectos culturais e tradicionais no consumo de alimentos dessas atividades, particularmente, os produtos cárneos. Essa situação atuou como um catalisador para a participação dos mercados e demonstrou que as ações de *marketing* são irrelevantes para a maioria dos produtores. Um segundo aspecto, apesar do reconhecimento da importância da divulgação dos produtos, os agricultores afirmaram que não realizam essa ação com receio de serem furtados ou assaltados, uma vez que eles apontaram para o comprometimento da segurança pública no meio rural. Destaca-se que essa situação foi observada por Matte (2017) ao estudar os mercados da pecuária familiar no Rio Grande do Sul, que identificou a insegurança dos pecuaristas familiares em relação à segurança pública, com o comprometimento da produção animal e da comercialização.

Um terceiro fator que influenciou a reduzida ação de divulgação foi normatizado pela questão da segurança da unidade familiar em relação aos aspectos produtivos e de abastecimento alimentar das famílias produtoras. Os animais que são produzidos apresentam dupla finalidade socioeconômica, atendendo os princípios de alternatividade, portanto, nem tudo que é produzido deve ser comercializado. Além disso, o rebanho deve ser preservado para garantir um ciclo produtivo e comercial. Nesse caso, os agricultores reconhecem a capacidade limite no número de animais a serem produzidos e comercializados e, com isso, evitam as práticas de propaganda em razão de comprometer a própria autonomia, tanto no aspecto alimentar como referente às trocas nos mercados.

A rastreabilidade de produtos de origem animal é dos instrumentos da indústria alimentar, com a finalidade de garantir informações para os consumidores sobre a origem do produto, matéria prima utilizada e as formas de produção, distribuição e comercialização (Brasil, 2017b). Neste estudo 5% e 3% dos produtores de caprinos e ovinos, respectivamente, afirmaram que seus produtos apresentavam informações sobre a origem dos produtos para os consumidores, com a possibilidade de serem rastreados, porém, não participavam de nenhum processo de rastreabilidade definido por agroindústrias.

Esse resultado revelou, por um lado, uma insignificante relação dos produtores com a indústria alimentar e, por outro, indicou que a intensa comercialização dos produtos está fundamentada nas relações de confiança e amizade, como preponderantes na decisão de dispensar o fornecimento de informações sobre os produtos para intermediários e consumidores. Nos mercados institucionais 60% e 71% dos produtores de caprinos e ovinos afirmaram que forneciam informações sobre o produto comercializado, indicando que a relação contratual seria o fator motivador para garantir a rastreabilidade dos produtos.

A certificação é uma outra iniciativa que permite aos consumidores conhecerem os produtos consumidos. Entretanto, não foi identificado nenhum agricultor que realizasse a certificação de alimentos de origem animal obtidos a partir das atividades de caprinos e ovinos no território. Conforme descrito no capítulo anterior, encontram-se em curso duas iniciativas no território para a certificação da “Manta dos Inhamuns”, uma por meio de um processo de Indicação Geográfica e outra com a obtenção do Selo Arte. Todavia, ambas as iniciativas estão em processo de desenvolvimento no território.

Em relação às dificuldades de comunicação, os agricultores apontaram que a ausência de informações compromete a realização da comercialização. Os produtores de caprinos (75%) e ovinos (81%) manifestaram a preocupação sobre a realização da comercialização caso ocorressem falhas no sinal do telefone celular. De forma semelhante, 77% e 83% dos produtores de caprinos e ovinos, respectivamente, reconheceram que teriam prejuízos em sua participação nos mercados caso o sinal de internet apresentasse problemas de conexão. Ainda em relação a essa questão digital, cerca de 20% dos produtores de caprinos e ovinos manifestaram que não sabem operacionalizar essas tecnologias e solicitam a ajuda de parentes para utilizá-las. Essa circunstância corrobora com os resultados descritos anteriormente sobre a relevância no uso das tecnologias digitais e a participação em mercados.

A próxima subseção trata das atividades específicas da troca que envolvem as situações dos agricultores em mercados e suas formas de regulação que determinam sua natureza e o funcionamento.

7.1.2 Atividades intrínsecas aos mercados agroalimentares de caprinos e ovinos e seus aspectos regulatórios

As atividades intrínsecas aos mercados envolvem questões diretamente relacionadas à regulação e coordenação das ações de trocas. De acordo com Hodgson (1994), as trocas implicam em relações contratuais em um sentido elementar, fundamentadas em leis e costumes, e no intercâmbio de direitos de propriedade. Nesse aspecto, os indivíduos em situações de trocas mercantis apresentam-se influenciados ou coagidos por instituições de mercado e, assim, regulam os motivos que promovem a efetivação da troca.

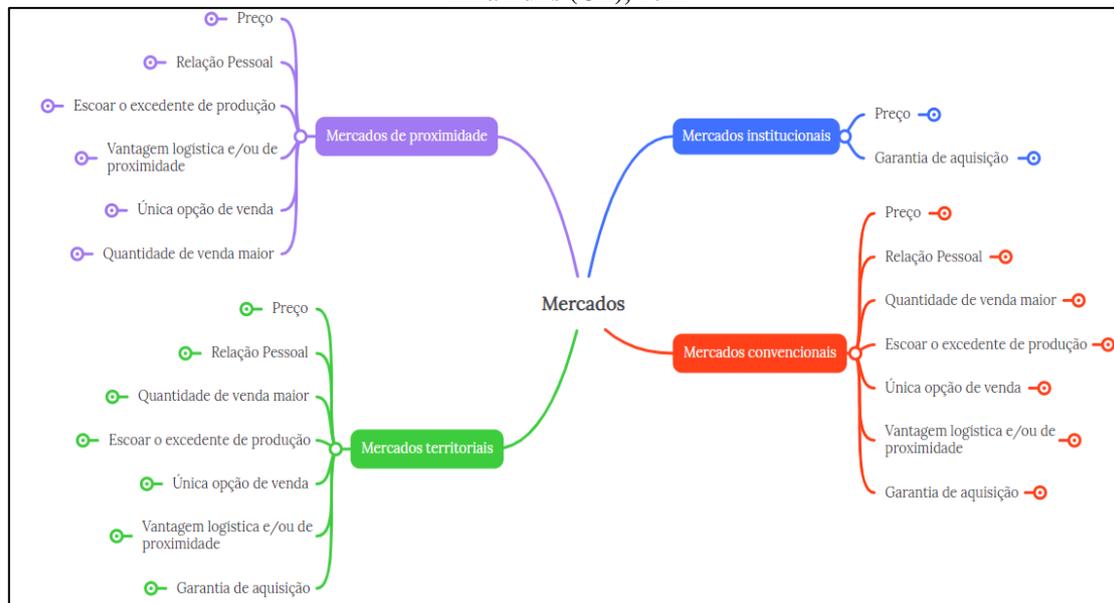
Em relação a isso, Schneider (2016) observa que cada tipo de mercado apresenta uma natureza de trocas ou modelo de negócio peculiar, alinhada com o objetivo da produção e o seu propósito para o consumo e/ou comercialização. Nesse caso, a natureza das trocas reflete as distintas situações nas quais os indivíduos se confrontam com as instituições de mercado, que não se limitam apenas à transmissão de informações de preço e quantidade, mas também de estruturam a cognição dos envolvidos e afetam preferências e crenças (Hodgson, 1994).

A Figura 19 evidenciou a variabilidade de critérios que direcionou o comportamento dos agricultores em situação de mercado ao selecionarem os canais de comercialização para realizarem suas trocas. Foram identificados os seguintes fatores: preço, garantia na aquisição dos produtos, única opção de venda, escoamento do excedente de produção, relação pessoal, vantagem logística e/ou de proximidade e quantidade de venda maior.

Os preços foram os principais critérios para a seleção dos canais de comercialização pelos produtores nos mercados de proximidade de caprinos (49%) e ovinos (41%) e nos mercados territoriais de caprinos (33%) e ovinos (34%). Essa circunstância nos mercados de proximidade ocorreu mediante a relação direta dos agricultores e consumidores fundamentada em normas de reciprocidade. A regulação sobre os preços permitiu uma expectativa mais apropriada de controle da situação pelos agricultores na seleção dos canais. Nos mercados territoriais, constatou-se que esse

critério envolveu tanto relações interpessoais como a busca por preços diferenciados a partir de um processo concorrencial.

Figura 19 – Critérios de seleção dos canais nos mercados de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns (CE), 2022



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa de campo (2023).

Nos mercados institucionais 40% e 14% dos produtores de caprinos e ovinos selecionaram os preços como o segundo critério para a escolha dos canais, indicando que o conhecimento prévio do preço não foi suficiente para sensibilizar a maior parte dos agricultores a participar nesses mercados. Nos mercados convencionais, os produtores de caprinos (21%) e ovinos (20%) selecionaram os preços como segunda opção para a escolha dos canais. Isso ocorreu em virtude dos preços serem regulados pelos compradores, com os agricultores com pouca capacidade de negociação. De modo geral, a busca por preços diferenciados foi identificada como o único critério presente nos quatro tipos de mercados utilizados pelos produtores de caprinos e ovinos, evidenciando a importância da instituição preço na participação dos agricultores nos mercados.

A relação pessoal foi o principal fator para os produtores de caprinos (30%) e ovinos (30%) participarem dos mercados convencionais, particularmente, devido às relações interpessoais entre atravessadores e agricultores, conforme exposto no capítulo anterior. Nos mercados territoriais a relação pessoal foi o segundo critério para a seleção de canais por 23% e 26% dos produtores de caprinos e ovinos e foi o terceiro critério para os produtores de caprinos (14%) e segundo para os produtores de ovinos (19%) nos mercados de proximidade. Especificamente, essa situação indicou que as relações

personais foram assumidas como uma norma fundamentada na confiança para garantir a participação nos três tipos de mercados.

A garantia de aquisição foi o principal fator para a participação dos produtores de caprinos (60%) e ovinos (86%) nos mercados institucionais. Essa constatação evidenciou que a participação nos mercados institucionais permitiu uma segurança na comercialização dos produtos a partir de uma relação contratual formal. Nos mercados territoriais verificou-se que os produtores de caprinos (4%) e ovinos (2%) manifestaram que teriam garantia na aquisição de seus produtos em razão de uma relação contratual informal, baseada na amizade e no parentesco com os compradores. Nos mercados convencionais a garantia de aquisição foi identificada por 2% dos produtores de caprinos, com um contrato informal baseado na confiança com os atravessadores. Essa circunstância evidenciou a ação nos mercados como fundamentada na segurança dos agricultores ao estabelecerem uma garantia de aquisição expressa nos três tipos de mercados, especialmente nos mercados institucionais.

O critério de escoar o excedente foi o segundo fator para os produtores de caprinos (19%) e de ovinos (19%) participarem dos mercados de proximidades. Nesse caso, a venda de excedentes ocorreu a partir de relações de solidariedade e amizade entre produtores e consumidores. Nos mercados territoriais, os produtores de caprinos (13%) e ovinos (9%) encontram espaços para escoar a produção e em menor quantidade de produtores de caprinos (2%) e ovinos (4%) nos mercados convencionais. Nesses mercados, os agricultores se submetem às normas concorrenciais para garantir o escoamento de seus produtos. De maneira geral, os mercados de proximidade foram mais demandados pelos produtores para escoarem o excedente de sua produção, indicando que as relações de reciprocidade possibilitam maior expectativa de segurança dos agricultores ao participarem desses mercados

Os produtores de caprinos (20%) e ovinos (19%) utilizaram a quantidade de produtos vendidos como o principal critério para selecionar os canais e participar dos mercados convencionais. Esse atributo foi observado nos mercados territoriais por 15% e 12% de produtores caprinos e ovinos, respectivamente, e nos mercados de proximidade pelos produtores de caprinos (6%) e ovinos (3%). Essa condição envolveu a norma de escala para a obtenção de maior valor monetário para a comercialização dos produtos. Particularmente, essa situação foi identificada nas relações dos agricultores com os atravessadores nos mercados convencionais e com o canal casa da carne nos mercados territoriais.

O critério de única opção de venda foi selecionado pelos produtores de caprinos para participarem nos mercados convencionais (18%), proximidade (6%) e territoriais (4%). Essa situação foi observada pelos produtores de ovinos nos mercados convencionais (14%), territoriais (10%) e de proximidade (8%). Isso evidenciou uma insegurança para as famílias, particularmente, em razão da relação de dependência dos agricultores a determinados canais, devido à indisponibilidade de outras formas de participação nos mercados, estando sujeitos às condições e normas impostas pelos compradores para o estabelecimento das trocas mercantis.

A vantagem logística e/ou de proximidade foi identificada por produtores de caprinos para utilizarem os mercados territoriais (8%), convencionais (7%) e de proximidade (6%). Esse critério foi identificado pelos produtores de ovinos nos mercados convencionais (13%), de proximidade (10%) e territoriais (7%). Esse cenário evidenciou que as relações de proximidade e logística favorecerem os produtores em relação de concorrência com outros produtores na comercialização e, de modo implícito, para a obtenção de valor diferenciado para seus produtos.

Os critérios para a seleção dos canais e participação dos produtores nos mercados foram organizados a partir de um conjunto de regras formais e informais. Destacam-se, as instituições do preço, confiança e segurança que estruturaram a ação econômica de trocas. Essas configuram hábitos e rotinas, que, por sua vez, permitiram suas reconfigurações para garantir as ações dos agricultores em situação de mercados para assegurarem um processo de reprodução social e econômica.

A próxima subseção aborda os preços, a confiança e a segurança como instituições de mercados que regulam a participação dos agricultores nos mercados de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns.

7.1.2.1 Preços e seu caráter regulador

Os preços são instituições sociais indispensáveis para o funcionamento dos mercados. Hodgson (1998) argumenta que a teoria de formação de preços deve ser originada de ideias, expectativas e hábitos, envolvendo rotinas e processos de valoração. Além disso, o autor salienta que os preços podem contribuir para a formação de normas pelos agentes e indicar informações sobre qualidade dos produtos, localização dos produtores e compradores, bem como sobre a regulação dos produtos e dos mercados.

Uma modalidade de formação dos preços foi fundamentada nos costumes locais de buscar informações prévias sobre os preços praticados antes de proceder as trocas. Um dos principais referenciais nesta pesquisa foram os preços utilizados no comércio local. Essa circunstância apresentou a maior expressão entre os produtores de caprinos (70%) e ovinos (64%) nos mercados de proximidade, seguida pelos produtores no mercado territorial de caprinos (43%) e ovinos (41%) e convencional de caprinos (33%) e ovinos (37%), que utilizaram esses preços para a formação do valor a ser praticado nas trocas de suas mercadorias.

Uma segunda forma de pesquisa para o estabelecimento dos preços foi a informação obtida de outros agricultores sobre os preços por eles praticados ao venderem seus produtos. Essa situação foi identificada nos mercados de proximidade de caprinos (18%) e ovinos (16%), convencionais de caprinos (15%) e ovinos (16%) e nos mercados territoriais de caprinos (2%) e ovinos (8%). Essa questão refletiu a ação das relações interpessoais entre os agricultores como referência na formação do preço dos produtos.

Tais práticas de aquisição de informações a partir de pesquisas sobre o preço constituíram-se em uma rotina para resguardar a segurança da família, evitando a venda de produtos abaixo do preço corrente. Essas normas de precificação das mercadorias foram estabelecidas a partir de um equivalente padrão de valor, que permitiu aos agricultores uma referência para a revisarem os preços, atenderem suas expectativas em relação ao consumo das famílias e praticarem um preço justo aos compradores.

Outro mecanismo na formação do preço foi a capacidade de regulação do comprador e o reconhecimento dos agricultores de não possuírem mecanismos de interferência. Essa condição foi observada pelos produtores ao se relacionarem com os mercados institucionais de caprinos (100%) e ovinos (100%), nos mercados territoriais de caprinos (47%) e ovinos (35%), nos mercados convencionais de caprinos (43%) e ovinos (25%) e nos mercados de proximidade de caprinos (8%) e ovinos (10%). Nos mercados institucionais o preço é definido a priori e de conhecimento público por meio de editais, enquanto nos demais mercados, o preço foi assumido como uma expressão do poder do comprador. Essa relação foi exercida de forma unilateral e compreendida como parte de um processo de controle sobre o processo de comercialização e geração de dependência dos agricultores em suas trocas mercantis.

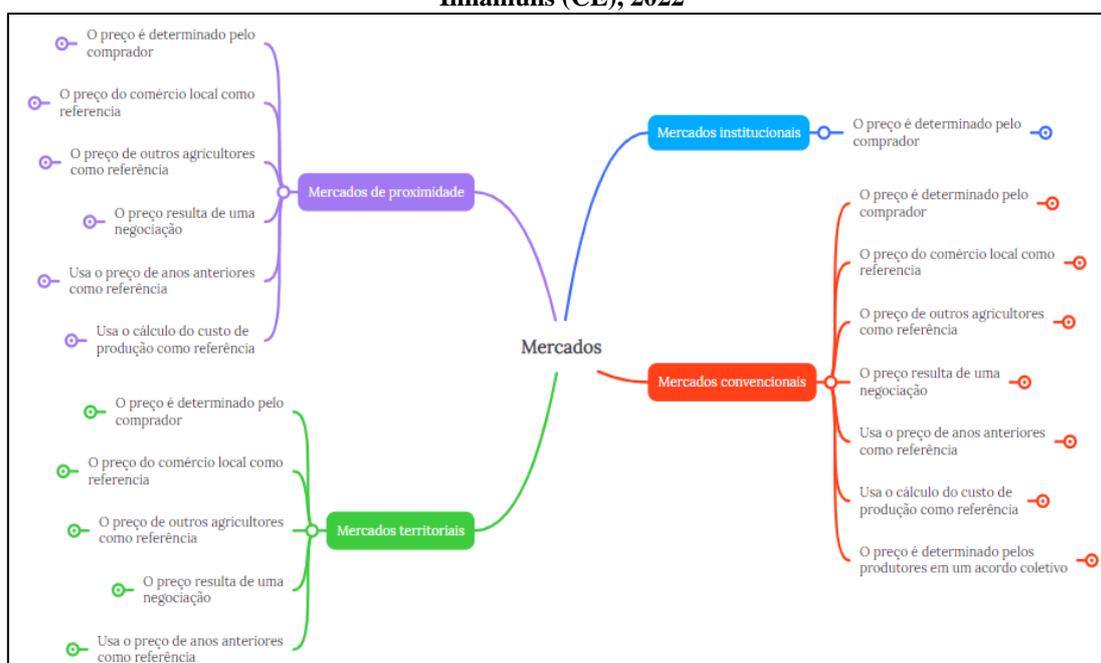
A prática da negociação como mecanismo de formação de preço foi utilizada pelos produtores de caprinos nos mercados de proximidade (2%), territorial (6%) e convencionais (6%), e pelos produtores de ovinos nos mercados convencional (21%),

territorial (15%) e de proximidade (8%). Essa circunstância, diferente da anterior, envolveu um confronto em torno do preço, com os agricultores disputando espaços para negociar preços melhores do que os oferecidos pelo comprador.

Foram identificados outros fatores formadores de preço dos produtos de caprinos e ovinos, embora sejam utilizados em menor proporção. A falta de informações levou os produtores à utilização de preços de anos anteriores como mecanismo para formar o preço atual. Essa norma foi utilizada pelos produtores de caprinos no mercado territorial (2%) e convencional (1%) e por produtores de ovinos nos mercados de proximidade (1%), territorial (1%) e convencional (1%). As informações sobre os custos de produção permitiram a elaboração de cálculos de preço por produtores de caprinos nos mercados de proximidade (2%) e convencional (1%). E a forma mais incomum foi a precificação a partir de um acordo coletivo entre produtores para o estabelecimento de um preço comum, manifestada por 1% dos produtores de caprinos no mercado convencional, prática identificada entre produtores que comercializaram animais (reprodutores e matrizes) certificados por associações de criadores e reconhecidos pelo potencial genético na produção de carne e/ou leite.

Conforme descrito acima, o processo de precificação nos mercados de caprinos e ovinos apresentou uma diversidade de regras na formação dos preços (Figura 20).

Figura 20 – Fatores de formação de preços nos mercados de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns (CE), 2022



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa de campo (2023).

A pluralidade de normas envolvidas na formação do preço utilizada pelos produtores de caprinos e ovinos evidencia a existência de outros fatores além da demanda e da oferta, entre eles os hábitos e rotinas que moldam e reconfiguram as ações em mercados (Andrade; Palludeto, 2019).

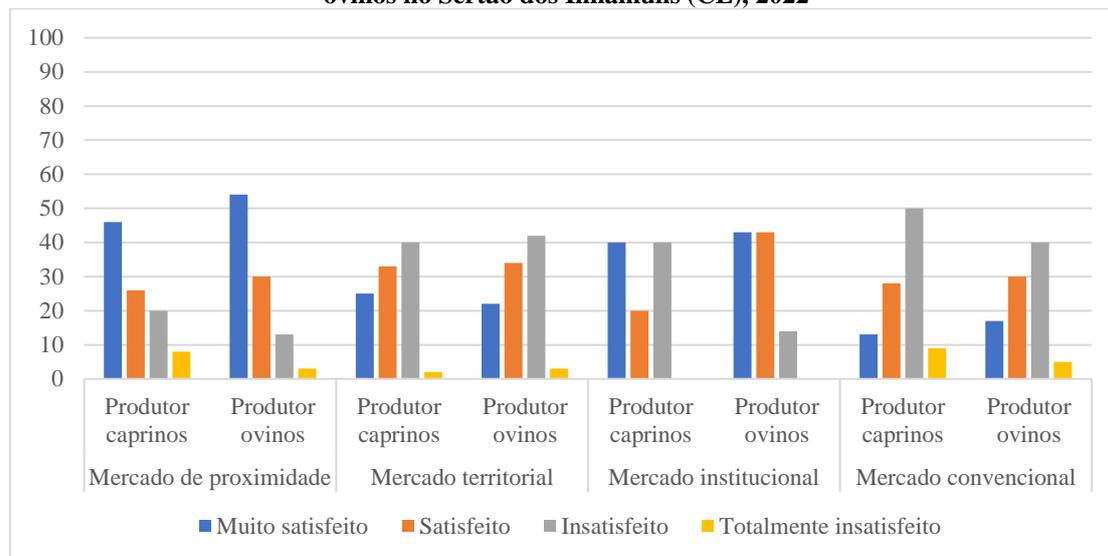
Além disso, Hodgson (1998) enfatiza que a formação dos preços apresenta características específicas, ou seja, reflete diferentes circunstâncias que compreendem diferentes tipos de produtos, mercados, modos de cálculo e processo de precificação. Nesse caso, os preços não podem ser considerados como algo natural (Souza, 2013), uma vez que foi observada uma diversidade de mecanismos na formação dos preços, refletindo a especificidade de cada atividade, a dinâmica e a heterogeneidade das relações com os mercados.

Essa conjuntura apresentou-se de forma distinta da teoria econômica que trata o preço a partir do equilíbrio geral, por meio de ajustes da demanda e oferta. Nessa medida, as regras de precificação identificadas neste estudo encontram-se enraizadas em aspectos sociais, econômicos, culturais, políticos (Beckert, 2011) e do ciclo demográfico familiar. Especificamente, essa diversidade pode ser sintetizada a partir da busca por um controle sobre os preços em um ambiente configurado por restrições e oportunidades, caracterizado pela circunstância entre aceitar o preço do comprador, negociar o preço e buscar outras opções para formar o preço. Essas situações produzem os efeitos necessários para a geração de valores, expectativas e ideias sobre os preços com a configuração de valores, regras e normas voltados para atender o processo de reprodução social e econômica.

Nessa questão, a percepção dos agricultores em relação aos preços praticados em cada mercado foi evidenciada pelo Gráfico 30. Foram identificados quatro graus de percepção em relação aos preços praticados nos mercados: totalmente satisfeito com o preço, satisfeito, insatisfeitos e totalmente insatisfeito.

A percepção de muito satisfeito com os preços foi manifestada em maior proporção pelos produtores nos mercados de proximidades de caprinos (46%) e ovinos (54%). Essa condição revelou que, ao buscarem um valor para os preços de suas mercadorias a partir de uma comparação com os preços praticados no comércio local e com outros agricultores, os produtores exerceram um relativo controle sobre os preços, o que lhes ocasionou uma expectativa de que eles seriam recompensados adequadamente ao utilizarem as normas de reciprocidade na produção de um preço que beneficiasse também os consumidores.

Gráfico 30 – Percepção dos agricultores em relação aos preços obtidos nos mercados de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns (CE), 2022



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa de campo (2023).

Em contrapartida, a percepção de insatisfeitos com os preços foi identificada majoritariamente pelos produtores no mercado convencional de caprinos (50%) e territorial de ovinos (42%). Isso sinalizou que a forma concorrencial fundamentada em preços definidos *ex ante* pelos compradores representou uma expectativa de remuneração inadequada para a produção de caprinos e ovinos. Essa situação foi assumida como uma das explicações para ampliação da diversificação de canais de comercialização no território para os produtos de caprinos e ovinos, conforme descrito em capítulo anterior. Especificamente, os preços moldaram as expectativas dos agricultores e estes buscaram moldar os preços, com o desenvolvimento de novas relações comerciais, resultando em mudanças institucionais como forma de apropriar-se de um resultado mais adequado ao seu trabalho.

7.1.2.2 A confiança e seu aspecto regulador nos mercados agroalimentares de caprinos e ovinos

As relações de trocas mercantis entre agricultores e consumidores envolvem a formação de laços de confiança a partir de uma expectativa de coesão social nas situações de mercado. Neste estudo constatou-se que 77% e 69% dos produtores de caprinos e ovinos afirmaram que confiavam em alguém ou em algo para estabelecerem a comercialização.

Foram identificados os mecanismos de crença relacionado à formação e ao fortalecimento da confiança. Primeiro, o cumprimento da palavra do intermediário ao efetuar os acordos foi demonstrado por 68% e 56% dos produtores de caprinos e ovinos, respectivamente, como o principal fator desse processo. O segundo dispositivo foi a confiança na palavra do consumidor final para executar o acordo comercial, manifestado pelos produtores de caprinos (13%) e ovinos (15%). E o terceiro foi a crença apenas em um contrato escrito, demonstrado por 9% e 8% dos produtores de caprinos e ovinos, respectivamente. Esse resultado indicou que a confiança foi assumida pelos agricultores como uma instituição constituída por regras informais e formais, com a finalidade de regulamentar as relações de cooperação com os compradores em situações de atividades intrínsecas de trocas mercantis.

Nessa questão, o momento e os tipos de pagamento evidenciam a confiança estruturando a cooperação envolvida entre produtores e compradores. Em relação ao período do pagamento constatou-se o pagamento realizado no ato da compra, pagamento na entrega dos produtos e pagamento por meio de um prazo. As duas primeiras foram configuradas como pagamento imediato (*spot*) observadas nos mercados de proximidade, territorial e convencional de caprinos e ovinos. Essa circunstância foi identificada por Guimarães Filho (2017) que, ao estudar a relação dos produtores de caprinos e ovinos com agroindústrias, identificou que as trocas tipo *spot* inviabilizavam a construção da confiança e favoreciam as relações com outros canais de comercialização fundamentados em contratos informais.

As formas de pagamento utilizadas nas transações envolveram o uso do dinheiro, cartão de crédito, depósito em conta e uso de cheques. Os agricultores utilizaram como forma preferencial o dinheiro como forma de pagamento nos mercados de proximidade de caprinos (78%) e ovinos (86%), nos mercados territoriais de caprinos (87%) e ovinos (90%) e nos mercados convencionais de caprinos (78%) e ovinos (85%). O depósito em conta foi utilizado por 100% dos produtores nos mercados institucionais, com destaque para a utilização de depósitos em conta via utilização do Pix nos mercados de proximidade de caprinos (20%) e ovinos (14%), nos mercados territoriais de caprinos (13%) e ovinos (10%) e convencionais de caprinos (20%) e ovinos (14%). Identificou-se o uso de cartão apenas no mercado de proximidade de caprinos (2%) e (1%) e o uso de cheque somente no mercado convencional (2%) e (1%).

A venda a prazo foi constatada em todos os mercados estudados, com destaque para a manifestação de confiança pelos produtores de caprinos (100%) e ovinos (100%)

nos mercados institucionais, que confiaram integralmente no contrato formal estabelecido com os canais de comercialização. A concessão de prazo nos demais mercados foi compreendida como um contrato informal de cooperação, estabelecido a partir das rotinas de trocas realizadas entre as partes, resultando em um processo de construção de confiança. Os mercados convencionais de caprinos (37%) e ovinos (36%) apresentaram a maior prevalência deste tipo de relação informal e essa condição foi observada em menor proporção entre os produtores que participaram dos mercados de proximidade de caprinos (24%) e ovinos (23%).

Esse resultado indicou que a confiança regulou as trocas nos mercados convencionais, fundamentada nas rotinas e nas normas de proximidade, particularmente, entre produtores e atravessadores que apresentavam uma relação de vizinhança, parentesco e amizade. Esse resultado corrobora com estudos (Souza, 2013; Guimarães Filho, 2017) que analisaram a relação dos produtores de caprinos e ovinos com atravessadores, que constataram a confiança como um mecanismo regulador nas trocas entre os atores.

Apesar das relações de confiança envolvidas na venda a prazo, constatou-se a existência de atraso no pagamento em todos os mercados, exceto no institucional de caprinos. A maior incidência dessa situação ocorreu quando os produtores de caprinos utilizaram os mercados de proximidade (28%) e convencional (26%). O atraso foi considerado um fator limitante no processo de estabilidade das relações comerciais entre produtores e consumidores, pois o não cumprimento do pagamento no prazo gera um desgaste na relação de confiança entre os envolvidos.

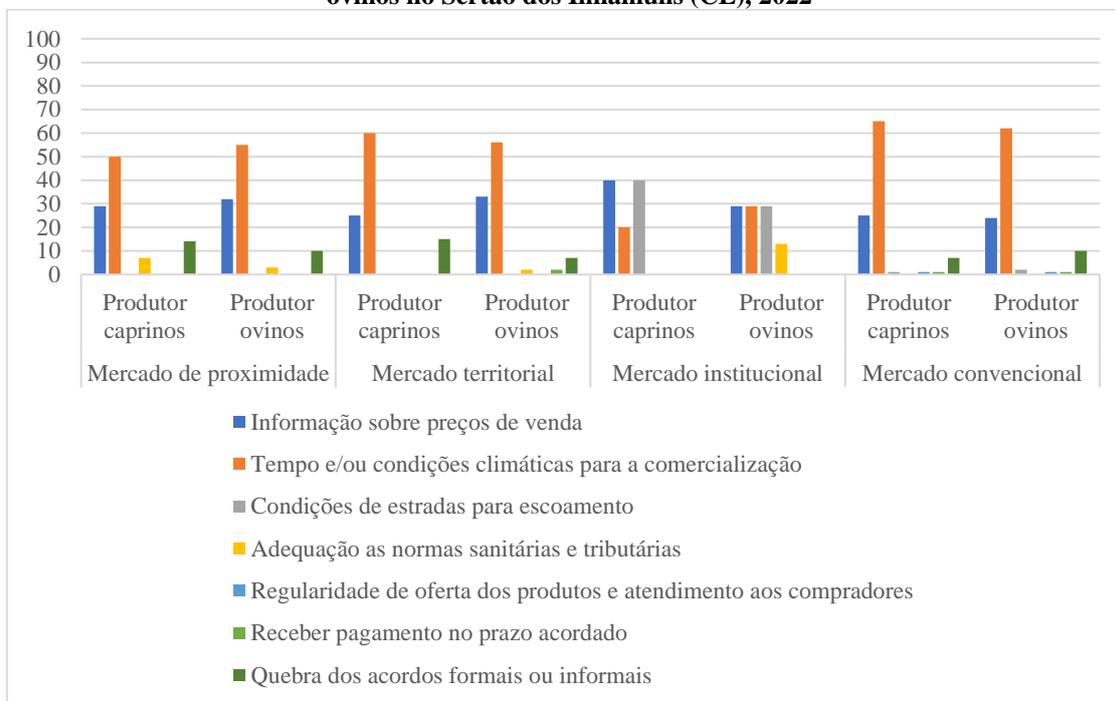
De acordo com Azevedo e Faulin (2005), essa situação poderá ocasionar um quadro de desconfiança e resultar em sanções, tais como a interrupção da relação comercial e até a divulgação do ocorrido para outros atores, com o comprometimento da reputação do comprador. Além disso, essa circunstância poderá romper com rotinas estabelecidas e promover o desenvolvimento de novas relações comerciais com outros canais de comercialização e mercados.

7.1.2.3 A regulação a partir da segurança nas trocas mercantis

A segurança da família foi uma das instituições observadas nas trocas mercantis dos produtos de ovinos e caprinos. Essa estrutura social foi mobilizada pelos produtores de pequenos ruminantes para garantir a produção e a participação nos mercados,

evidenciando-se a existência de fatores que promovem um comportamento de insegurança em relação à comercialização (Gráfico 31).

Gráfico 31 – Fatores relacionados com a insegurança em relação a comercialização de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns (CE), 2022



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa de campo (2023).

A questão climática foi apontada como o principal problema para os produtores de caprinos e ovinos nos mercados de proximidade, territorial e convencional, indicando um comportamento fundamentado na incerteza que atua na regulação da participação dos agricultores nesses mercados. Por sua vez, a principal insegurança dos produtores de caprinos no mercado institucional foi marcada pela insegurança em relação aos preços e à dificuldade com o deslocamento em estradas ruins. Os produtores de ovinos manifestaram a questão climática, informações sobre os preços e as condições de tráfego para escoar a produção como principais fatores de insegurança em relação à sua participação no mercado institucional.

Ressalta-se que a falta de informações sobre os preços foi apontada como o segundo fator de insegurança para os produtores de caprinos e ovinos nos mercados de proximidade, territorial e convencional. Essa circunstância indicou a relevância dos preços no comportamento dos produtores, conforme apontado anteriormente, com a geração de expectativas relacionadas com à busca de informações sobre os preços como forma deles se precaverem de possíveis perdas nos mercados. Além disso, foi constatada a quebra de acordo formal e ou informal como um terceiro aspecto de insegurança dos

produtores de caprinos e ovinos em relação à comercialização nos mercados de proximidade, territorial e convencional, manifestando a existência de uma triagem em relação aos compradores, com a indicação de um processo de construção de confiança.

Nesse âmbito, a segurança foi uma das premissas do comportamento dos agricultores em situações de troca, marcada pela restrição, mas também como oportunidade para fortalecer suas iniciativas mercantis. Para efeito de competitividade nos mercados, os agricultores identificaram cinco formas pelas quais teriam melhores oportunidades de negócio: vender em quantidade, vender produtos com qualidade, vender de forma coletiva, vender direto para os consumidores e vender para uma empresa. A venda coletiva, por meio de associações ou cooperativas, foi apontada como o principal mecanismo dos produtores de caprinos para atuarem nos mercados de proximidade (36%), territorial (25%), institucional (60%) e convencional (27%). Essa mesma condição foi apontada pelos produtores de ovinos nos mercados territorial (33%), institucional (57%) e convencional 27%).

A intenção dos produtores participarem de um canal de comercialização de forma coletiva tem a finalidade de garantir a segurança das unidades produtivas por meio de ações cooperativas, como o deslocamento da produção e a obtenção de preços diferenciados, particularmente, quando estão submetidos aos constrangimentos de canais que regulam os preços. Esse resultado, por um lado, representou uma das lacunas identificadas neste estudo, uma vez que foi identificado apenas um produtor de caprinos e ovinos no território que utilizou o canal cooperativa como expressão de coletividade na comercialização. Por outro, indicou que os agricultores apresentam expectativas sobre como criar espaços de manobras para participarem nos mercados, ao reconhecerem problemas relacionados com a individualidade, obstáculos de logística e outros na busca de trocas mercantis com preços mais adequados para garantir a produção e a reprodução da unidade familiar.

Por sua vez, os produtores de ovinos no mercado de proximidade afirmaram que sua principal iniciativa consiste em fortalecer a venda direta como forma de garantir a comercialização dos produtos para os consumidores finais. Este resultado indicou que a relação de proximidade entre agricultores e consumidores foi identificada como uma medida de segurança para as unidades produtivas no sentido de garantir a estabilidade de suas relações com este tipo de mercado.

Outro aspecto relacionado com a segurança foi a utilização de práticas de barganha como forma de manter a relação com os mercados. De acordo com Cassol e

Schneider (2022), a barganha representa um mecanismo social que exprimiu a vocação de fazer negócios. Cassol (2018) identificou a barganha como uma das principais práticas sociais nas feiras do Nordeste e presente nas dinâmicas de compras dos feirantes ao adquirirem os produtos dos agricultores.

Neste estudo foi observada a utilização desse dispositivo por 47% e 43% dos produtores de caprinos e ovinos. Foram observados seis fatores que normatizaram a interação dos agricultores com os mercados a partir da barganha, conforme descritos a seguir: concede desconto para comprador frequente, oferece desconto para um novo comprador, concede desconto mediante a insistência do comprador, relação de parentesco, relação de amizade e excesso de produtos.

O ato de barganhar apresentou diferenças em relação à participação dos produtores nos mercados. Constatou-se que os produtores nos mercados de proximidade de caprinos e ovinos apresentaram o maior número de aspectos normatizadores da barganha, com a utilização de seis fatores, indicando que as relações diretas com os consumidores apresentaram a necessidade de barganhar como medida para garantir uma relação duradoura. Por sua vez, a participação no mercado territorial de caprinos apresentou a menor quantidade de aspectos prescritivos de barganha, fundamentada na manutenção do comprador frequente e no apelo do comprador como fator para conceder descontos.

O principal fator regulador da barganha foi a manutenção da relação de troca com os compradores frequentes. A concessão de descontos para esses compradores apresentou-se relevante na atividade de caprinos e ovinos. Entre os produtores de caprinos constatou-se que a prática de descontos ocorreu com maior frequência no mercado territorial (75%), convencional (55%) e proximidade (53%). Na atividade de ovinos essa situação foi observada em maior proporção no mercado convencional (55%), territorial (52%) e de proximidade (38%). As formas mais incomuns para se consentir o desconto foram as relações de parentesco e o excedente de produtos. A primeira condição foi observada nos mercados de proximidade de caprinos (8%) e ovinos (10%) e no mercado territorial de ovinos (4%), enquanto a segunda foi verificada nos mercados de proximidade de caprinos (8%) e ovinos (8%) e no mercado convencional de caprinos (2%).

Essas diferenciações expressam as formas de negociação em cada tipo de mercado, cujas normas de barganha atuam como reguladoras da estabilidade das relações mercantis, funcionam como um dispositivo social de valorização das relações de troca,

contribuem na construção de confiança e fortalecem as interações mercantis entre os atores envolvidos.

Em suma, as atividades de trocas apresentaram uma diversidade de formas de regulação e coordenação das relações com os mercados, particularmente, permeando as questões de logística, a comunicação e as intrínsecas às trocas. Assim, todas as ações, tanto aquelas realizadas de forma direta como as associadas, foram mediadas por um conjunto de instituições e normas que estruturam as relações que levaram às restrições e às oportunidades para os agricultores participarem de forma efetiva nos mercados.

7.2 OS MERCADOS AGROALIMENTARES DE CAPRINOS E OVINOS

Os resultados desta Tese reforçam o argumento da existência de uma diversidade de formas de participação dos agricultores nos mercados. Esta seção utilizará a tipologia elaborada por Schneider (2016) para ordenar as distintas interações e permitir uma aproximação da realidade, que envolve a relação dos agricultores familiares com os mercados.

A utilização desse recurso heurístico identifica a partir de um caráter intencional e relacional os mercados de proximidade, territorial, institucional e convencional por meio de indicadores utilizados para a sua classificação. Os critérios estão relacionados com o perfil dos agricultores familiares que participam desses mercados: o alcance espacial da troca, os modelos de negócio, as formas de regulação e os canais de comercialização. Desse modo, esse dispositivo permitirá caracterizar as relações dos agricultores familiares nos quatro tipos de mercados de pequenos ruminantes no Sertão dos Inhamuns.

A próxima subseção apresenta uma descrição dos mercados de proximidade, territorial, institucional e convencional utilizados pelos produtores de caprinos e ovinos, como forma de analisar e compreender como eles estão organizados e estruturados a partir desses relacionamentos.

7.2.1 Mercados de proximidade

Os mercados de proximidade foram utilizados por 28% dos produtores de caprinos, constituindo o segundo tipo de mercado mais utilizado para eles comercializarem seus produtos. Por sua vez, 36% dos produtores de ovinos identificaram

esse mercado como uma terceira opção para realizarem suas trocas mercantis. Esses agricultores foram identificados como pequenos produtores de mercadorias e produtores simples de mercadorias.

Os mercados de proximidade de caprinos foram utilizados em maior e menor proporção pelos produtores dos municípios de Arneiroz (34%) e Aiuaba (23%). Destaca-se que este é o segundo mercado mais utilizado pelos produtores dos municípios de Arneiroz e Tauá. Na atividade ovina, os produtores de Quiterianópolis e Aiuaba utilizaram este mercado em maior e menor grau, com 56% e 24%, respectivamente. Ressalta-se que este foi o segundo mercado mais demandado pelos produtores de ovinos nos municípios de Quiterianópolis e Arneiroz.

No Sertão dos Inhamuns, esses mercados foram assumidos pelos produtores de caprinos e ovinos como uma estratégia de resistência, mobilizada em face aos constrangimentos de um mercado convencional e traduzidos em oportunidade para garantir a manutenção das famílias. Em face às restrições e oportunidades, Sabourin (2009) afirma que esse tipo de mercado representa uma proposição dialética de coexistência entre a troca e a reciprocidade, produzindo complementariedade e tensões na participação dos agricultores nos mercados. Por sua vez, Alves *et al.* (2015) destacaram que a construção social desses mercados nas atividades de pequenos ruminantes envolveu relações simétricas marcadas pela criação e o fortalecimento de vínculos sociais entre produtores e consumidores.

As trocas mercantis ocorreram por meio dos canais feira local, rifa, entrega em domicílio e venda na propriedade. Destaca-se a identificação do canal rifa, que não havia sido incorporado na tipologia de Schneider (2016). Em relação ao seu alcance espacial, estes foram caracterizados pelas trocas diretas com os consumidores, com a circulação e distribuição dos produtos restritos ao local. A exceção ocorreu na comercialização do produto “Manta”, por meio do canal entrega em domicílio, que apresentou uma abrangência nacional. A ampliação do alcance, particularmente, ocorreu em virtude do uso das tecnologias digitais no espaço rural. De uma maneira geral, os produtores de caprinos e ovinos conhecem o destino dos seus produtos, assumindo maior autonomia nessa relação com os consumidores.

O modelo de negócio exercido nesse mercado foi idêntico ao preconizado por Schneider (2016), fundamentado nas relações interpessoais e de solidariedade entre produtores e compradores. As formas de regulação apresentaram os aspectos descritos por Schneider (2016), tais como confiança e amizade. Todavia, nesse mercado foi

identificada a ação motivada pela segurança da unidade familiar. De uma forma geral, esses mercados podem ser caracterizados de acordo com o que foi preconizado por Sabourin (2011) como respostas endógenas marcadas pelas relações de sociabilidade, complementariedade entre produtores e consumidores e a preocupação com cada participante para que, todos tenham os meios para suprir suas necessidades.

7.2.2 Mercados territoriais

Os mercados territoriais foram a segunda opção para os produtores de caprinos (28%) e ovinos (40%) na realização das trocas mercantis no território. Esses agricultores foram caracterizados como pequenos produtores de mercadorias e produtores simples de mercadorias.

A maior expressão do mercado territorial ocorreu no município de Quiterianópolis, com a participação de 100% e 63% dos produtores de caprinos e ovinos. Os produtores de caprinos e ovinos deste município utilizaram o mercado territorial como a principal forma para a comercialização de seus produtos no território. Essa condição foi observada pelos produtores de ovinos no município de Parambu. Por sua vez, os produtores de caprinos do município de Arneiroz e os produtores de ovinos do município de Tauá apresentaram a menor participação nesse mercado, com 19% e 33%, respectivamente.

Esses mercados surgiram mediante as restrições impostas aos agricultores que foram excluídos dos mercados de *commodities* (nesse caso do algodão) e o reconhecimento da importância da pecuária de pequenos ruminantes no território, como recursos sociomateriais enraizados na cultura e na especificidade local. Essa conjuntura permitiu um processo de diferenciação e o desenvolvimento desses mercados que, segundo Ploeg (2016b), fazem parte de mercados mais amplos e ocupam os vazios estruturais deixados pelos mercados de *commodities*.

A criação de novas institucionalidades foi atribuída à construção de uma identidade dos produtos a partir das relações com a origem territorial, os conhecimentos tácitos no processamento artesanal dos alimentos e o sabor diferenciado da carne, atuando como os principais elementos no processo de diferenciação. Essa circunstância permitiu a reinvenção de alimentos tradicionais, entre eles a “Manta dos Inhamuns”, com produtos apresentando uma valorização diferenciada, além de proporcionar novos fluxos de

distribuição. Ploeg *et al.* (2012) destacam que esse conjunto compõe o diferencial desses mercados, constituindo-se em recursos de uso comum (RUC).

Essa noção desenvolvida por Ostrom (1990), definiu os RUC como recursos naturais e produtos específicos que podem ser utilizados de forma coletiva a partir do compartilhamento de regras que regulam o seu uso. Ploeg (2016b) reforça o uso dessa noção para os mercados territoriais nos quais os estoques de recursos são constantemente ampliados e inovados em razão de sua capacidade de produzir o diferencial. Especificamente, esses mercados assumem a condição de recursos de uso comum, uma vez que os produtos ao serem comercializados, seus produtores e intermediários devem assumir as regras que norteiam sua reputação em relação à sua identidade territorial.

Nessa questão, diferentes estudos (Schneider *et al.*, 2012; Guimarães Filho; Silva, 2014; Silva *et al.*, 2018; Albuquerque; Lima, 2019) apontam para a inter-relação dos aspectos espaciais, culturais, sociais, econômicos, políticos e institucionais envolvidos na distintividade dos produtos. Essa particularidade permite distintas configurações entre atores no processo de construção desses mercados, possibilitando a conexão entre produtores, setores de serviços, consumidores, movimentos sociais e Estado.

Nesse aspecto, observou-se que esses mercados estão em construção, com novas iniciativas de diversificação, conforme descrito anteriormente em relação à promoção da distintividade e a reputação do produto “Manta” a partir do desenvolvimento de uma Indicação Geográfica e com conexões com políticas de comercialização como a utilização do Selo Arte para produtos artesanais de produtos de origem animal.

A comercialização dos produtos apresentou um alcance espacial de ordem local, territorial, regional e nacional. Os canais utilizados nesse processo apresentaram distinções em relação à amplitude da distribuição. A relação dos produtores com os canais casa da carne e supermercado local, quando realizadas no âmbito local não utilizaram a distintividade dos produtos como elemento diferencial na valorização dos produtos, mas apresentaram uma relação híbrida entre reciprocidade e concorrência. Contudo, a relação com o canal casa da carne, quando localizado em outras localidades para além do território, envolveu diretamente a reputação do produto como forma de agregação de valor. Os canais restaurante, cooperativa local e feira regional, independentemente da localização onde as trocas foram efetivadas, utilizaram a distintividade como elemento diferencial na participação dos agricultores nesses mercados.

De um modo geral, foi identificado um modelo de negócio fundamentado em relações mistas, com a coexistência de questões interpessoais e concorrenciais, marcando

a diversidade conforme preconizado por Schneider (2016). Nessa questão, a pesquisa identificou que o processo de regulação e o controle desses mercados ocorreram mediante um conjunto de instituições. Schneider (2016) destaca o preço concorrencial, a confiança e a procedência como os mecanismos regulatórios que coordenam as trocas nesse mercado. Os resultados desta pesquisa confirmam a existência e a importância desses dispositivos na regulação da interação dos produtores e dos canais de comercialização. Além disso, os resultados evidenciaram mais duas formas de ordenar esse processo, que também ocorreram mediante ações de amizade e de segurança da unidade familiar.

7.2.3 Mercados institucionais

Os mercados institucionais foram formados pelos canais PAA, PNAE e Projeto Paulo Freire. Eles apresentaram o menor percentual de participação dos produtores de caprinos (3%) e ovinos (2%), identificados como produtores simples de mercadorias. Segundo Schneider (2016), este mercado caracteriza-se pelo envolvimento direto do Estado nas compras governamentais.

Apesar da importância desse mercado para os agricultores familiares no país, foi constatado por Belik (2016) um baixo volume de compra executado pelos municípios, particularmente, em virtude de um número expressivo de agricultores familiares que poderiam participar nesse tipo de mercado. Essa conjuntura pode ser ilustrada a partir da atual situação desse mercado no âmbito nacional. A situação desses mercados no território do Sertão dos Inhamuns não foi diferente do que foi identificado no território nacional.

O mercado institucional para produtores de caprinos foi identificado nos municípios de Aiuaba (3%) e Tauá (6%). Na atividade de ovinos este mercado foi constatado em quatro municípios do território, com os municípios de Aiuaba e Tauá apresentando a maior (6%) e a menor (1%) parcela de produtores que utilizaram este mercado. Não foi observada a participação de produtores de caprinos e ovinos nos mercados institucionais do município de Arneiroz.

A baixa participação dos agricultores de caprinos e ovinos nesses mercados nos municípios estudados evidenciou, por um lado, o desmonte das políticas públicas associadas a esses mercados e, por outro, a possibilidade de uma reestruturação como forma de fortalecer a agricultura familiar no processo de geração de renda, além de proporcionar benefícios em relação à segurança alimentar e nutricional e dinamizar as economias locais.

O alcance espacial ocorreu nos municípios quando a comercialização ocorreu por meio dos canais do PAA e do PNAE, e com abrangência territorial com o canal Programa Paulo Freire. O modelo de negócio ocorreu conforme descrito por Schneider (2016), por meio de licitações e de seleção pública. A forma de regulação processou-se a partir de instituições formais relacionadas com contratos e legislação que tratam sobre compras públicas, com um controle formal estruturando as relações de redistribuição e centralidade desses mercados, conforme assinalado por Polanyi (2012a).

Uma segunda forma foi identificada na regulação das relações dos agricultores com esses mercados, expressa na segurança da unidade produtiva, particularmente, em razão da garantia na aquisição dos produtos comercializados, que conferiu estabilidade nas rotinas de produção e de comercialização. Esse resultado está em conformidade com Durkheim, que enfatiza que em qualquer contrato existem elementos não contratuais (Hodgson, 2007). A produção destinada aos mercados institucionais foi regulada mediante contratos formais e pela segurança da unidade produtiva, como forma de garantir a autonomia em mercados a partir da garantia da aquisição dos produtos.

7.2.4 Mercados convencionais

Os mercados convencionais foram constituídos pelos canais de comercialização agroindústria, atravessadores e empresa privada. Contaram com a participação de 75% e 65% dos produtores de caprinos e ovinos, respectivamente, identificados como pequenos produtores de mercadorias e produtores simples de mercadorias.

Esses mercados foram identificados nos cinco municípios do Sertão dos Inhamuns. Nas atividades de caprinos, os mercados convencionais apresentaram-se como a principal forma de trocas nos municípios de Aiuaba, Tauá, Arneiroz e Parambu com participação que envolveu mais de 70% dos produtores. O município de Quiterianópolis apresentou a menor proporção de agricultores (25%) que participaram deste mercado. Na atividade de ovinos, o mercado convencional foi o principal espaço de troca para os produtores dos municípios de Aiuba, Arneiroz e Tauá, com a participação acima de 70%. Os municípios de Parambu e Quiterianópolis apresentaram a menor proporção, com 48% e 31%, respectivamente, dos produtores.

Esse foi o primeiro mercado que surgiu para os produtos de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns a partir da emulação de instituições fundamentadas na integração

da agricultura com agroindústrias. Foram identificadas iniciativas de integração dos produtores de caprinos e ovinos com agroindústrias de carne e leite.

A relação desses com agroindústrias de processamento de carne ocorreu com empresas localizadas em outras regiões do Estado do Ceará. Conforme descrito anteriormente, foram implantadas agroindústrias no território para atender interesses coletivos de associações e cooperativas de agricultores familiares. Entretanto, essas agroindústrias não iniciaram sua operacionalização devido aos problemas institucionais associados com o atendimento de normas e legislações que envolvem o processamento de carne, resultando no comprometimento das iniciativas de comercialização dos agricultores familiares. Nesse quadro, os mercados convencionais dos produtores de caprinos e ovinos voltados para atender o consumo de carne persistem historicamente estruturados por uma intensa interação entre agricultores e atravessadores.

O mercado convencional utilizado pelos produtores de leite caprino foi identificado no município de Tauá, por meio de uma relação dos agricultores com uma agroindústria. Essa integração proporcionou uma série de mudanças econômicas e sociais, dentre as quais os agricultores enfatizaram a realização de investimento na aquisição de rebanhos com maior capacidade de produção leiteira e em infraestruturas produtivas e de armazenamento - uso coletivo de tanques de leite. Todavia, os agricultores manifestaram preocupação em relação à comercialização, pois havia a possibilidade de não se renovar o contrato de aquisição do leite pela agroindústria, o que afetaria severamente a produção e a renda das famílias envolvidas, uma vez que a comercialização desse produto ocorria somente por um canal.

Em relação ao alcance espacial, constatou-se que esses mercados apresentaram desvinculação do local da produção, com a distribuição de produtos de lugar nenhum (Schermer, 2015). Essa circunstância destituiu os produtores do controle sobre suas mercadorias, particularmente em relação às informações sobre demanda, preços e qualidade. A natureza da troca não ocorreu apenas por uma questão de concorrência, mas inclusive por relações interpessoais, devido à relação de proximidade entre produtores e atravessadores. Essas relações foram facilitadas em decorrência da existência desse canal em diferentes escalas espaciais como, a facilidade de deslocamento, comercialização em quantidade e por não apresentarem preferências em relação ao porte dos animais. Ressalta-se que esse tipo de relacionamento entre atravessadores e pecuaristas familiares (Matte, 2017; Guimarães Filho, 2017) foi identificado em diferentes regiões do país.

A participação dos produtores de caprinos e ovinos ocorreu por meio de uma variabilidade institucional, resultando em uma plasticidade na regulação das trocas. A regulação não foi restrita a contratos e preços concorrenciais, conforme preconizado por Schneider (2016), mas referendada pela confiança, a solidariedade, a amizade e a segurança da unidade produtiva. Essa circunstância de flexibilidade na participação dos agricultores nesses mercados envolveu aspectos tais como: relações de proximidade entre produtores e compradores, relacionamento restrito dos agricultores com as agroindústrias e a busca dos produtores pelo controle de instituições como o preço.

De maneira geral, as formas de participação dos agricultores e suas organizações nos mercados identificados neste estudo reforçam os argumentos de que as instituições são alocadoras de recursos, em razão de sua capacidade de organizar as relações. Nesse caso, Conceição (2017) reforçou que os mercados apenas cumprem o papel de instituições predominantes, que podem ser traduzidas a partir das formas de estruturação dos mercados, de distribuição de poder e de distribuição de renda, tornando-se um dos principais responsáveis pela dinamização da economia e a promoção do desenvolvimento rural.

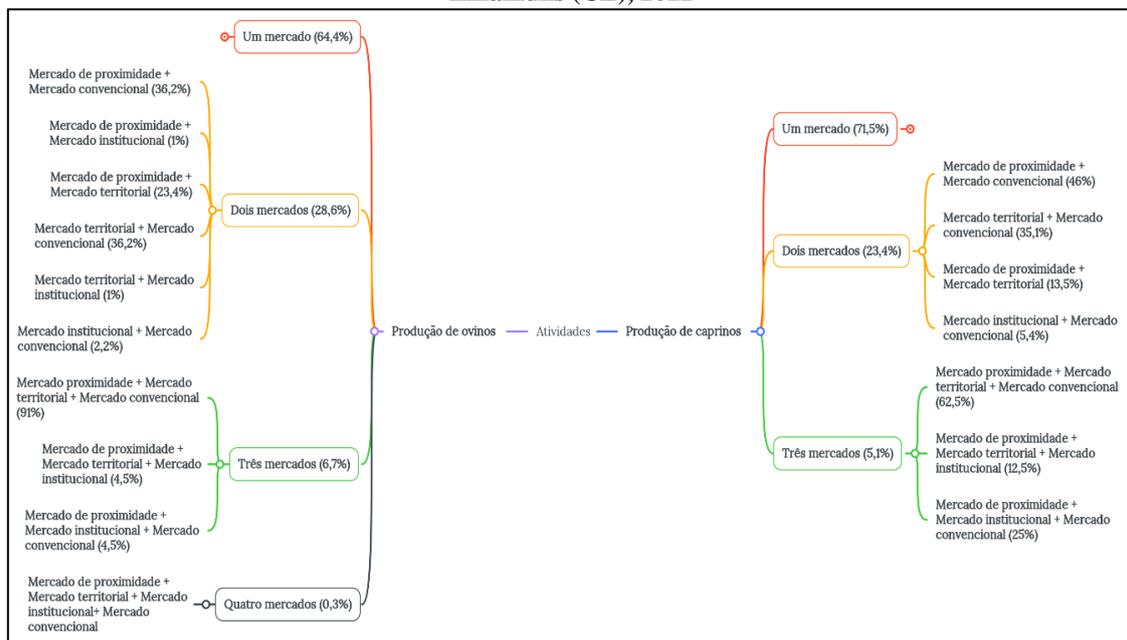
Em face à existência de diversos mercados para os produtos de caprinos e ovinos, a próxima seção aborda essa diversidade e as formas de coexistência que possibilitam a participação nos mercados pelos agricultores no Sertão dos Inhamuns.

7.3 DIVERSIDADE DE MERCADOS AGROALIMENTARES E ESTRATÉGIAS DE PARTICIPAÇÃO

A diversidade de mercados identificados nos âmbitos territorial e municipal evidenciou diferentes formas de participação dos agricultores em suas trocas mercantis. Conforme observado na Figura 21, a participação dos produtores de caprinos (71,5%) e ovinos (64,4%) ocorreu preferencialmente por meio de um tipo de mercado.

Em ambas as atividades os produtores utilizaram múltiplos mercados. Na atividade de caprinos observou-se agricultores utilizando dois (23,4%) e três (5,1%) mercados, enquanto na atividade de ovinos foi constatada a utilização de dois (28,6%), três (6,7%) e quatro (0,3%) mercados. Essa situação demonstrou a existência de distintas performances dos agricultores nos mercados. O uso de múltiplos canais de comercialização identificados neste estudo reforça a participação em diversos tipos de mercados agroalimentares de caprinos e ovinos pelos agricultores.

Figura 21 – Diversidade de mercados agroalimentares de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns (CE), 2022



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa de campo (2023).

Essa diversidade de mercados identificados no Sertão dos Inhamuns revelou uma realidade mais abrangente, com múltiplas configurações sociais e institucionais que não podem ser resumidas à perspectiva de um mercado natural e desprovido de relações históricas e sociais, fundamentado em questões econômicas de escassez e eficiência (Medeiros *et al.*, 2009; Holanda Júnior *et al.*, 2013; Leite, 2019; Monteiro *et al.*, 2021), ou a uma interpretação dual entre os mercados (Sório; Rasi, 2010; SOUZA, 2013). Nesse aspecto destacam-se os estudos sobre os mercados (Niederle *et al.*, 2014; Schneider, 2016; Wilkinson, 2016; Daggerone, 2021; Ploeg *et al.*, 2022) a partir de um processo de relação social em suas diferentes dimensões espaciais, culturais e institucionais, que ampliam a compreensão sobre os mercados e se distinguem de perspectivas que simplificam essa noção a um único mercado ou às polarizações entre convencional e alternativo, global e local, formais e informais, com proposições que destoam das dinâmicas do mundo real.

Nessa questão, com base em Hodgson (2015), pode-se afirmar que, a diversidade e as combinações de mercados de caprinos e ovinos existentes no Sertão dos Inhamuns são decorrentes de uma relação intrínseca entre os produtores e os mercados que fazem parte de uma cultura social específica. Destaca-se que esses mercados evoluíram a partir de um processo de aprendizagem institucional que foi moldando aspectos cognitivos,

hábitos, rotinas, crenças e instituições e, por sua vez, deixando-se moldar para atenderem o processo de reprodução social e econômica dos produtores.

O declínio do ciclo do algodão no Semiárido cearense resultou em um *squeeze* na renda dos produtores e desencadeou a mercantilização de produtos alimentares que outrora eram produzidos e destinados para atender a alimentação das famílias produtoras e, assim, estabeleceu novas formas de interação com os mercados. Com o colapso desse ciclo nos anos 1990, esses agricultores foram totalmente excluídos do mercado convencional e a resposta a essa contingência foi a ampliação da construção social de novos mercados, destacando-se entre eles os de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns. Esse aspecto histórico retrata a manifestação da natureza desses mercados, assim como sua diversidade e coexistência.

Essa diversidade institucional refletiu a heterogeneidade de formas de organização social nas quais esses agricultores estão imersos. Conforme realçado por Polanyi (2012a), historicamente as relações sociais foram organizadas a partir da reciprocidade, da redistribuição e do mercado, que coexistem e de forma dialética reproduzem uma diversidade de relações de trocas, resultando em diferentes formas dos atores se relacionarem com os mercados.

Nesse aspecto, conforme Gasselin e Hostiou (2020), os produtores utilizam a coexistência como forma de evitar uma exclusão, um meio para a mediação de conflitos e para regular uma competição desigual. Por sua vez, Mazzocchi (2020) e Cerdan (2023) reforçam que em face às diferentes restrições, a coexistência é uma resposta coletiva e coordenada na construção de resistência e de oportunidades, portanto, esses mercados são representações de um contramovimento para garantir a reprodução social dessas famílias produtoras.

Essa questão reforça os argumentos de Kjellberg e Helgeson (2006) em relação à existência de múltiplas realidades que resultam em uma multiplicidade de mercados, marcadas pela coexistência entre eles a partir de distintas interpretações sobre os mercados e as formas de participação dos agricultores encontram-se relacionadas com os resultados que devem estar de acordo com os seus objetivos (Caron, 2003).

De acordo com Thomé *et al.* (2020), essas relações de coexistência podem ser manifestadas para além das relações de competição, podendo ser observados outros tipos de relações, tais como a não cooperativa e a cooperativa e podem atuar de forma coordenada. A coexistência, mesmo que seja conflitante, é negociada pelos produtores a partir de distintas regras como forma de assegurar sua participação nos mercados e, assim,

essa relação pode ocorrer de forma mais ou menos pacífica, revelando que os relacionamentos com os mercados não são estáticos. De uma maneira geral, essas interações no uso dos mercados evidenciaram que eles podem evoluir, mudar de tamanho, forma e configuração.

Especificamente, os resultados desse estudo corroboram com distintas dinâmicas de participação dos agricultores nos mercados, caracterizada pela coexistência em razão de diferentes escalas espaciais, temporais e sociais nas quais esses se encontram imersos (Gasselín *et al.*, 2020). Particularmente, a manifestação da coexistência entre os mercados encontra-se intrinsecamente regulada pelos fatores relacionados à localização dos produtores em relação aos consumidores, que refletem nas decisões dos produtores em relação à logística envolvida na distribuição e no armazenamento; no uso das formas de comunicação para informar a oferta, quantidade, qualidade e preços dos produtos; nos tipos e quantidade de canais de comercialização para efetuar as trocas; e nas relações sociais e institucionais envolvidas em todo o processo de comercialização.

Além disso, as diferentes estratégias de participação dos produtores nos mercados, entre elas a de diversificação dos mercados, reforçam o argumento desta Tese de que os mercados acessados pelos produtores de caprinos e ovinos resultaram de um processo sócio-histórico, elaborados por diferentes atores e com o apoio do Estado, como forma de possibilitar a participação dos agricultores nos mercados e oportunidade para atenuar as restrições nos orçamentos familiares ao utilizarem atividades produtivas adaptadas às condições ecológicas e demográficas das famílias. Esse processo resultou no desenvolvimento de estratégias de fortalecimento da autonomia desses agricultores em diferentes níveis, representando respostas às diferentes contingências produtivas e à redução de riscos em virtude de falhas no acesso aos mercados e renda (Schneider; Niederle, 2010).

Ploeg e Schneider (2022) ressaltam que a construção social dos mercados dos agricultores familiares representa uma expressão de busca de autonomia em mercados, resultando na criação de espaços dos quais os agricultores participam de forma efetiva no controle da oferta de seus produtos. Nesse sentido, os produtores de caprinos e ovinos buscaram a manutenção das relações com os mercados e de formas distintas de controle como forma de garantir proteção e resistência às instituições de um mercado autorregulado, mas, fundamentalmente, para assegurar a produção e sua reprodução social no Sertão dos Inhamuns.

O estudo possibilitou a identificação de quatro tipos de mercados de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns. Os mercados convencionais foram os mais demandados pelos produtores de caprinos (75%) e ovinos (65%) para realizarem suas trocas, particularmente, devido à sua relação com o canal atravessador. Na atividade de caprinos os agricultores participaram nos mercados territorial (28%), proximidade (28%) e institucional (3%). Na atividade de ovinos 40% dos agricultores utilizaram o mercado territorial, seguidos pelos mercados de proximidade (36%) e institucional (2%).

Os mercados foram identificados como instituições formadas por um conjunto de regras que regulam as atividades associadas e intrínsecas às trocas. Nas atividades associadas foram consideradas as condições de infraestrutura que apoiaram as ações de logística de distribuição, processamento de alimentos e as formas de uso da comunicação na promoção da oferta. Nas atividades intrínsecas à troca foram observadas a seleção dos canais de comercialização, a formação dos preços, as formas de pagamento e as questões de segurança da unidade produtiva.

A entrega dos produtos nos mercados de proximidade foi realizada pelos agricultores e consumidores, regulada a partir da confiança e da solidariedade entres esses atores. Nos mercados institucionais os produtores assumiram totalmente a entrega dos produtos conforme acordado no contrato, inclusive com a contratação de serviços de terceiros para realizar a entrega e não comprometer prazo e regularidade. Nos mercados territoriais e convencionais, a distribuição foi assumida principalmente pelos intermediários, pois eles apresentam veículos adequados para o transporte em situação de ampliação da escala de venda, o que resultou na diminuição do controle sobre os mercados e na sua subordinação dos produtores às regras dos compradores.

A conservação e o armazenamento dos produtos cárneos e do leite caprino envolveu infraestrutura de acordo com o tipo de produto comercializado em cada mercado. O emprego desses instrumentos foi regulado principalmente pela segurança da unidade produtiva nos mercados de proximidade, territorial e institucional. Para a comercialização de leite caprino nos mercados convencionais constatou-se a utilização de normas relacionadas com a qualidade do leite a partir de um padrão industrial, de confiança, amizade e solidariedade, que regulou o uso comum do tanque de resfriamento.

As formas de comunicação utilizadas pelos produtores de caprinos priorizaram o contato direto e o uso de tecnologias digitais como telefone celular e aplicativo

(*WhatsApp*) para divulgar informações sobre quantidade, qualidade, preços e formas de pagamento. Ressalta-se a ampliação do uso das tecnologias digitais devido à restrição do contato direto durante a pandemia de Covid-19, o que permitiu a oferta de produtos e o estabelecimento de um processo de negociação. Essas circunstâncias indicam uma elevada sociabilidade entre produtores e compradores, regulada pela amizade, a confiança e a segurança da unidade familiar, influenciando diretamente outras formas de divulgação dos produtos.

Em relação às atividades intrínsecas à troca, a seleção dos canais de comercialização ocorreu mediante uma variabilidade de critérios, com destaque para os preços, a segurança da unidade familiar e a confiança nos compradores. Convém salientar que entre os critérios identificados, somente o preço esteve presente como o único critério presente nos mercados.

A formação dos preços apresentou-se diversificada, indicando a variedade de fatores sociais, econômicos, políticos e demográficos que estão envolvidos nas relações dos produtores nos mercados. Nesse aspecto, os produtores apresentaram uma percepção mais positiva sobre os preços nos mercados de proximidade manifestaram um grau de insatisfação em relação aos mercados territoriais e convencionais, especialmente, quando eles não controlam os preços.

Em relação ao momento e às formas de pagamento, foram identificadas outras formas de regulação das atividades intrínsecas aos mercados. Particularmente, a confiança e a segurança na unidade produtiva como instituições que atuam na geração e no fortalecimento de hábitos e rotinas que determinam padrões de estabilidade ou de mudanças institucionais envolvidas nas trocas. Ressalta-se a utilização da abordagem institucional que permitiu identificar a estrutura e as formas de participação dos produtores de caprinos e ovinos nos mercados.

Os agricultores apresentaram diferentes estratégias em sua participação nos mercados, com a manifestação de coexistência no uso dessas instituições. Essa relação foi marcada por disputas, tensões e resignação, mas expressou um processo de cooperação. Em síntese, essa coexistência encontra-se intimamente associada às diversas dinâmicas de mercados, estruturadas para convergirem no atendimento da suficiência das famílias.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta Tese apresentou um estudo sobre os mercados da agricultura familiar com a finalidade de compreender como essas instituições contribuem para o processo de resistência dos agricultores familiares. Nesse sentido, a pesquisa tratou de responder à questão sobre quais são as estratégias de comercialização utilizadas pelos produtores de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns e suas contribuições para a produção e reprodução social.

Para tanto, foram examinadas as relações dos agricultores com os mercados ao longo do processo histórico de mercantilização dos produtos dos agricultores no semiárido, da caracterização desses agricultores familiares que comercializaram produtos de caprinos e ovinos, o reconhecimento e o mapeamento dos canais de comercialização utilizados para a distribuição desses produtos, bem como a identificação dos mercados e a caracterização da regulação que coordena essa relação mercantil.

Nesse caso, partiu-se da hipótese de que os agricultores familiares utilizavam distintas formas de participação nos mercados e que a estratégia de diversificação contribuiria para garantir a reprodução social e econômica desses agricultores familiares produtores de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns.

Este estudo compreendeu as relações com os mercados a partir de uma base teórica pluralista fundamentada nos conceitos e premissas da Sociologia Econômica, da abordagem institucionalista de Polanyi, da Economia Institucional Original e da abordagem da mercantilização de Ploeg. Essa conjunção permitiu interpretar os mercados como construções decorrentes da interação social e institucional. Convém ressaltar que essas relações foram formadas historicamente e determinaram a diversidade da natureza, as formas de regulação social e a coordenação dos mercados.

Nessa medida, os mercados foram reconhecidos como instituições fundamentadas em hábitos e rotinas decorrentes de um processo de aprendizagem que foi desenvolvido por meio da interação entre a capacidade de agência e as estruturas. Ressalta-se que essas interações não ocorreram de forma linear e determinística, mas resultaram de um processo social de mercantilização heterogêneo e desigual, que foi operacionalizada em meio às restrições e contingências às quais os agricultores familiares estavam submetidos. Essas circunstâncias determinaram os tipos de relações que os agricultores estabeleceram com os mercados e, com isso, sua capacidade de moldá-los e ao mesmo tempo serem por eles

moldados, com a finalidade de colaborarem com sua produção e reprodução socioeconômica.

O processo histórico da relação dos agricultores com os mercados no Semiárido cearense foi marcado pelos movimentos de expansão capitalista e por contramovimentos de proteção e resistência. Nessa trajetória, as formas de produção pecuária apresentaram distintas finalidades econômicas e sociais. Inicialmente, durante a ocupação e colonização do Semiárido brasileiro a pecuária bovina foi a primeira mercadoria com valor de troca e para a produção de pequenos ruminantes foi destinada a função de valor de uso, constituindo-se na base da alimentação das famílias.

Com o advento da revolução industrial, o Semiárido foi integrado ao capitalismo internacional e assumiu um modelo agroexportador com a produção do algodão. A economia do Semiárido desse período foi estabelecida fundamentalmente pela cultura do algodão, pecuária bovina e culturas de alimentação. Essa foi caracterizada, particularmente, por uma crise crônica relacionada às estruturas de monopólio e de competição pelos mercados internacionais e nacionais.

No final do século XX, devido a diferentes razões de natureza econômica, social, política e tecnológica essa economia colapsou. A partir desse período até os dias atuais, em face à crise de exclusão dos mercados e de seus efeitos sobre a geração de emprego e renda para a população rural ocorreram distintas formas dos agricultores responderem a essa circunstância. Destacou-se a ampliação das relações sociais com os mercados por meio da mercantilização das culturas alimentares, entre elas as pecuárias de caprinos e ovinos, como forma de garantir a participação desses produtores em mercados e ao mesmo tempo se proteger das instituições de um mercado regulado pelas curvas de demanda e oferta.

A mercantilização dessas atividades surgiu como forma de proteger os agricultores dos efeitos do *squeeze* e das instituições que restringiam sua participação nos mercados. Nesse processo, as relações de trocas envolveram o princípio de alternatividade que permitiu a evolução dessas atividades, com a geração de uma variabilidade de canais de comercialização e de mercados. As pecuárias de caprinos e ovinos foram assumidas como um dos pilares no sistema de produção familiar, direcionadas para a produção de mercadorias com valor de troca e que permitiram a ampliação da externalização das relações sociais por meio dos mercados com a finalidade de atender a suficiência das famílias.

Os aspectos internos das famílias produtoras e a externalização das relações com a sociedade e o Estado evidenciaram uma categoria social heterogênea. Essa diversidade foi relacionada a questões demográficas, sociais, econômicas, produtivas e políticas, que influenciaram diretamente os objetivos das famílias na produção de alimentos e na relação com os mercados.

A atual composição das famílias aponta para um processo de transição demográfica familiar, com redução do número de integrantes e a população em processo de envelhecimento, com efeitos sobre a utilização da mão de obra, particularmente, direcionada para uma tendência de contratação de trabalho contínuo para complementar o trabalho familiar na manutenção das unidades familiares. Além disso, essa circunstância, inclusive, indica para um processo de seleção de atividades com características de poupadoras no uso de trabalho, ou seja, que requerem um uso de menor intensidade no trabalho, com impacto na produção e reprodução dos agricultores no Semiárido.

O processo de externalização das relações sociais de produção de alimentos apresentou uma variabilidade de formas de relacionamento dos agricultores com a sociedade e o Estado. A relação com a sociedade manifestou-se a partir da interação com os mercados, por meio das mercadorias produzidas no estabelecimento e de atividades realizadas fora da unidade produtiva. Os objetivos das famílias foram preponderantes no estabelecimento dessa relação e seu grau de mercantilização permitiu identificar os agricultores como uma categoria social heterogênea de produtores de mercadorias. Nesse processo de diferenciação constatou-se um predomínio de produtores simples de mercadorias, exibindo maior intensidade de sua participação nos mercados, buscando nessas instituições uma forma de resistência, com a finalidade de atender o processo de produção de suas unidades produtivas e garantir sua reprodução social.

As relações com o Estado ocorreram a partir de diferentes políticas públicas, variando de políticas sociais a políticas relacionadas à produção de alimentos, segurança alimentar e nutricional e mercados. Essa conjuntura revelou, por um lado, a importância do Estado na vida desses produtores e sua contribuição para o alívio de vulnerabilidades sociais e econômicas, com a manutenção da estabilidade dos agricultores por meio da previdência social e da construção de infraestruturas, como as agroindústrias para dinamizar a comercialização da produção pecuária dos agricultores familiares na microrregião.

Por outro, a intervenção estatal associada à produção de alimentos, segurança alimentar e nutricional e mercados mostrou a ausência do Estado para aproximadamente 40% dos produtores, que não acessaram essas políticas, indicando um comprometimento no processo de produção de alimentos para essas famílias. Em relação ao acesso constatou-se distintas configurações, quais sejam: políticas adequadas às peculiaridades do subespaço regional, com destaque ao programa que garante o seguro para compensar as perdas na produção de alimentos devido às perturbações climáticas; políticas em processo de desmobilização, com destaque para as compras governamentais, que reduziram a diversidade e a seleção dos canais de comercialização, com efeitos no comprometimento da autonomia dos produtores em mercados; e, finalmente, políticas fragmentadas e desarticuladas, que revelaram a incapacidade estatal na resolução de problemas complexos a partir de abordagens que persistem em perspectivas institucionais inadequadas para a região.

Em termos de desenvolvimento econômico e social, essas formas de políticas dificultam a viabilização de uma proposta de desenvolvimento regional que proporcione o reconhecimento de uma agricultura caracterizada pela sua heterogeneidade e diferenciada por questões históricas, econômicas, sociais e políticas.

A comercialização de mercadorias das atividades de caprinos e ovinos ocorreu a partir de uma relação heterogênea e marcada pela diversidade. Evidenciou-se um amplo repertório de relações sociais e econômicas dos agricultores para ofertarem e distribuírem os produtos das pecuárias de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns. Entretanto, apesar da diversidade, as relações dos agricultores com os canais de comercialização não foram igualmente proporcionais e se caracterizaram pela predominância de relações comerciais com o canal atravessador fundamentadas em hábitos e rotinas, que promoveram a institucionalização dessa relação.

Essa circunstância ocorreu devido a diversas vantagens que esse canal apresentou no momento das trocas, com destaque para a sua particular onipresença espacial, a facilidade de logística, a compra de mercadorias em escala, por não apresentar critérios na diferenciação dos produtos e por fazer uso de relações de proximidade com os agricultores. Essa situação caracteriza uma delegação da coordenação das atividades de trocas mercantis para esses agentes. Por sua vez, os agricultores elaboraram diferentes respostas frente a essa situação em seu território: não se submeteram às regras impostas e buscaram novas oportunidades para distribuírem seus produtos; aceitaram as diretrizes de forma parcial, disputaram por determinadas regras em diferentes atividades de trocas

e procuraram formas de diversificar os canais; e, finalmente, os agricultores que não possuem outra opção para a comercialização se resignaram ao roteiro das restrições impostas.

Por sua vez, a diversidade de canais de comercialização permitiu aos agricultores desenvolverem espaços de manobras nas trocas mercantis, evidenciando sua capacidade de escolha de canais para manterem a oferta dos produtos das atividades de caprinos e ovinos e o controle sobre as regras que envolvem suas trocas mercantis. Para tanto, os agricultores utilizaram diferentes estratégias para a comercialização de suas mercadorias, entre elas a aproximação com os consumidores por meio de canais curtos de abastecimento alimentar, que permitem um relativo controle sobre a comercialização. Outra estratégia foi a diversificação no uso de canais para garantir maior participação e controle sobre os mercados.

A estratégia de diversificação dos canais foi decorrente da flexibilidade dos produtores para configurar e reconfigurar os circuitos por meio do uso de múltiplos canais e assim garantirem a comercialização dos produtos de suas atividades. Nesse aspecto, a utilização da tipologia desenvolvida por Schneider (2020) permitiu identificar o grau na intensificação do uso dos canais, com a constatação de três gradientes, identificados pelo uso de canais exclusivos (um canal para distribuição), diversificados (dois ou três canais) e super diversificados (quatro ou mais canais). Observou-se que a ampliação no grau de utilização dos canais representava um maior controle nas atividades de comercialização, com um incremento na condição de autonomia em mercados.

As atividades associadas à troca apresentaram funções relacionadas com as etapas de distribuição, conservação das mercadorias e comunicação, sendo determinantes na seleção dos tipos de mercados e na sua estruturação por meio das formas de regulação às quais os agricultores estavam submetidos. Nesse aspecto, as condições de infraestrutura influenciaram diretamente os tipos de regras utilizadas nas trocas em cada tipo de mercado, com repercussões sobre a autonomia dos produtores em mercados.

A presença de veículos, condições de manutenção das estradas e equipamentos para processar e conservar as mercadorias foram fatores determinantes na interação social da seleção dos mercados e na emergência das regras relacionadas às atividades associadas às trocas. Além disso, essas condições foram fundamentais para legitimar as regras e garantir sua estabilidade. Nesse contexto, as estruturas dos mercados de proximidade foram reguladas pela confiança, amizade e solidariedade; no mercado institucional prevaleceram as regras formais relacionadas ao contrato estabelecido nas compras

públicas; e os mercados territorial e convencional apresentaram uma diversidade de fatores institucionais na regulação dessas atividades, com a manifestação de distintas situações de coordenação nas trocas por meio desses mercados.

As formas de comunicar as ofertas das mercadorias com informações relacionadas com quantidade, qualidade e preços apresentaram como característica comum uma intensa sociabilidade nos diferentes mercados. Nesse aspecto, os produtores privilegiaram ações de comunicação direta com os intermediários e com os consumidores finais. Destaca-se a digitalização no processo de mercantilização, relevante para os agricultores superarem contingências, principalmente as sanitárias. Além disso, salienta-se a superação de barreiras relacionadas com o espaço e o tempo a partir do uso de tecnologia da informação e comunicação, como a internet e o telefone celular. De maneira geral, essas interações foram reguladas a partir de aspectos relacionados com a amizade e a confiança. Ante a essa circunstância, constatou-se a influência sobre as ações de *marketing* das mercadorias, que foram consideradas como relevantes, mas desnecessárias na promoção da oferta dos produtos.

Ressalta-se que essa questão envolveu o aspecto institucional de segurança da família. A falta de divulgação da oferta foi relacionada com a segurança pública, como forma de evitar furtos ou roubos, mas também associada à manutenção e estabilidade do tamanho do rebanho para atender a segurança da família em relação às suas necessidades para o autoconsumo e a comercialização. Convém salientar que frente à relação tênue entre agricultores e agroindústria constatou-se a inviabilidade de iniciativas como a rastreabilidade e a certificação dos produtos, como formas de comunicar aos consumidores informações sobre os processos de produção, processamento e distribuição de suas mercadorias.

Nas atividades intrínsecas à troca, a seleção dos canais foi uma das ações reguladas por uma diversidade de regras, com destaque para o preço, presente nos quatro tipos de mercados, particularmente decisivo na escolha dos canais dos mercados de proximidade e territorial. Nos mercados institucionais as relações contratuais referentes à garantia na aquisição foram determinantes na seleção dos canais desses mercados. Nos mercados convencionais, o principal critério foi a confiança na escolha dos canais. Diante dessa diversidade, destaca-se que os agricultores buscaram os mercados de proximidade e territorial como espaços sociais que possibilitam um controle sobre os preços, enquanto nos outros mercados a expectativa de segurança foi materializada pela continuidade na aquisição e na confiança entre agricultores e os agentes dos canais.

A formação do preço ocorreu a partir de uma diversidade de normas, resultante de uma manifestação concreta de que esta é uma regra social fundamentada em hábitos e rotinas que atuam em um processo seletivo. Nesse caso, são referenciais nas dinâmicas associadas às mudanças ou na estabilização do preço e com isso atender as expectativas à comercialização dos seus produtos.

Nessa medida, os preços nos mercados não podem ser compreendidos como algo espontâneo ou que em situações de escassez ou super oferta sejam os únicos fatores responsáveis pelas mudanças. Os preços são regras que os agricultores buscam controlar, com as expectativas de um retorno adequado a partir do preço recebido, atuando como medida monetária que contribui diretamente para garantir o consumo da família. Aqui eles assumem uma conotação distinta das concepções que associam preços como mecanismos relacionados à obtenção de lucros, simplesmente com a finalidade de atender o processo de acumulação.

A confiança foi uma das instituições identificadas na regulação da participação dos agricultores nos mercados. Ela foi a responsável pela formação de coesão nas relações de trocas mercantis. Nesse caso, a expectativa de se confiar em alguém ou algo possibilitou a formação de hábitos e rotinas que estruturam essa instituição e solidificaram as relações, com a consolidação de reputação que atua como uma regra moral no estabelecimento das relações.

A ação econômica a partir da segurança envolveu uma série de variáveis que afetam as relações mercantis, entre elas destacam-se as incertezas climáticas, as informações sobre os preços e o rompimento das relações de confiança. Esse conjunto influencia as relações sociais de produção e comerciais, com decisões mercantis associadas à garantia da segurança das famílias a partir de ações que configurem uma diminuição ou ampliação das relações com os mercados.

De uma forma geral, existe um conjunto de regras que coordenaram a participação dos agricultores em distintos mercados. Essas regras regularam as atividades associadas e intrínsecas à troca como fatores determinantes na escolha e na forma de participação dos agricultores nos mercados.

A ferramenta heurística desenvolvida por Schneider (2016) permitiu a identificação e caracterização dos quatro tipos de mercados utilizados pelos agricultores familiares produtores de caprinos e ovinos no Sertão dos Inhamuns. Os mercados convencionais foram as principais formas utilizadas pelos produtores de caprinos (75%) e ovinos (65%), particularmente em razão de suas relações com os atravessadores. Em

seguida, os produtores de caprinos (28%) e ovinos (40%) estabeleceram a relação com o mercado territorial. Os mercados de proximidade apresentaram a segunda e terceira opções para os produtos de caprinos (28%) e ovinos (36%). A menor participação dos agricultores verificada nos mercados institucionais ocorreu nos produtos de caprinos (3%) e ovinos (2%).

Nesse aspecto, comprovou-se a pluralidade dessas instituições a partir dos critérios utilizados por Schneider (2016), com a manifestação de uma diversidade de formas de regulação que possibilitaram a participação dos agricultores nos mercados. Especificamente, este estudo revelou pequenas diferenças em relação à tipologia idealizada, entretanto, salienta-se que essas não foram capazes de alterar a estrutura proposta pelo autor. Elas foram atribuídas à heterogeneidade das relações de mercantilização e à natureza dessas atividades em razão de estarem intrinsecamente relacionadas ao princípio da alternatividade na manutenção e reprodução das famílias.

A existência de uma variabilidade de mercados para as duas atividades demonstrou que essas instituições foram originadas de um processo heterogêneo de mercantilização. Essa diversidade de mercados permitiu aos agricultores estabelecerem diferentes formas de relação com essas instituições, entre elas a estratégia de diversificação por meio da coexistência entre mercados. Essa circunstância reforçou que os agricultores participam dos mercados em diferentes condições, entre elas a de cooperação, mesmo que em alguns casos elas sejam aparentemente contraditórias sob um aspecto epistemológico. No entanto, essas relações são fundamentadas em uma dialética entre restrições e liberdade e, em face dessa situação, constatou-se que essas instituições coexistem para garantir um processo de resistência e assegurar sua reprodução.

Para concluir, confirma-se a hipótese dessa pesquisa de que os agricultores apresentam distintas formas de relacionamento com os mercados e que as relações históricas de externalização com os mercados e o Estado resultaram em uma diversidade de canais e mercados, que comprovam a existência das estratégias de comercialização como formas de contribuir com o processo de produção e reprodução dessas famílias. Entre elas destacou-se a estratégia de diversificação em canais e mercados, caracterizada pela busca de garantir a segurança das famílias, reconhecida como uma das principais instituições envolvidas no processo de resistência, que permeou uma busca incessante pela autonomia em diferentes níveis, inclusive em mercados.

Esta pesquisa apresentou limitações de ordem prática e teórica. Houve limitações relacionadas com a ausência de informações sobre a comercialização de pequenos

ruminantes nos municípios, relacionadas à localização dos agricultores produtores nos municípios, bem como relacionadas às atividades envolvidas na comercialização e aos produtos comercializados. Essa circunstância, resultou em uma ampliação no tempo da pesquisa de campo e em seu custo financeiro. Em termos teóricos, esta pesquisa não aprofundou as relações dos agricultores com o Estado no processo de construção de mercados a partir das interfaces com diferentes políticas públicas e as normas sanitárias relacionadas aos produtos de origem animal. Também não aprofundou a compreensão das formas de coordenação dos mercados utilizados por outros atores dos canais, tais como os intermediários, na regulação da participação dos agricultores nos mercados.

Destaca-se a relevância da temática dos mercados da agricultura familiar produtora de pequenos ruminantes para uma agenda de pesquisas futuras, devido à importância dessas atividades para esses atores em um processo de resistência. Nesse caso, a investigação poderia abranger questões relacionadas com os aspectos sociais, econômicos e institucionais como forma de se compreender os elementos que restringem a participação e os que possibilitam o fortalecimento da autonomia desses atores em mercados.

Para tanto, propõe-se a realização de pesquisas exploratórias em outros espaços regionais onde a produção de caprinos e ovinos é relevante, com a finalidade de identificar e caracterizar as estratégias de comercialização a partir das formas de regulação e coordenação da participação dos agricultores em mercados, como forma de ampliar a compreensão sobre a participação dos agricultores nos mercados. Além disso, como uma questão prática, essas pesquisas poderiam contribuir para a criação de um banco de dados sobre a comercialização de pequenos ruminantes em cada localidade, o que permitiria a execução de pesquisas futuras com uma diminuição de custos em recursos financeiros e de tempo.

Nesse propósito, essa temática pode ser ampliada a partir de pesquisas comparativas para analisar a participação dos agricultores familiares nos mercados em distintos subespaços regionais e compreender os fatores relacionados com as mudanças e a evolução dos mercados da agricultura familiar. Essa ação permitiria reconhecer as restrições e oportunidades dos mercados que regulam a vida desses agricultores a partir de diferentes contextos sociais, econômica e políticos. Além disso, propõe-se identificar e caracterizar as relações institucionais envolvidas no processo de distribuição a partir dos canais de comercialização intermediários como forma de se compreender os aspectos reguladores na construção e participação dos agricultores familiares nos mercados.

Os resultados desta pesquisa apresentaram os mercados da agricultura familiar no Semiárido cearense como decorrente de um processo de construção social, com a finalidade de atender o consumo das famílias produtoras e de dinamizar as economias locais. Nesse sentido, esta Tese poderá contribuir com distintos públicos. Em primeiro lugar, ela pode ser referencial para agricultores e movimentos sociais que buscam melhorias no controle e na autonomia em relação aos mercados. Nesse caso, depreende-se que a partir da compreensão desse processo como constituído por regras sociais e, que essas coordenam a participação e as formas de participar em mercados, portanto, reconhecer que essas são passíveis de mudanças e, quando não for possível mudá-las, pode-se avançar na criação de oportunidades a partir de espaços de manobras para contemplar os seus objetivos.

Também se constatou a necessidade de construir políticas públicas que estimulem a diversidade do uso de canais de comercialização como medidas para fortalecer certos canais e controlar e regular outros. Nesse caso, os resultados da pesquisa podem subsidiar os elaboradores de políticas públicas para compreender a relevância da diversidade, não apenas na perspectiva da produção, mas da ampliação das relações dos agricultores com os mercados, principalmente, com aqueles possibilitam maior controle por parte desses atores.

E, finalmente, esta Tese será útil para pesquisadores que buscam compreender os mercados a partir de perspectivas em que essas instituições não sejam abordadas como algo natural e universal, desprovidas de relações históricas e sociais. Nesse caso, compreender que os mercados são instituições plurais, decorrentes de um processo de mercantilização heterogêneo e não linear em um processo de desenvolvimento que não pode ser reduzido a questões meramente técnicas e de livre mercado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABDALLA, M. M. **Repensando o duplo movimento polanyiano a partir do desenvolvimento de estratégias sociais: um olhar sobre o setor de energia nucleoeleétrica à luz da opção decolonial.** 2014. Tese (Doutorado em Administração) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** 3. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Edusp, 2012.
- ABRAMOVAY, R. Entre Deus e o diabo: mercados e interações humanas nas ciências sociais. **Tempo social**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 33-64, 2004.
- ABREU, C. **Capítulos de história colonial: 1500-1800.** Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.
- AGNES, C. L.; CONCEIÇÃO, A. O. C. Dos hábitos às instituições: proposições analíticas e metodológicas na Economia institucional de Thostein Veblen. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 23, n. 2, p. 386-407, 2018.
- AGUIAR, L. da C.; DEL GROSSI, M.; OLIVEIRA, L. G. de; ÁVILA, M. L. As políticas públicas no semiárido brasileiro: uma revisão de literatura. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 50, n. 2, p. 9-22, 2019.
- AKRAM-LODHI, A. H; KAY, C. Neoliberal globalization, the traits of rural accumulation and rural politics: the agrarian question in the twenty-first century. *In*: AKRAM-LODHI, A. H.; KAY, C. (ed.). **Peasants and globalization: political economy, rural transformation and agrarian question.** London: Routledge, 2009. p. 315-338.
- ALLAIRE, G. What Future for the Food Systems Development Model that Emerged at the End of the Twentieth Century? *In*: GASSELIN, P.; LARDON, S.; CERDAN, C. LOUDIYI, S.; SAUTIER, D. (ed.). **Coexistence and confrontation of agricultural and food models: a new paradigm of territorial development?** Versailles: Éditions Quæ, 2023. p. 273-284.
- ALBUQUERQUE, F. H. M. A. R. **Tipologia e modelagem de sistemas diversificados com produção de ovinos no Bioma Caatinga.** 2020. Tese (Doutorado em Zootecnia) – Programa de Pós-Graduação em Zootecnia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.
- ALBUQUERQUE, F. H. M. A. R.; LIMA, L. D. Exemplos empresariais e associativos de marcas de qualidade em ovinos no Nordeste do Brasil. *In*: Teixeira, Alfredo; Sañudo, Carlos (coord.). **Marcas de Calidad de Carne en Iberoamerica Caribe, Sudamerica y Peninsula Iberica.** Bragança: Casa de Trabalho, 2019. p. 167-179.
- ALVES, F. S. F. **O produto “Manta de Carneiro” da Região dos Inhamuns, Tauá-CE.** Infoteca, Embrapa-PNPC, 2011. Disponível em:

<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/533901/1/MidiaOProdutoMantadeCarneiro.pdf>. Acesso em: 21 out. 2021.

ALVES, F. S. F.; HOLANDA JÚNIOR, E. V. Produção integrada de ovinos para carne na região dos Inhamuns, município de Tauá: Projeto piloto. *In*: CONGRESSO NORDESTINO DE PRODUÇÃO ANIMAL, 5.; SIMPÓSIO NORDESTINO DE ALIMENTAÇÃO DE RUMINANTES, 11.; SIMPÓSIO SERGIPANO DE PRODUÇÃO ANIMAL, 1., 2008, Aracaju. **Anais** [...]. Aracaju: Sociedade Nordestina de Produção Animal, 1; Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2008.

ALVES, F. S. F.; HOLANDA JÚNIOR, E. V.; LOPES, R. dos S. Produção integrada de ovinos para corte no Ceará. *In*: ZAMBOLI, L.; NASSER, L. C. B.; ANDRIGUETO, J. R.; TEIXEIRA, J. M. A.; KOSOSKI, A. R.; FACHINELLO, J. C. (org.). **Produção integrada no Brasil**: agropecuária sustentável alimentos seguros. Brasília, DF: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretária de Desenvolvimento Agrário e Cooperativismo, 2009. p. 763-778.

ALVES, M. O.; BURSZTYN, M.; CHACON, S. S. Troca e reciprocidade em mercados de proximidade: uma reflexão a partir de estudo de caso no sertão do Ceará. **Ciência e Sustentabilidade**, Juazeiro do Norte, v. 1, n.1, p. 132-153, 2015.

AMORIM, L. O. do; GRISA, C. Combater a seca ou conviver com o semiárido? Fóruns e arenas de políticas públicas no Semiárido brasileiro. **Raízes**, Campina Grande, v. 38, n. 2, p. 43-57, 2018.

ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no Nordeste**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

ANDRADE, M. C. de. **A questão do território no Brasil**. 2. ed. São Pulo: Hucitec, 2004.

ANDRADE, R. P.; PALLUDETTO, A. W. A. Aspectos institucionais da formação de preços. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.29, n. 2, p. 565-590, 2019.

AQUINO, J. R. de; SCHNEIDER, S. 12 Anos da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008): Uma reflexão crítica. **Revista de Extensão Rural e Estudos Rurais**, Viçosa, v. 1, n. 2, p. 309-347, 2011.

AQUINO, J. R. de; BASTOS, F. Dez anos do Programa Agroamigo na Região Nordeste: evolução, resultados e limites para o fortalecimento da agricultura familiar, **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 46, suplemento especial, p. 139-160, 2015.

AQUINO, J. R. de; SILVA, C. B. de C.; NEVES, J. A. S. das.; LIMA, J. R. F. de.; SCHNEIDER, S. articulação de políticas para a superação da pobreza rural: um estudo das interfaces entre o Programa Bolsa Família e as políticas de inclusão produtiva no Nordeste e no sul do Brasil, **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 48, n. 4, p. 155-173, 2017.

- AQUINO, J. R. de; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER. Dualismo no Campo e Desigualdades Internas na Agricultura Familiar Brasileira, **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 56, n. 01, p. 123-142, 2018.
- AQUINO, J. R. de; ALVES, O. M.; VIDAL, F. de F. Agricultura familiar no Nordeste do Brasil: um retrato atualizado a partir do Censo Agropecuário de 2017. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 51, suplemento especial, p. 31-54, 2020.
- AQUINO J. R. de; ALVES, M. O.; VIDAL, M. de F. Agricultura familiar no Nordeste: um breve panorama dos seus ativos produtivos e da sua importância regional. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental (IPEA)**, Brasília, v. 23, p. 97-110, 2021.
- ARAÚJO, J. A. de A.; MORAIS, G. A. S.; CRUZ, M. S. da. Estudo da pobreza multidimensional no estado do Ceará. **Revista Ciências Administrativas**, Fortaleza, v. 19, n. 1, p. 85-120, jan./jun. 2013.
- ARAÚJO, C. R. V. **História do pensamento econômico**: uma abordagem introdutória. São Paulo: Atlas, 1988.
- ARAÚJO, T. B. de. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro**: heranças e urgências. 2. Ed. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2012.
- ARAÚJO, T. B.; FAVARETO, A. O papel da agricultura familiar para um novo desenvolvimento regional no nordeste – uma homenagem a Celso Furtado. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 51, suplemento especial, p. 9-29, 2020.
- ARCANJO, J. E. M. A cana e o gado – o Nordeste segundo Gilberto Freyre e Djacir Menezes. *In*: MENEZES, D. **O outro Nordeste**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2018. p. 65-87.
- AZEVEDO, P. F. de. Emergência de instituições de mercado: a criação de mercados como política para a agricultura. *In*: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (org.). **Construção de mercados e agricultura familiar**: Desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016. p. 209-227.
- AZEVEDO, P. F.; FAULIN, E. J. Comercialização na agricultura familiar. *In*: SOUZA FILHO, H. M. de; BATALHA, M. O. (org.). **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: EdUFSCar, 2005. p. 229-249.
- BARBOSA, A. R.; NOBRE, F. V.; OLIVEIRA, S. M. S. de. Desenvolvimento dos mercados e o marketing na caprinovinocultura. *In*: LIMA, G. F. da C.; HOLANDA JÚNIOR, E. V.; MACIEL, F. C.; BARROS, N. N.; AMORIM, M. V. CONFESSOR JÚNIOR, A. A. (org.). **Criação familiar de caprinos e ovinos no Rio Grande do Norte**: orientações para a viabilização do negócio rural. Natal: Emater-RN, EMPARN, Embrapa Caprinos, 2006. p. 63-80.
- BECKER, K. L. Qualidade da educação no Brasil: uma análise da distribuição regional do IDEB em 2007 e 2017. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental (IPEA)**, Brasília, v. 22, p. 183-190, 2020.

- BECKERT, J. The great transformation of embeddedness: Karl Polanyi and the New Economic Sociology. **MPIfG Discussion Paper**, Cologne, n. 7, 2007.
- BECKERT, J. Where do prices come from? Sociological approaches to price formation. **MPIfG Discussion Paper**, Cologne, v. 9, p. 757-786, 2011.
- BELCHIOR, E. B.; SOUZA, J. D. F. de; ALMEIDA, H. C. G. de; MORAIS, O. R. de; SHIOTSUKI, L. A importância do perfil socioeconômico de criadores de ovinos de corte na elaboração de políticas públicas. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 52., 2014, Goiânia. Heterogeneidade e suas implicações no rural brasileiro: **Anais [...]**. Goiânia: SOBER, 2014.
- BELIK, W. Os limites para a expansão dos mercados locais. *In*: MARQUES, Flávia Charão; CONTERATO, Marcelo Antônio; SCHNEIDER, Sergio (org.). **Construção de mercados e agricultura familiar**: Desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016. p. 183-205.
- BERNSTEIN, H. Capitalism and Petty commodity production. **Social Analysis**, London, v. 20, p. 11-28, 1986.
- BERNSTEIN, H. A dinâmica de classe do desenvolvimento agrário na era da globalização. **Sociologias**, v. 13, n. 27, p. 52-81, 2011a.
- BERNSTEIN, H. **Dinâmicas de classes da mudança agrária**. São Paulo: Editora Unesp, 2011b.
- BERNSTEIN, H. Political economy of agrarian change: some key concepts and questions. **RUDN Journal of Sociology**, Moscou, v. 17, n. 1, p. 7-18, 2017.
- BOCKORNI, B. R. S.; GOMES, A. F. A amostragem em *snowball* (bola de neve) em uma pesquisa qualitativa no campo da administração. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, Umuarama, v. 22, n. 1, p. 105-117, 2021.
- BORGES, I.; ABREU, M. L. C.; NEVES, L. F. M. Sistemas de produção de caprinos leiteiros. *In*: SELAIVE-VILLARROEL, A. B.; GUIMARÃES, V. P. (ed.). **Produção de caprinos no Brasil**. Brasília, DF: Embrapa, 2019. p.113-127.
- BORRAS JR, S. M.; SCOONES, I.; BAVISKAR, A.; EDELMAN, M.; PELUSO, N. L.; WOLFORD, W. Climate change and agrarian struggles: na invitation to contribute to a *JPS* Forum. **The Journal of Peasant Studies**, London, v. 49, n. 1, p. 1-28, 2022.
- BOSCARDIN, M. SPANEVELLO, R. M. A importância da aposentadoria rural para agricultores familiares sem sucessores no norte do Rio Grande do Sul: o caso do município de Frederico Westphalen. **Revista Estudo & Debate**, Lajeado, v. 26, n. 2, p. 35-51, 2019.
- BRANDÃO, J. B.; SCHNEIDER, S.; ZEN, H. D.; SILVA, G. P. da. Os mercados de hortifrúti em Santa Maria (RS) – um estudo sobre os tipos de mercados e os canais de comercialização. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 25, n. 2, p. 34-61, 2020.

BRAR, R. S.; KAUR, I.; SINGH, V. P. CHOPRA, S. Analysis of factors influencing choice of milk marketing channel among small and medium dairy farmers in Punjab. **Indian Journal Dairy Sciences**, New Delhi, v. 71, n. 3, p. 299-305, 2018.

BRASIL. Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017. Regulamenta a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e a Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, que dispõem sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 março de 2017b. Seção 1, p. 3.

BRASIL. Decreto nº 11.099, de 21 de junho de 2022. Regulamenta o art. 10-A da Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e a Lei nº 13.860, de 18 de julho de 2019, para dispor sobre a elaboração e a comercialização de produtos alimentícios de origem animal produzidos de forma artesanal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 junho de 2022. Seção 1, p. 5.

BRASIL. Lei nº 13.680, de 14 de junho de 2018. Altera a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, para dispor sobre o processo de fiscalização de produtos alimentícios de origem animal produzidos de forma artesanal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 junho de 2018. Seção 1, p. 2.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa nº 37, de 31 de outubro de 2000. Aprova o regulamento técnico de identidade e qualidade de leite de cabra. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 novembro de 2000. Seção 1, p. 23.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território do Inhamuns Crateús**. Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará, 2011.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Bases para o Plano Nacional de Desenvolvimento da Rota do Cordeiro**. Brasília, DF, 2017 a.

BRASIL. Ministério da Educação. **IFCE de Tauá aprova projeto em seleção nacional de Indicações Geográficas**. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://ifce.edu.br/taua/noticias/ifce-de-taua-aprova-projeto-em-selecao-nacional-de-indicacoes-geograficas>. Acesso em: 30 nov. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. **Exportação e Importação Geral**. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>. Acesso em: 28 nov. 2022.

CAIXETA-FILHO, J. V. Logística para a agricultura brasileira. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, São Paulo, v. 103, p. 18-30, 2010.

CANGIANI, M. A. teoria institucional de Karl Polanyi: a sociedade de mercado e sua economia “desenraizada”. *In*: LEVITT, K. P. (org.). **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. p. 11-44.

CARON, P. Diversidade e trajetória de evolução das unidades produtivas. *In*: CARON, P.; SABOURIN, E. (ed.). **Camponeses do sertão**: mutação das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica; CIRAD, 2003. p. 83-102.

CARON, P.; HUBERT, B. Dinâmicas dos sistemas de pecuária. *In*: CARON, P.; SABOURIN, E. (ed.). **Camponeses do sertão**: mutação das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica; CIRAD, 2003. p. 103-122.

CARVALHO, L. **Valsa brasileira**: do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia. 2018.

CARVALHO, L. **Curto circuito**: o vírus e a volta do Estado. São Paulo: Todavia. 2020.

CASSOL, A. **Instituições sociais e mercados alimentares tradicionais**: barganha, preços, variedades, qualidade e consumo em feiras. 2018. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

CASSOL, A.; SCHNEIDER, S. A imersão social da economia em mercados alimentares brasileiros: uma abordagem institucionalista. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 60, n. 2, p. 1-21, 2022.

CASTRO, C. N. de; PEREIRA, C. N. **Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de Ater**. Brasília, DF: IPEA, 2017. 49 p. (IPEA, Texto para Discussão, 2343).

CATTLE, A.; LIND, J.; SCOONES, I. Development at the margins: pastoralism in the Horn of Africa. *In*: CATTLE, A.; LIND, J.; SCOONES, I. (ed.). **Pastoralism and development in Africa**: dynamic change at the margins. London: New York: Routledge, 2013. p. 1-26.

CAVALCANTE, C. M. Instituições e ação individual: da noção de redes e enraizamento social como conceitos intermediários. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 37, n. 4, p. 1123-1148, 2017.

CEARÁ. Secretaria da Ação Social. Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP. **Relatório de desempenho do Fundo Estadual de Combate à Pobreza**. Fortaleza, 2006. Disponível em: <https://www.fecop.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/91/2016/05/desempenho2006.pdf>. Acesso em 05 jan. 2023.

CEARÁ. Lei Estadual nº 15.803, 25 de junho de 2015. Reconhece a região dos Inhamuns como criadora qualificada de caprinos e ovinos. **Diário Oficial do Estado do Ceará**. Fortaleza, 2015. Disponível em: <http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20150701/do20150701p01.pdf#page=1>. Acesso em: 19 set. 2019.

CEARÁ. Secretaria de Desenvolvimento Agrário. **Plano de negócio da Cooperativa de Desenvolvimento da Economia Familiar da Região do Inhamuns (COODEF)** – Tauá/CE. Tauá: EMATERCE, 2016.

CEARÁ. Secretária de Desenvolvimento Agrário. **Projeto Paulo Freire: manual de implantação**. Fortaleza, 2017. Disponível em: <https://www.sda.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/60/2018/10/mipversaofinal.pdf>. Acesso em: 28 set. 2022.

CENCI, A.; SCHNEIDER, S. Impacto da Covid-19 nos canais de comercialização e mercados das agroindústrias familiares da Serra Gaúcha. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 25, p. 1-15, 2023.

CHABOUD, G.; MOUSTIER, P. The role of diverse distribution channels in reducing food loss and waste: The case of the Cali tomato supply chain in Colombia. **Food Policy**, London, v. 98, p. 1-12, 2021.

CHANVANCE, B. **La economia institucional**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2018.

CHAYANOV, A. V. Sobre la teoria de los sistemas económicos no capitalistas. **Cuadernos Políticos**, México DF, n. 5, p. 15-31, 1975.

CHIES, C; MENDES, M. R. Impactos da aposentadoria rural especial como política pública para a agricultura familiar. **GEOSABERES: Revista de Estudos Geoeeducacionais**, Fortaleza, v. 6, n. 1, p. 123-136, 2015.

CLAIRE, C. From agro-industrial specialization to a plurality of models in Southern Brazil. *In*: GASSELIN, P.; LARDON, S.; CERDAN, C. LOUDIYI, S.; SAUTIER, D. (ed.). **Coexistence and confrontation of agricultural and food models: a new paradigm of territorial development?** Versailles: Éditions Quæ, 2023. p. 27-37.

CLAPP, J.; MOSELY, W.G. This food crisis is different: Covid-19 and the fragility of the neoliberal food security order. **The Journal of Peasant Studies**, London, v. 47, n.7, p.1393-1417, 2020.

COELHO, V. L. P.; MORAIS, O. R. Rota do Cordeiro. *In*: BITTENCOURT, D. M. de C. **Estratégias para a agricultura familiar: visão de futuro rumo à inovação**. Brasília, DF: Embrapa, 2020. p. 203-217.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB. **Séries históricas das safras: algodão**. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/serie-historica-das-safras/itemlist/category/898-algodao>. Acesso em 26 abr. 2023.

CONCEIÇÃO, A. F. da; SCHNEIDER, S. A internet e a agricultura familiar: algumas percepções sobre as mudanças no meio rural. **MARGENS - Revista Interdisciplinar**, Abaetetuba, v. 13, n. 20, p. 59-71, 2019.

CONCEIÇÃO, O. A. C. Os antigos, os novos e neo-institucionalistas: há convergência teórica no pensamento institucionalista? **Revista Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 19, n. 36, p. 25-45, 2000.

CONCEIÇÃO, O. A. C. Além da transação: uma comparação do pensamento dos institucionalistas com os evolucionários e pós-keynesianos. **Revista Economia**, Porto Alegre, v. 7, n. 3, p. 621-642, 2007.

CONCEIÇÃO, O. A. C. Uma avaliação da agenda de pesquisa da Escola Institucionalista Original. *In*: SALLES, A. O. T.; PESSOLI, H. F.; FERNÁNDEZ, R. G. (org.). **Economia institucional: fundamentos teóricos e históricos**. São Paulo: Editora Unesp, 2017. p. 297-336.

CONCEIÇÃO, O. A. C. Instituições, regras e hábitos: reflexões sobre a interação entre instituições e a economia na agenda institucionalista. *In*: VIANA, J. G. A.; WAQUIL, P. D. (org.). **Instituições, regras e hábitos: proposições teóricas e aplicadas para estudos rurais**. Curitiba: Editora CRV, 2020. p. 19-41.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA – CONTAG. **Avaliação da CONTAG sobre a proposta inicial de orçamento de 2023 para as políticas de apoio à agricultura familiar**. Brasília, DF, 2022. Disponível em: [https://ww2.contag.org.br/avaliacao-da-contag-sobre-a-proposta-inicial-de-orcamento-de-2023-para-as-politicas-de-apoio-a-agricultura-familiar-20220919#:~:text=O%20valor%20destinado%20para%202023,R%24%2050%2C0%20mil](https://ww2.contag.org.br/avaliacao-da-contag-sobre-a-proposta-inicial-de-orcamento-de-2023-para-as-politicas-de-apoio-a-agricultura-familiar-20220919#:~:text=O%20valor%20destinado%20para%202023,R%24%2050%2C0%20mil. Acesso em: 03 de nov. 2022). Acesso em: 03 de nov. 2022.

CONTERATO, M. A.; NIEDERLE, P. A.; RADOMSKY, G.; SCHNEIDER, S. Mercantilização e mercados: a construção da diversidade da agricultura na ruralidade contemporânea. *In*: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 67-89.

CORDEIRO, P. R. C.; CORDEIRO, A. G. P. C.; COSTA, M. G. Produção e mercado de leite caprino. *In*: SELAIVE-VILLARROEL, A. B.; GUIMARÃES, V. P. (ed.). **Produção de caprinos no Brasil**. Brasília, DF: Embrapa, 2019. p. 671-686.

COSTA, A. D. **Nível tecnológico, rentabilidade e cadeia produtiva da ovinocaprino cultura de corte no Estado do Ceará**. 2007. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Pós-Graduação em Economia Rural, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

COSTA, R. G. da; RIBEIRO, N. L.; CAVALCANTE, I. T. R.; LIMA, P. R. de. Carne de caprinos e ovinos no Nordeste: Diferenciação e agregação de valor. **Revista Científica de Produção Animal**, Areia PB, v. 21, n. 1, p. 25-33, 2019.

COSTA, R. L.; BAPTISTA, G. M. de M.; GOMES, H. F. B.; SILVA, F. D. dos S.; ROCHA JÚNIOR, R. L. da; SALVADOR, M. de A.; HERDIES, D. L. Analysis of climate extremes indices over northeast Brazil from 1961 to 2014. **Weather and Climate Extremes**, London, v. 28, p. 1-21, 2020.

- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- CRESWELL, J. W.; CRESWELL, J. D. **Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. Los Angeles: SAGE, 2018.
- CRUZ, M. S.; SCHNEIDER, S. Feiras alimentares e mercados territoriais: a estrutura e o funcionamento das instituições de ordenamento das trocas locais. **Raízes**, Campina Grande, v. 42, n. 1, p. 93-113, 2022.
- CRUZ, N. B.; JESUS, J. G.; BACHA, C. J. C.; COSTA, E. M. Acesso da agricultura familiar ao crédito e à assistência técnica no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 59, n. 3, p. 1-20, 2020.
- CUNHA, G. H. de M. O algodão na Economia da província do Ceará durante o século XIX: algumas considerações sobre sua importância. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 3, n. 47, p. 211-240, 2020.
- CUNHA JÚNIOR, J. M. da; VIANA, L. F. G. Avaliação do Programa de Microfinança Rural Agroamigo: uma análise sistemática da literatura do programa. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 54, Suplemento especial, p. 25-34, 2023.
- DALE, G. Duplos movimentos e forças pendulares: perspectivas polanyianas sobre a era neoliberal, **Otra Economía**, Buenos Aires, v. 7, n. 12, p. 26-44, 2013.
- DALROT, M.; LAMINE, C. Dimensões da produção e consumo de alimentos de base ecológica em circuitos curtos na França e no Brasil. *In*: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (org.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 325-349.
- DEGGERONE, Z. A. **Caracterização dos mercados agroalimentares no Alto Uruguai-RS: um estudo sobre o processo de mercantilização da agricultura familiar em Aratiba-RS**. 2021. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.
- DEGGERONE, Z. A.; SCHNEIDER, S. Os canais de comercialização utilizados pelos agricultores familiares em Aratiba-RS. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 24, p. 1-19, 2022.
- DEGGERONE, Z. A.; SCHNEIDER, S. Os mercados agroalimentares acessados pelos agricultores familiares na região Alto Uruguai (RS). *In*: CONGRESSO SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 57., 2019, Ilhéus. **Anais [...]**. Ilhéus: SOBER, 2019. 17 f.
- DELAZERI, L. M. M.; CUNHA, D. A. da; OLIVEIRA, L. R. Climate change and rural–urban migration in the Brazilian Northeast region. **GeoJournal**, v. 87, p. 2159-2179, 2022.

DELGADO, G. C. A modernização conservadora da agricultura brasileira – 1965-1985. *In: DELGADO, G. C. (ed.). Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012. p.11-37.

DONG, S. Overview: Pastoralism in the World. *In: DONG, S.; KASSAM, K. S.; TOURRAND, J. F.; BOONE, R. B. (ed.). Building resilience of human-natural systems of pastoralism in the developing World: interdisciplinary perspectives*. Switzerland: Springer Nature, 2016. p. 1-38.

ELEUTÉRIO, J. A.; SOUZA JÚNIOR, M. de.; MESQUITA L. A. de O. O legado do projeto São José para o desenvolvimento rural sustentável do Ceará. **Cadernos do Observatório**, Fortaleza, v. 8, p. 103-109, 2020.

ELIAS, D. Integração competitiva do semiárido. *In: ELIAS, Denise; SAMPAIO, José Levi Furtado (org.). Paradigmas da agricultura cearense: modernização excludente*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p. 11-36.

ELLIS, F. Household strategies and rural livelihood diversification. **The Journal of Development Studies**, London, v. 35, n. 1, p. 1-38, 1998.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in development countries**. New York: Oxford University Inc., 2000.

EMERENCIANO NETO, J. V.; BEZERRA, M. G. da S.; FRANÇA, A. F. de; ASSIS, L. C. da S. L. C.; DIFANTE, G. dos S. Agricultura familiar na cadeia produtiva de carne ovina e caprina no semiárido. **Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável**, Viçosa, v. 1, n. 2, p. 12-19, 2011.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. Centro Nacional de Caprinos. **Plano Diretor do Centro Nacional de Pesquisa de Caprinos**. Brasília, DF: Embrapa SPI, 1993. 35p.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. EMBRAPA Caprinos. **II Plano Diretor**: Embrapa Caprinos 2000-2003. Brasília, DF: Embrapa Comunicação para Transferência de Tecnologia, 2000. 36 p.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. EMBRAPA Caprinos. **III Plano Diretor**: Embrapa Caprinos 2004-2007. Sobral, 2005. 43 p.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. EMBRAPA Caprinos e Ovinos. **IV Plano diretor da Embrapa Caprinos e Ovinos**: 2008-2011-2023. Sobral, 2008. 33 p.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. EMBRAPA Caprinos e Ovinos. **Cursos preparam setor produtivo para a obtenção do Selo Arte para a Manta de Carneiro dos Inhamuns**. Sobral, 2020. Disponível em: <https://www.embrapa.br/caprinos-e-ovinos/busca-de-noticias/>

/noticia/56803114/cursos-prepararao-setor-produtivo-para-obtencao-do-selo-arte-para-manta-de-carneiro-dos-inhamuns?p_auth=dZA0AnWQ. Acessado em: 27 out. 2021.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. EMBRAPA Caprinos e Ovinos. **Boletim do Centro de Inteligência e Mercado de Caprinos e Ovinos** - n. 3, jul. 2018. Sobral, CE, 2018. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/190559/1/CNPC-2018-BCIM-n3.pdf>. Acessado em: 27 ago. 2023.

ESCHER, F.; SCHNEIDER, S.; SCARTON, L. M.; CONTERATO, M. A. Caracterização da pluriatividade e dos plurirrendimentos da agricultura brasileira a partir do Censo Agropecuário 2006. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, n. 4, p. 643-668, 2015.

ESCHER, F.; SCHNEIDER, S.; YE, J. The agrifood question and rural development dynamics in Brazil and China: towards a protective ‘countermovement’, **Globalizations**, London, v. 15, n. 1, p. 92-113, 2018.

FARIA, A. A. R.; DUENHAS, R. A. A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater): um novo modelo de desenvolvimento rural ainda distante da agricultura familiar. **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**, Tupã, v. 5, n. 1, p. 137-167, 2019.

FARIAS, A. **História do Ceará**. 7. Ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2015.

FARIAS, J. L. F.; MENDES, M. E. P. **Estratégia de transferência de tecnologia como forma de apropriação do conhecimento: o caso Coomanta**. Sobral: Embrapa Caprinos e Ovinos, 2009, 31 p. (Embrapa Caprinos e Ovinos. Documentos, 90).

FARIAS, J. L. de S.; VASCONCELOS, H. E. M.; ARAÚJO, M. R. A. de. **Análise do processo de inovação utilizada pela Embrapa Caprinos e Ovinos e suas contribuições para o Plano Brasil Sem Miséria no Semiárido cearense**. Sobral: Embrapa Caprinos e Ovinos, 2016. 54 p. (Embrapa Caprinos e Ovinos. Documentos, 121).

FARIAS, J. L. de S.; ARAUJO, M. R. A. de; LIMA, A. R.; ALVES, F. S. F.; OLIVEIRA, L. S.; SOUZA, H. A. Análise socioeconômica de produtores familiares de caprinos e ovinos no Semiárido cearense, Brasil. **Archivos de Zootecnia**, Cordoba, v. 63, n. 241, p. 13-24, 2014.

FARIAS, J. L. de S.; FERNANDES, F. E. P.; FERNANDES, C. de Z.; MACHADO, A. B. N. Construção social de mercados: estratégias de fortalecimento da autonomia dos agricultores familiares no Semiárido brasileiro. **Agroalimentaria**, Mérida, v.23, n. 44, p. 153-168, 2017.

FAVARETO, A. As políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil em perspectiva: uma década de experimentações. **Desenvolvimento em debate**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 47-63, 2010.

FAVARETO, A. Concepções de desenvolvimento e de intervenção pública no Brasil rural sob o governo Temer e além. **Raízes**, Campina Grande, v. 37, n. 2, p. 07-26, 2017.

FERRARI, D. L. **Cadeias agroalimentares curtas: a construção social de mercados de qualidade pelos agricultores familiares em Santa Catarina**. 2015. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

FONTE, M. Knowledge, food and place: a way of producing, a way of knowing. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 48, n. 3, p. 200-222, 2008.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION STATISTICS – FAOSTAT. **Crops and livestock**. Goat and Sheep. 2021. Disponível em: <https://www.fao.org/faostat/en/#data/QCL>. Acesso em: 02 abr. 2023.

FORNEY, J. ALLAIRE, G. Coexistence as Assemblage: The multiplicity of dairy models in switzerland *In*: GASSELIN, P.; LARDON, S.; CERDAN, C. LOUDIYI, S.; SAUTIER, D. (ed.). **Coexistence and confrontation of agricultural and food models: a new paradigm of territorial development?** Versailles: Éditions Quæ, 2023. p. 251-262.

FRAGA, L. K. de; PERONDI, M. A.; MATTE, A.; GODOY, W. T. Regimes alimentares e o delineamento da insegurança alimentar e nutricional no BRasil: resistências e contramovimentos. **Grifos**, Chapecó, v. 32, n. 60, p. 1-19, 2023.

FRANÇA, F. M. C.; HOLANDA JÚNIOR, E. V.; MARTINS, E. C.; MEDEIROS, H. R. de; SOUSA NETO, J. M. de. Análise econômica e financeira de um modelo teórico de produção de carne ovina e caprina para unidades familiares no semiárido do Rio Grande do Norte. *In*: LIMA, G. F. da C.; HOLANDA JÚNIO, E. V.; MACIEL, F. C.; BARROS, N. N.; AMORIM, M. V. CONFESSOR JÚNIOR, A. A. (org.). **Criação familiar de caprinos e ovinos no Rio Grande do Norte: orientações para a viabilização do negócio rural**. Natal: Emater-RN, EMPARN, Embrapa Caprinos, 2006. p. 121-143.

FREITAS, H.; OLIVEIRA, M.; SACCOL A. Z.; MOSCARELA, J. O método de pesquisa *survey*. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 105-112, 2000.

FRIEDMANN, H. Simple commodity production and wage labour in the American plains. **The Journal of Peasant Studies**, London, v. 6, n.1, p. 71-100, 1978.

FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS – FUNCEME. **Zoneamento ecológico-econômico das áreas susceptíveis à desertificação do núcleo II – Inhamuns**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2015.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GARCIA-DORY, F.; HOUZER, E.; SCOONES, I. **Livestock and climate justice: challenging mainstream policy narratives**. IDS Bulletin: Institute of Development Studies, 2021. DOI: 10.19088/1968-2021.128. Disponível em: <https://opendocs.ids.ac.uk/opendocs/bitstream/handle/20.500.12413/16913/IDSBulletin>

[_OnlineFirst_Garci%20a-Dory_Houzer_Scoones.pdf?sequence=1](#). Acesso em: 10 nov. 2021

GARCIA JÚNIOR, A. R. **O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformações sociais**. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: MCT-CNPq. 1989.

GASSELIN, P.; HOSTIOU. What do our research friends say about the coexistence and confrontation of agricultural and food models? Introduction to the special issue. **Review of Agricultural, Food and Environmental Studies**, New York, v.101, n. 2-3, p. 173–190, 2020.

GASSELIN, P.; LARDON, S.; CERDAN, C.; LOUDIYI, S.; SAUTIER, D. The coexistence of agricultural and food models at the territorial scale: an analytical framework for a research agenda. **Review of Agricultural, Food and Environmental Studies**, New York, v. 101, n. 2-3, p. 339–361, 2020.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2021a.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2021b.

GIMÉNEZ, A.; ARES, F. ARES, G. Sensory shelf-life estimation: a review of current methodological approaches. **Food Research International**, New York, v. 1, n. 49, p. 311-325, 2012.

GOODMAN, D.; DUPUIS, E. M.; GOODMAN, M. K. **Alternative Food Networks: knowledge, practice, and politics**. Abingdon: Routledge, 2012.

GOMES, R. A.; MENESES, V. F. As políticas públicas de incentivo a ‘(re)peculiarização’ no semiárido nordestino’: desenvolvimento, modernização e recomposição espacial. *In*: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA RURAL, 8., 2010, Porto de Galinhas. **Anais [...]**. Porto de Galinhas: ALASRU, 2010. 18 f.

GONÇALVES JÚNIOR, O. Construção social e mercados e políticas públicas de desenvolvimento: uma aproximação teórica-empírica. **Revista Interdisciplinar de Marketing**, Maringá, v. 6, n. 1, p.58-72, 2016.

GOWANE, G. R.; GADEKAR, Y. P.; PRAKASH, V.; KADAM, V.; CHOPRA, A.; PRINCE, L. L. L. Climate change impact on sheep production: growing, milk, wool, and meat. *In*: SEJIAN, V.; BHATTA, R.; GAUGHAN, J.; MALIK, P. K.; NAQVI, S. M. K.; LAL, R. **Sheep Production Adapting to Climate Change**. Singapore: Springer Nature, 2017. p. 31-69.

GRAMANI, M. C. Análise dos determinantes de eficiência educacional do estado

do Ceará. **Ensaio: Avaliação e Política Pública em Educação**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 95, p. 507-526, 2017.

GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE - eletrônica**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 01-40, 2007.

GRISA, C.; PORTO, S. I. Dez anos de PAA: as contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. *In*: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 155-180.

GRISA, C.; PORTO, S. I. Políticas alimentares e referenciais setoriais na trajetória brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 61, n. 3, p. 1-20, 2023.

GRISA, C.; WESZ JUNIOR, V. J.; BUCHWEITZ, V. D. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, n. 2, p. 323-346, 2014.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. *In*: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 19-50.

GRISA, C.; CHECHI, L. A.; SANGUINET, E. R. A incidência de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: considerações a partir dos municípios, regiões e Territórios da Cidadania. **Revista Grifos**, Chapecó, n. 45, p. 159-182, 2018.

GRISA, C.; SCHMITT, C. J.; SILVA, M. A. P. da; LEITE, S. P.; ZIMMERMANN, S.; BARBOSA, Y. R. de S. **A desestruturação das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar: mudanças institucionais, estratégias de desmonte e novas configurações**. Rio de Janeiro: Fundação Heirich Böll, 2022.

GUIMARÃES, V. P.; LUCENA, C. C. de; FACÓ, O.; BOMFIM, M. A. D.; LARANJEIRA, F. F.; DUBEUF, J. P. The future of small ruminants in Brazil: Lessons from the recent period and scenarios for the next decade. **Small Ruminant Research**, New York, v. 209, p. 1-12, 2022.

GUIMARÃES FILHO, C. Consolidação da cadeia produtiva da carne caprina e ovina: tecnologias na produção e organização. **Revista Científica de Produção Animal**, Areia PB, v. 19, n.2, p. 82-93, 2017.

GUIMARÃES FILHO, C. SILVA, P. C. G. da. Indicação Geográfica, uma certificação estratégica para os produtos de origem animal da agricultura familiar do semiárido. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 45, suplemento especial, p. 133-141, 2014.

GUIMARÃES FILHO, C.; SOARES, J. G. G.; ARAÚJO, G. G. L. de. Sistema de produção de carne de caprinos e ovinos no Semiárido nordestino. *In*: SIMPOSIO INTERNACIONAL SOBRE CAPRINOS E OVINOS DE CORTE, 1., 2000, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: EMEPA-PB, 2000. p. 21-35.

GUIMARÃES NETO, L. **Introdução à formação econômica do Nordeste**. Recife: Massangana, 1989.

HANDERSON, T. P. Struggles for autonomy from and within the market of southeast Mexico's small coffee producers. **The Journal of Peasant Studies**, London, v. 46, n. 2, p. 400-423, 2017.

HARRISS-WHITE, B. Petty commodity production. **The Journal of Peasant Studies**, London, v. 50, n. 1, p. 295-314, 2023.

HEBINCK, P.; PLOEG, J. D. van der; SCHNEIDER, S. The construction of new, nested markets and the role of rural development policies: some introductory notes. *In*: HEBINCK, P.; PLOEG, J. D. van der; SCHNEIDER, S. (ed.). **Rural development and the construction of new markets**. Londres: Routledge, 2015. p. 01-15.

HERRERO, M.; GRACE, D.; NJUKI, J.; JOHNSON, N.; ENAHORO, D.; SILVESTRI, S.; RUFINO, M. C. The roles of livestock in developing countries. **Animal**, New York, v. 7, n. 1, p. 3-18, 2013.

HODGSON, G. M. **Economia e Instituições**: manifesto por uma economia institucionalista moderna. Oeiras: Celta Editora, 1994.

HODGSON, G. M. The approach of institutional economics. **Journal of Economic Literature**, New York, v. 36, n. 01, p. 166-192, 1998.

HODGSON, G. M. What are institutions? **Journal Economic Issues**, London, v. 40, n. 1, p. 1-25. 2006.

HODGSON, G. M. **Economía Institucional y Evolutiva Contemporánea**. Cidade do México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2007.

HODGSON, G. M. **Conceptualizing capitalism**: institutions, evolution, future. Chicago: The University of Chicago Press, 2015.

HOLANDA FILHO, Z. F.; LUCENA, C. C.; MARTINS, E. C. **Mapeamento dos abatedouros com serviços de inspeção sanitária para caprinos e ovinos no Brasil**. Sobral: Embrapa Caprinos e Ovinos, 2019. 41 p. (Embrapa Caprinos e Ovinos. Documentos 135).

HOLANDA JÚNIOR, E. V. **Sistemas de produção de pequenos ruminantes no Semiárido do Nordeste brasileiro**. Sobral: Embrapa Caprinos, 2006. 53 p. (Embrapa Caprinos, Documentos, 66).

HOLANDA JÚNIOR, E. V.; GUIMARÃES, V. P.; SOUZA, J. D. F. de. Los sistemas de producción de rumiantes menores em el Semiárido brasileño y sus limitantes productivas. *In*: IÑEGUES ROJAS, Luis. (ed.). **La producción de rumiantes menores em las zonas áridas de Latinoamérica**. Brasília, DF: Embrapa: ICARDA: IFAD, 2013. p. 71-94.

ILBERY, B.; MAYE, D. Alternative (shorter) food supply chains and specialist livestock products in the Scottish - English borders. **Environment and Planning**, New York, v. 37, p. 823-844, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática SIDRA. **Censo agropecuário 2017**; Tabela 6907 – Número de estabelecimentos agropecuários com efetivo de pecuária e número de cabeças, por tipologia, espécie da pecuária e condição do produtor em relação às terras. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/6907#resultado>. Acesso em: 05 jul. 2021a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática SIDRA. **Censo agropecuário 2017**; Tabela 6929 – Número de estabelecimentos agropecuários com caprinos, efetivos, venda, produção de lã e produção de leite, por tipologia, grupos de atividade econômica, e grupos de área total. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6929>. Acesso em: 05 jul. 2021. b

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática SIDRA. **Censo agropecuário 2017**; Tabela 6931 – Número de estabelecimentos agropecuários com ovinos, efetivos, venda, produção de lã e produção de leite, por tipologia, grupos de atividade econômica, e grupos de área total. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6931>. Acesso em: 05 jul. 2021. c

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática SIDRA. **Censo agropecuário 2017**; Tabela 6780 – Número de estabelecimentos agropecuários, por tipologia, origem da orientação técnica recebida, grupos de atividades econômicas e grupos de área total. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6780>. Acesso em: 18 jul. 2022. d

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática SIDRA. **Pesquisa da Pecuária Municipal**; Tabela 3939 – Efetivo dos rebanhos, por tipos de rebanhos. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3939>. Acesso em: 16 jul. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo 2022: Panorama**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA E ECOÔMICA APLICADA – IPEA. **Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, DF, 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ - IPECE. **As regiões de Planejamento do Estado do Ceará**. Fortaleza, 2016. 58 p. (IPECE, Texto para Discussão, 111).

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ - IPECE. **Perfil das regiões de planejamento: Sertões dos Inhamuns 2021**. Fortaleza, 2021.

Disponível em: <http://ipecedata.ipece.ce.gov.br/ipece-data-web/module/perfil-regional.xhtml>. Acesso em: 11 nov. 2022.

IZEPÃO, R. L.; BRITO, E. C.; BERGOCE, J. O indivíduo na economia neoclássica, comportamental e institucional: da passividade à ação. **Leituras de Economia Política**, Campinas, v. 31, p. 55-77, 2020.

JARDIM, M. C.; CÂNDIDO, S. E. A. A sociologia econômica nos Estados Unidos: principais autores, conceitos e debates. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 88, p. 1-23, 2019.

JONGERDEN, J. Autonomy as a third mode of ordering: Agriculture and the Kurdish movement in Rojava and North and East Syria. **Journal Agrarian Change**, New York, v. 22, n. 3, p. 592-607, 2022.

KATO, H. C. de A.; BELCHIOR, E. B.; SOUSA, D. N. de; MORAIS, O. R. de. Diagnóstico tecnológico de produção da caprinovinocultura no município de Tauá-CE. **Desafios: Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins**, Palmas, v. 6, n. 2, p. 10-17, 2019.

KJELLBERG, H.; HELGESSON, C. Multiple versions of markets: multiplicity and performativity in market practice. **Industrial Marketing Management**, New York, v. 35, p. 839–855, 2006.

KLINGENBERG, C. O.; BORGES, M. A. V.; ANTUNES JÚNIOR, J. A. do V. Industry 4.0: What makes it a revolution? A historical framework to understand the phenomenon. **Technology in Society**, New York, v. 70, p. 1-7, 2022.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Marketing management**. 12. ed. Upper Saddle River: New Jersey, 2006.

LEITE, E. R. O agronegócio da caprinocultura de corte. In: SELAIVE-VILLARROEL, A. B.; GUIMARÃES, V. P. (ed.). **Produção de caprinos no Brasil**. Brasília, DF: Embrapa, 2019. p. 655-669.

LENG, X. Digital revolution and rural family income: Evidence from China. **Journal of Rural Studies**, London, v. 94, p. 336-343, 2022.

LIAO, P.; CHANG, H.; HE, J.; SAELI, K. Diversification of marketing strategies among small farmers: empirical evidence from Family farmers in Taiwan. **Agricultural Economics**, Czech, v. 63, n. 11, p. 493-501, 2017.

LIE, J. Sociology of markets. **Annual Review of Sociology**, Los Angeles, v. 23, p. 341-360, 1997.

LIMA, J. F. El desarrollo regional brasileño: una evaluación de la política nacional de desarrollo regional. In: PIZZIO, A.; ALMANZA, A. S.; RODRIGUES, W. (org.). **Desarrollo regional en perspectivas comparadas: los casos de Brasil y México**. Brasília: DF: Verbena Editora, 2020. p. 26-47.

LONG, Norman. **Development sociology: actor perspective**. London: Routledge, 2001.

LONG, N.; PLOEG, J. D. van der. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. *In*: SCHNEIDER, Sergio; GAZOLLA, Márcio (Org.). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011. p. 21-48.

LU, C. The role of goats in the world: Society, science, and sustainability. **Small Ruminant Research**, v. 227, p. 1-12, 2023.

LUCENA, C. C.; GUIMARÃES, V. P.; MARTINS, E. C.; CISNE JÚNIOR, J. V.; OLIVEIRA, D. de S.; BARRETO, L. L. da S. **Diagnóstico da caprinocultura e ovinocultura do município de Sobral – CE**. Sobral: Embrapa Caprinos, 2018. 37 p. (Embrapa Caprinos, Documentos, 127).

MACÊDO, N. **O Clã dos Inhamuns**. 2 ed. Fortaleza: Editora Fortaleza, 1967.

MACHADO, M. D.; SILVA, A. L. da. Comercialização na agricultura familiar. *In*: SOUZA FILHO, H. M. de; BATALHA, M. O. (org.). **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: EdUFSCar, 2005. p. 95-129.

MACHADO, N. M. C. Karl Polanyi e a Nova Sociologia Econômica: notas sobre o conceito de (dis)embeddedness. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 90, p. 71-94, 2010.

MACHADO, M. D.; SILVA, A. L. da. Comercialização na agricultura familiar. *In*: SOUZA FILHO, H. M. de; BATALHA, M. O. (org.). **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: EdUFSCar, 2005. p. 95-129.

MACHADO, W. B.; OLIVEIRA NETO, O. J. de. Os impactos da aposentadoria rural na segurança alimentar dos agricultores familiares de Itapuranga – Goiás. **Qualia: a ciência em movimento, Aparecida de Goiânia**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2015.

MACIEL, R. G.; BECKER, C.; NESKE, M. Z. Os mercados da ovinocultura na pecuária familiar: proposições analíticas da Nova Sociologia Econômica. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 57, n. 3, p. 396-412, 2019.

MANGO, N.; MAKATE, C.; FRANCESCONI, N.; JAGER, M.; LUNDY, M. Determinants of market participation and marketing channels in smallholder groundnut farming: A case of Mudzi district, Zimbabwe. **African Journal of Science, Technology, Innovation and Development**, London, v. 10, n. 3, p. 311-321, 2018.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021a.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2021b.

MARENCO, J. A. Variações e mudança de clima globais e no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 103, p. 25-32, 2014.

MARENCO, J. A.; GALDOS, M. V.; CHALLINOR, C.; CUNHA, A. P.; MARIN, F. R.; VIANNA, M. dos S.; ALVALA, R. C. S.; ALVES, L. M.; MORAES, O. L.; BENDER, F. Drought in Northeast Brazil: A review of agricultural and policy adaptation options for food security. **Climate Resilience and Sustainability**, New Jersey, v.1, n.1, p. 1-20, 2022.

MAZZOCCHI, C.; CORSI, S.; RUGGERI, G. The coexistence of local and global food supplychains: the Lombardy Region case study. **Agriculture**, Basel, v. 10, p. 1-11.

MCMICHAEL, P. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora da UFRGS, 2016.

MCMICHAEL, P. Updating Karl Polanyi's 'double movement' for critical agrarian studies. **The Journal Peasant Studies**, London, 2023. DOI: 10.1080/03066150.2023.2219978.

MADALOZZO, C. L. **Alternativas para o desenvolvimento sustentável do Semiárido cearense: ovinocaprinocultura de corte**. 2005. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Pós-Graduação em Economia Rural, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

MAGALHÃES, K. A.; HOLANDA, FILHO, Z. F.; MARTINS, E. C. **Fatores para a viabilidade do setor agroindustrial ovino e caprino no Ceará**. Sobral: Embrapa Caprinos, 2021. 52 p. (Embrapa Caprinos, Documentos, 141).

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their rule in rural development. **Sociologia Ruralis**, New York, v. 40, p. 424-438, 2000.

MARSDEN, T.; MORLEY, A. Current food questions and their scholarly challenges: creating and framing a sustainable food paradigm. *In*: MARSDEN, T.; MORLEY, A. (ed.). **Sustainable food systems: building a new paradigm**. London; New York: Routledge, 2014. p. 1-29.

MARSDEN, T. RENTING, H. Uma réplica ao artigo: Compreendendo as redes alimentares alternativas: o papel de cadeias curtas de abastecimento de alimentos no desenvolvimento rural. *In*: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (org.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 53-58.

MARSDEN, T.; HEBINCK, P.; MATHIJS, E. Re-building food systems: embedding assemblages, infrastructures and reflexive governance for food systems transformations in Europe. **Food Security**, New York, v. 10, n. 6, p. 1301-1309, 2018.

MATTE, A. **Convenções e mercados da pecuária familiar no Sul do Rio Grande do Sul, Brasil**. 2017. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-

Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

MATTE, A.; WAQUIL, P. D. Vulnerabilidade, capacitações e meios de vida de pecuaristas de corte no sul do Rio Grande do Sul. *In: WAQUIL, P. D.; MATTE, A.; NESKE, M. Z.; BORBA, M. F. S. (org.). **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 237-264.*

MATTE, A.; WAQUIL, P. D. Changes in markets for lamb in livestock family farming in Brazil. **Small Ruminants Research**, New York, v. 205, p. 1-8, 2021.

MATTE, A.; SPANEVELLO, R. M.; ANDREATTA, T. Reprodução social na pecuária familiar. *In: WAQUIL, P. D.; MATTE, A.; NESKE, M. Z.; BORBA, M. F. S. (org.). **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016. p. 265-283.*

MATTE, A.; NESKE, M. Z.; BORBA, M. F. S.; WAQUIL, P. B.; SCHNEIDER, S. Mercado de cadeias curtas na pecuária familiar: um processo de realocização no território Alto Camaquã no sul do Rio Grande do Sul/Brasil. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 21, n.3, p. 137-158, 2016.

MATTE, A.; WAQUIL, P. D.; SCHNEIDER, S. TOURRAND, J. F. Os mercados da pecuária familiar no Sul do Brasil: convenções e canais de comercialização da bovinocultura de corte. **Agricultura Familiar, Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, Belém, v. 14, n. 1, p. 41-74, 2020.

MATZEMBACHER, D. E.; MEIRA, F. B. Mercantilização & contramovimento: agricultura sustentada pela comunidade (CSA): estudo de caso em Minas Gerais, Brasil. **Revista Organizações & sociedade**, Salvador, v. 27, n. 94, p. 396-430, 2020.

MAZZUCATO, M. **O Estado empreendedor: desmascarado o mito do setor público vs. setor privado.** São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

MAZZUCATO, M. **O valor de tudo: produção e apropriação na economia global.** São Paulo: Portfolio-Penguin, 2020.

MEDEIROS, C. N. de; PINHO NETO, V. R. de. **Os determinantes espaciais da extrema pobreza no estado do Ceará** - 2010. Fortaleza: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, 2011. 49 p. (IPECE. Texto para Discussão, 97).

MEDEIROS, J. X. de; BRISOLA, M. V. Enfoques teóricos utilizados para o estudo do sistema agroindustrial da ovinocaprinocultura. *In: MEDEIROS, J. X. de; BRISOLA, M. V. (Org.). **Gestão e organização no agronegócio da ovinocaprinocultura.** Contagem: Santa Clara Editora, 2009. p. 11-20.*

MEDEIROS, J. X. de. SANTO, E. do E.; COSTA, N. G. da; RIBEIRO, J. G. B. L. Cenário mercadológico da ovinocultura. *In: MEDEIROS, J. X. de; BRISOLA, M. V. (org.). **Gestão e organização no agronegócio da ovinocaprinocultura.** Contagem: Santa Clara Editora, 2009. p. 21-32.*

- MENDONÇA, K. V. de. **Análise das causas socioeconômicas da pobreza rural no Ceará**. 2009. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.
- MENESES, V. F. ‘Admirável Bode Novo’: regionalismo e ruralismo em defesa da caprinocultura no semiárido nordestino. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 109-135, 2020.
- MENEZES, D. **O outro Nordeste**. 3. ed. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2018.
- MENEZES, S. de S. M.; CRUZ, F. T. da. Alimentos tradicionais como manifestação cultural na contemporaneidade. *In*: MENEZES, S. de S. M.; CRUZ, F. T. da. (org.). **Estreitando o diálogo: entre alimentos, tradição, cultura e consumo**. São Cristóvão: Editora UFS, 2017. p. 25-44.
- MGALE, Y. J.; YUNXIAN, Y. Marketing efficiency and determinants of marketing channel choice by rice farmers in rural Tanzania: Evidence from Mbeya region, Tanzania. **The Australian Journal of Agricultural and Resource Economics**, New York, v. 59, p. 1–21, 2020.
- MIELE, M.; WAQUIL, P. D.; MIELE, M.; SCHULTZ, G. **Mercados e comercialização de produtos agroindustriais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. (Educação a Distância).
- MILHORANCE, C.; SABOURIN, E.; LE COQ, J.; MENDES, P. Unpacking the policy mix of adaptation to climate change in Brazil’s semiarid region: enabling instruments and coordination mechanisms, **Climate Policy**, London, v. 20, n. 5, p. 593-608, 2020.
- MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde pública**. 13. Ed. São Paulo: Hucitec, 2013.
- MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.
- MIOR, L. C. Desenvolvimento rural: a contribuição da abordagem das redes sociais e sociotécnicas. *In*: SCHNEIDER, S. (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 273-298.
- MODENESE, V. da S.; SANT’ANA, A. L. Diversidade produtiva e de comercialização de agricultores assentados de Mirandópolis contribuições do Programa de Aquisição de Alimento. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 57, n. 4, p. 636-655, 2019.
- MOORE, J. W. The Capitalocene, Part I: on the nature and origins of our ecological crisis, **The Journal of Peasant Studies**, London, v. 44, n. 3, p. 594-630, 2017.
- MONTEIRO, M. G.; BRISOLA, M. V.; VIEIRA FILHO, J. E. R. **Diagnóstico da cadeia produtiva de caprinos e ovinos no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2021. 38 p. (IPEA, Texto para Discussão, 2660).

MOURA, M. A. de.; ULIANA, M. R.; ARANA, A. R. A. Fragilidades das políticas públicas voltadas a agricultura familiar no Brasil: reflexos sobre o fornecimento de alimentos para a segurança alimentar na pandemia. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 33, n. 73, p. 630-657, 2023.

NAMONJE-KAPEMBA, T.; CHIWAWA, H.; SITKO, N. Analysis of goat production and marketing among smallholder farmers Zambia. **Small Ruminant Research**, New York, v. 208, p. 1-7, 2022.

NEALE, W. Instituições. *In*: SALLES, A. O. T.; PESSALI, H. F.; FERNÁNDEZ, R. G. (org.). **Economia institucional: fundamentos teóricos e históricos**. São Paulo: Editora Unesp, 2017. p. 83-120.

NESKE, M. Z. Mercantilização, heterogeneidade social e autonomia na produção familiar: uma análise da pecuária familiar no sul do Rio Grande do Sul. *In*: WAQUIL, P. D.; MATTE, A.; NESKE, M. Z.; BORBA, M. F. S. (org.). **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016. p. 131-148.

NIEDERLE, P. A. Mercantilização, diversidade e estilo de agricultura. **Raízes**, Campina Grande, v. 25, n. 1 e 2, p. 37-47, 2006.

NIEDERLE, P. A. Revisitando o conceito de produção simples de mercadorias. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19, 2009, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: USP, 2009.

NIEDERLE, P. A. Indicações Geográficas e processo de qualificação nos mercados agroalimentares. *In*: NIEDERLE, P. A. (org.). **Indicações Geográficas: qualidade e origem nos mercados alimentares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013. p. 23-53.

NIEDERLE, P. A.; SCHUBERT, M. N.; SCHNEIDER, S. Agricultura familiar, desenvolvimento rural e um modelo de mercados múltiplos. *In*: DOULA, S.; FIÚZA, A. L.; TEIXEIRA, E. C.; REIS, A.; LIMA, A. L. (org.). **A agricultura familiar em face das transformações na dinâmica recente dos mercados**. Viçosa: Suprema, 2014. p. 43-68.

NIEDERLE, P. A.; SCHNEIDER, S. CASSOL, A. **Mercados alimentares digitais: inclusão produtiva, cooperativismo e políticas públicas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2021.

NOGUEIRA FILHO, A.; KASPRZYKOWSKI, J. W. A. **O agronegócio da caprino-ovinocultura no Nordeste brasileiro**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006. 56 p. (Série Documentos do ETENE, n. 09).

NORDER, L. A. C. Mercantilização da agricultura e desenvolvimento territorial. *In*: SCHNEIDER, S. (org.). O modo de produção camponês revisitado. **A diversidade da agricultura familiar**. Ed 2. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009. p. 59-83.

NORTH, D. C. **Instituições, mudança institucional e desempenho econômico**. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

NUNES, E. M.; SCHNEIDER, S.; MATOS FILHO, J.; NUNES, K. F. G.; AQUINO, J. R. de. Políticas agrárias e agrícolas no contexto do desenvolvimento do Nordeste: evolução, desafios e perspectivas. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 43, p. 91-125, 2014.

OLIVEIRA, D.; GRISA, C.; NIEDERLE, P. Inovações e novidades na construção de mercados para a agricultura familiar: os casos da Rede Ecovida de Agroecologia e da Redecoop. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 25, n. 1, p. 135-163, jan./abr., 2020.

OLIVEIRA, F. de. **Noiva da revolução**; Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, F. C.; MATOS, F. A. M. DE.; MACHADO, D. C. A frustração dos sonhos de Celso Furtado: uma interpretação crítica do processo de desenvolvimento econômico do Nordeste brasileiro. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 26, p. 125-148, 2020.

OLIVEIRA, L. S.; FELISBERTO, N. R. de O.; NOGUEIRA, D. N.; SILVA, A. F.; BIAGIOLI, B.; GONZALEZ-ESQUIVEL, C. E.; TEIXEIRA, I. A. M. de A. Typology of dairy goat production systems in a semiarid region of Brazil. **Small Ruminant Research**, New York, v. 216, p. 1-12, 2022.

OLIVEIRA NETO, J. B. de. **Estudos preliminares para caracterizar a contribuição da faveleira como possível fator para indicação geográfica da carne ovina**. 2017. Tese (Doutorado em Zootecnia) – Programa de Pós-Graduação em Zootecnia, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017.

OSTROM, E. **Governing the commons**: the evolution of institutions for collective action. New York: Cambridge University Press, 1990.

PALMATIER, R. W.; SIVADAS, E.; STERN, L. W.; EL-ANSARY, A. I. **Marketing channel**: an Omni-channel Approach. 9 ed. New York; London: Routledge, 2020.

PANASSOL, P. E. Determinantes do desempenho escolar nos municípios cearenses no Ideb 2017. **Informe Econômico (UFPI)**, Teresina, v. 44, n. 1, p. 42-71, 2022.

PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 909-916, 2013.

PERACI, A. S.; BITTENCOUR, G. A. Agricultura familiar e os programas de garantia de preços no Brasil: O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). *In*: SILVA, J. G. da; DEL GROSSI, M. E.; FRANÇA, C. G. (org.). **Fome Zero**: a experiência brasileira. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010. p. 191-222.

PINTO, H. E.; FURQUIM, M. G. D.; SILVA, A. C. da; COSTA, R. R.; CRUZ, J. E. Implicações do Selo Arte para a Competitividade de Negócios Agroalimentares: o caso dos produtos alimentícios artesanais de origem animal. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 9, n. 8, p. 1-21, 2020.

PORTOCARRERO, M. A.; KOSOKI, A. R. Alimentos seguros: uma política de governo. *In*: ZAMBOLI, L.; NASSER, L. C. B.; ANDRIGUETO, J. R.; TEIXEIRA, J. M. A.; KOSOSKI, A. R.; FACHINELLO, J. C. (org.). **Produção integrada no Brasil: agropecuária sustentável alimentos seguros**. Brasília, DF: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretária de Desenvolvimento Agrário e Cooperativismo, 2009. p.763-778.

PLEIN, C. Capitalismo, agricultura familiar e mercantilização. **Informe Gepec**, Toledo, v. 14, n. 2, p. 96-111, 2010.

PLOEG, J. D. van der. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. *In*: GUZMAN, E. S. (ed.). **Ecología, campesinado y história**. Madrid: Las ediciones de la Piqueta, 1992. p. 153-195.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PLOEG, J. D. van der. O mundo de produção camponês revisitado. *In*: SCHNEIDER, S. (org.). O modo de produção camponês revisitado. **A diversidade da agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009. p. 15-56.

PLOEG, J. D. van der. The peasantries of the twenty-first century: the commodization debate revisited. **Journal Rural Studies**, London, v. 37, n. 1, p. 1-29, 2010.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e a arte da agricultura**: um manifesto Chayanoviano. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016a.

PLOEG, J. D. van der. Mercados aninhados recém criados: uma introdução teórica. *In*: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (org.). **Construção de mercados e agricultura familiar**: Desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016b. p. 21-73.

PLOEG, J. D. van der. Social differentiation of the peasantry (Chayanovian). **The Journal of Peasant Studies**, London, v. 50, n. 4, p. 1261–1273, 2023.

PLOEG, J. D. van der; BOUMA, J.; RIP, A.; RIJKENBERG, F. H. J.; VENTURA, F.; WISKERKE, J. S. C. On regimes, novelties, niches and co-production. *In*: PLOEG, J. D. van der; WISKERKE, J. S. C. (ed.). **Seeds of transitions**: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture. Assen: Van Gorcum Ltd., 2004. p. 1-30.

PLOEG, J. D. van der; RENTING, H.; BRUNORI, G.; KNICKEL, K.; MANNION, J.; MARSDEN, T.; ROEST, K.; SEVILLA-GUZMÁN, E.; VENTURA, F. Rural development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, New York, v.40, n. 4, p. 391-408, 2000.

PLOEG, J. D. van der.; SCHNEIDER, S. Autonomy as a politico-economic concept: Peasant practices and nested markets. **Journal of Agrarian Change**, New York, v. 22, n. 3, p. 529-546, 2022.

PLOEG, J. D. van der.; YE, J.; SCHNEIDER, S. Rural development through the construction of new, nested, markets: comparative perspectives from China, Brazil and the European Union. **Journal of Peasant Studies**, London, v. 39, n. 1, p. 133-173, 2012.

PLOEG, J. D. van der.; YE, J.; SCHNEIDER, S. Reading markets politically: on the transformativity and relevance of peasant markets. **Journal of Peasant Studies**, London, v. 50, n. 5, p. 1852-1877, 2022.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens de nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012a.

POLANYI, K. A falácia economicista. *In*: LEVITT, K. P. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012b. p. 47-61.

POLANYI, K. Os dois significados de econômico. *In*: LEVITT, K. P. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012c. p. 63-81.

POLANYI, K. A economia enraizada. *In*: LEVITT, K. P. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012c. p. 95-106.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

PREISS, V. P.; SCHNEIDER, S. Sistemas alimentares no século XXI: uma introdução ao debate. *In*: PREISS, V. P.; SCHNEIDER, S. **Sistemas alimentares no século 21**: debates contemporâneos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020. p. 11-21.

TAUÁ. Prefeitura Municipal. **PRODETER**: Tauá sedia lançamento do programa para o desenvolvimento da ovinocaprinocultura na região dos Inhamuns. Tauá, 2022. Disponível em: <https://www.taua.ce.gov.br/informa.php?id=861>. Acesso em: 20 jun. 2022.

RAUD-MATTEDI, C. A construção social do mercado em Durkheim e Weber: análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 127-142, fev., 2005a.

RAUD-MATTEDI, C. Análise crítica da Sociologia Econômica de Mark Granovetter: os limites de uma leitura do mercado em termos de redes e imbricação. **Política & Sociedade**, Florianópolis, n. 6, p. 59-82, 2005b.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR – PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2023.

RENTING, H. MARSDEN, T.; BANKS, J. Compreendendo as redes alimentares alternativas: o papel das cadeias curtas de abastecimento de alimentos no desenvolvimento rural. *In*: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (org.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 27-51.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SABOURIN, E. **Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

SANKEY, K. From survival to self-governance: a comparison of two peasant struggles in Colombia's coffee and frontier regions. **Journal Agrarian Change**, New York, v. 22, n. 3, p.506-528, 2022.

SATHLER, D. Understanding human development, poverty and water scarcity patterns in the Brazilian Semi-arid through cluster analysis. **Environmental Science and Policy**, London, v. 125, p. 167-178, 2021.

SALLES, A. O. T.; SAUSEN, D. Uma análise da interpretação de Geoffrey Hodgson, Ha-Joon Chang e Richard Nelson sobre desenvolvimento econômico. **Informe Econômico (UFPI)**, Teresina, v. 40, n. 1, p. 22-45, 2020.

SCHEMER, M. From “Food from Nowhere” to “Food from Here:” changing producer–consumer relations in Austria. **Agriculture Human Values**, New York, v. 32, p. 121–132, 2015.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-121, 2003.

SCHNEIDER, S. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 16, n. 3, p. 15-34, 2007.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, Niterói, v. 30, n. 3, p. 511-531, 2010.

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. *In*: MARQUES, Flávia Charão; CONTERATO, Marcelo Antônio; SCHNEIDER, Sergio (org.). **Construção de mercados e agricultura familiar: Desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016. p. 93-140.

SCHNEIDER, S. **Estudo e análise de mercados alimentares no Brasil: comparando casos nacionais**. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico – CNPq, 2020.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 227-263, 2014.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Food and markets: the contribution of economic sociology. *In: DUCAN, J.; CAROLAN, M.; WISKERKE, J. S. C. (ed.). **Routledge Handbook of Sustainable and Regenerative Food Systems***. London: New York: Routledge, 2020. p. 171-187.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A.; LEONARDI, A.; MARINHO, M. de M. Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 100, p. 167-188, 2020.

SCHNEIDER, S.; ESCHER, F. A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 27, p. 180-219. 2011.

SCHNEIDER, S.; FERRARI, D. L. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar: o processo de realocação da produção agroalimentar em Santa Catarina. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 17, n. 1, p. 56-71, 2015.

SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. Cadeia curtas e redes agroalimentares alternativas. *In: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (org.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar***. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 9- 24.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e Teoria Social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. *In: FALEIRO, F. G.; FARIAS NETO, A. L. de. **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais***. Planaltina, DF, Brasília: Embrapa Cerrados, 2008. p. 989-1014.

SCHNEIDER, S., NIEDERLE, P. A. Resistance strategies and diversification of rural livelihoods the construction of autonomy among Brazilian family farmers. **The Journal Peasant Studies**, London, v. 37, n. 2, p. 379-405, 2010.

SCHNEIDER, S.; PLOEG, J. D. van der.; HEBINCK, P. Reconsidering the contribution of nested markets to rural development. *In: HEBINCK, P.; PLOEG, J. D. van der; SCHNEIDER, S. (ed.). **Rural development and the construction of new markets***. Londres: Routledge, 2015. p. 190-205.

SCHNEIDER, S.; SIEGMUND-SCHULTZE, M.; HOLANDA JÚNIOR, E. V.; ALVES, F. S. F. Is a geographical certification a promising production and commercialization strategy for smallholder sheep farming in Ceará, Brazil? **Journal of Agriculture, Food Systems, and Community Development**, New York, v. 2, n. 2, p.107-127. 2012.

SCHRÖDER, M. As demandas financeiras dos agricultores do sertão do Pajeú. *In: Abramovay, Ricardo (org.). **Laços financeiros na luta contra a pobreza***. São Paulo: Annablume; Fapesp; ADS-CUT; Sebrae, 2004. p. 71-119.

SCOONES, I. Pastoralists and peasants: perspectives on agrarian change, **The Journal of Peasant Studies**, London, v. 48, n.1, p. 1-47, 2021.

SCOONES, I.; NORI, M. Pastoralism, uncertainty, and development: perspectives from the rangelands. *In*: SCOONES, I. (ed.). **Pastoralism, uncertainty and development**. Rugby: Practical Action Publishing Ltd., 2023. p. 1-20.

SELAIVE-VILLARROEL, A. B.; COSTA, R. G.; CARVALHO, F. F. R. de. LIMA JÚNIOR, D. M. de. Sistemas de produção de caprinos de corte. *In*: SELAIVE-VILLARROEL, A. B.; GUIMARÃES, V. P. (ed.). **Produção de caprinos no Brasil**. Brasília, DF: Embrapa, 2019. p.113-127.

SELAIVE-VILLARROEL, A. B.; GUIMARÃES, V. P. Situação e perspectivas da caprinocultura no Brasil. *In*: SELAIVE-VILLARROEL, A. B.; GUIMARÃES, V. P. (ed.). **Produção de caprinos no Brasil**. Brasília, DF: Embrapa, 2019. p.113-127.

SELLITO, M. A.; VIAL, L. A. M.; VIEGAS, C. V. Critical success factors in short food supply chains: case studies with milk and Dairy producers from Italy and Brazil. **Journal of Cleaner Production**, London, v. 170, p. 1361-1368, 2018

SILVA, G. P da; CAMARA, S. B.; DIAS, J. M.; LICHTNOW, D. A dinâmica dos mercados agroalimentares de frutas e hortaliças da região central do Rio Grande do Sul. **Grifos**, Chapecó, v. 32, n. 60, p. 1-22, 2023.

SILVA, R. M. A. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semi-árido. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 361-385, 2003.

SILVA, R. M. A. da. Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: políticas públicas e transição paradigmática. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.38, n. 3, p. 466-485, 2007.

SILVA, A. C.; ALVES, F. S. F. **Uma abordagem territorial e suas estratégias de ativação de recursos agroalimentares**. *In*: WORKSHOP ESTRATÉGIAS ALIMENTARES E DE ABASTECIMENTO, 2., 2019, Porto Alegre. Consumo, mercados e ação pública. Porto Alegre: UFRGS, 2019.

SILVA, A. C.; FARIAS, J. L. de S.; ALVES, F. S. F.; MORAIS, O. R.; LOBO, R. N. B. L. **Identificação dos produtos regionais do Sertão dos Inhamuns**. Sobral: Embrapa Caprinos e Ovinos, 2018. Comunicado Técnico, 182.

SILVA, A. C.; FARIAS, J. L. de S.; NOBREGA, A. R.; ALVES, F. S. F. **Construção social da qualidade de produtos tradicionais**: a carne de pequenos ruminantes do Sertão dos Inhamuns. Sobral: Embrapa Caprinos e Ovinos, 2021. (Embrapa Caprinos e Ovinos. Documentos, 145).

SILVA, P. C. G. da; MOURA, M. S. B. de; KILL, L. H. P.; BRITO, L. T. de L.; PERIERA, L. A.; SÁ, I. B.; CORREIA, R. C.; TEIXEIRA, A. H. de C.; CUNHA, T. J. F.; GUIMARÃES FILHO, C. Caracterização do Semiárido brasileiro: fatores naturais e humanos. *In*: SÁ, I. B.; SILVA, P. C. G. da. (ed.). **Semiárido brasileiro**: pesquisa, desenvolvimento e inovação. Petrolina: Embrapa Semiárido, 2010. p. 17-48.

SILVA, T. P. de P.; DEMARTELAERE, A. C. F.; LIRA, V. M. de; FERREIRA, R. L. A.; COUTINHO, P. W. R.; MARINHO, J. R. D.; LOPES, D. A.; CARVALHO, M. da

S.; SOUZA, J. B. de; MATA, T. C. de; Lorenzetti, E.; OLIVEIRA, M. B. L.; LIMA, P. S. R. DE; NICOLINI, F.; FERREIRA, A. dos S. PAIVA, L. L. de; SILVA, L. H. P. da; NASCIMENTO, I. G. Políticas públicas na agricultura familiar refletindo no contexto sobre as mudanças climáticas com enfoque no programa garantia safra. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 9, p. 94707-94726, 2021.

SILVA, Y. L.; GAMARRA-ROJAS, G.; FERNANDES, F. E. P.; FARIAS, J. L. de S.; FERNANDES, C. de S. A produção animal na economia da agricultura familiar: estudo de caso no Semiárido brasileiro. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 35, n. 1, p. 55-74, 2018.

SIMPLICIO, A. A.; WANDER, A. E.; LEITE, E. R.; LOPES, E. A. **A caprino-ovinocultura de corte como alternativa para a geração de emprego e renda**. Sobral: Embrapa Caprinos, 2003. 44 p.

SIMULA, G. Uncertainty, markets, and pastoralism in Sardinia, Italy. In: SCOONES, I. (ed.). **Pastoralism, uncertainty and development**. Rugby: Practical Action Publishing Ltd., 2023. p. 65-78.

SIMULA, G.; BUM, T.; FARINELLA, D.; MARU, N.; MOHAMED, T. S.; TAYE, M.; TSERING, P. COVID-19 and pastoralism: reflections from three continents. **The Journal of Peasant Studies**, London, v. 48, n.1, p. 48-72, 2021.

SMELSER, N. J.; SWEDBERG, R. Introducing Economic Sociology. In: SMELSER, N. J.; SWEDBERG, R. (ed.). **The Handbook of Economic Sociology**. New Jersey: Princeton University Press, 2005. p. 3-25.

SMITH, A. **A riqueza das nações: investigações sobre sua natureza e suas causas e suas causas**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996.

SÓRIO, A.; RASI, L. Ovinocultura e abate clandestino: um problema fiscal ou uma solução de mercado? **Revista Política Agrícola**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 71-83, 2010.

SOUZA, E. P. de; BARBOSA, W. de F. Efeitos do Programa Agroamigo sobre o desempenho da pecuária nos municípios cearenses no período de 2012 a 2021. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 54, Suplemento especial, p. 99-118, 2023.

SOUZA, J. D. F. de. **Abates não inspecionados de ovinos em propriedades rurais no município de Tauá (CE): uma análise das características do ambiente institucional**. 2013. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

SOUZA, J. D. F.; BELCHIOR, E. B.; RASI, L.; SOUZA, O. R. G. de. Caracterização da cadeia produtiva da carne ovina em Tauá (CE). In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 52., 2014, Goiânia. **Anais [...]**. Goiânia: SOBER, 2014. 16 f.

STEINER, P. **A sociologia econômica**. São Paulo: Atlas, 2006.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE.
Delimitação do Semiárido – 2021: relatório final. Recife, 2021.

TAKAGI, M. A implantação do Programa Fome Zero em 2003. *In*: SILVA, J. G. da; DEL GROSSI, M. E.; FRANÇA, C. G. (org.). **Fome Zero**: a experiência brasileira. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010. p. 53-84.

TEIXEIRA, C. A. O enfraquecimento das políticas públicas para agricultura familiar uma: análise do PAA. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 26, n. 65, p. 109-136, 2023.

THIES, V. F. Transformações demográficas e nas estratégias de trabalho: uma abordagem longitudinal da agricultura familiar em Salvador das Missões - Rio Grande do Sul. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 26, p. 1-19, 2021.

THOMÉ, K. M.; CAPPELESO, G.; RAMOS, E. L. A.; DUARTE, S. C. de L. Food Supply Chains and Short Food Supply Chains: Coexistence conceptual framework. **Journal of Cleaner Production**, New York, v. 278, p. 1-14, 2021.

TONNEAU, J. P.; SILVA, P. C. G. da; BARROS, E. da R.; PIRAUX, M.; AZEVEDO, S. G. de. Pesquisa, desenvolvimento e inovação para o desenvolvimento territorial e convivência com o Semiárido brasileiro: metodologia de pesquisa participativa. *In*: NASCIMENTO, P. P.; SIOLE, A. H.; MARTINS, M. A. G.; BALSADI, O. V.; SILVA JÚNIOR, C. D. de. (ed.). **Inovações em desenvolvimento territorial**: novos desafios para a Embrapa. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2011. p. 91-112.

TOURRAND, J. F.; CARON, P.; BONNAL, P. **Pesquisa sobre sistemas de pecuária no semiárido**: o caso do município Tauá - Ceará. França: CIRAD, 1993. 93 p.

TREGGAR, A. Progressing knowledge in alternative and local food networks: Critical reflections and a research agenda. **Journal of Rural Studies**, London, v. 27, p. 419-430, 2011.

TRENDOV, N. M.; VARAS, S.; ZENG, M. **Digital technologies in agriculture and rural areas** – Status report. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2019.

TRICHES, R. M.; MENEZES, M. A.; RAMOS, N. L.; ALMEIDA, A. P. S. de; FROEHLICH, E. O programa de alimentação escolar nutrindo o desenvolvimento: ideias e relações inovadoras. *In*: SCHNEIDER, S.; MENEZES, M.; SILVA, A. G.; BEZERRA, I. (org.). **Semente e brotos da transição**: inovação, poder e desenvolvimento em áreas rurais do Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014. p. 115-139.

TURNER, M. D.; AYANTUNDE, A. Household diversification and market dependence: understanding vulnerability in rural West Africa. **The Journal of Peasant Studies**, London, v. 49, n. 7, p. 1497-1523, 2022.

- USMAN, M. A.; HAILE, M. G. Market access, household dietary diversity and food security: Evidence from Eastern Africa. **Food Policy**, London, v. 113, p. 1-12, 2022.
- VAIL, J. **Karl Polanyi and paradoxes of the double moviment**. London; New York: Routledge, 2022.
- VEBLEN, T. B. Por que a economia não é uma ciência evolucionária? *In*: SALLES, A. O. T.; PESSALI, H. F.; FERNÁNDEZ, R. G. (org.). **Economia institucional: fundamentos teóricos e históricos**. São Paulo: Editora Unesp, 2017. p. 31-52.
- VERGARA-CAMUS, L.; JASEN, K. Autonomy in agrarian studies, politics, and movements: na inter-paradigm debate. **Journal Agrarian Change**, New York, v. 22, n. 3, p. 455-472, 2022.
- VIANA, C. N. Uma breve história da industrialização cearense. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v. 131, p.177-202, 2011.
- VIANA, J. G. A.; WAQUIL, P. D. Ovinocultura do Rio Grande do sul e Uruguai: uma análise institucional e evolucionária da trajetória econômica. *In*: VIANA, J. G. A.; WAQUIL, P. D. (org.). **Instituições, regras e hábitos: proposições teóricas e aplicadas para estudos rurais**. Curitiba: Editora CRV, 2020. p. 201-230.
- VILLARREAL-ORNELAS, E. C.; NAVARRETE-MOLINA, C.; MEZA-HERRERA, C. A.; HERRERA-MACHUCA, M. A.; ALTAMIRANO-CARDENAS, J. R.; MACIAS-CRUZ, U.; GARCÍA-DE LA PEÑA, G.; VELIZ-DERAS, F. G. Sheep production and sustainability in Latin America & the Caribbean: A combined productive, socio-economic & ecological footprint approach. **Small Ruminant Research**, New York, v. 211, p. 1-11, 2022.
- VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.
- WAQUIL, P. D.; MIELE, M.; SCHULTZ, G. **Mercados e comercialização de produtos agrícolas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010. (Educação a Distância, 16).
- WATSON IV, G. F.; WORM, S.; PALMATIER, R. W.; GANESAN, S. The Evolution of Marketing Channels: Trends and Research Direction. **Journal of Retailing**, London, v. 91, n. 4, p. 546-568, 2015.
- WEIS, T. The meat of the global food crisis. **The Journal of Peasant Studies**, London, v. 40, n. 1, p. 65-85, 2013.
- WESZ JÚNIOR, V. J. O Pronaf pós 2014 intensificando a sua seletividade? **Grifos**, Chapecó, v. 30, n. 51, p. 89-113, 2021.
- WILLETT, W.; ROCKSTRÖM, J.; LOKEN, B.; SPRINGMANN, M.; LANG, T.; VERMEULEN, S.; GARRET, T.; TILMAN, D.; DECLERCK, F.; WOOD, A.; JONELL, M.; CLARK, M.; GORDON, L. J.; FANZO, J.; HAWKES, C.; ZURAYK, R.; RIVIERA, J. A.; VRIES, W.; SIBANDA, L. M.; AFSHIM, A.; CHAUDHARY, A.;

HERRERO, M.; AUGUSTINA, R.; BRANCA, F.; LARTEY, A.; FAN, S.; CRONA, B.; FOX, E.; BIGNET, V.; TROELL, M.; LINDAHL, T.; SINGH, S.; CORNELL, S. E.; REDDY, K. S.; NARAIN, S.; NISHTAR, S.; MURRAY, C. J. L. Food in the Anthropocene: the EAT–Lancet Commission on healthy diets from sustainable food systems. **The Lancet**, London, v. 393, n. 10.170, p. 447-492, 2019.

WILKINSON, J. Cadeias produtivas para agricultura familiar. **Organizações Rurais & Agroindústria**, Lavras, v.1, n. 1, p. 34-41, 1999.

WILKINSON, J. Sociologia econômica, a teoria das convenções e o funcionamento dos mercados: *inputs* para analisar os micros e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 805-825, 2002.

WILKINSON, J. A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar na América Latina. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 62-87, 2003.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores**: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

WILKINSON, J. Os mercados não vêm mais do “Mercado”. *In*: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (org.). **Construção de mercados e agricultura familiar**: Desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016. p. 53-73.

WILKINSON, J. **O mundo dos alimentos em transformação**. Curitiba: Appris, 2023.
ZYLBERSZTAJN, D. Conceitos gerais, evolução e apresentação do sistema agroindustrial. *In*: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (org.). **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**. São Paulo: Editora Pioneira, 2000. p. 1-21.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO UTILIZADO NA PESQUISA DE CAMPO

OS MERCADOS DA PECUÁRIA DE PEQUENOS RUMINANTES – SERTÃO DOS INHAMUNS, CEARÁ

Guia/roteiro de entrevista para identificação de canais de comercialização e tipificação preliminar dos mercados

SEÇÃO 01 - CARACTERIZAÇÃO GERAL

1. Identificação e caracterização do entrevistado

1.1 Nome:	1.2 N° do ponto de GPS/Coordenadas:
1.3 Localidade:	1.4 Município/Estado:
1.5 Telefone:	1.6 Data da coleta: __/__/__
1.7 Distância da propriedade rural até a cidade (em km): _____	
1.8 Atividade ¹ : () Caprinos () Ovinos	

2. Caracterização do núcleo familiar

Nome	Parentesco					Sexo		Data de Nascimento (dd/mm/aa)	Escolaridade				Ocupação					
	1	2	3	4	5	F	M		1	2	3	4	1	2	3	4	5	6
	6	7	8	9	10	F	M	__/__/__	5	6	7	8	7	8	9	10	11	12
	1	2	3	4	5	F	M	__/__/__	1	2	3	4	1	2	3	4	5	6
	6	7	8	9	10	F	M	__/__/__	5	6	7	8	7	8	9	10	11	12
	1	2	3	4	5	F	M	__/__/__	1	2	3	4	1	2	3	4	5	6
	6	7	8	9	10	F	M	__/__/__	5	6	7	8	7	8	9	10	11	12
	1	2	3	4	5	F	M	__/__/__	1	2	3	4	1	2	3	4	5	6
	6	7	8	9	10	F	M	__/__/__	5	6	7	8	7	8	9	10	11	12
	1	2	3	4	5	F	M	__/__/__	1	2	3	4	1	2	3	4	5	6
	6	7	8	9	10	F	M	__/__/__	5	6	7	8	7	8	9	10	11	12

Grau de parentesco com o responsável pelo estabelecimento: 1. Próprio responsável; 2. Cônjuge; 3. Filho/enteado; 4. Pai/mãe; 5. Avô(ó); 6. Sobrinho(a); 7. Irmão(ã); 8. Neto(a); 9. Nora/Genro; 10. Outro.

Escolaridade: 1. Não-alfabetizado(a); 2. Ensino fundamental incompleto; 3. Ensino fundamental completo; 4. Ensino médio incompleto; 5. Ensino médio completo; 6. Ensino técnico. 7. Ensino superior. 8. Pós-graduação.

Ocupação: 1. Agricultor; 2. Assalariado agrícola (permanente/safrista) fora da propriedade; 3. Estudante; 4. Aposentado; 5. Empregado doméstico; 6. Construção civil; 7. Professor (a); 8. Funcionário Público; 9. Comerciante; 10. Presta serviços terceirizados. 11. Outros.

¹ Atividade pecuária pesquisada (Selecionar apenas uma atividade).

3. Dados básicos do estabelecimento agropecuário

3.1 Área e condição de posse													
Área total: _____ ha													
Própria: _____ há	Arrendada: _____ ha			Parceria: _____ ha				Outra: _____ ha					
3.2 Mão de obra													
<input type="checkbox"/> Familiar	Nº _____ pessoas	Período (assinalar com "X")											
<input type="checkbox"/> Contratada	Nº _____ pessoas	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
<input type="checkbox"/> Diarista	Nº _____ de diárias/ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez

4. Indique o **percentual da produção agropecuária** do estabelecimento segundo a finalidade:

4.1 para consumo próprio do produtor e de sua família: _____%

4.2 para comercialização da produção, escambo ou troca: _____%

5. Marque quantas fontes/tipos de ingresso /rendas o estabelecimento/UP possui e qual o percentual (%) aproximado de cada uma na formação da receita/renda total²

Tipo de renda	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Percentual
<input type="checkbox"/> Rendas agrícolas obtidas com atividades desenvolvidas dentro do estabelecimento;			
<input type="checkbox"/> Rendas de transformação, beneficiamento ou processamento de produtos – agroindústria familiar;			
<input type="checkbox"/> Rendas de atividades não-agrícolas fora do estabelecimentos – trabalho assalariado ou prestação de serviços;			
<input type="checkbox"/> Rendas de aluguéis de casas ou outros bens;			
<input type="checkbox"/> Rendas de remessas de fora por outros membros da família;			
<input type="checkbox"/> Rendas de aposentadorias ou pensões;			
<input type="checkbox"/> Rendas de benefícios sociais ou transferências do governo (bolsa familiar, BPC);			
<input type="checkbox"/> Outras rendas.			

² Sugere-se considerar uma estimativa média ao longo do ano, tendo em vista a sazonalidade e o fluxo médio de ingresso. Lembre-se que necessita fechar 100%.

SEÇÃO 2 – PRODUTOS E/OU RAMOS DA PRODUÇÃO

6. A seguir, liste os **tipos de produtos comercializados do estabelecimento. Atenção entrevistador:** Aqui neste Quadro você deverá incluir as cinco atividades que **mais contribuem na formação da receita/renda** (quanto ganha) da propriedade/estabelecimento agropecuário entrevistada.

Produtos/Ramos									
	Descrição – Produto	Quantidade produzida (unidade)	Quantidade de venda (unidade)	Valor unitário (R\$)	Percentual (%) sobre Receita/Renda	Tipo do canal	Ano ³	Nº de pontos de vendas ⁴	Distância (km)
1									
2									
3									
4									
5									

³ Ano de início das vendas para este canal.

⁴ Considere cada comprador diferente dentro do canal.

Atenção entrevistador: as questões a seguir serão especificamente voltadas para uma atividade pecuária pesquisada.

7. Qual o ano que você começou a produzir caprinos/ovinos: _____

8. Qual o tipo de sistema de produção utilizado na propriedade para caprinos/ovinos?
 Extensivo Semi-intensivo Intensivo

9. Qual o tamanho do rebanho? _____

10. Qual o ano que você começou a comercializar caprinos/ovinos: _____

11. A propriedade rural/unidade de produção conta com alguma infraestrutura ou equipamento para assegurar a produção e comercialização dos produtos (distribuição, armazenagem e conservação)?

Não Sim

Se Sim, marque as opções encontradas.

Aprisco Capineira, piquete, ... Banco de proteína

Silos Açude, cacimbão, poço profundo, etc. Moto, carro, ...

Freezers ou algum tipo refrigerador

Outros, qual? _____

12. Existe fiscalização ou controle sobre a comercialização dos produtos vendidos?

Não Sim Não sabe/não opinou

Se Sim, quem a realiza?

Os compradores (Cooperativa, Governo, Empresa privada, ...)

Órgãos governamentais (MAPA, ANVISA, ADAGRI)

Empresa de assistência técnica - EMATERCE

Associação de produtores

Uma certificadora privada

Os próprios consumidores

Não sabe/não opinou

13. Seu produto é submetido a rastreabilidade (rastrear um produto é saber de onde ele vem, qual é sua origem).

Não Sim Não sabe/não opinou

14. Seu produto possui marca ou rotulagem própria?

Não Sim Não sabe/não opinou

15. Seu produto possui algum tipo de certificação?

Não Sim Não sabe/não opinou

Se Sim assinale quais tipo de certificação. Pode ser marcada mais de uma alternativa.

Agricultura Familiar Produtos da Sociobiodiversidade

Produtos não transgênicos Produtos Economia Solidária

Outros? _____

16. Se seu produto possui/recebe rastreabilidade E/OU rotulagem E/OU certificação, você considera que por causa disso ele alcança preços mais elevados na hora da venda?

Não Sim Não sabe/não opinou

17. Se seu produto possui/recebe rastreabilidade E/OU rotulagem E/OU certificação (questões 17, 18 e 19), assinale qual é o principal benefício ou vantagem que isso representa? (**Marque apenas a alternativa que considerar a mais importante**).

Atestar a qualidade do produto

- Aumenta a relação de confiança entre produtor e consumidor
- Amplia as possibilidades de venda e possibilita acesso a novos canais de comercialização (supermercados, feiras regionais....)
- Possibilita fidelizar os clientes
- Não sabe/não opinou

SEÇÃO 3 - SOBRE CANAIS UTILIZADOS

18. Você utiliza mais de um canal de comercialização para vender sua produção?

- Não Sim

Se sim, quais motivos prefere vender a produção em mais de um canal de comercialização?

- Devido ao aumento da produção em determinada época do ano
- Devido às oportunidades de escoamento
- Para não ficar dependente de apenas um comprador
- Por convicção pessoal e opção – faz parte do meu plano de negócios
- Porque os canais existentes não compram toda a produção
- Outro motivo? _____

19. Nos últimos três anos, ocorreu a troca dos canais de comercialização?

- Não Sim

Se Sim, quais os motivos desta troca?

- Recebi oferta de preço mais alto
- Não estava satisfeito com a forma do pagamento
- Por motivo de segurança – receio de não receber pagamento
- Recebi proposta com garantia de aquisição da produção
- Por razões de logística e transporte
- Em razão de acordos relacionados ao fornecimentos de insumos e assistência técnica
- Por que precisava vender e era o único canal disponível
- Outro motivo: _____

20. Existe uma alteração no número/quantidade de canais de comercialização que você acessa ao longo das diferentes épocas ou períodos (p.ex. verão X inverno) do ano?

- Não Sim

Se Sim, quais os motivos?

- Porque a demanda/procura cai
- Porque a oferta de produtos que tenho se reduz devido a sazonalidade
- Por causa das condições de transporte e trafegabilidade das estradas
- Porque alguns compradores suspendem as compras e/ou atuam apenas esporadicamente
- Outro motivo: _____

Atenção: as perguntas a seguir (da 21 até a 34) referem-se aos principais canais de comercialização utilizado para vender sua produção. Atenção: identifique os canais a partir da maior relevância para a comercialização da família.

Canal

1:

2:

3:

4:

21. Como teve acesso a estes canais para realizar a primeira venda? **Assinalar apenas uma alternativa.**

Critérios	Canal 1	Canal 2	Canal 3	Canal 4
1. Fui procurado pelo comprador				
2. Procurei o comprador				
3. Intermediação do grupo/associação em que participo				
4. Intermediação de ONGs				
5. Intermediação da assistência técnica – EMATER				
6. Intermediação de pessoas conhecidas				
7. Outro:				

22. Qual o principal motivo para vender para os canais com os quais você comercializa a produção? **Assinalar apenas uma alternativa.**

Critérios	Canal 1	Canal 2	Canal 3	Canal 4
1. O preço				
2. Relação pessoal/confiança				
3. Tenho um contrato de venda (existe uma garantia de aquisição do produção)				
4. Tenho vantagem em relação a logística (proximidade espacial, ...)				
5. Porque é a única opção de venda/mercado que possui				
6. Porque o volume/quantidade de venda é maior				
7. Para escoar o excedente da produção				
8. Outro:				

23. Quem realiza o transporte da produção comercializada até o ponto de venda. **Assinalar todas as opções utilizadas.**

Critérios	Canal 1	Canal 2	Canal 3	Canal 4
Os consumidores finais				
O próprio agricultor/família				
Organização de grupo de produtores				
Associação/Cooperativa				
Compradores intermediários				
Prefeitura ou outro órgão público				
Utiliza serviço de terceiros				

24. Existem problemas no transporte e armazenamento das vendas?

() Não () Sim

Se sim, assinalar todas as opções utilizadas.

Critérios	Canal 1	Canal 2	Canal 3	Canal 4
A distância percorrida entre o produtor e consumidor				
As condições de trafegabilidade das vias				
Os horários de entrega/ ou coleta				
O meio de transporte disponível para realizar as entregas/coletas				
Falta equipamentos para armazenar/ou refrigerar o produto (câmaras frias, freezer, ...)				
Mão de obra para trabalhar na logística e transporte				
Outro:				

25. Quem define as condições de entrega dos produtos vendidos neste canal (prazo, regularidade, quantidade)? **Assinalar apenas uma alternativa.**

Critérios	Canal 1	Canal 2	Canal 3	Canal 4
O comprador				
O contrato rege as entregas				
O próprio produtor				
Através de negociação entre vendedores e compradores				

26. Como é realizado a comunicação com os compradores/consumidores deste canal. **Assinalar todas as opções utilizadas.**

Critérios	Canal 1	Canal 2	Canal 3	Canal 4
Por meio do telefone				
Por meio de contato pessoal				
Por intermédio de outras pessoas				
Por meio do técnico que me atende na propriedade				
Por meio do rádio				
Por meio do Facebook				
Por meio do WhatsApp				
Por meio de outro aplicativo				
Outro:				

27. Quais são as estratégias de divulgação que utiliza para promover as vendas neste canal de comercialização? **Assinalar todas as opções utilizadas.**

Critérios	Canal 1	Canal 2	Canal 3	Canal 4
Não utiliza meios de divulgação				
Anúncios em meios digitais (redes sociais Instagram/Facebook, Whatsapp)				
Material impresso (folder, cartões)				
Propagandas nas rádios locais				
Relação direta com o cliente/consumidor				
Anúncios em jornais				
Outros:				

28. Há um contrato de vendas da sua produção neste canal de comercialização (formal ou informal)?

Critérios	Canal 1	Canal 2	Canal 3	Canal 4
1. Não				
2. Sim				
3. Não sabe/não opinou				

29. Qual a sua opinião/percepção sobre os preços que recebe neste canal de comercialização. **Assinalar somente uma alternativa.**

Critérios	Canal 1	Canal 2	Canal 3	Canal 4
Muito satisfeito – estou feliz e contente com o preço				
Satisfeito – mais ou menos				
Insatisfeito – poderia ser melhor				
Totalmente insatisfeito – frustrado/nada contente				
5. Não sabe/não opinou				

30. Como é definido/feito e/ou determinado o preço de venda nesse canal de comercialização?

Assinalar somente uma alternativa.

Critérios	Canal 1	Canal 2	Canal 3	Canal 4
O preço é determinado pelo comprador, não tenho interferência				
O preço é determinado pelos vendedores em um acordo coletivo (p.ex. Comissão de Feira)				
Usa o preço do comércio local como referência				
Usa o preço de outros agricultores como referência				
Usa o preço de anos anteriores como referência				
Usa o cálculo do custo de produção do produto				
Busca informações com terceiros (amigos, na cooperativa ou com os extensionistas)				
O preço resulta de uma negociação com o comprador				
O preço é definido pelos compradores (licitação, contrato de venda antecipada, etc.)				
Outra:				
Não sabe/não opinou				

31. Nestes canais, os preços aumentam quando o produto é certificado ou fiscalizado segundo as normas sanitárias ou outro critério de diferenciação.

Critérios	Canal 1	Canal 2	Canal 3	Canal 4
1. Não				
2. Sim				
3. Não sabe/não opinou				

32. Como é feito o pagamento nestes canais de comercialização? **Assinalar todas as opções utilizadas.**

Critérios	Canal 1	Canal 2	Canal 3	Canal 4
No momento da compra				
Na entrega do produto, <i>on spot</i> (à vista)				
Posteriormente, em prazo acordado				
Não há pagamento em dinheiro envolvido, houve trocas com vizinhos e outros				
Outro:				

33. Quais são as principais formas de pagamento utilizadas?

Critérios	Canal 1	Canal 2	Canal 3	Canal 4
Em dinheiro				
Cartão de crédito/débito				
Em forma de adiantamento de insumos – sementes, adubos, rações, medicamentos				
Depósito bancário				
Cheque				
Outro:				

34. Existem atrasos nos pagamentos a receber?

Critérios	Canal 1	Canal 2	Canal 3	Canal 4
1. Não				
2. Sim				
3. Não sabe/não opinou				

35. Identifique o principal motivo de INSEGURANÇA em relação aos seguintes fatores/elementos que existem no(s) canal(is) de comercialização utilizado(s)? **Assinalar apenas uma alternativa.**

- Informação sobre preços de venda
- Tempo e/ou condições climáticas para comercialização
- Condições das estradas para escoamento
- Adequação as normas sanitárias e tributárias
- Regularidade de oferta dos produtos para a venda e atendimento aos compradores
- Sazonalidade da demanda
- Receber pagamento pelos produtos vendidos nos prazos esperados
- Perdas e/ou desperdícios por sobras ou não conseguir vender tudo
- Quebra de acordos formais ou informais e contratos
- Mudanças nas políticas relacionadas a comercialização

SEÇÃO 4 - QUESTÕES GERAIS SOBRE ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO

36. Na sua opinião, dentre os fatores a seguir listados qual deles têm maior influência na competitividade (entendido como o mais vantajoso em comparação a outros) no momento da venda e/ou comercialização? **Assinale apenas uma alternativa.**

- Vender em quantidades maiores aumenta a competitividade
- Vender um produto diferenciado, que não existe no mercado, aumenta a competitividade
- Vender através de uma associação, grupo ou cooperativa aumenta a competitividade
- Vender diretamente ao consumidor aumenta a competitividade
- Vender para empresas ou agroindústrias de grande porte aumenta a competitividade
- Outro: _____

37. Tem procurado melhorar, modificar ou inovar as vendas e a comercialização?

- Não Sim

Se Sim, quais as opções utilizadas?

- Por meio de opinião e conversas com os consumidores
- Por meio da assessoria técnica e da extensão rural
- Por meio de cursos/palestras
- Por meio de reportagens ou pesquisas de opinião divulgadas na mídia
- Por meio de instruções normativas instituídas pelo órgão fiscalizador
- Por meio de instruções repassadas pelo órgão fiscalizador durante as inspeções
- Outros: _____

38. Existe algum tipo de barganha/pechincha por/sobre preços ou descontos no momento da venda da produção?

- Não Sim Não sabe/não opinou

Se Sim, quais os motivos para conceder desconto, pechincha ou barganha?

- Quando é um comprador/freguês frequente – que compra sempre
- Quando é para conquistar um novo cliente – para atrair um novo comprador
- Quando recebe um pedido ou apelo especial – insistência do comprador
- Quando o comprador é familiar ou parente
- Quando o comprador é um amigo ou conhecido
- Quando tenho muito produto de sobra e não quero levar de volta para casa
- Outro: _____

39. Você tem mais confiança em assuntos relacionados à comercialização da produção?

Não Sim

Se sim, assinalar todas as opções utilizadas.

- Na palavra do comprador (exceto consumidores diretos)
- Nos contratos escritos assinados por mim
- Nos membros e na associação em que participo
- Nos técnicos de órgãos públicos (município, estado ou país)
- Em quem me dá assistência técnica
- Nas empresas e/ou nos seus técnicos (com as quais trabalha)
- Nos consumidores para quem eu vendo
- Não sabe/não opinou

40. Quais são os principais problemas referentes à questão da informação que afetam a comercialização da sua produção?

- Falta de sinal de telefone
- Falta de sinal de internet
- Desconhecimento de operacionalização das tecnologias de informação
- A distância dos principais canais de comercialização/consumidores
- Outra: _____

41. Na sua propriedade, você tem acesso a: **Assinalar todas as opções utilizadas**

- Telefone celular Telefone convencional Internet
- Jornal e outros meios impressos TV, rádio e outros
- Outros? _____

42. Utilizou políticas públicas nos últimos três anos?

Não Sim

Se, Sim quais políticas públicas foram acessadas.

- Pronaf Custeio Pronaf Investimento - Mais Alimentos
- Pronaf Agroindústria Pronaf Agroecologia
- Pronaf Jovem ATER
- Seguro Agrícola (Proagro, ou outro) PAA
- PNAE Programa Rota do Cordeiro
- Programa Paulo Freire Outra: _____